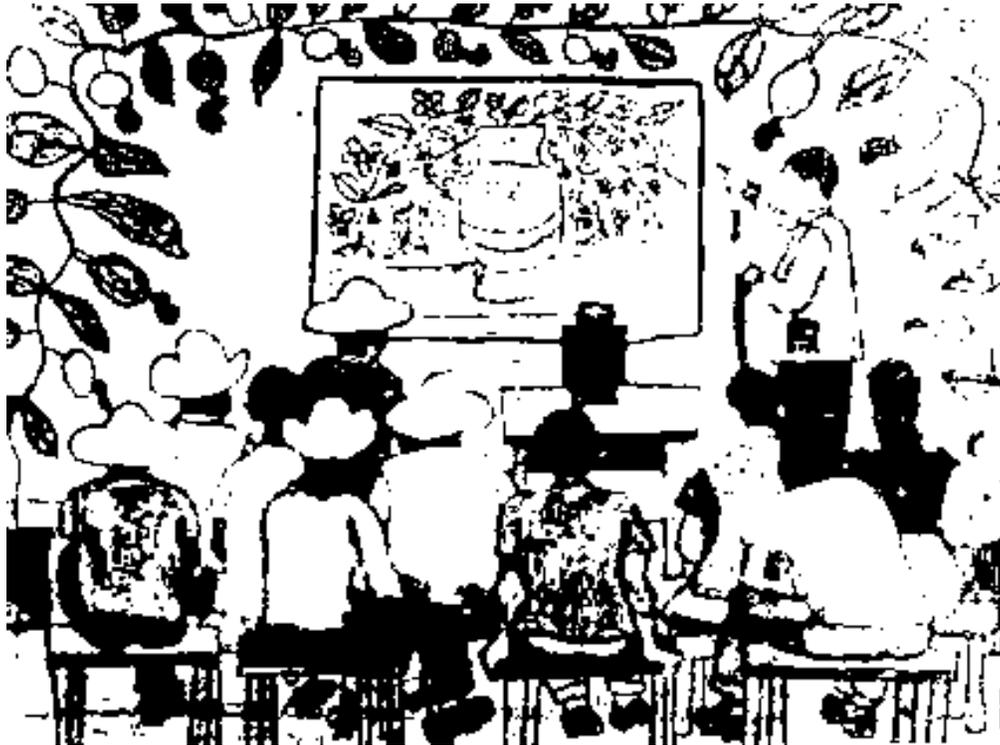


***Diante do Outro  
cheio de perguntas  
escritos sobre a pesquisa social  
e os dilemas do pesquisar***



***Carlos Rodrigues Brandão***

## ***Escrito entre as Nuvens***



### ***As únicas coisas eternas são as nuvens.***

*Mario Quintana*

*Desde os “anos sessenta” até quase agora livros meus foram publicados por diferentes editoras. Seis décadas em que eu vivi a ventura de ver os meus livros sendo publicados “em papel”. Agora os tempos são outros, e também os recursos de leitura.*

*Resolvi então que a maior parte dos meus escritos recentes, e alguns de anos passados, deverão ser “atirados entre as nuvens”. Assim, de uma forma livre e gratuita, quem os queira ver ou ler poderá ter acesso a eles.*

*Lembro o site: [www.apartilhadavida.com.br](http://www.apartilhadavida.com.br), onde boa parte do que escrevi ao longo da minha vida pode ser livre e solidariamente encontrado, acessado e compartilhado.*

*A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo, o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal.*

**Mikhail Bakhtin**  
**Estética e criação verbal**

*Eu posso saber o que o outro pensa. Mas eu não sei o que eu penso.*

**Atribuída a uma fala de Manoel Gutiérrez Estévez,**  
**em um Encontro em Trujillo, em 1992**

*Você sabe que podemos voar com asas: ainda não aprendeu a voar sem elas. Já se familiarizou com a sabedoria dos que sabem, mas ainda não se familiarizou com a sabedoria dos que não sabem.*

**o jejum do coração**  
**in: a via de Chuang tzu**  
de Thomas Merton

## **Índice**

**1. De onde eu venho e porque um livro assim - introdução**

*Adendo - “O que é uma pergunta?”*

### **PRIMEIRA PARTE**

*Um encontro chamado pesquisa*

**2. Distâncias Enganos Espantos Encontros**

**3. O difícil espelho - dizer para o outro, narrar-se ouvir, buscar compreender, interpretar, dizer o outro**

*Adendo – Um momento de revelação em Clarisse Lispector*

**4. Entre uma margem e outra de um rio de três margens**

**5. Seis ideias sobre o diálogo com o outro na experiência da pesquisa**

**6. O Pensado e o vivido - perguntas sobre o dizer da vida e a vida que se vive**

**7. E as crianças: onde? quando? como?**

### **SEGUNDA PARTE**

*Quem participa do que é participante?*

**8. Entre a observação participante dos antropólogos e a pesquisa participante dos educadores populares**

*Adendo - Quando a pesquisa vira poesia*

**9. Vinte a alguns anos depois - memórias e reflexões sobre a Investigação-Ação-Participativa**

**10. Pesquisa Participante, Ciência Popular e alguns dilemas de agora entre a antropologia e a educação popular**

*Adendo – Carta-manifesto dos homens e das mulheres vazanteiras do Rio São Francisco*

***11. Eles - Nós - Entre-Nós - uma viagem entre alguns quadrantes para tentar compreender o que as teorias nem sempre dizem***

***12. Alguns passos em direção ao encontro com o Outro na pesquisa participante***

***Adendo - Alguns momentos de Orlando Fals-Borda***

***13. Algumas modalidades atuais de investigações e ações pedagógicas em alguma dimensão... participantes***

***Adendo - João Guimarães Rosa***

***Livros lidos, consultados e indicados***

***Nota:*** A imagem de abertura desta sequência de estudos é a última das “fichas de cultura” empregadas nas versões originais do Método de Alfabetização Paulo Freire. Todas elas foram elaboradas pelo artista plástico pernambucano Ricardo Brennand.

**1.**  
***De onde eu venho  
e porque um livro assim  
introdução***

***“éramos invasores”***

Este não é mais um livro sobre “metodologias de pesquisa”. Talvez haja algo a respeito na sua “Segunda Parte”. Ele talvez seja bem mais um livro sobre “melodias de encontros entre pessoas através também da pesquisa. E isto sobretudo ao longo de sua “Primeira Parte”.

São muito raros os livros a respeito de pesquisa, de investigações científicas, qualquer que seja o seu território de procura de conhecimentos sobre alguma dimensão do que chamamos abstratamente de “realidade”, que comecem na primeira pessoa. Na imensa maioria das vezes eles aspiram serem objetivamente impessoais. Ora, na ciência que eu pratico, a antropologia, são raros e são pouco procurados e lidos os livros a respeito de “métodos e técnicas de pesquisa”. O melhor a respeito do assunto deve ser encontrado em momentos de prefácios e de introduções de livros resultantes do que chamamos de “pesquisa de campo”. E então, em muitos desses livros, entre antigos e clássicos e recentes e ainda pouco conhecido, a norma da impessoalidade é quebrada e “ali” o que se escreve é na primeira pessoa. É assumidamente confiante, e não será raro que um ou outro autor escreva mais as suas peripécias e aventuras “no campo”, do que as suas objetivas alternativas metodológicas.

No clássico *Argonautas do Pacífico Ocidental*, Bronislaw Malinowski, um dos fundadores da moderna antropologia, logo na parte “III” de sua célebre “introdução” a que deu o subtítulo: “tema, método e objetivo desta pesquisa”, convida a leitor a que partilhe com ele o que começou a viver tão logo uma lancha vinda de um navio inglês o deixou, comas suas tralhas, em uma ilha habitada por uma “povo nativo”, em um recanto distante do “mundo civilizado! E ele escreve isto.

*Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista. Tendo encontrado um lugar para morar num alojamento de algum homem branco – negociante ou missionário – você não tem mais para fazer a não ser iniciar imediatamente o seu trabalho etnográfico. 1.*

---

1. Está na página 19 de *Os Argonautas do Pacífico Ocidental – um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné – Melanésia*, em uma edição da Coleção Os Pensadores, da Editora Abril, de São Paulo, no ano de 1984.

Anos mais tarde, logo no capítulo 1 – A partida, do célebre livro *Tristes Trópicos*, Claude Lévi-Strauss se abre a um desabafo quase destinado a fazer outros investigadores de campo a desistirem de seus projetos. Ele, que a partir de suas anotações de campo no “Brasil Central”, irá inaugurar uma das ramas mais felizes, fecundas, estudadas e controvertidas ramas da antropologia.

*Odeio as viagens e os exploradores. E aqui estou disposto a relatar as minhas expedições. Mas quanto tempo para me decidir. Quinze anos passaram desde a data em que deixei o Brasil pela última vez, e durante todos esses anos acalentei o projeto de começar este livro: de todas as vezes fui detido por uma espécie de vergonha e de repulsa. Pois será mesmo necessário contar minuciosamente tantos pormenores insípidos, tantos acontecimentos insignificantes?<sup>2</sup>*

Na linguagem inversa, aquela em que em outros livros e momentos Claude Lévi-Strauss defenderá com singular ardor e empenho que, com outros olhares, “pormenores insípidos” e “acontecimentos insignificantes” resultam ser momentos ou resultados de acuradas investigações etnográficas submetidos com rigores científicos à procura original de dados e fatos “no campo” e, depois, escritos como teorias que almejam serem cientificamente confiáveis e relevantes. E ele dedicará páginas de enorme relevância na antropologia a uma metodologia fundada em pressupostos do estruturalismo, para a “análise dos mitos”.

Já em *Um jogo absorvente – notas sobre a briga de galos balinesa*, de seu livro, *A interpretação das culturas*, sem dúvida alguma um dos mais lidos e debatidos da Antropologia dos últimos quarenta anos, justamente num dos capítulos mais conhecidos e até mesmo utilizados como um repertório de preciosos ensinamentos sobre como pesquisar em antropologia, Clifford Geertz também pessoal e confidentemente narra – e o fará ao longo de várias páginas – não tanto o “como eu pesquisei em Bali”, mas “o que eu vivi antes de minhas pesquisa e durante ela”. Ele começa o capítulo assim:

*Em princípios de abril de 1958, minha mulher e eu chegamos a uma aldeia balinesa, atacados de malária e muito abalados, e nessa aldeia pretendíamos estudar como antropólogos. Um lugar pequeno, com cerca de quinhentos habitantes e relativamente afastado, a aldeia constituía seu próprio mundo. Nós éramos invasores, profissionais, é verdade, mas os aldeões nos trataram como parece que só os balineses tratam as pessoas que não fazem parte de sua vida e que, no entanto, os assediam: como se*

---

2. *Tristes Trópicos*, página 11.

*nós não estivéssemos lá. Para eles, e até certo ponto para nós mesmos, éramos não pessoas, espectros, criaturas invisíveis<sup>3</sup>.*

E logo a seguir, bem ao gosto dos antropólogos, ao invés de começar a discorrer sobre como procedeu etnograficamente em sua pesquisa de campo, Geertz descreverá minuciosamente como um inesperado acontecimento fortuito mudou tudo. E fez com que ele e a sua esposa passassem de um momento para o outro a serem não apenas acolhidos, mas carinhosamente integrados na “vida balinesa. E então, sem dizer isto com palavra ente a teoria e a metodologia, ele confessará ao leitor que o que objetivamente tem a ver com o processo de relações sujeito-objeto, na verdade é bem mais o acontecer de interações afetivas e dotadas de partilha de sentidos e significados entre pessoas. Mesmo quando uma delas é um “nativo” e, a outra, “um cientista”.

Muitos anos mais tarde Bruce Albert, autor de um livro notável, *A queda do Céu*, resultante de anos e anos de convivência e diálogos com Davi Kopenawa, um indígena ianomâmi, repensa o miolo das relações entre quem pergunta e pesquisa e quem responde e é pesquisado, de uma maneira não muito incomum entre profissionais da antropologia. Sobretudo no caso de pesquisas de longo curso, entre muitos meses e alguns anos, e principalmente quando uma certa cumplicidade de acordo é estabelecida entre-ele-e-eu, ou entre-eles-e-nós, a relação de pesquisa cumpre a seu modo preceitos estudados por Marcel Mauss em *Ensaio sobre a Dádiva*. Boa parte do que então acontece obedece a rituais oram mais solenes e explícitos, oura mis simples e reservados, em que de lado a lado as pessoas se envolvem em teias de relações regidas pela tríplice “obrigação” de dar, de receber e de retribuir. Assim acontece na vida. Assim, a seu modo, deverá acontecer na pesquisa.

*O etnógrafo iniciante costuma ser um jovem forasteiro fora do comum. A constância com que suporta as provações físicas, a humildade e a tenacidade de sua vontade de aprender, sem mencionar o estranho distanciamento que exhibe em relação ao próprio mundo, acabam por atrair alguma simpatia de seus anfitriões (nunca isenta de um misto sutil de compaixão e ironia). A partir dessas provas de boa vontade amigável, a disponibilidade generosa dos remédios e mercadorias desse visitante incomum, longe das relações paternalistas de exploração da fronteira, acaba convencendo os mais cétricos de seu caráter excepcional entre seus congêneres. Ao cabo de um tempo de observação, a natureza das relações que seus supostos "informantes" têm com ele começa a tomar outros contornos. Conforme ganham confiança, começam a avaliar sua aptidão para servir de intermediário, a favor deles, na comunicação entre os dois mundos.*

---

3. *A interpretação das culturas*, página 185.

*Agora com algum crédito, o etnógrafo aprendiz estabelece com eles — sem saber ou sem querer saber — um pacto implícito. O "material etnográfico" registrado a partir de então é ao mesmo tempo o alicerce e o produto desse pacto<sup>4</sup>.*

E de fato, a partir de minhas próprias experiências de pesquisas de campo, será também a partir de “pactos”, de “acertos”, de “acordos”, de “contratos” que estarei falando aqui. Mas estarei falando sobre “tudo isto” a partir de acreditar que a cada dia mais estamos caminhando para transformar experiências em relações e, relações, em encontros.

### ***De onde eu venho***

Também eu, em meu bem mais modesta escala, mas também ao longo de muitos e muitos anos, vivi aqui e ali experiências não muito diversas. E este será um livro que oscilará o tempo todo entre a confiança a respeito do “como eu vivi antes o que eu escrevo agora”, e a suspeita objetividade do “como eu penso que tudo isto deveria ser feito”.

Há um momento na vida em que você deixa de contar o tempo por anos e começa a medir os anos por décadas. Cheguei a este tempo. E no que toca tudo o que se lerá aqui, sou uma pessoa que atravessou seis décadas. Assim, eu posso colocar os meus começos no ano de 1961, e, hoje, sessenta anos depois, crio este livro em 2021.

Recordo e minha vida o começo dos anos sessenta. Em meu curso de “Formação de Psicólogos” na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, estudávamos um ano de matemática, dois de estatística e dois e “métodos e técnicas de pesquisa”. Aprendíamos objetivamente os pressupostos teóricos e metodológicos da “pesquisa científica” segundo os padrões de uma abordagem neopositivista, rigorosamente experimental, supostamente neutra, para se confiável, impessoal e submetida aos mais imperiosos rigores dos números, da estatística. O coordenador de nossas pesquisas dizia e repetia como algo entre o mantra e o dogma: “o que não se conta não se escreve!” Isto é: o que não passa pelo rigor do “controle estatístico deixa de ser ciência e é fantasia”.

Depois desta primeira, uma segunda imagem me vem. Mas ela será em um primeiro momento o quase oposto das narrativas dos três antropólogos que convidei a que viessem depor neste começo de livro. Eu estou ainda com um objetivo e “fechado”

---

4. Bruce Albert, *A Queda do Céu*, página 521. Devo esta oportuna referência e mais duas outras duas ou três a uma doutoranda minha, Fernanda Ribeiro Amaro, hoje há uma recém-doutora em antropologia. Na verdade, perdi há muito tempo a conta das vezes em que algo não sabido ou inteiramente desconhecido por mim foi aprendido com minhas alunas e meus alunos, da graduação ao pós-doutorado.

“questionário” nas mãos. Apenas o cenário agora é bem outro, e por felicidade ele pouco tem a ver com os laboratórios e as salas de aula da universidade.

Estamos na Ilha de Itaparica, na Bahia e eu sou um dos integrantes da “Equipe Nacional do Movimento de Educação de Base”. Vivemos ao longo de uma quinzena um “treinamento de pessoal”. E parte de nossos estudos giram ao redor do aprendizado de “pesquisas junto a comunidades populares”. Assim, em equipe, montamos com rigor um “projeto de pesquisa”. Construimos com severos preceitos um questionário. Mas serão outros os que estarão “do lado de lá”. Elas são pessoas entre camponesas e pescadores baianos. E junto a eles iremos aplicar questionários não para elaborar um “trabalho acadêmico”, mas para projetar, junto com eles, se possível, um “programa de alfabetização e de ação comunitária”.

Recordo ainda anos do começo da década dos anos setenta. Vivemos duros dias sob a “ditadura militar” implantada no Brasil desde abril de 1964. Sou agora um professor, primeiro da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e, depois, da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Desde os primeiros dias ensaiei trazer para o mundo acadêmico o que havia aprendido no mundo da “cultura e educação popular”. Ao redor de círculos e não mais na quadratura da sala-de-aulas, os meus primeiros encontros com estudantes de pedagogia, de comunicação, de serviço social e de outras áreas, buscam fazer interagirem os nossos trabalhos curriculares dos “programas de cursos” com breves e rústicas “experiências de pesquisa”.

Desde meus começos como professor universitário tornei-me conhecido entre colegas por acreditar que se a “sala de aulas” é o mais regular e previsível cenário para aulas e aprendizados programados, o “mundo lá fora” é um lugar mais oportuno e desafiador. E então, entre finais de semana e feriados saímos, grupos de estudantes e eu, pelas ruas de Goiânia, ou entre estradas de Goiás, rumo a pequenas “cidades de interior”.

Pequenos “experiências coletivas de pesquisa” faziam parte do núcleo do programa de estudos de uma disciplina, entre anual (comum naqueles tempos) e semestral. Em algumas ocasiões, concluído o “período letivo”, prosseguíamos com nossas pequenas pesquisas. Chagamos a publicar algumas delas em revistas de Goiás.

Vindo das experiências de estudante de psicologia e de educador de adultos, trouxe para aquelas primeiras “pesquisa coletivas” os “questionários abertos e fechados” como os nossos instrumentos de investigação. Mas agora eles eram mais “abertos” do que “fechados”. E buscávamos espaços maiores de liberdade de interpretação e de interações entre “nós e eles”. Trouxe também de vivências anteriores algumas práticas docentes que justamente no começo dos “anos sessenta” começava a ingressar na universidade. Algumas vezes, como em meu caso e no de algumas e alguns colegas de docência, pela porta dos fundos. Entre o “ensino centrado no aluno”, de Carl Rogers, e as propostas de “círculos de cultura” vindos de Paulo Freire e de diferentes ramos de trabalho com o que veio a ser depois a educação popular, começamos a substituir o monológico das “aulas prontas” pelos diálogos ao

redor de um círculo. Uma nova geometria e uma inovadora pedagogia em que a professora se assumia como uma entre outras participantes de uma experiência de trocas de vivências e saberes. Terei exagerado em algumas dessas ousadas experiências e devo confessar, tantos anos depois, que nem sempre elas realizaram na prática o que pensamos na teoria

Saltando década, entre o final dos “anos sessenta” e os últimos anos da “década dos 2010” entre um semestre e vários anos lecionei, segundo as minhas contas do passado e do presente, em doze universidades entre o Rio de Janeiro, Brasília, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e a Argentina. Desde as primeiras aulas (1968) e até as mais recentes (2011), busquei experimentar situações de círculos de diálogos. E sempre que possível, incentivei meus alunos de graduação ou de pós-graduação a que nos congregássemos como equipes, e saíssemos portas afora da universidade, em busca de pessoas, cenários e territórios de vidas e de culturas, que valessem pelo menos um breve exercício do que chamamos uma “pesquisa social”. Elas foram várias e algumas bem diferentes de outras. E os dias em que nos envolvemos com alguma delas são os que até hoje guardo com maior estima e saudade.

Quando com uma mesma “turma de alunos” que eu sempre preferi chamar de “comunidade aprendente” eu pude compartilhar não apenas um, mas dois e até mesmo três semestres letivos, criei situações em que práticas individuais e coletivas de pesquisas de campo constituíam parte do próprio núcleo de um “programa de estudos”. Assim, tanto cada aluna individualmente, como a “turma” no seu todo deveria partilhar projetos de pesquisas de campo não como um “trabalho final de curso”, mas como uma atividade a ser enunciada e dialogada desde um primeiro encontro, uma primeira aula.

Logo no começo dos “anos setenta”, quando me surgiu a oportunidade de apresentar-me para um “programa de mestrado”, dei adeus à minha psicologia de origem, e ingressei no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. De um dia para o outro, entre etnógrafos e etnólogas especializadas em estudos de sociedades e culturas indígenas, eu descobri “a minha tribo”. E então eu me adentrei de corpo e alma em uma nova e desafiadora experiência. A ela antropólogos costumam dar nomes como “pesquisa de campo”, em que tão livres quanto de objetivas estatísticas e impessoais questionários, praticávamos “pesquisas qualitativas” fundadas na “observação participante” (a mesma de que Malinowski se considerava um co-fundador) e em relações as mais interpessoais e interativas possíveis com e junto a “as outras pessoas”.

Desde então foram muitas, nos mais diversos recantos de Goiás, de Minas Gerais, de São Paulo e da Galícia em que a sós ou na companhia de equipes de estudantes, eu vivi diferentes momentos e experiências de “pesquisa antropológicas”. A respeito dela e de seus dilemas estarei escrevendo algo, entre a confiança, o sentimento de realização e a desconfiança.

O meu encontro como o que viemos sucessivamente a chamar de “autodiagnostico”, “pesquisa participante”, “pesquisa-ação-participativa”, “pesquisa militante” foi entre o final dos “anos setenta” e o longo intervalo entre as décadas seguintes.

Foi algo situado fora da universidade ou sem seus entre-lugares menos formalmente acadêmicos. E, mais até mesmo do que no caso das pesquisas de campo “solitárias” ou “solidárias” foi algo que eu vivi em pelo menos cinco dimensões que ora se afastavam, ora interagiam umas com as outras. Eu vivi a “pesquisa participante” como um ativo... participante; como um autor de escritos, entre relatórios de pesquisa e tetos mais formalmente teórico-metodológicos; como editor ou co-editor de três livros coletivos sobre o tema; como participante de inúmeros encontros, simpósios, congressos e semelhantes, aqui no Brasil e na América Latina; e como orientador de estudantes de graduação e de pós-graduação (raramente vindos da antropologia) que declaravam ser “participante” a aventura de pesquisa em que se lançavam.

A pesquisa participante, ao contrário da observação participante, não frequentava os programas curriculares de “métodos e técnicas de pesquisa antropológica”. E o que dela vivi na universidade foi bastante mais junto a estudantes de pedagogia e, décadas mais tarde, de geografia, na Universidade Federal de Uberlândia, ou de “desenvolvimento regional”, na Universidade Estadual de Montes Claros.

E será sobre ela que, entre escritos recentes e alguns mais antigos, estarei falando ao longo de quase toda a “Segunda Parte” deste livro. E assim tal como no meu documento curricular para a “livre docência”, recomendo a quem não tenha muito tempo e nem queira se envolver com questões mais teórico-relacionais, que vá direto aos capítulos da Segunda Parte.

### ***E porque um livro assim...***

Coordenei os dois primeiros livros publicados no Brasil sobre a pesquisa participante - *Pesquisa Participante* – 1981 e *Repensando a pesquisa participante* – 1984. Comparti com Danilo Streck a criação de um outro livro coletivo - *Pesquisa Participante – a partilha do saber* – 2006. E antes desta última coletânea elaborei e fiz publicar um livro-solo sobre a pesquisa - *A Pergunta a Várias Mãos* – 2000.

A experiência da publicação da coletânea de artigos reunidos em *Pesquisa Participante* e em *Repensando a Pesquisa participante* resultou em algo de fato inesperado e surpreendente. Os dois livros conheceram até hoje várias edições. E de acordo com os informes que recebo, mesmo depois de mais de quatro décadas eles seguem sendo reeditados, e com muita frequência são ainda citados em trabalhos acadêmicos ou não. Nunca imaginei uma tão longa vida para dois livros publicados “no calor da hora”, e publicados para dialogarem com questões aparentemente tão presentes, prementes e passageiras.

Décadas mais tarde das primeiras publicações, resolvi reunir em um novo livro alguns escritos “dos anos 2000”. Eles partem dos mesmos e de outros dilemas e antigas e recentes buscas de caminhos e de horizontes, nem sempre encontrados e nem sempre plenamente vislumbrados e realizados. Este livro recolhe experiências e dilemas presentes em e para além de “métodos e técnicas, no acontecer de um “encontro com o Outro chamado pesquisa”. Quero acreditar que o que escrevo aqui em boa medida aprofunda algumas ideias, alguns devaneios, algumas memórias, e mesmo algumas práticas reunidas em meus livros anteriores. Mas devo confidenciar a quem me leia que muitos dos ideais de partilha e convivência escritos aqui em minha vida constituem mais o imaginário dos desejos do que a realidade das vivências.

Tudo o que está escrito aqui provém das duas faces, ou das duas vocações – ou mais de duas - de minhas vivências ao longo de seis décadas. Uma dessas faces é a da academia. Ela envolve a minha vida como professor, pesquisador e participantes de coletivos de debates sobre o tema, desde o ano de 1967, entre universidades aqui no Brasil e em outros cantos da América Latina. A outra face revela vivências anteriores, pois elas vêm desde 1961 e que se estendem até agora. Ela recolhe algumas práticas de acompanhamento direto ou indireto de ações entre a cultura e a educação, realizadas como e através de pesquisas, entre diferentes vocações de movimentos sociais.

A mais simples, bela e convincente ideia posta por escrito sobre o que é a pesquisa foi escrita no último parágrafo de um livro de Roland Barthes. O livro tem este pequenino nome: *Aula*, e transcreve a “aula magna” que Barthes proferiu (inovador e transgressivo como sempre) quando foi eleito como docente do Collège de France. É quando concluindo a sua “aula” ele confidencia.

*Empreendo, pois, o deixar-me levar pela força de toda a vida viva: o esquecimento. Há uma idade em que se ensina o que se sabe; mas vem em seguida outra, em que se ensina o que não se sabe: isso se chama pesquisar<sup>5</sup>.*

Acredito plenamente no que está escrito acima. E fiz desta ousada lembrança de Roland Barthes um dos meus supostos essenciais da prática docente e da de investigação científica. Seu último parágrafo termina com uma confidência comovente e extremamente ousada, que não irei transcrever aqui. Penso que há tempos na vida de quem aprende, ensina, pesquisa e participa de ações sociais, em que se fala sobre os “outros” através de um “eu”, ou através de um restrito “nós”. Mas vem a seguir um tempo em que se escreve também sobre um “eu”, ou um “nós”, através dos “outros”. Que neste livro uma vocação da aula e da pesquisa não conspire contra a outra.

---

<sup>5</sup> Está na página 49, da edição de *Aula*, publicada pela Editora Cultrix. A “aula” de Barthes, segue-se um estudo longo de Leyla Perrone Moisés. O grifo a palavra *pesquisar* é de Roland Barthes.

Assim, este conjunto de escritos centrados na pesquisa social pendula entre o antropólogo do mundo universitário e o educador popular, que até agora não encontrou outro nome para o que pratica e sobre o que escreve, desde pelo menos o começo dos anos sessenta.

Desejo depor aqui sobre o dilema de alguns conhecimentos, e também de alguns desconhecimentos. Assim sendo, escrevo sobre estranhos silêncios que povoam boa parte do que habita nossos imaginários, nossas ideias, nossas teorias, e também as nossas práticas como pessoas que a sós ou em equipes... “investigam “outros”; “os outros”.

Escrevo a respeito do que tenho vivido, dialogado e experimentado. E então, bem à diferença de outros escritos de diversos autores latino-americanos sobre o tema que nos reúne aqui, os escritos deste livro não detalham uma experiência única, e nem uma sequência uniforme e convergente de práticas de investigação social. E eles também não pensam alguma questão teórica ou metodológica uni-dirigida e ilusoriamente exclusiva.

Penso hoje que nas trilhas de minha vida de pesquisas, as minhas vertentes de pesquisas, são saídas de uma mesma estrada. E, assim, mesmo quando distanciadas, elas dialogaram bastante ao longo dos anos. Cada uma em seu momento, cada uma com a sua vocação, e cada uma destinada à sua finalidade, elas ora apenas se tocaram sem maiores conflitos, ora até se complementavam, fecundando umas às outras.

Entre a docência, a militância e a pesquisa, entre algum dia de março de 1961 e agora, o começo do ano de 2021, atravessei seis décadas de vida e de trabalhos, entre praticamente todas as alternativas mais conhecidas e exercidas de um intervalo que vai da pessoa, através da psicologia de minhas origens em 1961, da pedagogia, através de minha ininterrompida presença junto a diferentes movimentos de algum modo vinculados à educação popular, desde janeiro de 1964, e da antropologia, como professor-e-pesquisador de campo, desde a metade de 1967 e, depois desde a metade do ano de 1972.

Até onde busco ao meu redor, identifico pessoas com uma trajetória próxima à minha, mas dificilmente alguém que entre o “laboratório”, a “sala-de-aulas” e o “campo” tenha praticado uma tal variedade de alternativas e modalidades de investigações sociais.

Agora, quando mais eu escrevo sobre o que e o como eu pesquisei, do que pesquiso a partir do que escrevi, comparto com pessoas que transitam entre os dilemas de *pesquisas etnográficas* que em boa medida parecem haver chegado ao seu ponto limite, como se verá na Primeira Parte deste livro, e as *pesquisas participantes* que agora, sobretudo nos últimos anos parecem ainda às voltas com dilemas que pareciam haver sido através delas superados, quando vivencial e interativamente dialogamos as suas trilhas e horizontes com Paulo Freire, com Orlando Fals-Borda e com tantas outras pessoas que, como eles, já partiram.

Foram muitas as pessoas, entre camponeses de Goiás, professores e estudantes de algumas universidades, e também militantes de alguma trilha da educação popular as que de algum modo estiveram sempre presentes no que aqui está escrito, ou em trabalhos de campo que mais adiante resultaram no que escrevi antes e agora reúno neste livro. Alguns terão os seus nomes lembrados entre citações ao longo dos escritos do livro, ou em algum escrito presente na bibliografia ao final.

Outras e outros cujos nomes não aparecem aqui, sobretudo quando “as pessoas do povo” cujas vidas, trabalhos, rituais, sonhos, devaneios e denúncias presentes em alguns livros meus são o que de melhor se pode encontrar neles, nem por não serem aqui nomeados estão esquecidos. Eles se somam a outras pessoas que conformam a legião de mulheres e de homens a quem devo agradecer pelo muito que vivemos juntos, antes. E pelo tanto que seguimos convivendo agora.

***Rosa dos Ventos***

***Primavera de 2020***

***Adendo***

***“O que é uma pergunta?”***

Não sei se algum dia Paulo Freire colocou por escrito isto que ouvi dele mais de uma vez.

Certa feita no Chile, e no começo de seu exílio, ele foi a uma reunião com camponeses. Depois de ser apresentar, ou de ser apresentado, ele teria dito que estava “ali” para conhecer algo da vida dos camponeses do Chile, e que gostaria de fazer a eles algumas perguntas.

Foi quando, antes de continuar a sua fala um dos homens presentes o interrompeu e perguntou: “*Mas, professor, o que é uma pergunta?*”

E Paulo nos dizia que aquela foi a sua mais surpreendente e sábia “lição de epistemologia”.

Com o que concordará João Guimarães Rosa tal como o reescrevo aqui.

*Vivendo se aprende: mas o que se aprende mais,  
é só ao fazer outras maiores perguntas.*

***Grande sertão: veredas***



**PRIMEIRA PARTE**  
***Um encontro chamado pesquisa***

**2.**

***Distâncias Enganos Espantos Encontros***

*A atividade é a faculdade de receber*  
*Novalis<sup>6</sup>*

***Distâncias***

O Acontecimento mais importante em uma relação de pesquisa é também o mais secreto, o mais silenciado, o menos confessado e posto às claras. Ele é uma espécie de acordo entre duas ou mais de duas pessoas, situadas em uma e na outra margem do fluir de uma investigação social. E qual é este acordo não dito, mas rigorosamente observado de um lado e do outro? Ele pode ser enunciado ou não, desde o lado de quem realiza uma pesquisa: quem a pensou, quem a projetou, quem a levou a realizar-se, quem perguntou e esperou respostas, quem a partir dos seus “dados” teria escrito algo, produzido, divulgar, publicado algo pertinente: um relatório, um artigo, um livro ou o que seja.

Eis uma das razões pelas quais pretendo começar este capítulo deste livro com um inesperado distanciamento do tema e dos dilemas relacionados à pesquisa. E, de maneira assumida e através de um especial, distanciando de vocações de pesquisa entre a *observação participante* da antropologia e a *pesquisa-ação-participativa* dos educadores populares. Assim sendo, desejo trazer a este começo de capítulo algo que tenha a ver com a relação entre pessoas na psicoterapia. Afinal, durante alguns poucos anos eu fui um psicólogo.

E, então, em um momento deverei narrar a maneira como um dia elaborei um “memorial” indispensável ao meu “exame de professor livre-docente” na Universidade Estadual de Campinas. Logo se verá porque começo este capítulo sobre “um encontro chamado pesquisa” com algo que sendo em aparência quase o oposto de sua prática costumeira, acabará trazendo algo provavelmente proveitoso aos dilemas presentes entre quem investiga junto a pessoas e a coletivos de pessoas.

Recordo o que acabei de escrever páginas acima. Em minha formação como psicólogo fui obrigado a envolver-me com estudos e com “experimentos” regidos por uma lógica fortemente neopositivista, estabelecida sobre questionários e estatísticas.

---

<sup>6</sup>. Conforme está escrito na página 173 de *O arco e a lira*, de Octávio Paz.

Mas, de outra parte, no mesmo “Curso de Formação de Psicólogos”, durante cinco anos fui submetido a um aprendizado teórico e prático centrado no que então denominávamos uma “psicologia humanista”, interativa e fortemente dialógica. Ora, sabemos que no acontecer de uma relação terapêutica derivada de tal rama de psicoterapia, tudo deve começar mediante um acordo tácito e fundador do que irão viver e interagir a pessoa do terapeuta e a de um cliente. Cliente que pode ser individual ou coletivo, como acontece em diferentes versões de terapias grupais, como a que adiante estarei lembrando. Este acordo fundador poderia ser escrito mais ou menos assim:

*Você, meu cliente, vai se narrar para mim. Em seus tempos e termos, e a seu modo, você deverá livremente se revelar para mim... e para nós, claro. Você deverá tentar tornar-se o mais consciente de si-mesmo, e o mais transparente possível para-si-mesmo e para mim. Começando pelo mais social e o mais trivial, você deverá mergulhar cada vez mais profundamente em si-mesmo, em sua vida, nas vidas de outras e de outros com quem você comparte a sua vida e, sobretudo, no acontecer das diferentes interações que você viveu ou vive ainda com suas diferentes pessoas relacionais. Até onde for viável, você deverá revelar a si-mesmo e a mim o que “tudo isto” significou no passado, e significa ainda agora para você. Você vai se percorrer a si-mesmo, como um alguém que vai transitando entre salas e quartos e outros cômodos variadamente iluminados da “casa de você mesmo”. E, se quiser, você poderá chegar ao porão totalmente escuro de um eu-mesmo”, munido de uma lanterna que ilumine partes pequenas, e até mesmo as partes maiores e menos conhecidas de você-mesmo. E, claro, também de mim.*

*Eu, o seu terapeuta, vou ouvir você com toda a atenção. E vou participar ativamente, com as minhas perguntas e observações, de sua narrativa. Na relação entre-nós o que importa é essencialmente você, e o desvelamento que você fará de si-mesmo. Minha interação com você servirá a você, e não a mim. Tudo o que nesta sala for vivido-pensado-e-dito servirá a você. Servirá a você através não de mim, o terapeuta; mas através de uma relação entre-nós estabelecida com base em uma mútua e diferenciada confiança.*

*Quanto mais confiável, livre e livremente confiante for esta nossa relação, e lograrem ser também as suas narrativas de um eu-mesmo, proferidas entre palavras, silêncios, gestos, atos de sensibilidade, etc. tanto mais será possível para mim confiar em suas narrativas, conhecer algo de você e compreender você e a sua interioridade. Enfim, realizar a tarefa de buscar junto com você: conhecer, analisar, interpretar, tornar compreensível para você e para mim o ser chamado... “você”. E o que vivermos e partilharmos aqui começa em você e termina em você. Cabe a você formular as suas perguntas e buscar as suas respostas.*

*Tudo o que farei serão algumas breves intervenções, para apenas ajudar você a prosseguir em um trabalho que é substantivamente seu, e de que eu participo como uma “voz” secundária e auxiliar. Enfim, você mesmo deverá aprofundar as memórias, as imagens, as narrativas, os conhecimentos e os sentimentos que afinal são seus; que estão em você; e que cabe a você desvelar como e quando assim o desejar. Se como um resultado de tudo isto você lograr tornar-se mais consciente de quem é, e mais sensível ao que você é, este terá sido o resultado de um trabalho seu, com a minha complementar ajuda. Se no fim das constas você se sentir curado do que o fazia infeliz, a cura terá sido sua, em dois sentidos. Você estará curado; você se curou a si mesmo. Que tudo entre nós aconteça através de um confiável, aberto, fecundo, profundo e crescente diálogo.*

Guardemos por agora essas palavras e imagens. Saiamos da relação dual da “psicoterapia centrada no cliente”, para algo mais assumidamente acadêmico<sup>7</sup>. Devo agora trazer até aqui uma experiência minha, de quando já era um quase “professor veterano”. Eis o que eu tenho a narrar.

Quando há uma duas ou três décadas atrás precisei elaborar um completo e complexo “memorial”, destinado ao meu exame de “professor livre docente em antropologia” do simbolismo na UNICAMP, cometi uma assumida transgressão. Até onde fiquei sabendo, imagino que aquela terá sido a primeira vez em que tais rigorosos exames acadêmicos acolheram um tão controvertido “memorial”. Ele foi, como todos os outros, um currículo vitae muito aumentado. Como todos os outros, ele deveria ser um currículo vitae consistentemente acrescido de dados, fatos e feitos durante uma “carreira acadêmica”. Nele o “candidato” deveria descrever com suficientes detalhes a sua “carreira científica e docente”, desde os começos escolares da formação, até o quase presente momento. E o “memorial descritivo” constitui um dos documentos obrigatórios a ser avaliado por uma banca de cinco professores altamente titulados durante dos dois dias em que dura um “exame de livre docência” nas universidades do Estado de São Paulo.

Assim, quando me tocou elaborar o meu memorial, eu resolvi de repente escrever um inesperado documento em dois momentos e sob duas linguagens, através de memórias de quem fui e sou, e do que andei fazendo, criando e dialogando desde quando era um “menino do Rio”, estudante de escolas cariocas, até o que logrei realizar como um já professor desde décadas atrás. Pensei que os documentos

---

<sup>7</sup> “Terapia centrada no cliente” é uma fórmula e uma prática criadas pelo psicólogo e psicoterapeuta norte-americano Carl Rogers. Ele foi durante anos uma fecunda e persistente influência entre psicólogos de todo o mundo, sobretudo os de alguma maneira afiliadas a alguma corrente da “psicologia humanista”, como eu mesmo. Rogers possui vários livros em Português, e é reconhecido também como também um criador de uma modalidade de “educação centrada no aluno”.

peçoais-oficiais do mundo universitário costumavam descrever quem somos científico-academicamente, na mesma medida em que discretamente ocultavam quem no fundo nós fomos e seguimos sendo, como pessoas e entre as pessoas dos mundos em que vivemos. E, claro, fora tempos, dos espaços e dos padrões consagrados na e da academia. Por exemplo, creio que Einstein nunca terá escrito em seus “documentos oficiais” que gostava de tocar violino, e que se frustrava de ser um precário violinista. O mesmo rigoroso cientista que ao longo de sua vida teria tido vocações socialistas, e teria alguns candentes artigos críticos sobre questões sociais e políticas de seu tempo. Quantos poetas de livros nunca publicados terão confessado o seu amor pela poesia num currículo vitae de um professor de ciência política? Que professora sonhou sempre ser uma bailarina, e um dia colocou este desejo tão pessoal em um documento docente? Eu mesmo nunca confessei nos meus, ao longo dos anos, que quando jovem fui um “escoteiro”, depois um “guia excursionista”, logo a seguir um “guia de escaladas de montanhas”, e também um “voluntário da Cruz Vermelha”.

Assim foi que decidi, dias antes de elaborar o meu “memorial descritivo” destinado à candidatura à livre-docência em antropologia do simbolismo” pela Universidade Estadual de Campinas, dividi-lo em duas partes. Uma seria a face oficial e esperada: um longo desdobramento de meu *currículo vitae*. O outro deveria ousar ser o seu quase oposto. Seria um inesperado e transgressivo: *correr da vida*.

Para tanto, decidi iniciar o documento oficial com dois pequenos “prefácios”. Um deles com este título: “ao leitor sem tempo”. Nele eu recomendava a que quem de minha futura banca não tivesse muito tempo, ou pequena disposição para inesperadas divagações, que lesse apenas as páginas oficialmente acadêmicas do “currículo vitae”. O outro prefácio tinha este título: “ao leitor sem pressa”. E nele eu convidava a quem me quisesse conhecer pelo quem “eu sou de verdade”, e não apenas formal e academicamente, que lesse o memorial completo. Que então me visitasse pelos “dois lados de mim-mesmo”.

E assim, ao chegar ao momento em que descrevia como pouco a pouco fui me afastando da psicologia de origem e me aproximando da antropologia, no “currículo vitae” eu narrava o meu ingresso no mundo da educação popular; o meu vínculo com os “movimentos de cultura popular” do começo dos anos sessenta, através do Movimento de Educação de Base, e o meu inevitável e feliz encontro com o e que então começamos a chamar de “cultura popular”. E depois eu narrei as minhas aproximações com a antropologia, através de meu grande interesse pela então “linha de cultura e personalidade”, que desde os anos cinquenta emergia nos EUA e chegava ao Brasil. Falei de minhas leituras de Margareth Mead, de Abraham Kardiner, de Eric Erikson e de outros mais, entre psicólogos e antropólogos.

E uma outra vertente, talvez mais profunda, fecunda e improvável na face acadêmica de um “memorial descritivo”, eu desvelava com todas as letras os meus sonhos e imaginários, assim como de minhas vivências e leituras desde a infância até toda a juventude. Lembrei então de Tarzan dos Macacos; dos livros inesquecíveis de

Júlio Verne; e de outros livros mais as revistas de “banca de jornalista”, em que os heróis eram invejáveis desbravadores entre os desertos e os polos. E eram ainda aventureiros da vida e da cultura mais próximos da ciência, como temerários arqueólogos em busca de “cidades perdidas”, ou exploradores em busca de terras não-desbravadas, perigosamente habitadas por “povos selvagens”, não raras comparsas de alguém como “O Fantasma”, um de meus inapagáveis heróis (mas porque ele nunca tirava a máscara?) Ali sim! Ali estava a face se não a mais verdadeira, pelo menos a mais ancestral, a mais arraigadamente primeira e primitiva dos imaginários que mais tarde me levariam à antropologia. Como antes me levaram a uma vida de “trilheiro”, de “escalador de montanhas”, e de um frustrado candidato a uma formação universitária em “engenharia florestal”.

Assim, ao longo de todos os itens de “trajetória da carreira” eu escrevia o lado obrigatória e formalmente acadêmico; e também o lado aleatória e pessoalmente “aquém e além da academia”. Ambos caminhos que ao longo dos anos me levaram ao momento da “livre-docência” que eu vivi por escrito e ao vivo, diante de uma banca examinadora. Uma banca, devo confessar, a quem agradei sobremaneira a minha ousadia.

Repeti algo assim aqui e ali na introdução de algum livro, no começo de um curso na universidade, ou mesmo de alguma pública palestra ou mesa-redonda. Afinal, porque esconder o meu “outro lado” pessoal e profundo, ali onde talvez se situem os desejos, os motivos, os imaginários e as narrativas de vida mais afetivamente profundos. Mais secretamente impositivos e, por isso menos, menos confessáveis, como a dimensão não-oficial que muito provavelmente desenha no mapa de nossas vidas bem mais rumos e portos de chegada do que o “lado público”, curricularmente confessante e oficial de quem somos.

E escrevo isto porque acredito que para além da formalidade não raro estreitamente enquadrada de tantos escritos sobre a pesquisa social, muito do que nos falta para torná-la mais conectiva, confiável e confidente, talvez não esteja na comparação ponto-a-ponto de teorias, de metodologias e de práticas de pesquisa. Talvez tudo esteja bem mais na qualidade das interações eu-outro, e em uma mútua e difícil decifração recíproca não apenas entre os nossos diferenciados *problemas*, mas também entre os nossos comuns e partilháveis *mistérios*.

Na sequência dessas iniciais e inesperadas revelações e confidências, desejo trazer aqui ainda uma experiência que de que eu participei durante o último ano de meu curso de psicologia. Motivado a sair de psicoterapias duais, do tipo psicólogo-paciente, decidi me especializar em “dinâmica de grupos”, algo extremamente valorizado entre psicólogos e também entre educadores populares ao longo dos anos sessenta. Assim, como a parte central de minha formação, participei durante um quase ano inteiro de um “grupo de encontros”. Algo que traduzido do Inglês – pois ele vinha dos EUA – seria: “treinamento de sensibilidade”. Nós nos reuníamos semanalmente: um coordenador, que em muito pouco intervinha, e um grupo de

umas doze estudantes, mulheres em maioria extrema, e nem todas provenientes da psicologia.

O propósito do experimento era o propiciar um auto-e-alter conhecimento, através de comportamentos interativos em que mutuamente os participantes forneciam uns aos outros as suas percepções do que estava acontecendo em um dado momento, juntamente com a expressão de seus sentimentos. Tudo deveria ser vivido como uma resposta pessoal e interativa a uma ação – entre palavras e gestos – originada de uma outra, ou de outras participantes do grupo

Lembro-me de que em sua única fala demorada, a do início dos trabalhos no primeiro dia, o nosso coordenador desenhou no quadro-negro um retângulo. Com duas linhas ele o dividiu em quatro quadrantes. Escreveu no primeiro: “Eu-Claro”; no segundo “Eu-Secreto”; no terceiro “Eu-Público”; no quarto: “Eu-Oculto”. E a seguir começou a qualificá-los.

No “Eu-Claro” estão situadas as dimensões de mim-mesmo que eu e ou meus outros acreditamos que são representadas nos meus sentimentos e na minha consciência, e também nos e nas deles. No “Eu-Secreto” estariam representadas dimensões de mim-mesmo claras e conscientes para mim, mas não para os meus outros. Ali deveria estar o meu “diário secreto”, escrito ou não. No estranho “Eu-Público” estão contidas as dimensões de mim-mesmo desconhecidas por-mim, mas claras e conhecidas para e pelos meus-outros. Por exemplo, o susto que eu levo quando em uma conversa íntima alguém afirma sobre meu comportamento, ou sobre o meu “modo de ser”, algo que ao seu ver está em mim. Mas algo que sendo “eu” ou “meu”, eu não logro reconhecer, ou eu me recuso a representar em minha consciência. E então o coordenador fazia um paralelo com a nossa nuca, que todos vêm com facilidade, menos nós. Finalmente, no misterioso Eu-Oculto estariam situadas as reais e mais desconhecidas dimensões de mim-mesmo. Algo de que nem eu e nem os meus outros somos conscientes. Assim sendo, o propósito do “treinamento de sensibilidade” era o de criar no coletivo, algo semelhante ao que se propõe em uma relação terapêutica vivida entre duas pessoas.

Nos termos da exposição inicial de nosso coordenador, nós estávamos reunidas ali para mutuamente nos oferecermos “feedbacks” destinados a ampliar para nós e para as outras pessoas, algumas áreas ampliadas de meu Eu-Claro, de meu Eu-Secreto, de meu Eu-Oculto e até mesmo de meu cavernoso Eu-Oculto, ao longo dos nossos encontros semanais. Lembro-me de que havia então apenas duas regras essenciais para os nossos “encontros de sensibilidade”. Primeira: somente era permitido falar a respeito do “aqui e agora”. Segunda: apenas se podia falar algo que representasse a expressão de sentimentos, sobretudo quando relacionados “ao que estava acontecendo aqui e agora”. Nenhuma consideração objetivamente racional ou teórica era permitida. Nenhuma reflexão vinda da psicologia, da psicanálise, da filosofia ou do que teórico e aprendido fosse. Valia a “expressão dos sentimentos”, e nada mais. Dizer a alguém: “pelo que eu estudei de Freud você está revelando um

enorme conflito de Édipo” era interdito. Até mesmo dizer, “na minha opinião eu penso que...” também era interdito. Mas não: “o que você acaba de me revelar me tocou muito forte e está me fazendo neste momento um grande bem”... ou “um grande mal”.

O que anos e anos mais tarde me faz lembrar agora três pequenas frases que recordarei aqui sem maiores dados e citações. Uma é atribuída a Gaston Bachelard: “estou só, logo somos quatro”. A Outra a Jacques-Marie Émile Lacan: “Sou onde não me penso”. A terceira, lembro, é a segunda epígrafe deste livro: “Eu posso saber o que o outro pensa. Mas eu não sei o que eu penso”.

Ora, em alguns momentos de nosso longo “treinamento de sensibilidade”, o coordenador nos propunha um exercício aparentemente trivial, mas que desaguava em evidências bastante surpreendentes. Sempre que me vi envolvido diante de outras pessoas, entre perguntas-e-repostas de uma pesquisa de campo, eu me lembrava dele. E ainda penso que um dos maiores entraves em uma situação dialógica de pesquisa tem muito a ver com o nosso singular exercício de mutua-compreensão.

Depois de proposto o exercício pelo coordenador, durante um longo tempo nós deveríamos nos comunicar começando sempre a nossa fala dirigida a quem acabara de enunciar a sua, com esta fórmula: “se bem entendi”. E então tínhamos que dizer, ou buscar reproduzir a “fala-do-outro” tal como supúnhamos a haver entendido. Algo como “se bem entendi, você acaba de dizer que...” Ora, resultava então que em quase todas as ocasiões o interlocutor respondia algo como: “de modo algum! Não foi nada disso o que quis dizer, e você agora está repetindo sem me entender!” Ou: “você não compreendeu quase nada do que eu acabei de dizer!” Ou ainda: “você me entendeu pela metade”; “você está distorcendo tudo o que eu acabei de dizer”, etc. etc.

E mais de uma vez eu me lembro de que tentei com a fórmula “se bem entendi” traduzir o que havia ouvido e pensava que havia compreendido da fala simples de um outro alguém. E no mais das vezes, quase sempre por três repetidas vezes tive que ouvir que a pessoa a quem me dirigia, e cuja fala buscava reproduzir, considerava que eu não entendera “nada”, ou “quase nada” do que ela acabara de nos dizer.

E, então, mutuamente nos corrigíamos a partir da evidência de que mesmo em uma conversação simples entre pessoas reunidas em um pequeno círculo durante muitos meses, ainda em muito pouco nos entendíamos, quando parecia tudo ser de tão claro de parte a parte. E era evidente que quanto mais pessoal e profundo o que alguém do grupo dizia, tanto mais ele era pessoal e coletivamente mal-entendido.

Será que você entendeu o que eu quis dizer por escrito?

## **Enganos**

Ora, em situações típicas de uma investigação científica, mesmo quando há uma intenção de ajuda, de esclarecimento, de crítica, ou até de denúncia em favor de quem está sendo pesquisado, talvez tudo aconteça ao contrário de uma costumeira relação terapêutica. E possivelmente, entre silêncios e inconfidências, boa parte do que acontece “ali” resulta de que o pesquisador pergunta assuntos de “currículo vitae”, enquanto a pessoa a quem ele pergunta prefere responder com palavras e com imagens do “correr da vida”. Sobretudo se for um alguém de “fora do meu círculo de vida e de cultura”. E, mais ainda, se for, como sempre foi em meu caso, “uma pessoa do povo”.

Ao contrário do que se vive em uma mesa de bar entre amigos, ou em um momento de “terapia centrada no cliente”, entende-se que a interação eu-outro em uma pesquisa não cria em seu desenrolar o que estarei chamando aqui de um *entre-nós*, desde a elaboração de um projeto até a escrita de um relatório final. Acaso poderia ser diferente?

E assim tende a ser, porque é teórica metodológica e interativamente previsível que um polo (o do pesquisador) pergunte sem responder, enquanto o outro (o do pesquisado) responda sem perguntar. Ou permaneça restrito a “perguntas de espelho”, perguntas apenas que seja esclarecido sobre o que lhe foi perguntado.

E esta é a “arma”, a “aura” e a “alma” de uma pesquisa social.

Assim, de um lado e do outro de um rio com três margens e frágeis pontes, sem que ele seja dito às claras, há um duplo enunciado que tende a reger uma inevitável troca desigual que pesquisador-e-pesquisado convivem e desigualmente partilham “aqui e agora”.

Acredito que o investigador sabe bem, mas não raramente diz em voz alta ao seu desigual parceiro o que eu escrevo aqui.

*Você está diante de mim e deverá responder às perguntas que eu lhe farei em um inventário, um questionário, uma entrevista aberta ou fechada, etc. Ou, então, diante de mim você agirá, atuará, realizará uma performance que eu ouvirei, observarei, registrarei, fotografarei, gravarei, etc. Então, o percurso de nossa interação “aqui e agora” - e como um pressuposto do que estamos vivenciando entre-nós - resultará em algo que você dificilmente poderá compreender comigo e como eu. Você provavelmente não conhecerá na íntegra o resultado final do “meu trabalho de pesquisa sobre você. Uma relação de que você participa como meu “objeto de”, ou mesmo como um “sujeito em”. Mas algo que antecipadamente eu projetei segundo os termos de um complexo de saberes que eu domino e que você ignora.*

*Dialogaremos. No entanto, ao longo de nossa conversa eu perguntarei o que preparei para perguntar. E diante do impositivo e do inesperado de*

*minhas perguntas, deverá responder com os seus saberes, pensamentos, imaginários, significados, sensibilidades, mas sempre “da forma mais objetiva possível”, ao que eu perguntei a você. E você deverá fazer perguntas a mim apenas para esclarecer algo das perguntas que eu faço a você. Eu tenho um “roteiro” que você recebe como uma “surpresa”. Eu deverei me sentir livre para perguntar. E você, mesmo que queira se sentir livre também, de algum modo deverá sentir-se motivado ou mesmo obrigado a responder a mim.*

*Concluído o meu trabalho, realizado através de você e de outras e outros como você, e depois de escrito o meu “relatório final”, é bastante provável que ele não chegue até você. E se acaso você vier a ter algum acesso aos meus “resultados”, dificilmente os compreenderá. Nós habitamos mundos de sentidos e de significados bastante diferentes. E, desde o meu mundo eu tratarei de transformar o que eu vi, ouvi, registrei, gravei, etc. em uma linguagem propícia a ser compreendida pelos meus pares, a quem com prioridade estarei dirigindo o “resultado final” do que desigualmente vivenciamos. Algo que, repito, uma vez “posto por escrito” deverá ser mal-compreendido, ou mesmo incompreendido por você e os seus amigos e parceiros.*

*E em boa medida, o segredo de meu trabalho será transformar frações de sua vida e de sua cultura em interpretações de e desde a minha cultura e o meu conhecimento. Algo, que queiramos ou não, será incompreensível por você, mesmo quando possivelmente chegue até você de algum modo. Eu simplesmente não posso e não devo realizar alguma coisa que, sendo uma pesquisa científica a partir de você, venha a ser algo que você possa conhecer; possa compreender e até mesmo possa interpretar, tal como é, sabe, pensa e vive agora, diante de mim... e depois.*

Do outro lado do acontecer da pesquisa, a pessoa que se dispôs a atuar, a representar, ou simplesmente a responder a perguntas feitas, estabelecerá em silêncio um sincero e sigiloso acordo com ela-mesma e “com quem me investiga”. Traduzido em nossa linguagem comum, este singular acordo poderia ser enunciado mais ou menos desta maneira.

*Entre os meus atos e as minhas falas diante de você, ou para você, eu poderei “passar”, ou deverei transmitir alguns fragmentos de quem eu sou, do que e de como eu penso, de como eu compreendo o mundo em que vivo e a cultura de que, segundo as suas palavras, eu faço parte. E também algo sobre como eu me associo a diversas outras pessoas de meu mundo, e com ou contra elas, entre elas e através delas eu ajo em cada determinada situação. Poderei dizer algo também “no plural” sobre o que você chama de*

*“nossa cultura”, através de fragmentos de como somos, os de minhas redes de iguais, de meu mundo, de minha comunidade etc.*

*Enfim, de um modo ou de outros eu tratarei de transmitir a você, que me pergunta ou me vê agir, porções fragmentadamente representadas de quem eu sou, de como eu vivo, de como eu penso o que penso. Ou de como eu penso eu penso. Assim transmitirei a você - falando ou agindo, ou agindo-e-falando - algumas parcelas na maior parte das vezes, pequenas e precárias daquilo que você chama de “minha cultura”, ou mesmo o “meu modo de vida”. E também algo sobre como cremos, como pensamos, como agimos, como atuamos coletivamente (eu e minha esposa, minha família, minha rede de parentes, meus companheiros de trabalho, minha comunidade, minha igreja, meu movimento social, etc.) diante desta ou daquela situação.*

*Você me perguntará através de fragmentos de seus saberes, e eu responderei com gestos e/ou falas através de fragmentos dos meus. E assim haverá de ser, seja porque não alcanço a totalidade do que você deseja saber-de-mim, ou seja porque simplesmente não é possível, justo ou razoável que eu transmita a você alguma dimensão do “todo de mim”, ou “de nós”, sem que depois, a não ser através de meias e pobres palavras, eu venha a conhecer algo de entendível e proveitoso para nós. Algo dado ao nosso saber e aos nossos usos, como fruto de seu trabalho e da relação de trocas de palavras, de saberes e de sentidos que, diferenciada e desigualmente nós estamos vivenciando aqui-e-agora.*

*Assim sendo, estenderei a você parcelas médias, pequenas ou mínimas de nossos saberes, sentidos, significados, sensibilidades, sociabilidades. Pensando desvendar nossos segredos, você estará tocando apenas uma fração pequenina deles. E eu também.*

*E será apenas sob a condição de jamais traduzir para você tudo o que configura a gramática cultural “de nós e de nossas vidas”, que eu poderei dialogar com você. E, então, me “abrirei” a comunicar com você, e dar-me a ver e a responder às suas perguntas.*

Imagino que possa haver exagerado um tanto na escolha e na intensidade das falas “de um lado e do outro”, em uma situação corriqueira de investigações costumeiras entre antropólogos e outras cientistas sociais. Devo isto a experiências minhas ao longo de muitos anos, e também a uma certa consciência “vvida e pensada” de que mesmo no exercício de algo que imaginamos ser um diálogo com outros, procedemos por um semelhante processo de inclusões e exclusões do que sabemos, do que pensamos saber e do que pensamos que sabemos e não sabemos. No cotidiano de nossas vidas acreditamos que somente poderemos estabelecer uma conversa proveitosa com quem lemos e a quem ouvimos, na medida em que nos

restringimos a círculos de “outros próximos”, em meio a pessoas e a coletivos de pessoas com quem nos acostumamos a gerar pequenas confrarias de consensos. E, no limite, de confidências.

Prossigamos. A respeito do desafio do mútuo entendimento em situações diversas de encontros, de diálogos, de debates ou mesmo de desavenças, possuímos uma “compreensível compreensão” pessoal e coletiva variamente possessiva. Ela é a expressão “as minhas ideias” e costuma traduzir mais uma posse do que “eu tenho dentro de mim e é meu, como minha conquista de saberes e como minha propriedade intelectual”, do que algo que eu partilho aberta e solidariamente partilho com outras pessoas. E algo que, por isso mesmo, pode ser mutuamente compreensível, partilhável, dialogável. No mundo das ciências, esferas de “Eu-Claro” podem e devem ser bem mais amplas e escancaradas do que as do Eu-Secreto. Mas ali também elas ora se encontram, ora se escondem, ora se confrontam. Isto para não falar nas esferas de Eu-Público e de Eu-Oculto.

Em algum dos seus escritos Martin Heidegger diz mais ou menos algo que escrevo aqui de memória: “compreendemos quando fazemos parte do que é compreendido”. Quero pensar esta frase através de diferentes maneiras possivelmente convergentes de interpretá-la. Por exemplo: compreendemos quando nossos pensamentos fazem parte do “corpus” daquilo que é compreendido. Compreendemos algo quando passamos a fazer parte do círculo das pessoas que compreendem aquilo. Compreendemos algo quando participamos de territórios de saberes e sentidos através de onde circula o que é pessoal-coletivamente compreendido. Compreendemos quando podemos partilhar de algum modo da construção de uma compreensão. Compreendemos quando partilhamos com outros um círculo de busca de uma ainda construível compreensão comum, compartilhada. O que será que Martin Heidegger teria a dizer sobre “tudo isso?” Diria ele a mim, como em nossos “treinamentos de sensibilidade”: “você não entendeu nada do que eu quis dizer!” Espero que não.

Eis alguns desafios de quem sonha viver encontros-com-outros como uma construção partilhada de algo destinado a um mútuo proveito, inclusive em situações de construção de saberes a que damos o nome de “pesquisa”. Centrar o diálogo no encontro e na procura do diferente, e até mesmo do divergente. Buscar os significados daquilo que por poder ser multiplamente compreendido, e pode ser justamente e confiadamente dialogado. Acolher convergências de sentidos e de saberes diversos, ali onde havia antes a ilusão de alguma verdade que por se pretender absoluta e definitiva, tenderia a ser também não-partilhável. Ouvi certa feita de um amigo as seguintes palavras atribuídas a Santo Agostinho: “a verdade não é minha e nem é sua, para que possa ser sua e minha”.

Acredito que entre as diversas “tribos” de pessoas e coletivos de pessoas dedicadas a alguma modalidade de investigação social com alguma vocação “interativa”, “reflexa”, “reversa” “dialógica”, ou até mesmo “participante”, existe um

diferenciado reconhecimento, e uma crescente crítica ao fato de que em uma grande medida convivemos com as “nossas ideias” como se elas valessem por serem as “minhas ideias”. Compartimos a contragosto um individualismo competitivo que a neocolonização capitalista requalifica para nos impor, entre novas palavras e promessas.

A tal ponto o seu poder colonizador invadiu os meios e as mensagens através das quais nós nos relacionamos, em busca de saberes e de sentidos de vida e de transformação das estruturas de partilha e de reprodução da vida, que mesmo entre os defensores de vocações humanistas, interativas, insurgentes e participantes de criação de saberes, em alguns momentos tudo parece acontecer através de debates cujo único proveito estará centrado na defesa de “meus pontos de vista”, assim como na demonstração da excelência de um meu pensamento... original.

Penso que teorias e “descobertas” a respeito dos infinitos alcances da mente humana, associados à abertura incomensurável a que nos desafiam os paradigmas emergentes, holísticos, não-dualistas, integrativos, dialógicos, reflexos, transdisciplinares, etc. deveriam corresponder a não apenas uma nova lógica associada a uma nova ética. Mais para além dela, deveriam corresponder a novas sensibilidades, e até mesmo a novas políticas, éticas, estéticas e eróticas a respeito da co-responsabilidade e da co-relacionalidade com e do que partilhamos, enquanto co-criadores de saberes sobre nossos cenários e contextos sociais de partilhas da vida.

Penso que deveria valer também para nós, tomados em nossa individualidade e na dimensão das pequenas comunidades de pensamento e de trabalho criativo em que nos reunimos em nome de algo a conhecer não apenas por conhecer, mas para partilhar e até mesmo para transformar, o mesmo que os cientistas e epistemólogos desvelam e propagam a respeito da urgência de novas intercomunicações entre os campos do saber. E, mais ainda, a respeito da complexidade da mente e do conhecimento direcionado a qualquer plano da realidade. A respeito da premência de novas e ousadas interações entre os diferentes saberes, reintegrando e fazendo interagirem as artes, as espiritualidades e as filosofias. A respeito, finalmente, da relatividade de tudo o que existe, acontece e pode ser pensado e compreendido.

No limite, pensemos que todo o conhecimento que aparenta “ser nosso”, como um ganho ou uma posse privativa, é uma expressão pessoalizada de um saber coletivo, coletivizado, plural. Ao longo das eras e das gerações, ele apenas passa por nós por um momento, como uma troca, como um dom, uma partilha. Não o possuímos; somos parte dele. E a excelência de “meu último texto escrito” não deveria ser medida por algum ilusório e passageiro lugar de destaque no mundo e nas tabelas das produções científicas. Ela deveria ser pensada em termos do provável proveito que venha a aportar a algo ou a alguém além de mim-mesmo. Em termos puramente intelectuais e acadêmicos, penso que criei boas ideias em um texto publicado quando ele participa de algum círculo de diálogos. Na mesma medida em que de um modo ou de outro ele ajuda outras pessoas a irem até além do que eu pensei, depois de me haverem lido. E,

espero, compreendido.

Como um professor, procuro pensar que não me realizo quando digo as palavras e as ideias que os outros não conseguem pensar e compreender. Ao contrário, devo viver as minhas aulas e criar os meus escritos para que os meus alunos e outras pessoas aprendam comigo, por um momento, a depois ousarem voar para mais além de mim-mesmo. Eu costumava dizer às minhas alunas que participava da formação delas para que elas aprendessem a serem melhores do que eu. E que soubessem ir com os seus pensamentos até lugares do imaginário onde eu nunca cheguei. Infeliz de quem nunca almeja ser superado, pois somos superados por outras pessoas que nos leem ou ouvem, quando participamos do que facultou a outras pessoas o levarem a experiência da vida humana para um pouco mais à frente do lugar onde nós e a nossa geração conseguiu afinal chegar.

Ao nos situarmos equidistantes de todas as tantas dimensões através das quais sentimos, pensamos e criamos algo em comum, aprendemos a “ver o saber” de nossas ciências como uma fonte de conhecimentos entre outras. A nossa teoria não é a única confiável, e nem sequer a melhor ou a mais definitiva. Que o reconhecimento de nossos mútuos desconhecimentos ao menos nos ajude a compreender que o que pensamos é indispensável, mesmo quando seja desconhecido. Mas é essencial e até mesmo indispensável, na medida em que possa ser colocado “no círculo dos que compreendem” o que nós compreendemos. E por relevante que nos pareça por um momento, tudo o que pensamos, falamos e escrevemos é efêmero e aperfeiçoável por nós mesmos... ou por outros. Pensemos também que se tantos outros saberes nos são desconhecidos, quando poderiam não o ser, é porque talvez estejamos encerrados demais no que já conhecemos.

Por outro lado, por antiquados e românticos que esses pensamentos possam parecer em tempos em que valores empresariais e utilitários crescem em seu poder de domínio sobre nossas cabeças, penso que, por isso mesmo, devemos repensar o lugar de origem e de destino dos saberes que criamos, em e entre as nossas “comunidades aprendentes”. Ainda sou dos que pensam lições aprendidas com os antigos gregos. Devemos aprender e ensinar as matemáticas não para formar contadores e financistas, mas como um preparo da mente para o exercício de reflexões profundas, e até mesmo filosóficas. E ainda creio que devemos aprender gramática não para “falar e escrever bem” apenas, mas para aprendermos a nos maravilhar com a poesia escrita em tantas línguas, ao longo de todos os tempos.

O diálogo se perde onde o saber é instrumental e o empobrece justamente para poder... funcionar. E quando a sua avaliação tende a ser cada vez mais utilitária. Pois em nome do que é útil e apenas isto, não se deve perder muito tempo em buscar consensos ali onde antes existiam divergências. Devemos buscá-los quando o valor do saber está centrado no sentido da pessoa e na busca de diferentes e interativas alternativas de compreensão, e não de apenas “solução” dos problemas e dilemas da experiência humana. Então podemos estar chegando nos entre-lugares e nos

territórios de fronteiras, entre saberes, sentidos, significados e sensibilidades, em que as divergências tornam-se diferenças, e as diferenças convidam a diálogos<sup>8</sup>.

### ***Encontros***

Poderia ser aplicada com igual valor ao caso de cada pessoa, a mesma coisa que as etnociências desvelam a respeito das diferentes concepções provenientes de outras culturas, no que toca a aberta pluralidade de visões e compreensões entre elas, correspondentes a todas as áreas do saber, das estrelas-do-mar às do céu. Cada ser colocado à nossa frente não é apenas a pessoa do rosto de um outro. Ela é também uma fonte original e irrepetível de seu próprio saber. Ela carrega dentro de si - e procura dizer “isto” entre palavras e gestos - o inestimável sentir-e-saber de suas próprias vivências ao longo de sua vida. E “isto”, o que quer que seja, é algo único que vale por si-mesmo. E a pessoal qualidade de conhecimentos, de memórias e de sensibilidades na verdade não deveria ser apenas medida, avaliada e, mais ainda, comparada funcionalmente com outras. Pois no seu sentido mais simplório e também no mais profundo, ela é única e, assim, verdadeira a seu modo.

Posto diante de mim, o rosto vivo de um outro qualquer revela um saber teórica e cientificamente talvez menos importante do que o de Sócrates ou o de Fernando Pessoa. Mas quando este alguém me diz o que sabe, as suas palavras não são, ali, nem menos sábias e nem menos verdadeiras. Porque são suas, e porque um rosto que olha o meu me diz o que a sua pessoa fala.

Embora tenha chegado em minha vida apenas de maneira sempre incompleta e imperfeita a tudo isto, estou convencido de que esta certeza é o fundamento da vocação do diálogo. E não ter tempo para ouvir quem me fala, porque aparentemente não me parece alguém “digno de nota”, para escutar apenas aqueles a quem me disponho intelectualmente a ouvir, ou ler, talvez seja um gesto de descaso ou de esquecimento que não raro nos deixa distantes das melhores lições que poderíamos aprender. Pois se de um modo ou de outro a razão pode ser uma e universalmente a mesma, de acordo com as regras da lógica formal, cada pessoa gera, possui e partilha a sua própria natureza como um ser-na-vida. Cada pessoa comporta os seus próprios sentimentos, e cada uma gera a sua própria poesia.

---

8 O que talvez possa parecer fantasia e exagero, aparece como uma crua realidade do presente em diferentes publicações críticas do mundo universitário. Assim, o número 63 de novembro de 2019, da Revista ADUSP, dos docentes da Universidade de São Paulo traz esta chamada na capa: *“DOSSIÊ: “Produtivismo Acadêmico” II – A Universidade Produtivista e suas consequências nefastas*”. Os artigos de crítica de algo que por certo é um “mal universal”, há artigos proveniente de meios acadêmicos da Austrália, do Reino Unido, do Japão, da Espanha, da Holanda e do Brasil. Em todos, entre diferentes, mas convergentes vozes, uma mesma aguda crítica à invasão mercantil-produtivista das universidades é a tônica.

Sou um alguém que investiga por profissão. Eis-me diante de um outro: o seu rosto, a sua vida, a sua dor. Aqui e ali eu estou frente à imagem de um outro, de uma pessoa. Mesmo sem a dor e o sofrimento, eu vivo o dilema do estar colocado “defrente” de um outro. E quase sempre eu o “enfrento” com a simpatia e a indiferença moderada de quem sabe que precisa estar informado, sem necessariamente ver-se envolvido. Que o outro, distante ou próximo por um momento, venha a mim sem estar comigo, e sem me obrigar a outros gestos além desses: ver, perceber, perguntar, saber, compreender, estar informado sobre, para depois dizer algo a respeito.

Bem mais do que o noticiário diário e do que e a reportagem da revista semanal, a minha pesquisa abarca e dramatiza o meu dilema. De algum modo podemos imaginar que boa parte do que ela é, e na grande fração do que vivemos ao “fazê-la, a pesquisa científica tem a ver com a maneira como aprendemos a lidar com a nossas interações não como uma rotina através de um método, mas como um dilema através de uma relação.

Em algumas situações e com fundamentos situados em boas ideias, a investigação científica tende a reiterar que mesmo quando vivida através de encontros entre pessoas, ela é apenas uma sequência prevista de atos técnicos, conduzidos por uma teoria sobre algo, e levada com critério e rigor a um teste empírico. Um teste fundado na quantidade de, ou na qualidade entre, mas sempre, afinal, um teste a ser escrito e partilhado para ser, ele mesmo, testado.

Sim. Mas de algum tempo para cá, e com o desenvolvimento de alternativas de investigação científica que mais do que *qualitativas* (o teor e valor dos dados), são *interativas* (a qualidade da relação que gera o dado), e francamente *intersubjetivas* (reciprocidades entre pessoas-sujeitos postas em relação), começamos a aprender que a pesquisa não é somente uma *experiência*, a não ser quando muito redutiva e muito objetivamente experimental. Ela é, antes de tudo, um *acontecimento*. E a qualidade deste acontecimento é ele poder ser, no limite, um *encontro*.

Vou investigar algo junto a alguém. Tenho uma teoria (um ponto de partida); tenho um objetivo (um ponto de chegada); tenho um método (um caminho entre uma coisa e a outra), e ela e eles me trouxeram até “aqui”. E agora estou aqui e estou diante de alguém: um outro e, junto comigo, compomos a pequena comunidade de um-nós. Estou-estamos “ali” ou “aqui”, situados de um lado e do outro de meus propósitos; do meu tempo disponível; de minhas perguntas; de meu roteiro de entrevistas; de meu questionário; de meu gravador, de minha máquina de fotografias, de minha filmadora, etc.

Por um momento, regido pelo dever de fazer algo produtivo com “isso tudo”, eu me iludo ao pensar que o *acontecimento* da pesquisa começa quando eu sair “daqui”. Quando longe do outro a quem eu lancei minhas perguntas, entrevistei, gravei e fotografei, e me despedi, eu volto a um lugar de origem e ordeno os meus dados (a

alquimia antes da mágica) e, depois, escrevo o meu texto (a mágica depois da alquimia).

Entretanto, não! Pois a verdade pode estar no exato inverso. Antes e depois, quando estou de novo sozinho e estudo, planejo, revejo, ordeno e escrevo, talvez esteja então revivendo a sequência prevista dos momentos da pesquisa como uma *experiência*. Mas diante de um outro, quem quer que ele seja, eu só posso estar vivendo um *acontecimento*. Um presente *acontecer*. Aqui e agora a minha pesquisa é, por um momento... nossa. E por ser uma forma de reciprocidade entre nós dois, entre você-e-eu, ela pode – ou deve - acontecer como um *encontro*.

Tudo mais antecede ou sucede este momento único em que duas pessoas se olham, se falam, se sentem; talvez se toquem, e se pensem. E real ou ilusoriamente, elas reciprocamente imaginam que se entendem, intertrocando algo entre elas através de gestos do rosto, do corpo e do espírito. E de um lado e do outro do que torna uma investigação social viável e confiável, elas trocam, entre palavras e silêncios os seus seres, os seus saberes, os seus sentidos, as suas sensibilidades, e os seus significados.

Vivi uma pluralidade muito grande de momentos de perguntas-e-respostas que de um lado e do outro vivemos como um recíproco sentimento de partilha e de alegria. Como praticamente todas as minhas pesquisas de campo foram vividas junto ao que costumamos congregar (para “carimbar”) como: “gente do povo”, as diferenças supostamente culturais entre nós seriam maiores do que quando uma professora universitária investiga... professoras universitárias. Vivi também a experiência de que, mesmo com gestos de simpatia e acentos de afeto, eu na verdade estava me apropriando da pessoa de um outro através de uma relação inteiramente conduzida por mim, do começo ao final. E hoje um sentimento de indevida apropriação me chega com maior força porque, dado o teor de minhas pesquisas de campo, em diferentes ocasiões eu me obrigava a “ir lá viver na comunidade”. A ir residir em alguma casinha emprestada ou alugada por um período, em uma pequenina “cidade do interior” ou mesmo na intimidade de uma “comunidade tradicional”. E então eu acabava sendo alguém afetuamente acolhido, com o passar do tempo. E não apenas pesquisa, mas convivía. Entrava nas casas e me serviam café, ou mesmo algo mais. E as “pessoas do lugar” abriam não apenas portas, mas vidas. Elas que mesmo depois de meses de convivência pouco sabiam de um “professor lá de Campinas”. E que nunca se imaginavam um dia vindo conhecer a minha casa (algumas raras vieram).

Assim, conheço por vivências pessoais e ao longo da vida muito repetidas, a verdade de que sobretudo em pesquisas pontuais “a respeito de”, nós não escapamos de nos colocar por breves momentos, ou mesmo por longos minutos diante de mulheres ou de homens a quem, querendo ou não e “no final das contas”, reduzimos à categoria de “dados”.

E de algum modo, guardadas as distâncias, as proporções e as vocações, somos mais ou menos como turistas que viajam a outros mundos, a outros cenários, a outras culturas, e até mesmo a outras pessoas, munidos de livros-guias superficiais e

apressados, e de eletrônicas máquinas digitais. E em um suposto “lugar único” e sempre anunciado como muito “belo e exótico”, ali estão se encontram por alguns minutos com pessoas cuja imagem apressadamente são “tomadas”, “capturadas” um ser que vale justamente pelo que tem de diferente. E com o tempo e os avanços da tecnologia, agora eu posso mesclar às imagens tomadas “dos outros”, como outras, mais exóticas e preciosas, porque como “selfes do pitoresco”, em uma série de fotografias “lá estou eu no meio daquela gente tão estranha!”

E depois retornam aos seus lugares de origem sem haverem parado com vagar uma única vez para viverem a aventura do ver com os próprios olhos uma paisagem ou uma pessoa. Ver, simplesmente, por um breve momento carregado de uma única fração de magia, a maravilha da cena que se abre ali, real, “ao vivo e a cores”, diante dos seus olhos. E aprender a ver não apenas o breve milagre do que “está aí diante de mim”, entre cenários naturais, ou a mescla deles com a sobra de antigos povos, como em Machu-Pichu. E apreender sem documentar um momento do acontecer da presença de pessoas que “ali” estão. E o milagre do “estar ali” sem fazer outra coisa além de “ali estar”.

Retomo e reforço aqui o suposto de que em seu limite mais extremo, quando algo a ser conhecido através de uma investigação envolve de um lado uma pessoa e, do outro, não uma pedra ou um animal, mas uma outra pessoa, o afã de pesquisar deveria nos desafiar ao dilema de como não transformar um *encontro* em uma *experiência*, quando de um lado e do outro poderíamos ousar transformar um *encontro* em uma *relação* entre duas pessoas. Entre pessoas genuínas que, no limite, não deveriam se encontrar nem como *personas* e, menos ainda, como *personagens* de cenas pré-estabelecidas, para serem de parte-a-parte representadas e, depois, interpretadas.

Se ousarmos pensar a experiência do encontro-confronto com o um outro, como um-diante-do-outro, no seu ponto limite de humanização, o único *encontro* realmente humano em sua plenitude é a *relação*. É a interação entre dois seres, quando o outro não possui utilidade alguma para mim, na mesma medida em que em nada eu sou útil ou funcionalmente proveitoso para ele, a não ser na condição de sermos, em nós mesmos, e um-para-o-outro, apenas a pessoa que somos e que fazemos interagir com uma outra pessoa. Diante de um outro agimos, mas não servimos; atuamos, mas não funcionamos.

Em termos absolutos – porque depois deveremos descer ao que pode haver de relativo entre eles – o oposto da *relação* em uma situação de *encontro* entre pessoas não é propriamente o domínio ou a coação; é a *experiência*. Através dela eu deixo de me relacionar livre e intersubjetivamente com um outro de algum modo colocado diante de mim, quando o experimento, quando o experiencio. Quando eu o testo – e a mim mesmo - para saber, segundo e seguindo os meus interesses, qual o teor de utilidade dele para comigo, logo, para mim e em meu proveito. Mesmo que de alguma maneira este proveito venha a ser estendido também a ele.

Vivemos muitas vezes ao longo de alguns meses de nossas vidas algumas dessas diferenças tão corriqueiras e, se percebidas com um atento olhar humano, tão extremas. Como quando se está diante de um médico que nos olha através de exames, de “nossos dados orgânicos” colocados entre cifras em folhas de papel ou em radiografias (cada vez mais sofisticadas), por oposição a quando estamos diante do outro médico. Um alguém que considera os dados dos exames algo relevante, mas apenas complementar. E nos examina com o cuidado dos olhos e das mãos. E quer saber de nós como uma pessoa única ali, naquele momento. Um alguém com um nome e um rosto. Uma pessoa, bem mais do que uma “ficha”, ou um “caso”, e cujas vivências contadas “olhos-nos-olhos” valem mais do que as imagens de uma ressonância magnética. E há médicos que de tanto serem assim, antes de nos receitarem remédios já começam a nos curar.

Não é apenas porque o domino e por um momento eu pré-defino o seu destino “ali”, diante de mim, que eu posso transformar um outro ser em um objeto-para-mim, ao invés de conviver com ele como um sujeito-em-si-mesmo, em uma interação intersubjetiva e vivida como uma *relação* entre dois sujeitos livres um para o outro. Eu lido com um sujeito tornado para mim um meu-objeto quando de algum modo estabeleço como fundamento de nosso *encontro* uma utilidade dele e nele... para mim.

Deixemos por um momento que Martin Buber nos fale com as suas próprias palavras.

*O experimentador não participa do mundo: a experiência se realiza “nele”, mas não entre ele e o mundo.*

*O mundo não toma parte da experiência.*

*Ele se deixa experienciar, mas ele nada tem a ver com isso, ele nada faz com isso e nada disso o atinge.*

...

*O mundo como experiência diz respeito à palavra-princípio EU-ISSO. A palavra-princípio EU-TU fundamenta o mundo da relação<sup>9</sup>.*

*Eu não experiencio o homem a quem digo TU. Eu entro em relação com ele no santuário da palavra-princípio.*

*Somente quando saio daí posso experienciá-lo novamente. A experiência é o distanciamento do TU.*

*A relação pode perdurar mesmo quando o homem a quem digo TU não o percebe em sua experiência, pois o TU é mais do que aquilo de que o ISSO*

---

9. Martin Buber, *Eu e Tu*, na página 6. O livro essencial de Buber foi publicado originalmente em Português pela Editora Centauro, de São Paulo. Tenho comigo a 5ª edição revista, mas misteriosamente sem indicação de data. O livro foi traduzido e é antecedido de uma longa e importante introdução, por Newton Aquiles von Zuben. Martin Buber foi nos anos sessenta uma leitura fundamental, inclusive em Paulo Freire. Possui vários outros livros traduzidos para o Português, sobretudo pela Editora Perspectiva.

*possa estar ciente. O TU é mais operante e acontece-lhe mais do que aquilo que o ISSO possa saber. Aí não há lugar para fraudes: aqui se encontra o berço da verdadeira vida*<sup>10</sup>.

Em que e como em um lugar sem fraudes “se encontra o berço da verdadeira vida”? Recuemos alguns passos para acompanhar as ideias de Martin Buber. No mistério da vida e dos mundos que os homens criam e em que vivem e se relacionam, existem duas palavras fundadoras de todas as interações possíveis. Elas não são palavras simples, como “eu”, “tu” ou “você”. Elas são pares de palavras, e existem somente como e enquanto um par: EU-TU, ou EU-e-TU (que Buber sempre grafa com maiúsculas) ou EU-VOCÊ, EU-e-VOCÊ, *versus* EU-ISSO (idem).

No *acontecimento*, ao mesmo tempo humano e social do *encontro* entre pessoas, o oposto do TU, como meia-palavra dirigida a uma pessoa, não é ELE, mas é ISSO, outra meia palavra. Pois o TU traduz a pessoa de um outro livremente colocado em *relação* comigo em um *encontro* intersubjetivo. Um *encontro* com-vivido como uma *relação* EU-TU. Uma *relação* que assim é e acontece, porque nada a move e motiva a não ser a vivência de um-outro-diante-de-mim, no acontecer de sua plena subjetividade.

Qualquer intenção de proveito, qualquer “medida do outro”, por pequena que seja, vivida e “aplicada” como uma utilidade para mim, expulsa-o de sua plenitude de sujeito em nossa *relação*. Torna-o um ISSO, como uma coisa em um acontecimento relacional em alguma diferenciada medida regido pelo interesse e pela utilidade. Exila-o do TU ao ISSO, na mesma medida em que EU-mesmo também me exilo do TU, sujeito-de-mim-mesmo, e retorno a um ELE – o meu outro objetivado - como um outro ISSO. Como um outro sujeito-objeto submetido ao primado do proveito, em lugar do reinado da gratuidade. O *acontecimento* humano de um *encontro* entre pessoas, realizado como uma *relação*, torna-se o acontecer de uma *experiência*, em e entre as suas inúmeras e diferentes medidas.

De forma inevitável, toda a investigação envolve uma ou mais experiências, pois o que a justifica é o seu proveito em alguma de suas dimensões. É algum teor demonstrável de sua utilidade. Boa parte do que escrevemos em um projeto de pesquisa destina-se a demonstrar que partimos de ideias plausíveis, caminhamos entre pressupostos confiáveis e, se possível, através de hipóteses inovadoras em alguma medida. Outra boa parte destina-se a demonstrar que não apenas partirmos de “boas ideias”, mas estamos preparados para resolvê-las como alguma forma de prática subordinada a uma também confiável metodologia de pesquisa.

Sabemos que uma outra boa parte do que nós propomos e escrevemos destina-se a demonstrar que além de tudo, o que pretendemos realizar, construir ou descobrir, é também de alguma forma algo útil. E a cada dia mais, basta ver como nossas

---

10. Buber, *Eu e Tu*, na página 10.

investigações tendem a ser mensuradas e avaliadas através de indicadores de “produtividade”. Pois a importância crescente que os órgãos de fomento à pesquisa e os seus avaliadores têm atribuído à “aplicabilidade” e à “utilidade” de uma pesquisa, ajuda a tornar evidente o domínio do valor instrumental sobre qualquer outro valor. Mais do que o processo e o proceder, valem o produto e a sua utilidade funcional. E assim também, entre escalas cada vez mais sofisticadas, não apenas o-que-foi-feito no mundo da ciência e da academia, mas quem-fez-o-que-foi-feito tende a ser também submetido a constantes e crescentes avaliações

Toda a pesquisa aspira ser diferenciadamente útil, mesmo aquela que um poeta realiza antes de começar a escrever um novo livro de poemas. E toda a pesquisa “pura” de algum modo sonha ser também “aplicada”. Toda a investigação científica deve servir a algo; deve ser proveitosa e, no limite, produtiva. Deve tornar-se objeto de proveito: da ciência, ou de uma ciência; de uma teoria científica (com ou contra as “outras”); de uma escola ou confraria de cientistas.

Deve ser também pragmaticamente útil a um par de pessoas chamado eu-e-meu-orientador; a mim-mesmo, quando através dela incremento o meu saber-sobre-o-tema, melho a qualidade de minhas aulas, ou sou promovido de “mestre” a “doutor”. Em uma outra direção, pesquisas servem a uma fábrica de remédios, a uma empresa multinacional interessada na proliferação de armas químicas para a agricultura; a uma macro-empresa de armas-de-guerra. Ou então, em uma outra direção, serve a uma organização não-governamental devotada a causas ambientalistas; a uma comunidade de pescadores; a um movimento popular. E normalmente ora se excluem, ora se contrapõem, ora se somam esses e outros destinatários dos proveitos e das utilidades das investigações científicas, das tecnologias e ciências que as abrigam e originam.

Sabemos que nas ciências humanas e sociais a progressiva passagem do domínio das abordagens e estilos mais impessoais, objetivos e quantitativos, para os mais interativos, intersubjetivos e qualitativos, tem a ver não apenas com questões teóricas, políticas, técnicas e metodológicas, embora em alguns livros sobre o assunto essas pareçam ser as únicas, ou as principais dimensões nas mudanças que ocorreram seguem acontecendo. Sabemos que por debaixo de todas elas existe um dilema que é propriamente ético e, mais do que apenas ético, é humanamente afetivo e afetivamente relacional. E sem temor a dúvidas, ele seria o mais importante entre todos, e deveria ser aquele em nome do qual todas as outras razões deveriam ser pensadas e equacionadas. Inclusive as estratégicas e as financeiras.

A pesquisa *entre-nós* (EU-e-TU), logo, uma investigação interativa (entre duas pessoas) e intersubjetiva (entre duas pessoas que se colocam uma para a outra como sujeitos de si mesmos, de suas vidas, suas ideias, memórias e destinos), e que aqui e ali se disfarça de ser apenas metodologicamente “qualitativa”, devolve a mim e a você uma confiança em nós. Já não são mais os instrumentos neutros e objetivos de uma experiência mensurável aqueles que se interpõem entre nós. Somos agora nós e os

nossos atributos de ser, de viver, de sentir e de pensar, aquilo que temos para viver a busca da *relação*, que gera uma outra qualidade de sentidos, de saberes e de significados.

E não porque a investigação seja teórica ou tecnicamente mais aberta e sensível, mas porque, no seu limite mais ideal, ela resulta da dissolução de um par EU-ISSO. Ela pretende criar um acontecimento que não coloque diante, um do outro, um EU-sujeito *versus* um TU, ou um VOCÊ tornado um ISSO, como meu objeto de minha experiência, em favor de um par EU-TU que se abre a um *encontro* de e entre nós-dois. Dois sujeitos, um para o outro, em busca de construir uma autêntica *relação* em um momento-de-uma-pesquisa, ou ao longo de toda ela. Eis a porta de entrada do acontecer de uma *relação* plena ou, pelo menos, em busca de ser a sua maior aproximação possível.

Quando pensamos porque toda a pesquisa realizada em campos como a educação, a psicologia, a antropologia, a sociologia, a ação social, acaba sendo sempre algo limitado, que no limite apenas nos oferece frações precárias e parciais de conhecimentos sobre “o que quer que seja”, atribuímos a isto razões provenientes de metodológicas, de teorias, de lógicas e de epistemológicas. Elas nos ajudam a compreender o teor de nossos próprios limites do pensar e do saber, derivados de um competente e confiável trabalho científico.

E quando aprendemos a sermos sensíveis aos nossos próprios limites-de-cientistas, quando começamos a deixar de nos vermos como prepotentes e fechados fundamentalistas-do-saber, que ilusoriamente imaginam que apenas por parecerem “consistentes e bem fundamentados os meus achados científicos”, ou os da confraria do saber à qual aderi por algum tempo, eles são os únicos válidos, ou são comprovadamente os mais assertivos e acertados.

E as crescentes novas críticas provenientes dos precursores de paradigmas emergentes no campo das ciências e das práticas sociais aprofundam em nós e ao nosso redor a consciência de que estamos sempre às voltas com fragmentos de compreensões e de interpretações científicas efêmeras e limitadas. Ou, ainda, nós vivemos ao redor de explicações científicas sobre campos da realidade que, na verdade, valem apenas através de sua vocação de se disporem ao diálogo com outras diversas e divergentes visões e compreensões.

Ora, podemos agregar uma outra versão a todas as explicações propriamente científicas a respeito de nossas próprias falhas e lacunas. Seria uma outra explicação que justamente por ser menos científica poderia ser mais explicativa. Ela é de novo humana, relacional e quase ontológica. E outra vez é em Martin Buber que eu me apoio para trazê-la a este momento de nosso diálogo.

Entre a física teórica e a psicologia experimental, nós conseguimos apreender mais do que frações parcelares das estrelas ou das pessoas, assim como das comunidades vegetais de uma floresta, ou as comunidades humanas entre as culturas que buscamos investigar e estudar. E assim sempre é, em parte porque o âmbito em

que elas e eles se movem é sempre muito mais amplo do que o círculo de compreensões de nossos modelos e sistemas de explicação.

Retomo aqui a idéia que nos acompanhará ao logo de todas essas páginas. Nós não logramos abarcar mais do que alguma pequena fração da casca que envolve a realidade do ser, do viver, do sentir, do lembrar, do pensar e do agir de uma pessoa, porque quase nunca conseguimos nos relacionar com ela através de sua plena integridade. De sua mais íntima e profunda “eudade” (acho que estou precisando inventar uma palavra, se algum filósofo não o fez antes de mim). E ela não nos pode ou deve oferecer mais do que a sua pálida e fracionada face de objeto, aquele a quem estendemos apenas o interesse de nosso saber pelo saber dele. E a quem, por mais respeitosos e pessoais que sejamos, sempre de algum modo objetivamos, em nome de nossos proveitos e interesses.

Todo o ser de uma *experiência* do tipo sujeito-objeto que não alcança criar, ou que se nega a compartilhar uma *relação* entre subjetividades, apenas poderá revelar a quem “conduziu a pesquisa”, e será depois convocado a ser o seu intérprete, nada mais do que fragmentos e exterioridades. Nada além de relatos transformados em relatórios, onde palavras como: “produto”, “produtos esperados”, “resultados obtidos”, objetivamente revelam a submissão do trabalho científico ao ideário utilitário do mundo dos saberes submetidos, direta ou indiretamente aos negócios e aos seus proveitos. Você já reparou como verbos tais como: “criar”, “descobrir”, “inventar”, “interpretar”, “dialogar”, e outros de igual teor, pouco a pouco tendem a serem substituídos por equivalentes como: “produzir”, “desconstruir”, “inventariar”, “sistematizar”, “debater”?

Pois de uma *experiência* através da qual que eu me aproprio de um outro segundo os moldes de meus projetos e proveitos, só posso obter a imagem devolvida por um outro a mim-mesmo. Uma imagem em que, no fim das contas (ou da pesquisa), eu acabo vendo e lendo a figura de meu próprio rosto no espelho que o meu outro voltou por um momento a mim. E assim o fez como a me dizer que “isso” é tudo o que resta de quem não soube ver e ver-se na difícil transparência única do olhar de um outro.

Em nossa relação em busca – desigual ou igualada – de saberes e sentidos, tanto individualmente, na pessoa de um “outro diante de mim”, quanto coletivamente, como “uma outra cultura”, somente podem estabelecer uma troca genuína comigo e com “a minha cultura” através de uma interação sempre imperfeita e imprevisível. Sim, mas algo sempre passível de aperfeiçoar-se através de um lento e longo aprendizado mútuo - porque somos polimorfos, mas não amorfos - de um lado e do outro.

Porque, bem ao contrário do desejam e defendem as teorias e metodologias que nos querem tratar como seres situados entre a física, a química e a biologia, nós, os humanos, para o bem e para o mal somos seres imprevisíveis. Homens e mulheres inéditos, inviáveis, abstratos, aleatórios, imperfeitos, inconclusos, aperfeiçoáveis. E

seres misteriosos, bem mais do que apenas problemáticos. E o que pensar de quando a física quântica começa a descobrir que a intimidade da matéria está mais próxima de nossas imprevisíveis e imensuráveis geografias, do que de ilusórias, precisas e previsíveis geometrias.

Devo reiterar aqui uma persistente ideia presente neste livro. Somos mais seres de “Macondo” do que da “Grécia Clássica”. Ou somos a desigual mistura dessas duas geometrias. E se assim somos, é porque tanto no fluxo de uma biografia pessoal quanto na história de um povo, somos seres singulares ou plurais sempre inacabados e sempre abertos ao imprevisto. Somos seres estendidos a horizontes que não raro nos são desconhecidos, tanto quanto a territórios sociais de vida e de destino que em boa medida nos são desvelados apenas em pequenas e sem sempre (ou quase nunca) consensuais porções de “realidade conhecida”.

Somos, como em Clifford Geertz, muito mais contadores de histórias e de estórias. E bem e criadores de fluxos de narrativas do que geradores, de um lado ou de outro, de “versões de verdades”, entre o “mito” deles e o nosso “relato científico”.

### ***Da experiência à pesquisa, da pesquisa ao encontro***

Ora, apesar de assim ser, daqui em diante tudo o que estivermos dialogando deverá ter a ver, no atacado e no varejo, com o desafio de com-vivermos a criação de saberes confiáveis, proveitosos e solidários, através de situações de pesquisas que o tempo todo deverão estar procurando o equilíbrio possível e desejável entre a *experiência* necessária ao avanço do conhecimento científico, e a *relação* indispensável a torná-la algo produtivo e confiável como um “produto” do saber, tanto quanto alguma coisa humanamente significativa e interativamente partilhável e proveitosa.

Tal como as das páginas anteriores, temo que ideias com que prossigo aqui seguirão sendo de propósito algo radicais, e posicionadas de maneira assumida e intencionalmente... “na beira do limite”. Ou do abismo. Não desejo parecer alguém que a partir do que fez (ou pensou que fez) dá receitas a outras pessoas. Reitero que em minha vida de professor-pesquisador quase nunca fui capaz de cumprir por inteiro o que procuro estabelecer aqui. E algumas vezes, nem de longe. Bem sei que seguir ao pé-da-letra o que escrevo aqui talvez torne inviável o trabalho do pesquisador individual ou coletivo. No entanto, lembro que horizontes não existem para que cheguemos “lá”. Eles servem a nos propor um rumo a seguir.

Reconheço que entre novas gerações de antropólogos de todo o Mundo algumas questões abordadas aqui estão “na ordem do dia”. Elas estão sendo neste exato momento objeto de questionamentos, de desapontamentos, de desencantos e de buscas de re-encantamentos. E, virtual ou vivencialmente, elas estabelecem inacabáveis diálogos, debates e desvarios. Assim, reitero que tomei como um assumido desafio em ponto extremo a questão do *relacionamento interativo* na

criação de conhecimentos e o acontecer do *encontro*, entre os polos “buberianos” da *relação* ou da *experiência* entre pessoas. Reconheço também que no âmbito da pesquisa humana e social vários caminhos têm sido buscados ontem e hoje. Assim aquilo a que aprendi a emprestar nomes amplos e vagos, entre a *observação participante* e a *pesquisa participante* representa apenas um par na busca de modalidades de alternativas entre outras.

Retornemos alguns passos. E de novo peço a quem me leia que compreenda os motivos pelos quais estarei repetindo, aqui e ali, algumas passagens de pensamentos já escritos páginas acima. Reitero que presenciamos hoje em dia o surgimento e a variação de alternativas de investigação científica que costumamos denominar de *qualitativas*, por causa do teor e do sentido dados à leitura dos seus dados. Na maior parte dos casos, sobretudo os tempos mais atuais, esses modelos apresentam-se também como investigações em busca de serem *interativas*, dada a qualidade da relação entre pessoas situadas de um lado e do outro daquilo que no fim do processo gera os dados e as palavras de uma pesquisa.

Em boa medida pesquisas as abordagens *qualitativas* desejam ser também *intersubjetivas*, de acordo com o modo como acontecem as reciprocidades entre as pessoas colocadas face-e-face em cada um de seus momentos. Se retornarmos aos termos de Martin Buber, tais investigações-relacionais tenderiam a vir a ser o *acontecimento* vivido como um *encontro*.

Assim, apenas como uma mostra entre outras tantas, em como um trabalho coletivo já não atual assim, pois a quarta edição de *El Surgimiento de la Antropología Posmoderna*, um trabalho coletivo editado por Carlos Reynoso, e publicado pela Editorial Edisa, de Barcelona, já é de 1998, temos um espelho do que vive a “antropologia pós-moderna” através da simples leitura dos títulos dos artigos ao longo das partes em que o livro se divide. Trago aqui os títulos, sem os nomes de seus autores, mas lembrando que começam por Clifford Geertz e prosseguem entre algumas e alguns de seus antigos estudantes. Alguns deles depois críticos das teorias do mestre.

No seu todo o livro-coletânea é dividido já em três grandes ramas: “antropologia simbólica”, “antropologia fenomenológica”, “antropologia pós-moderna”. Bem mais sugestivos são os títulos de alguns capítulos. Eis os da “antropologia simbólica”: *Gêneros confusos. A reconfiguração do pensamento social; A rebelião romântica da antropologia contra o iluminismo, ou, o pensamento é mais do que razão e evidência*. Eis o único apresentado como da “antropologia fenomenológica”: *Em direção a uma linguagem etnográfica*. Este são os artigos relacionados de uma “antropologia pós-moderna”: *Sobre a autoridade etnográfica; As etnografias como textos; Fora do contexto - as ficções persuasivas da antropologia; Perguntas concernentes à antropologia dialógica*<sup>11</sup>; *Acerca da “descrição/descrição” como*

---

<sup>11</sup> De todos os autores presentes no livro conheci pessoalmente apenas Dennys Tedlock. Tal como eu, entre as suas buscas de caminhos a começar pela própria qualidade da interação

um “falar por”; *Sobre a representação do discurso no discurso (um outro artigo de Dennys Tedlock)*; *A etnografia pós-moderna: de documento do oculto a documento oculto*.

A simples leitura dos capítulos de um entre os muitos livros ao redor dos caminhos dilemas das diferentes ramas atuais da antropologia serve bem a tornar evidente como em todos os campos do saber “tudo está em questão”. E, em nosso acaso mais próximo e agudo, a “questão” tem a ver não apenas como algo “entre a teoria-e-metodologia”, mas com algo humana e socialmente anterior. É forte o bastante para questionar o presente e suspeitar do futuro de teorias consagradas e de metodologias usuais.

Retomo o exemplo de algumas linhas acima. Como um trabalho francamente acadêmico ou como um momento de uma ação social planejada, eu me proponho a investigar uma “dimensão da realidade” junto a alguém, no singular ou no plural. Assim sendo, eu possuo uma teoria, como meu “ponto de partida”. Eu também possuo um ou alguns objetivos. Estabeleci, ou penso que cheguei a estabelecer um método, vivido como um caminho entre a minha teoria, as minhas hipóteses, e os meus esperados “resultados”.

No local da minha investigação estou aqui e diante de um alguém. Queira eu ou não, a presença de um outro-alguém inaugura comigo a realidade de um “nós”. Mais além ainda, desde a nossa relação e através dela nós criamos um “entre-nós. Diante da pessoa de um outro eu estou “aqui”. Mas nós estamos situados de um lado e do outro de meus propósitos; do meu tempo disponível; de minhas perguntas; de meu roteiro de entrevistas; de meu questionário.

Estamos diante de algo que de modo diferente das investigações científicas tradicionais, e mais próximo às pesquisas colocadas “a serviço de”, buscam pluralizar palavras e propósitos. E buscam o quase impossível, mas sempre aproximável: tornar o que é “meu” alguma coisa não desigualmente, mas diferenciadamente “nossa”.

Dominado pelo dever acadêmico de realizar algo cientificamente produtivo, não raro eu me iludo quando imagino que o *acontecimento* da pesquisa na verdade começa – ou recomeça - quando eu lograr concluir o meu “trabalho de campo”; quando afinal eu sair “daqui e voltar para o meu lugar”. Quando, longe das pessoas a quem eu formulei as minhas perguntas eu retorno ao meu ponto de partida, começo a “trabalhar os meus dados”, a seguir, afinal escrevo o meu texto.

Ao pensar o “acontecer” completo da pesquisa, nos momentos em que, antes e depois da “parte empírica” eu planejo, revejo, ordeno e escrevo, eu posso estar então

---

com os seus pesquisados, ele veio a escrever um livro de antropologia como poesia. Seu livro tem este nome: *Day of a dailly almanac*, e eu tenho um exemplar dado por ele em um encontro na Espanha. De igual maneira, Dennys acabou por propor uma antropologia francamente dialógica, com uma relativização grande da própria autorias de trabalhos finais. Algo também próximo, em sua medida, à *antropologia reflexa*.

vivendo uma *experiência*. De outra parte, diante de um outro, em e entre nossa inteireza, eu somente posso estar vivendo um *acontecimento*. Aqui-e-agora a minha investigação social deverá ser interativamente nossa. E por ser uma forma de reciprocidade entre nós-duas, entre você-e-eu, ela deve acontecer como um *encontro*.

Toda a pesquisa que enlaça de um lado uma pessoa e, do outro, uma outra pessoa, enfrenta o dilema de transformar um *encontro* em uma *experiência*, ao invés de transformar uma *experiência* em um *encontro*, e um *encontro* em uma *relação*. Uma *relação* entre duas pessoas igualadas a partir de suas diferenças.

Qualquer que seja, toda a pesquisa envolve uma ou mais experiências, pois compreende-se que o que justifica a ação de investigar algo é alguma vocação ou dimensão de seu proveito. É o teor demonstrável de sua utilidade como conhecimento, ou como uma aplicação do conhecimento. Boa parte do que escrevemos em um projeto de pesquisa destina-se a demonstrar que partimos de ideias plausíveis, confiáveis e, se possível, inovadoras em alguma medida. Outra boa parte destina-se a demonstrar que não apenas partimos de “boas ideias”, mas estamos preparados para realizá-las como alguma forma de prática, através de uma também confiável metodologia. E uma outra boa parte, ainda, destina-se a demonstrar que o que pretendemos realizar, construir ou descobrir é também intelectual, social ou instrumentalmente útil.

Relembremos que a importância crescente dada pelos órgãos de fomento à pesquisa e aos seus avaliadores à “aplicabilidade” e à “utilidade” de uma variedade crescente de investigações ajuda a tornar evidente o incremento de um certo domínio de valor instrumental sobre quaisquer outros. E sabemos também que por baixo do pano uma fração não desprezível de toda a pesquisa científica em nosso tempo é dirigida – em várias ocasiões às ocultas – bem mais produção de agrotóxicos e armas, do que à criação de reais benefícios para pessoas, comunidades humanas e a vida aqui no Planeta Terra.

Entre as suas diferentes vocações, as investigações científicas melhor financiadas aspiram servir a uma fábrica de remédios, a uma empresa multinacional interessada em proliferação de produtos químicos para a agricultura; a uma multinacional fabricante de armas de guerra. E apenas por extensão, e sob a pressão de uma parcela ainda majoritária da “comunidade científica”, elas tendem a serem dirigidas a uma organização não-governamental, ou são devotadas a causas ambientalistas, a uma comunidade de pescadores artesanais, à criação de uma nova educação, a um movimento popular.

Agora mesmo, entre os anos 2020 e 2021, em plena “pandemia da COVID-19”, na mesma medida em que a humanidade acompanha e reconhece o trabalho louvável e persistente de profissionais da saúde e de cientistas especializados na criação de vacinas eficientes, somos testemunhas da crescente mercantilização das próprias vacinas. Ao mesmo tempo então em que assistimos pela televisão o coordenador da Organização Mundial da Saúde conclamando nações e empresas a que se esforcem

por tornar universal os acessos às vacinas, entrevemos também subirem geometricamente nas bolsas de ações os valores das empresas privadas e capitalistas que lograram produzir boas vacinas.

Pois até mesmo como a prece e a poesia, de um modo ou de outros toda a pesquisa aspira a ser útil. Assim, mesmo a “pesquisa pura” em alguma medida sonha ser também “aplicada”. Toda a investigação científica tende a servir a alguém, a algo. No interior de mundos de ciência e da academia, uma pesquisa pode tornar-se um objeto de proveito “da ciência”, ou de uma ciência; de uma teoria científica com ou contra as outras; de uma escola ou confraria de cientistas; de um par de pessoas chamado eu-e-meu-orientador; de mim-mesmo, quando através dela amplio o meu saber, quando partilho o saber que aumentei em mim; quando melhora a qualidade de minhas aulas, ou quando sou promovido de “mestre” a “doutor”.

Quando criticamente avaliamos os motivos pelos quais quase sempre as pesquisas realizadas em campos como a educação, a psicologia, a antropologia, a sociologia, a ação social, etc. são limitadas e nos oferecem apenas frações precárias e parciais de variações de conhecimentos sobre “o que quer que seja”, atribuímos a isto razões teóricas, lógicas, epistemológicas ou metodológicas. E este “o que quer que seja” é uma pessoa, são pessoas, são famílias, são grupos sociais, são sistemas de saberes e de símbolos de vidas pessoais ou sociais.

Relembro que as críticas vindas de alguns defensores dos novos paradigmas no campo das ciências e das práticas sociais nos desafiam à consciência de que estamos quase sempre às voltas com fragmentos de compreensões e de interpretações científicas efêmeras e limitadas. E aqui e ali nos conclamam a que, para além de nossos bem-protegidos territórios de confrarias científicas, possamos estar devotados a gerar interpretações científicas situadas cada vez mais em entre-lugares; e desafiadores territórios de fronteiras. Em pluri-espacos culturais, e não apenas naqueles estritamente científicos e acadêmicos. Experiências de construção e criação de saberes situados em e entre a campos da realidade social e simbólica destinados a se abrirem, e a se disporem ao diálogo com outras diversas e divergentes visões. As “nossas” e as “deles”.

A menos que alguém seja muito prepotente ou fundamentalista o bastante para que apenas sejam reconhecidas como consistentes e fundamentadas as “minhas descobertas”, ou as da confraria de saber à qual aderi por algum, ou muito tempo, todo o trabalho em busca não tanto de verdades únicas, mas de descobertas em diálogo, tende a partir do suposto de que tudo o que eu realizo vale como algo aberto a ser compreendido desde e entre várias e até mesmo divergentes maneiras e alternativas.

Ora, podemos agregar a todas as explicações propriamente científicas a respeito de nossas inevitáveis falhas e lacunas, uma outra compreensão. E por ela ser justamente a menos científica, poderia ser mais explicativa aqui. Ela é de novo

humana e relacional. É quase ontológica, e outra vez é em Martin Buber que eu me apoio para trazê-la a este momento de nosso diálogo.

Tenho procurado desenvolver aqui a ideia de que em tudo o que praticamos como uma investigação científica não logramos apreender mais do que frações parcelares a respeito das pessoas, dos grupos humanos, das comunidades ou das culturas que estudamos. Vimos já que em boa parte isto se deve ao fato de que o âmbito em que elas se movem é sempre muito mais amplo, imponderável e imprevisível do que acreditamos metodológica e cientificamente ser. E a este ponto vou voltar mais de uma vez ainda.

Nunca abarcamos mais do que uma fração da casca que envolve a realidade do ser, do viver, do sentir, do lembrar, do pensar e do agir de uma pessoa, porque quase nunca conseguimos nos relacionar com ela como... uma pessoa. Aquele a quem estendemos apenas o interesse de nosso-saber pelo saber-dele. E aquele a quem, por mais respeitosos e pessoais que sejamos, sempre de algum modo nós o colocamos como um alguém funcionalmente objetivado em nome dos meus justificáveis proveitos e interesses, no entreato de “minha pesquisa ou experiência sobre ele”.

E, recordemos, além de ele – como sujeito individual ou coletivo – não saber por si-mesmo tudo o que desejamos que ele saiba, para nós chegarmos a saber através dele, o que confrontamos diante de nós é um alguém de um modo ou de outro envolvido, entre as suas boas razões, em uma posição de absoluta ou relativa defesa diante de nós.

Se você reluta em abrir-se a uma pessoa que se aproxima com perguntas em nome de algum motivo que é mais dela do que seu, imagine como deveria se colocar uma pessoa de uma outra cultura, de uma outra sociedade, de uma outra classe social, diante de você e de suas previstas, inesperadas e nem sempre compreensíveis (para ele) perguntas.

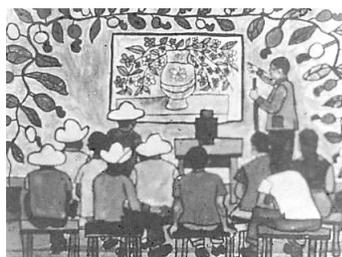
Por motivos epistemológicos, relacionais, afetivos, culturais, aquela pessoa que eu investigo não pode me ofertar mais do que a sua pálida e fracionada face de “objeto”. Recordo que em antropologia costumamos dizer que um “informante” nos oferece “narrativas de narrativas de narrativas de...” que em nosso trabalho de transcrição transformamos em uma outra qualidade de “narrativas de e entre narrativas”. Com isto retornamos aos desafios de Clifford Geertz... anos depois, fortemente criticado e desafiado por alguns de seus ex-alunos.

Eis-nos diante de uma repetida síntese provisória. O ser de uma *experiência* sujeito-objeto, quando não alcança ser, ou que se nega a estabelecer uma *relação* entre subjetividades, apenas pode revelar no acontecer de um momento de uma pesquisa, mais do que alguns fragmentos e expressões de exterioridades desigualmente vividos e pensados entre quem conduziu a pesquisa e quem foi convidado ou convocado a ser um seu interlocutor.

Pois de uma *experiência* em que eu me aproprio de um outro segundo os moldes de meus projetos e proveitos, só posso obter uma pálida e desconfiada imagem

devolvida a mim por um outro-arguido ou afetuosamente “perguntado”, interrogado. Vivenciamos “ali” uma “performance” precariamente concentrada em gestos e palavras. Seguimos as pautas de um código de um consenso entre-nós, que adiante eu transformarei, através da alquimia de meus sistemas de pensamento, em um “saber sobre o outro, que os meus pares devem por dever compreender.

E que o outro-diante-de-mim não deverá acessar, e se o conseguir, não deverá compreender. Um relato de relatos, como fragmentos e exterioridades em que acabo vendo e lendo a figura de meu próprio rosto no espelho que o meu “outro pesquisado” volta a mim, como a me dizer que isso é tudo o que resta de quem não soube ver e ver-se na difícil transparência única do olhar da pessoa presente de um outro.



**3.**  
***O difícil espelho***  
***dizer para o outro, narrar-se ouvir,***  
***buscar compreender, interpretar, dizer o outro***

Uma pequena narrativa provavelmente verdadeira que circula entre antropólogos poderia ser um bom espelho do que descobrimos tardiamente que vivemos e partilhamos nos dias de hoje. Conta-se que um estudante de doutorado nos EUA realizava a investigação de campo para a sua tese junto a uma comunidade indígena em seu País. Um de seus colegas de turma era um jovem indígena daquela mesma comunidade. Eram amigos, e concluído o seu relatório de pesquisa o antropólogo branco o levou até o antropólogo índio, pedindo que antes da banca de exame ele o lesse e comentasse.

Dias mais tarde os dois se encontraram. Interrogado sobre o que achou do que leu como resultado de uma investigação de anos e anos de “trabalho de campo”, o antropólogo indígena teria dito mais ou menos isto ao antropólogo branco: “Veja, do ponto de vista do que estamos estudando e aprendendo aqui na universidade, o seu trabalho está perfeito; está excelente. Não tenho reparo algum a ele. No entanto, do ponto de vista de nossa própria cultura eu devo dizer que ele não tem nada a ver com quem somos, como pensamos, como agimos e como vivemos”.

Ora, se entre alguns investigadores o momento presente é de dilemas epistemológicos e, no limite, relacionais, entre nós, que acrescentamos palavras como “participante” ou mesmo “ação-participante” à palavra “investigação”, ele é, ademais, um dilema que salta de uma epistemologia da construção de saberes, para uma ética da partilha dos saberes construídos. E salta dela para uma política da destinação social e histórica dos saberes partilhados.

Tradicionalmente, entre as suas muitas diferentes peculiaridades, o propósito de uma investigação científica no campo das ciências humanas e sociais é transformar diferentes narrativas em um discurso tão unificado e cientificamente compreensível e confiável quanto possível “a respeito de”. Sabemos que um discurso competente desde o ponto de vista “dos que compartilham comigo o meu conhecimento” tende a ser tão mais academicamente considerado e credenciado, quanto mais ele se distancia do mundo e do alcance dos saberes daqueles que me concederam as suas narrativas, ou as suas performances, com os seus gestos e atos transformados em meus “dados de campo”. O que eu escrevo é para ser ouvido, lido e compreendido “pelos meus”, mesmo que entre “eles” estejam aqueles que não compreendam inteiramente, não aceitem em parte, ou até mesmo recusem no seu todo o “meu texto”. Em minha vida de professor, de orientador e de participante de mesas de exames de pós-graduação, vivenciei várias ocasiões em que um artigo ou uma tese vinda de alguma pesquisa, quando muito “colados nos seus sujeitos” e muito “parecidas com a gente de lá”, eram criticadas por não terem os seus autores logrado partir dos “dados e fatos do campo” o

suficiente para serem lidos como um autêntico trabalho científico. Novas alternativas nas ciências sociais e afins têm buscado repensar quase tudo o que vai da criação de um projeto de pesquisa até a elaboração de um relatório final.

E não é “no campo” que eu elaboro a minha obra, como um pintor que “ali mesmo” a sua tela e mesmo ali pinta o quadro de uma paisagem. Meus “dados e fatos” são obtidos, coletados, ou até mesmo “pré-elaborados” ali, junto a quem foi por um momento um meu informante”. Vivi esta experiência várias vezes. Como um profissional de minha ciência, é quando eu retorno de seu mundo para meu mundo, que, distante dele o que eu vivi junto a ele, ou a eles, é de fato “trabalhado”, e acaba tornando-se “o meu trabalho”, ou mesmo “a minha obra”.

Eis um depoimento de James Clifford.

*Em última análise, o etnógrafo sempre vai embora levando com ele textos para posterior interpretação (e entre estes “textos” que são levados podemos incluir as memórias – eventos padronizados, simplificados, retirados do contexto imediato para serem interpretados numa reconstrução e num retrato posterior). O texto, diferentemente do discurso, pode viajar. Se muito da escrita etnográfica é produzido no campo, a real elaboração de uma etnografia é feita em outro lugar. Os dados constituídos em condições discursivas, dialógicas, são apropriados apenas através de formas textualizadas. Os eventos e os encontros da pesquisa se tornam anotações de campo. As experiências tornam-se narrativas, ocorrências significativas ou exemplos<sup>12</sup>.*

Supõe-se que à exceção de algumas situações diferenciadas e não-usuais, o efeito de uma investigação científico-acadêmica deve estar destinado a produzir de alguma maneira modificações significativas em meu e em nossos cenários pessoais e coletivos de vida, envolvendo a minha e a nossa legitimidade acadêmico-científica, a minha carreira, o avanço teórico da minha e nossa linha, vertente ou corrente teórica em nosso campo de saber. E, mais ainda, estendendo-se a um aperfeiçoamento da qualidade dos meus e dos nossos diálogos com os nossos pares, assim como os proveitos para a minha e a nossa instituição profissional, a minha e a nossa sociedade, a minha e a nossa nação, etc.

Algumas investigações de teor mais presente-e-crítico deverão estar dirigidas ao embasamento e ao reforço de compreensões em nome de críticas necessárias, destinadas a denúncias sociais de teor político, ou até mesmo a ajudarem a promover transformações sociais substantivas de valor humano.

---

<sup>12</sup> James Clifford, *A experiência etnográfica*, na página 41 de *antropologia e literatura no século XX*.

Desde um horizonte mais aberto e inclusivo, acreditamos que compartilhamos a crença comum de que não devendo ser consideradas como hierarquicamente desiguais, as pessoas, as suas comunidades sociais e as suas culturas são e devem ser consideradas como originalmente diferentes umas das outras. Isto porque elas são criadas, consagradas e partilhadas a partir de condições peculiares, em territórios geográficos e de sentidos diversos, e através de lógicas próprias. E justamente porque não são redutíveis umas às outras, elas podem vir a ser colocadas em relações atravessadas pelo reconhecimento e pelo diálogo. É através do que nelas não se transforma na “minha cultura”, na minha teoria, na minha narrativa, em seu todo ou em suas partes, que elas podem fecundamente dialogar comigo. Esta compreensão é hoje quase universalmente aceita entre pessoas e círculo da academia e de fora dela.

A não ser como resultado de uma má-política que embase uma ilusória ou mesmo perversa compreensão do outro, associadas a uma iludida e enganosa pedagogia “minha para o outro”, como um pressuposto que vai da ação de investigar a projetos de ação social, podemos acreditar que culturas não podem e não devem ser “convertidas”, “civilizadas”, “transformadas”. E, no limite, os seus autores/atores nunca podem ser plenamente compreendidos por mim, narrados através de mim, e também educados-e-conscientizados através de alguma pedagógica ação minha, trazida a eles imposta “de cima para baixo”, e “de fora para dentro”.

Acredito que é “de dentro para fora” e de acordo com as suas estruturas, lógicas, símbolos, saberes e afetos, que tanto uma pessoa quanto uma comunidade e a sua cultura podem, em um primeiro momento serem narradas, compreendidas e interpretadas. E, depois, serem co-educadas, conscientizadas, transformadas.

### ***O dizer para o outro, ou: o narrar-se a um outro***

Devo repensar aqui algumas palavras e ideias do capítulo anterior, com a ajuda de outras leituras. E eu espero que mais adiante seja compreendido o meu propósito. Quando seus interlocutores são seres humanos, podemos supor que de modo geral uma pesquisa científica deverá buscar transformar um outro, individual ou coletivo - sua pessoa, seu imaginário, sua vida, sua história, seu destino - em algo posto no papel (ou na tela) descrito, compreensível, conhecido e, no limite, público. Algo eticamente apropriado, pessoalmente interpretado e teoricamente transformado por e para mim, o investigador. Na quase totalidade dos casos, pessoas individuais ou coletivas algumas vezes antecipadamente próximas dos cenários e dos sujeitos da investigação. Em situações crescentes, pessoas e coletivos de pessoas com os quais existe já um envolvimento ou mesmo um “compromisso” anterior de partilhas de algo. No entanto, em outra escala, o encontro na situação de pesquisa é vivido por pessoas desconhecidas, pouco conhecidas, distantes e diferentes dos investigados, descritos, analisados, interpretados, etc.

De modo geral é no marco de tais relações que vão de uma antecipada máxima relação, até um pré-desconhecimento absoluto (como o de Malinowski chegando em

sua ilha ou Lévi-Strauss aparecendo por uma primeira vez em uma aldeia Nambiquara do Brasil-Central, até pesquisas que apenas reescrevem momentos e cenários de relacionamentos pesquisador-pesquisado muito fortes e antecedentes, que as mais diversas vocações de pesquisas “junto a” são levadas a efeito.

A não ser através de uma disposição pessoal de um investigador, raramente se oferece alguma informação interativamente substantiva e para além do protocolar, a respeito do que se está experimentando como uma pesquisa, a quem será individual ou coletivamente abordado, percebido, perguntado, questionado, investigado, para ser depois descrito, analisado, interpretado. Também, a não ser em situações ainda raras, embora afortunadamente cada vez mais frequentes, pouco se diz de forma compreensível a respeito do que deverá resultar de tal vivência diferenciada ou mesmo desigualmente interativa.

Tentemos por um momento relativizar o que escrevi até aqui. Como um pequeno e precário exercício de aproximações, penso que podemos estabelecer sem rigidez alguma as seguintes diferenças no que toca alguns estilos de pesquisa científica, todos eles praticados por mim a seu tempo, em minha vida de estudante e na de professor-e-pesquisador.

Em uma investigação confessadamente experimental, quantitativa, cientificamente neutra e regida por preceitos e princípios de um também diferenciado neo-positivismo, está presente e é vigente uma assumida e partilhada desconfiança metodológica colocada sobre as próprias pessoas que realiza o experimento, ou a pesquisa. Eu-mesmo, investigador, não sou confiável. Como um ser humano eu sou inevitavelmente subjetivo e sujeitável. Necessito então me armar de atitudes, de métodos e de instrumentos que me neutralizem, na mesma medida em que tornem o mais objetiva possível a relação que mantereí com as outras pessoas que irei investigar. Se puder considerá-las como “casos”, ou até mesmo como “dados”, tanto melhor.

Procedimentos importados de áreas como a medicina ou a biologia são com frequência trazidos para o campo das ciências humanas e sociais. Regras restritas de “trato com os outros” são impostas, e treinamentos são realizados para o aprendizado de suas rígidas práticas. Questionários fechados são testados antes de serem aplicados. Seleções aleatórias e estatisticamente determinadas de categorias “deles” são quantificadas para a escolha, a mais objetiva e impessoal possível, dos participantes da pesquisa. Se necessário, são constituídos grupos experimentais e grupos de controle. Um rigoroso tratamento científico dos “dados” é levado a efeito. Os resultados derivados de quantificações testadas e confiáveis são transformados em um discurso em que se discorre a respeito da comprovação ou não de uma “hipótese de trabalho”. Algumas bulas de remédios são uma boa e eloquente demonstração de tais procedimentos. Para a elaboração de vacinas este é um excelente procedimento. Para a investigação sobre o que as pessoas de uma comunidade pensam a respeito do “tomar a vacina”, nem tanto e nem sempre.

Entre as suas várias alternativas e modalidades do passado e do presente, a pesquisa qualitativa parte de um suposto essencialmente diverso, mas raramente apresentado em seus manuais. Nela, o sujeito, ou os sujeitos que participam como pesquisadores são considerados como seres pessoal e coletivamente confiáveis. No limite e entre casos bastantes frequentes em pesquisas sociais de longo curso, através de sua própria e subjetiva personalidade como pesquisador, a “pessoa-que-pesquisa” torna-se o principal recurso, fator ou mesmo instrumento da investigação.

O sujeito-pesquisador assume-se como o credor de uma confiança-em-si-mesmo. Ele se reconhece como um autor-ator destinado a estabelecer a qualidade, a identidade e a pequena teia de princípios e de preceitos para viver as relações interativas que irá compartilhar com as pessoas envolvidas em sua (ou nossa?) pesquisa. Haverá de ser sobre um alter e um auto depósito de credibilidade em uma pessoa treinada para ser “subjetivamente objetiva e confiável”, que toda uma atividade de “pesquisa de campo” deverá ser realizada. E poderá ser em seguida transformada em um confiável texto científico.

Dessa forma uma interação bastante mais livre entre duas pessoas substitui o relacionamento impessoal e quase mecânico, em que um pesquisador submetido à sequência ordenada de um questionário interroga uma outra pessoa... despersonalizada, despessoalizada. E isto acontece mesmo quando de um lado e do outras pessoas em interação através do acontecer de momentos da pesquisa compartilham posições de relações ainda de um modo ou de outro desiguais e desiguais.

Na pesquisa experimental em que me iniciei no começo dos anos sessenta, temos um alguém tanto mais objetivamente confiável quanto mais assumidamente impessoal. E assim deve ser porque o que importa não é a narrativa pessoalizada de uma vida, ou de um modo-de-vida, mas apenas os dados impessoais de fragmentos de uma vida, ou de um padrão-de-vida. E tão melhores quanto mais objetivamente passíveis de uma boa quantificação. Alguns interrogatórios policiais não são muito diferentes de algumas pesquisas “neutras e objetivas”.

Na pesquisa não apenas qualitativa quanto à sua metodologia, mas francamente interativa e regida por um encontro entre seres tornados sujeitos-de-si-mesmos, quando um diante do outro, é justamente a qualidade intersubjetiva do que se vive no interior de um “entre-nós” aquilo que confere a própria validade metodológica da investigação. Claro, em tudo o que escrevo agora permanecem ainda ativas as questões que fizeram da antropologia pós-moderna uma ciência “em crise”, como lembro aqui e ali.

Um estudo atento sobre a trajetória das investigações humanas e sociais, revelará que a oposição sujeito/objeto foi e segue sendo uma construção arbitrária e, em alguns casos autoritária mesmo. Ela e as suas diversas derivações: subjetividade/objetividade; personalidade interativa/neutralidade metodológica; qualidade/quantidade; envolvimento/distanciamento, etc.

Sabemos que entre ciências sociais muito próximas, como a sociologia e a antropologia, a variação para “um lado ou o outro” tende a ser hoje em dia bastante relativizada. Entre antropólogos persiste e aumenta uma resistência assumida à oposição metodológica e interativa sujeito/objeto. Assim como também aos métodos “duros” de investigação, em que haja um predomínio do “fechado”, do “dado” e do “número”, em nome da adesão etnográfica ao “aberto”, ao “discurso” e ao “nome”. Muito diferenciadamente hoje, entre sociólogos cresce dia-a-dia a abertura a teorias, métodos e posturas tidas durante muito tempo como subjetivas, parciais, interpretativas entre significados de falas e interações. Ao lado de uma crescente aproximação a vidas reais e histórias de vida; ao cotidiano e ao fluir de vida vividas e narradas, por oposição à pura e simples análise de dados, de funções, de posições sociais e de estruturas regulares e formais.

Como em suas origens o “antropólogo pesquisador de campo” trabalhava com prioridade em situações em que, histórica e culturalmente, a distância entre o sujeito-que-pesquisa (“eu”) e os objetos-da-pesquisa (os “outros”, os “negros”, os “selvagens”) era muito grande, uma distância entre “eles-e-eu” tendia a ser resolvida metodologicamente através de uma interativa, co-vivenciada e pessoalizada observação participante, característica do que chamamos até hoje de “método etnográfico”. Ele mesmo “em crise”, já sabemos.

Uma distância original obrigava a um esforço de aproximação entre seres cultural e existencialmente diferentes, de tal sorte que do inevitável e difícil diálogo entre-nós surgisse a possibilidade de “alguma” compreensão. Mas ainda não uma “mútua” compreensão, pois mesmo através de uma relação aparentemente pessoal, e até mesmo confidencial e afetiva, o foco da interação respondia aos meus propósitos e projetos, realizados em boa medida através... “dele”.

### ***Algumas lembranças; confidências***

Devo trazer aqui algo de minhas próprias vivências.

No interior pequenas cidades ou isoladas comunidades camponesas de Goiás, de Minas Gerais, de São Paulo e, anos mais tarde, da Galícia, na Espanha, eu - nascido e criado em Copacabana e na Gávea, no Rio de Janeiro – aos poucos e não sem tropeços e dilemas, aprendi a compartilhar meses e mesmo anos de minha vida convivendo com pessoas e investigando vidas e culturas de homens e mulheres do mundo rural. Convivi longos dias e noites com a “gente camponesa”, entre as suas comunidades em vilas, arraiais, sítios e bairros rurais. Investiguei tantos rituais de longas “festas de negros”, urbanos, quanto a vida cotidiana de camponeses. Vivi entre “eles”, ao longo de inúmeras e muito diversas ocasiões e situações, a experiência da imersão em metodologias interativas, desde um bem treinado e cuidadoso “olhar etnográfico”.

Convivi com a intimidade de pessoas e de famílias das várias comunidades por mim pesquisadas. Em vários casos, e ao longo de vários anos, “morei entre eles”;

“Trabalhei com eles”; “festei” junto a eles. Vivi os seus rituais. Presenciei aqui e ali casamentos, batizados e velórios. Comi inúmeras vezes em suas casas. Interroguei suas vidas. Perguntei sobre os seus sonhos. Registrei detalhes mínimos – e, aos olhos de outros, supérfluos e desnecessários – sobre o correr dos gestos e das falas entre os dias e anos de suas vidas. Ouvi e gravei narrativas, crenças, mitos, lendas, histórias e estórias. Escutei confissões e denúncias, “causos” e coisas, visões de vida e do mundo. Fotografei os seus gestos entre o trabalho cotidiano “na roça” e os seus pequenos e quase invisíveis ritos. Registrei suas falas e os seus silêncios. Desenhei incontáveis croquis de terras e territórios, e muitos esquemas de parentescos ao gosto dos antropólogos. Escrevi a mão incontáveis linhas e folhas de “cadernos de campo”. Compartilhei dores e alegrias. Vi, vivi, ouvi, registrei, ordenei, estudei, repensei, interpretei, escrevi.

De minhas investigações junto “àquela gente” redigi vários relatórios de pesquisa, que adiante me valeram artigos ou livros. Acredito haver sido tão fiel quanto me foi possível ser ao traduzir as “narrativas deles” em “minhas narrativas”. Sei que possivelmente raramente algum deles terá lido uma única vez sequer o que escrevi sobre “eles”.

E em tudo o que escrevi, até mesmo em um livro confidente, como *O afeto da terra*, hoje penso que talvez tenha deixado de lado, ou escrito com apressada superficialidade o mais relevante: as entrelinhas da essência e da existência de uma rude vida dedicada dia a dia a lidar com a terra e a obter dela o que mais à frente será a comida que nos alimenta. A silenciosa sabedoria que nunca aprendemos a decifrar inteiramente, com que entre gerações trabalham a terra, os seus frutos e a vida, afetando a natureza em infinitamente menos do que um único senhor dos desertos do agronegócio.

Uma primeira sábia e desconfiança frente ao estranho, mas logo a seguir a generosa e humilde acolhida com que recebiam um “alguém vindo de longe” e que lhes invadia a intimidade das casas e das vidas. Um homem vindo de outros mundos e de outras falas, e treinado a convencer os outros a confessarem segredos de suas vidas, que quando postos por escrito quase nunca retornam de volta a eles. A sutil complexidade dos seus sentidos de vida e dos seus significados de mundo, com que entre a religião, a ciência, a arte e a magia os “homens do campo” povoam os seus imaginários e as suas almas. A formosura de seus rituais devidos aos deveres de reciprocidade entre eles mesmos, ou atribuídos a algum intermediário entre os deuses e os homens.

Acompanhei longas jornadas de trabalhos rústicos e sabiamente realizados por mulheres e por homens, entre a cozinha de uma casa e o meio de uma floresta. Aprendi sobre ciclos da natureza, entre plantas, bichos e seres humanos. Convivi horas seja do trabalho solitário de um pai junto com o filho “no cabo da enxada”, seja em um alegre mutirão vivido entre trabalho no campo, cantórios e cachaça.

Comparti momentos de tensão e de lutas de famílias ameaçadas pelo arame farpado dos “donos de terra”. Testemunhei a “autodemarkação” de uma comunidade de negros quilombolas no lugar onde o Rio São Francisco deixa Minas Gerais e entra Bahia adentro.

Caminhei distâncias imensas com os “Foliões de Santos Reis”, que durante treze dias entre Natal e seis de janeiro viajavam a pé, percorrendo imensidões do cerrado goiano, e visitando incontáveis “casas e moradores”, onde noite adentro as pessoas ritualmente se encontravam e se festejavam em nome de uma lenda que a cada ano eles sabem transformar em reciprocidade e arte.

Atravessei com “Folgazões do São Gonçalo” noites inteiras entre as serras em meio a São Paulo e Minas Gerais. Devotos cantadores e dançadores que varam toda uma noite cantando, orando e dançando diante de um altar rústico com a imagem de um santo português que quando chegou ao Brasil virou “um violeiro com nós”.

Quase sempre as ciências que praticamos desacreditam de algo como a alma, sem o que “a gente do campo” não compreende a vida. E lembro que Walter Benjamin acreditava na “aura” presente tanto na vida quanto na arte. E boas teorias desconfiam da beleza, do mistério e do sentimento. A não ser quando passíveis de serem submetidos a algum “tratamento científico” para poderem ser compreensíveis e confiáveis. Assim, hoje me pergunto em qual dos meus escritos eu terei sido capaz de haver capturado justamente aquilo de que a substância mais densa e secreta da vida se reveste entre eles, e resiste a nós? Uma quase-oculta a nós misteriosa alquimia para além de toda do olhar e das perguntas das ciências.

### ***Entre silêncios e não-saberes de um lado e do outro***

Em seu livro *A ideia de cultura*, Terry Eagleton traz o depoimento de Slavoj Žižek, que ele apresenta como “um de nossos principais teóricos da alteridade”. Segundo palavras de Eagleton, o que Žižek defende é que um dos acontecimentos que tornam difícil ou mesmo inviável o meu acesso mais pleno e denso à pessoa de um outro, reside em uma dimensão ontológica, mais do que uma dimensão apenas epistemológica. Tal como eu-mesmo, o meu-outro é um ser-não-fixo e nem fixado. Ele é um ser complexo e, como eu, é fluido e aberto. Nunca somos inteiramente determinados pelos nossos contextos de vida. E nem ele nos é um claro espelho de nós mesmos e dos nossos territórios sociais e simbólicos de vida. Nunca somos determinados por coisa alguma. E tal como no desenho das “dimensões do eu” de meu coordenador do “treinamento de sensibilidade”, sobre nós, nossa vida e história, e também a dos cenários em que com outros compartilamos uma vida e uma biografia, somos ao mesmo tempo a claridade, a penumbra e a escuridão.

E é esta abertura ao que podemos também pensar como a condição de nossa própria liberdade, o que em sua justa medida nos torna o que nós somos: seres humanos. Cada pessoa em sua individualidade; cada pequeno grupo humano em sua

coletividade; cada comunidade e cada cultura que a habita, enfim, tudo o que existe e é humano no mundo, tende a ser a expressão de uma presença regida mais pela imprevisibilidade e pela flexibilidade do que pela previsão e a fixação.

Assim sendo, somos regidos mais por uma certa opacidade e imprevisibilidade para nós-mesmos e para os nossos outros, do que por alguma rotina do regularmente esclarecido e previsto. Portanto, todo e qualquer modo de vida existente como substância de uma qualquer cultura, existe como algo não própria e propositalmente ambivalente, mas como algo intraduzível a si-mesmo, esteja ele subjetivamente presente na interioridade de uma pessoa, esteja fluindo na praça da cidade em uma tarde de sábado.

*Toda a cultura, portanto, tem um ponto cego interno em que ela falha em apreender ou estar em harmonia consigo mesma, e perceber isso, na visão de Zizek, é compreender essa cultura mais completamente.*

*É no ponto em que o Outro está deslocado de si mesmo, não totalmente determinado por seu contexto, que podemos encontrá-lo mais profundamente, uma vez que essa auto-opacidade é também verdadeira de nós mesmos. Eu compreendo o Outro quando me torno consciente de que o que nele me aflige, sua natureza enigmática, é um problema também para ele<sup>13</sup>.*

Longe de um falso objetivismo neopositivista, devemos compreender que o que afirma em nós a nossa humanidade não é aquilo que se revela a nós e aos outros “objetivamente”, como algo claro e claramente compreensível. Ao contrário, é justamente aquilo que completa a nossa “clareza” com a sua inevitável “opacidade”. Um robô previamente programado pode ser “lido” e é operativamente decifrável. Um ser humano nunca.

*Como Zizek coloca: “A dimensão do Universal emerge, assim, quando as duas carências – a minha e a do outro – se sobrepõem... O que nós e o outro inacessível compartilhamos é o significativo vazio que representa o X de ambas as posições”<sup>14</sup>. O universal é aquela brecha ou fissura em minha identidade que a abre a partir de dentro para o outro, impedindo-me de me identificar completamente com qualquer contexto particular. Mas essa é a maneira de pertencer a um contexto, e não uma maneira de não ter um. Faz parte da condição humana estar “desconjuntado” com relação a qualquer situação específica. E a violenta ruptura que advém dessa conexão do universal a um conteúdo particular, é o que conhecemos como o sujeito humano. Os seres humanos se movem na conjunção do*

---

13. Terry Eagleton, *A ideia de Cultura*, página 140.

14. Zizek, *The abyss of Freedom/Ages of the World*, Ann Arbor, 1997.50 e 51. Citado por Terry Eagleton.

*concreto com o universal, do corpo e do meio simbólico: mas esse não é um lugar onde alguém possa se sentir alegremente em casa*<sup>15</sup>.

E então este poderia ser um dos momentos oportunos para retornarmos uma vez mais a uma das epígrafes que abrem este livro. “Eu posso saber o que o outro pensa, mas eu não posso saber o que eu penso”. Pois no encontro entre duas pessoas, o que de uma para a outra pode “passar” nunca é, de parte a parte, alguma espécie algo objetivamente claro e compreensível. Na verdade, talvez pouca coisa o seja. E não apenas porque “ele” não compreenda o que eu digo, mas também pelo fato de que eu mesmo nunca sei exatamente o que, ou sobre o que eu estou dizendo alguma coisa. E, claro, possivelmente haverá mais uma interação mutuamente compreensiva quando de parte a parte os interlocutores “narram”, do que quando eles “se narram”.

Sabemos já que tudo o que somos ou pensamos ser, existem áreas de nós mesmos que são abertas, claras e compreensíveis para nós é para os nossos outros. Existem aquelas que são claras e conscientes para nós, mas não o são para os outros. Pois tanto para um estranho com quem cruzamos a rua, quanto para o amigo com quem repartimos mesas de bares e confidências, existem em-nós e entre-nós teias e trilhas interiores “inconfidentes”, e nunca, ou nem sempre às outras pessoas reveladas. È impossível viver e partilhar a vida sem proteger áreas pessoais com algum segredo. E quem diz que “a minha vida é um livro aberto” está escondendo muitas páginas de si-mesmo e dos outros.

Existem ainda esferas de nós-mesmos que são opacas ou até desconhecidas para eu-mesmo, mas que podem ser claras e reveladas aos nossos-outros. E, lembro, alguns sustos na vida nós vivemos quando algo do “quem eu sou e não sabia ser” me é revelado por um alguém que eu mal acabei de conhecer.

Finalmente, relembremos do capítulo 1 deste livro que algumas esferas de nós-mesmos nos são inteiramente opacas ou desconhecidas. E é através dessa tão real e estranha conjunção de planos de luz, meia luz e escuridão, que imaginamos saber sobre nós-mesmos e sobre os outros com quem interagimos... na cama a dois (ou a duas), na mesa de um bar entre amigas, ou em alguma investigação... diante de um Outro.

E aquilo a que damos o vago e sempre impreciso nome de “cultura”, e que em diversas medidas conforma tanto a interioridade do que chamamos “minha pessoa e minha identidade”, quanto as pautas e os padrões do que chamamos “o nosso modo de vida”, existe, funciona, permanece e se transforma exatamente porque é mais um fluxo entre-nós do que uma fixa permanência nossa e para-nós. Assim sendo, é bem mais uma móvel superfície porosa e não fixada de fluxos do que chamamos “uma vida social”, do que um chão fixo, estável, previsível e mensurável.

---

15. Terry Eagleton, *A ideia de cultura*, Página 140.

Retomo ideias passadas. As sociedades e as culturas que aqui e ali investigamos, ao buscarmos mergulhar em sua vida cotidiana, ou convivendo e entrevistando alguns de seus escolhidos atores-autores, existem mais em e entre-lugares, ou em territórios de entre-fronteiras, do que em espaços e cenários sociais fixos e previsíveis. Não são apenas os seus mapas que nos são imprecisos. Elas próprias se auto-mapeiam entre lacunas e desconhecimentos. Nunca inteiramente idênticas a ela-mesma, os seus sujeitos partilham diferenciadamente uma cultura que habitam, tanto em nome do que individual e coletivamente sabem dela e sobre ela, quanto a partir do que coletiva ou individualmente ignoram. E o que sabiamente ignoram é tanto o chão da vida que vivem quanto o que sabem, ou imaginam saber. Tanto eles quanto nós.

Nós nos falamos em nossa língua materna com acertada fluidez, em muitas e diferentes situações de nosso dia-a-dia. E uma pessoa que se julgue bastante educada-e-instruída ignora provavelmente a metade ou mais das palavras escritas em um bom dicionário de sua língua. Nós nos movemos razoavelmente bem entre as ruas de uma cidade, como o meu Rio de Janeiro. Mas, quantas ruas dela conhecemos de fato? Provavelmente uma extrema minoria. E assim acontece, e com mais motivos, com a cultura de que somos uma fração viva, movente e efêmera.

Assim sendo, viver uma investigação científica num plano que envolve pessoas, coletividades e culturas, poderia ser parecido com uma conversa entre um francês e um brasileiro. Uma longa e difícil conversa que depois de vivida a dois e pensada a sós, é depois escrita pelo francês... em alemão.

E se boa parte do que pensamos serem “dados de pesquisa” nos parece uma fração pobre e incompleta “de tudo aquilo”, não é porque não logramos capturar desde “o outro lado”, tudo o que “eles sabem”. É porque eles mesmos sabem, de tudo o que existe neles e ao seu redor, muito menos do que eles e nós imaginamos. A mesma coisa que acontece entre duas pessoas que se encontram em poltronas lado a lado de um ônibus destinado a uma longa viagem, e que durante boa parte dela se descobrem e conversam, acontece também em uma longa e bem formulada pesquisa de campo. Entre pessoas que se encontram existem “zonas de conhecimento partilhado”. Existem zonas de desconhecimento de uma para a outra. E existem zonas de desconhecimento em e para cada pessoa que pensa conhecer de si-mesma e do mundo em que vive sempre muito mais e muito menos do que em verdade conhece.

E toda esta misteriosa reflexão a respeito dos limites do que conhecemos e intertrocamos como conhecimentos em um encontro entre pessoas chamado “uma pesquisa”, torna-se ainda mais intrigante quando entre nós próprios descobrimos que mesmo quando pretendemos decifrar o essencial de uma sociedade ou de uma cultura, compartimos planos de motivos e interesses que geram entre nós-mesmas esferas de claridade, de opacidade ou de escuridão a respeito do mundo-deles. Trago um exemplo de minha vida de professor.

Depois de décadas de estar dando aulas de antropologia e estar orientando tanto pós-graduandas individualmente, quanto uma de nossas equipes de pesquisa em antropologia, certa feita fui procurado por um grupo de estudantes de minha universidade. Elas não eram das “Ciências Sociais”, e vinham do Departamento de Artes Cênicas”. Faziam parte de uma das equipes que estudavam juntas “teatro antropológico”, e se preparavam para um trabalho de campo a partir do qual iriam escrever um “trabalho final” de seu curso. Eram duas moças e dois rapazes. Haviam escolhido investigar um grupo indígena do Acre. E como a pesquisa proposta “tinha a ver com a antropologia”, por indicação do seu professor vieram conversar comigo. E conversamos longamente. E aos poucos fui descobrindo que partindo de um “chão” comum de perguntas e olhares, o que elas pretendiam “captar daquela gente e daquela cultura” estava quase sempre aquém e além do que a mim parecia ser o essencial em uma “pesquisa etnográfica”.

Elas queriam, como antropólogos em geral desejam, investigar “os mitos e ritos da tribo”. Mas vindas do teatro antropológico e não da antropologia cultural, não interessava a elas tanto a narrativa de um mito, o seu conteúdo e o fluxo verbal de sua trama de eventos. O que elas queriam ver e capturar era a cena dramática em cujo acontecer o mito era narrado e o rito era vivido. Queriam apreender e registrar como as pessoas se distribuía talvez ao redor de uma fogueira para ouvir o que se narrava. Como se apresentava visualmente e como atuava cenicamente o narrador do mito. Vejam bem: queriam atentar mais para como ele atuava do eu como ele agia. Ele ficava de pé ou sentado? Gesticulava ou não? Como fazia com as mãos? Como olhava as pessoas que o ouviam? Como expressava com as mãos, com o olhar, com outros gestos possíveis de seu corpo enquanto narrava o que falava? Com que entonações e jogos expressivos da face ele contava cada passagem do que narrava?

Em síntese, a pequena equipe e eu começamos a nos entender quando descobrimos que tudo o que era essencial para mim, era secundário para elas. E tudo o que para elas era essencial, era secundário para mim. Diante das mesmas pessoas, partilhando um mesmo cenário e compartilhando uma mesma cena, víamos, ouvíamos e atentávamos para dimensões do “vivido e pensado ali” ora convergentes, ora distantes, ora divergentes. Seria bastante instrutivo ler lado a lado os seus “cadernos de campo” e os meus, se porventura eu tivesse ido ao Acre com elas. Eu prestaria atenção no conteúdo do que era falado. Eles, no modo dramaticamente actancial como algo era narrado.

Tudo era como se assistindo ao mesmo filme policial, a mim interessassem as falas e as ações gestuais conduzidas por falas ou condutas delas. Eram conteúdos, palavras, frases, períodos condutores de sentidos, de significados. Claro, tudo isso atrelado à atuação cênica dos atores. A eles interessavam as expressões das faces e dos corpos, os movimentos cênicos, o modo de ocupação dos espaços de cada cenário, e assim por diante. Se o filme fosse em alemão e sem legendas, de muito pouco serviria

para mim. Para eles talvez fizesse pouca falta. Acho até que eles talvez preferissem os filmes mudos do passado.

Quando a mim mesmo foram dadas várias oportunidades de investigar “festas e rituais de negros e de camponeses” eu me vi dividido entre uma “antropologia das falas” e uma “arte cênica dos corpos”. De um lado precisava registrar o conteúdo do que se narrava, cantava, dizia, orava, etc. De outro lado, devia prestar atenção nas atuações, nos gestos do corpo, na distribuição cerimonial dos espaços, na lógica simbólica da sequência de movimentos.

A própria antropologia conhece neste campo divisões antigas e consistentes. Lado a lado, um antropólogo seguidor de Claude Lévi-Strauss, e ocupado em registrar criteriosamente as letras, os conteúdos da fala e da língua de antigos mitos cantados em sagas musicais, e sua companheira, uma etnomusicóloga, trilhariam caminhos comuns de pesquisa até um certo ponto. Mas dele em diante eles se iriam separar, sem divergir. Enquanto a ele interessará mais a letra do que se canta, a ela preocupará registrar e compreender a música com que se canta a letra que se diz.

Ora, tudo o que escrevo aqui procura apontar para uma dimensão bastante mais densa que em uma escala ou em outra envolve qualquer atividade de partilha do “criar saberes através da pesquisa”. Tomando o exemplo de minhas pesquisas de campo, e também a da maioria das pessoas com quem convivo um mesmo desafio e os seus dilemas, constato que na maior parte dos casos quase sempre as nossas investigações nos levam a sair do círculo dos “nossos”, e nos obrigam a frequentar por momentos longos ou breves alguma dimensão do mundo “deles”. E isto vale para etnólogos, para estudantes de teatro antropológico, de etnomusicologia, de cenologia, ou de outras ramas e vocações entre as ciências e as artes, dentro e fora do mundo da academia.

A mesmo que tenhamos já alguma presença pessoal ou coletiva junto à aqueles a quem vamos investigar, na maior parte das ocasiões, “eles” são quase sempre outras pessoas que ainda não conhecemos. E ainda que possamos possuir alguns vínculos entre a profissão e a vocação com eles, o nosso conhecimento “deles” não raro limita-se à nossa restrita esfera de “campo de relações”.

“Eles” são as pessoas, os grupos domésticos, as redes de vizinhança, as “turmas de trabalho”, as “equipes de rituais e, por extensão, as comunidades locais com quem não convivemos e não compartilamos as nossas vidas, embora estejamos desejosos de partilhar frações de os nossos destinos. Em expressiva maioria em nossas investigações de campo, “eles” são os nossos-outros: os operários, os camponeses, os subempregados, os desempregados, os pobres, os “postos à margem”, os excluídos daquilo que consideramos o direito humano a uma vida digna e feliz. São pessoas e são povos criadores e habitantes de outras culturas, próximas à nossa algo distantes, ou muito distanciadas, como um bairro de periferia de São Paulo, uma favela do Rio de Janeiro, uma comunidade camponesa do Semiárido em Pernambuco, um assentamento do MST, uma “ocupação” de uma fazenda no Pará, um quilombo do Norte de Minas Gerais, ou uma aldeia indígena do Mato Grosso.

Bem mais do que uma apressada notícia, uma “coleta” ou uma “enquete”, uma sensível e pessoalizada pesquisa social mergulha não apenas em dados e fatos objetivos. Ela vai até vidas e dramas pessoais e coletivos. De algum modo podemos imaginar que boa parte do que ela é, e boa parte do que vivemos e realizamos ao praticá-la, tem a ver com a maneira como aprendemos a lidar com o dilema das disjunções e convergências entre nós-e-eles. Ou entre eles-e-nós.

E aqui podemos reconhecer uma diferença relevante entre duas vocações de pesquisas, diversas, mas não divergentes. Quando investigamos o “nosso mundo”, como quando uma estudante de pedagogia pesquisa visões de vida e previsões de um futuro profissional entre estudantes de pedagogia, ela se move em seu próprio mundo de vida cotidiana e de partilha de uma, ou de algumas culturas. Move-se entre pessoas tão próximas que ela terá, como vimos antes, que se armar de aparatos de “objetividade-e-neutralidade” para evitar que a proximidade vivencial não contamine um estudo que obriga a uma distância para tornar-se “objetivamente confiável”.

Quando saímos de nossos círculos próximos de vida e de cultura, e “vamos até eles”, algo diferente acontece. Mesmo quando são pessoas e grupos humanos que habitam o nosso País, e mesmo o nosso Estado, falem a nossa língua e possam até mesmo torcer pelo mesmo nosso time de futebol, elas e eles estão mergulhados em modos de vida e em culturas que em vários aspectos essenciais são diferentes dos nossos.

Posso frequentar a mesma igreja do camponês que entrevisto, e nas últimas eleições votamos no mesmo candidato a presidente da república. Mas da madrugada à noite o trabalho que praticamos e a vida cotidiana a que ele nos obriga são tão diferentes, que talvez ele mais se aproxime de um indígena de uma tribo de agricultores-coletores do que de um professor de universidade em uma grande cidade.

Como seres humanos de um mundo próximo, partilhamos muito do quem somos. Mas a sua vida não é a minha, e os seus sofrimentos e as suas lutas também não são os meus e nem as minhas. Posso fazer de seu sofrimento a minha causa, e de suas lutas o meu compromisso-com-o-outro. E eu me alio a ele em nome de causas e ações sociais comuns, mas inevitavelmente vividas de-um-lado-e-do-outro do que ao mesmo tempo nos separa e aproxima. Podemos construir uma ponte entre as duas margens de um mesmo rio. Mas se a construimos é porque sabemos que vivemos em uma delas e, eles, na outra. E bem sabemos que singularmente comprometidos um-com-o-outro, ele vive “isto” desde a sua condição e sua vocação, e eu também, mas desde as minhas.

Assim, relembro uma vez mais que quase nunca “clareamos” mais do que uma parte da casca que envolve a realidade do ser e do viver de uma pessoa ou de uma coletividade. E isto porque, para além das barreiras relativas à diversidade de lógicas entre pessoas e culturas, quase nunca conseguimos nos relacionar com os “sujeitos de pesquisa” como inteiras e abertas pessoas presentes diante de nós. Na maior parte

das ocasiões, estamos diante de um alguém a quem estendemos com prioridade o interesse de “nosso saber pelo saber dele”. Uma mulher diante de quem, mesmo com assumidas boas intenções, algumas vezes utilitária e funcionalmente nos colocamos, como se diante de uma fornecedora de dados, fatos e narrativas, objetivada por nós em nome de nossos proveitos e interesses.

Os dilemas plurais que as ciências sociais enfrentam desde décadas e anos atrás, ao lado de alternativas que se estendem de uma antropologia dialógica a uma investigação-ação-participativa são o bom motivo e a busca de palavras e ideias dos capítulos a seguir. E que Roy Wagner, ele mesmo um defensor de alternativas radicalmente novas e dialógicas para o exercício da pesquisa nos ajude a encerrar este capítulo. E ele estará dizendo algo em que acredito. De uma maneira ou de outras somos todos antropólogos.

*Se assumimos que todo ser humano é um "antropólogo", um inventor de cultura, segue-se que todas as pessoas necessitam de um conjunto de convenções compartilhadas de certa forma similar à nossa "Cultura" coletiva para comunicar e compreender suas experiências. E se a invenção é realmente tão básica para a existência humana quanto sugeri, então a comunicação e o conjunto de associações e convenções compartilhadas que permite que a comunicação ocorra são igualmente básicos. Toda expressão dotada de significado, e, portanto toda experiência e todo entendimento, é uma espécie de invenção, e a invenção requer uma base de comunicação em convenções compartilhadas para que faça sentido – isto é, para que possamos referir a outros, e ao mundo de significados que compartilhamos com eles, o que fazemos, dizemos e sentimos. Expressão e comunicação são interdependentes: nenhuma é possível sem a outra<sup>16</sup>.*

### **Adendo – um momento de revelação em Clarisse Lispector**

#### **Conversa puxa conversa à-toa**

*Eu estava na copa tomando um café e ouvi a cozinheira na área de serviço cantando uma melodia linda, sem palavras, uma espécie de cantilena extremamente harmoniosa. Perguntei-lhe de quem era a canção. Respondeu-me é bobagem minha mesmo.*

*Não sabia que era criativa. E o mundo não sabe que é criativo. Parei de tomar o café e meditei: o mundo ainda será muito mais criativo. O mundo não se conhece a si próprio. Estamos tão atrasados em relação a nós mesmos.*

---

16. Roy Wagner, *A invenção da cultura*, página 76

*Inclusive a palavra criativa não será usada como palavra, nem mesmo vai-se falar nela: apenas tudo se criará. Não é culpa nossa – continuei com meu café – se estamos atrasados de milhares de anos. Ao pensar em “milhares de anos à nossa frente” deu-me uma quase vertigem, porque não consigo contar sequer a cor que a terra terá. A posteridade existe e esmagará o nosso presente. E se o mundo se cria por ciclos, digamos, é possível que voltemos às cavernas e tudo se repita de novo? Dói-me até o corpo ao pensar que não saberei jamais como o mundo será daqui a milhares de anos. Por outro lado, continuei, nós estamos engatinhando muito depressa. E a toada que a moça cantava vai dominar esse mundo novo: vai-se criar sem saber. Mas por enquanto estamos secos como um figo seco onde ainda há muito pouco de umidade.*

*Enquanto isso a empregada estende roupa na corda e continua sua melopeia sem palavras. Banho-me nela. A empregada é magra e morena, e nela se aloja um “eu”. Um corpo separado dos outros, e a isso se chama de “eu”? É estranho ter um corpo onde se alojar, um corpo onde sangue molhado core sem parar, onde a boca sabe cantar, e os olhos tantas vezes devem ter corado. Ela é um “eu”.*

*Nas páginas 444 e 445 de **A Descoberta do Mundo**.*

## 4.

***Entre uma margem e outra  
de um rio de três margens******Como um começo de conversa***

Em seus escritos Paulo Freire convida para o lado dos *sujeitos da pesquisa* todas as pessoas de algum modo envolvidas em um processo comum e solidário, de construção de novos conhecimentos sobre o “real”. E ele deixa como *objeto* do conhecimento – logo, da investigação – apenas o próprio “real”. A *realidade social* de um modo de vida, de uma condição peculiar de *sujeito social* (como as mulheres moradoras em uma comunidade barranqueira do Rio São Francisco) a ser investigada para ser um pouco ou bem mais conhecida, no seu todo (“as condições sociais da vida cotidiana aqui”) ou em uma parte delimitada (“a situação atual de saúde e alimentação das crianças daqui”).

Uma nova e inovadora interação na construção social do conhecimento humano sobre a realidade da vida pretende ser então estabelecida. De um lado está um de nós, como um sujeito ampliado: eles-e-nós. Pessoas de conhecimentos em busca de novos saberes através da prática da pesquisa. De outro lado está a realidade social, objeto a ser conhecido por nós que a compartilhamos, e que diferencialmente a vivemos, cada um a seu tempo, cada uma a seu modo.

E é esta diferença de modos pessoais e culturais de ser, de viver, de sentir e de pensar, onde antes a ciência “neutra” constituía uma desigualdade, o que torna possível o diálogo científico. Um diálogo não mais à procura da verdade e, menos ainda, de alguma verdade absoluta. Um diálogo frágil e confiável, múltiplo e, portanto, capaz de chegar a alguma unidade. Uma interlocução contínua, se possível - e teremos que descobrir como fazê-la possível - em busca de sentidos e de significados partilháveis. Novos e confiáveis significados na interpretação solidária de uma realidade de vida social. Significados que justamente por não serem, de um modo definitivo algo cientificamente objetivo, podem ser objetivamente compartilhados e levados a um trabalho pedagógico cuja proposta não é a de apenas descrever, compreender e contemplar um uma fração da realidade da vida. É, antes, a de interpreta-la para aprender a saber como interroga-la, como questioná-la, como transformá-la.

Mesmo antes de uma decisão política próxima a uma “perspectiva libertadora”, paira uma questão mais amplamente humana. Eis que “de um lado ou do outro” não somos todos, como seres humanos, entes dotados de capacidades diferenciadas, mas não necessariamente desiguais de sentir, de pensar, de fazer perguntas e de buscar inteligentemente as respostas? Não são “eles”, os “nós” pessoal e coletivo das mulheres e dos homens que “são daqui”, que “vieram para aqui”, “que vivem aqui” e

que a seu modo e segundo os seus estilos de vida, sentem, pensam e criam sistemas culturais de sentimento-pensamento sobre “como se vive aqui”?

Se assim é, então em nome de que princípio epistemológico, ou de que decisão de poder científico, em um momento da “produção de conhecimento sobre como se vive aqui e o que determina a maneira como aqui se vive assim”, os que “são de fora” constituem-se como sujeitos do processo e como proprietários dos produtos de uma pesquisa, na mesma medida em que pré-estabelecem como “objetos da pesquisa e do conhecimento derivado”, aquelas e aqueles que “são daqui e aqui vivem”?

Não é através “deles”, desde a percepção que possuem e que nos comunicam no processo da pesquisa, que uma realidade comunitária vai sendo conhecida através de uma investigação local? Não são eles os detentores primários e primeiros do saber e do sentir através dos quais um conhecimento-sobre-a-realidade-social pretende ser obtido cientificamente? Então não seriam eles os portadores do conhecimento original e essencial para a construção deste próprio saber?

Perguntas na aparência fáceis, mas de uma difícil resposta clara e convincente até hoje. Desde os antigos escritos e manifestos dos *movimentos de cultura popular* dos anos sessenta, somos muitas as pessoas que defendem a ideia de que as peculiaridades de/entre culturas, entre pessoas e entre povos não traduzem maneiras desiguais e hierárquicas de ser, de viver e de pensar. Algo que até hoje algumas pessoas distribuem em uma escala que vai “deles”, os selvagens, os primitivos, os populares, até “nós”, os civilizados, os eruditos e os praticantes de um modo de vida e de uma cultura “superiores”. A quem? A que?

Assim foi que, formado e treinado em diferentes momentos e situações para ser ora um rigoroso psicólogo praticante de pesquisas experimentais, objetivas e quantitativas, ora um educador e antropólogo praticante de estilos de pesquisas de campo pessoais e qualitativas, eu aprendi o que raramente encontro em livros que defendem uma ou a outra das duas margens de um mesmo rio. Ainda que você escolha caminhar todo o tempo por uma delas, nunca deixe de observar o que se passa na outra. Dialogue sempre com os que estão “lá”. Vá aprender e praticar com eles – mas não exatamente como eles, se for o caso – quando isto pessoal e coletivamente parecer adequado, oportuno ou mesmo essencial.

Ao longo dos anos aprendi que o que me apresentam como um “sistema de pesquisa” é uma escolha entre outras, e somente faz algum sentido se colocado em diálogo com as outras escolhas. E não apenas as de dentro do mundo científico-acadêmico. Aprendi a relativizar certezas e buscar outros olhares quando se trata de estabelecer uma escolha teórica sobre “o que pensar”. Sobre os fundamentos e articulações de conceitos e critérios para escolher no interior – ou nos entre-lugares – desde que sistema teórico pensar. E ainda sobre através de quais metodologias tornar operativo um trabalho que estenda uma teoria à instigação de uma realidade social.

O que entre uma pesquisa e outra me conduzia, ou nos conduzia, quando o trabalho era coletivo, a questões desta natureza: como criar modos e meios de tornar

consistente e sistemática a minha busca de conhecimento através de um modo de pensar? Desde que trama teórica partir? Quais passos metodológicos seguir? E ainda, quais dilemas político-pedagógicos considerar e seguir: com quem pesquisar? Em nome de quem? Do que? Com quem e contra quem pensar perguntas e buscar respostas através de pesquisas? Desde que lugar social pensar e a que projeto de pessoa, de sociedade, de vida e de mundo perguntar e buscar responder?

Os fundamentos e os ordenamentos de uma pesquisa científica são sempre relativos e sempre aperfeiçoáveis. Nunca são definitivos. E configuram algo que serve para não me dar a ilusória confiança de quem acha que tendo encontrado um modelo de praticar ciência-e-pesquisa prático e bem fundamentado, deverá encerrar-me nele, e vivê-lo como um caminho único na busca pessoal ou solidária de conhecimento através da ciência. Pois aqui como em toda a parte, um caminho só presta se desaguar em outros. E, bem sabemos, tal como no belo conto de João Guimarães Rosa, o rio das ciências humanas e sociais pode ter também a sua “terceira margem”.

Entre a psicologia, a antropologia, a militância em educação popular, o ambientalismo e algo mais, e através de seis décadas, fui rigorosamente “neopositivista-e-experimental; fui funcionalista, fui funcional-estruturalistas, fui estruturalista, fui interpretativista. Fui mesclas e misturas de teorias-e-metodologias, até desaguar em um tempo em que, juntamente com uma maioria das pessoas com quem convivia os meus trabalhos, aprendi a ser uma possível – e sempre imperfeita e efêmera – integração de teorias e de métodos de investigação adequados a cada momento, a cada cenário, a cada vocação e a cada interação com os outros: os de meus mundos de universidade ou de movimentos de ação social. E, cada vez mais, os dos mundos “do lado de lá”, entre as comunidades populares junto às quais, no salto da observação participante da antropologia para a pesquisa participante, da educação popular e suas derivadas, comecei a reaprender tudo de novo, quando pensei que quase “já sabia tudo”.

Aprendi a fazer as minhas escolhas. Aprendi a respeitar as outras, mesmo quando não concordasse com elas. Às vezes, principalmente por isso mesmo. Descobri que onde todo o mundo está pensando a mesma coisa, é sinal de que ninguém deve estar pensando coisa alguma. E me tornei crítico diante de qualquer ortodoxia, venha ela da direita ou da esquerda. E descobri que quando nos obrigamos a trilhar um mesmo caminho para chegarmos a único um mesmo lugar, não chegamos a parte alguma.

Gosto de imaginar tanto a ciência como a educação como uma dessas praças de nossas velhas cidades do interior. Uma praça onde nos reunimos vindos de várias ruas e chegados desde vários rumos. E de onde depois nos despedimos, saímos de lá e retornamos para onde viemos, ou para um novo lugar, através da escolha de uma entre as várias ruas que chegam e saem da praça.

Karl Popper escreveu certa feita: “a ciência avança quando erra”. Claro, quando sempre acerta, ou pensa que está sempre acertando ela se fecha em seus acertos e eles

se tornam os seus grandes erros. Pois todo o saber “sentipensante” – esta palavra mágica é de Orlando Fals-Borda - que não transforma e não se transforma em algo para além de si mesmo perde a sua força e o seu sentido. Aliás, perde a sua força porque perdeu o seu sentido.

Penso que as ideias e os sistemas de ideias ou de processos confiáveis de busca de novas ideias, que consagra o lugar social desde onde fala e que se fecha na reiteração de si-mesmo, acaba dedicando a maior parte da energia de seus praticantes na tarefa ilusória de reforçar as descobertas e as ideias já realizadas, ao invés de seguir em busca das novas. Ao invés de colocar-se com humildade diante de outras escolhas de pesquisa e de pensamento, para perguntar por quais caminhos e em nome de que fundamentos e aventuras da mente eles caminham por onde já andaram e apenas redescobrem com outras palavras o que já haviam antes desvelado.

Vi no rosto de alguns amigos doutores algumas caras fechadas, quando disse a eles que considerava a pesquisa participante e suas variáveis um fascinante e muito sério sinal de novos tempos. Uma alternativa teórico-metodológica entre outras, mas que mesmo desde a academia valeria a pena buscar conhecer e também experimentar praticar. Por outros caminhos com outras palavras e com polêmicas e intermináveis discussões, a antropologia de agora enfrenta iguais dilemas e busca saídas não muito diferentes.

E devo dizer também que entrevi no espelho de alguns olhos amigos, caras mais fechadas ainda, quando afirmei junto a pessoas militantes da educação popular e da pesquisa participante que não acredito que ambas sejam modelos definitivos de coisa alguma. Pois se forem a consagração estabilizante e exclusiva de si-mesmas, elas estarão negando o projeto a quem sonham servir. Desde o meu inesquecível diálogo com Orlando Fals-borda em julho de 1985 em Buenos Aires até hoje, sigo pensando que a pesquisa participante é uma nova e excelente alternativa polivalente de abertura epistemológica, metodológica, pedagógica e política. É um complexo sistema de pensamentos e de procedimentos que ingressa no círculo de diálogos com outras, já existentes nele ou ainda por vir.

E acredito ainda que ela não é um novo modelo de trabalho científico que possa pretender tornar criticáveis e obsoletos todos os outros, e deixar de lado outras alternativas de investigação puramente teórica, aplicada ou mesmo politicamente ativa e participante. Não consigo encontrar nas diversas variantes da pesquisa participante – pois não consigo pensá-la no singular - como um sistema de prática científica que pretenda tornar-se hegemônico com direito a substituir ou invalidar os outros. Pois tal como “os outros”, ela só serve a algo se lograr ser uma abertura ao diálogo com os outros, desde os e através dos campos de suas escolhas.

O simples acontecer do surgimento entre nós de variantes da investigação-ação-participativa, provenientes de uma ideia original gerada desde pelo menos duas vertentes latino-americanas e de outras europeias, vindo a gerar diferentes alternativas de trabalho participativo, sob diversos nomes e desde várias ênfases,

bem demonstra que a proposta da pesquisa participante nunca foi a de um paradigma exclusivo, ou de uma nova teoria científica com o poder de se sobrepor a outras, e ocupar de maneira definitiva um seu lugar único ou mesmo prioritário. Ao contrário, nós a encontramos mais criativa e mais consequente quando ela está associada a outros modelos de teoria e de metodologia da pesquisa científica, sobretudo quando uma investigação parte de, ou gera ações sócias de vocação insurgente e emancipadora.

E foi assim que ao longo destes anos todos, eu me vi trilhando caminhos ora de um lado, ora do outro das duas margens de um rio de três margens. Realizei as minhas escolhas, sabendo que nunca seriam definitivas. Até hoje oriento mestrandos e doutorandas em suas pesquisas acadêmicas e, não raro, bastante solitárias. Realizei durante pelo menos cinco décadas algumas pesquisas teóricas e pesquisas etnográficas de campo, submetido ao rigor e aos saberes da ciência que eu pratico, a antropologia social. Algumas pesquisas foram no passado vividas como trabalhos de uma inevitável e desconsolada solidão. Mas mesmo nelas a presença de pessoas e de comunidades de pessoas com quem estive sempre em diálogo foi sempre mais do que frequente. Outras foram e seguem sendo experiências de partilha de pesquisas coletivas, solidárias mesmo, envolvendo uma ampla equipe de pessoas da universidade, entre estudantes graduandos e professores pós-doutores.

Vivi anos e décadas trabalhando ora como pesquisador direto, ora como assessor de pesquisas de vocação político-participante. Transitei da pesquisa acadêmica à pesquisa militante sem receios de ser mais ou menos confiável, e sem medo de ser feliz. Sei muito bem quais os limites, quais os propósitos e quais os alcances de cada uma das experiências de investigação de que participo. Em geral isto é dito com clareza na introdução de um relatório de investigação e, assim, o leitor atento fica sabendo quando lê uma vocação de texto ou uma outra.

De igual maneira, transito há anos de momentos quantitativos a momentos qualitativos em pesquisas sequentes ou dentro de uma mesma pesquisa. Sejam elas “participantes” ou não, há vezes em que tudo o que se pretende saber e compreender pode vir de vivências diretas (observação participante), do depoimento dito face-a-face por um tipo de alguém, como as mulheres mães de alunos da escola do bairro (entrevista aberta ou fechada, história de vida), ou de um censo necessário (a quantificação de dados básicos a respeito de condições de vida ou mesmo da opinião que pessoas têm sobre isto ou aquilo). Há situações em que uma investigação lida com a “qualidade do que se vive e fala”. Há momentos em que ela lida com a “quantidade de quem vive e diz”. Há momentos em que a primeira alternativa se completa com os recursos da segunda. Há momentos em que a relação é oposta, e o foco sobre a primeira alternativa se complementa com a contribuição da segunda. Assim é que na prática, mais além da oposição “quantitativo” *versus* “qualitativo”, podemos lidar também com diferentes estilos “quali-quant”. Pierre Bourdieu deixou antes importantes trabalhos em que associa as duas abordagens para produzir a “sua leitura

de uma realidade”. Recomendo a leitura atenta de seus trabalhos de pesquisa de campo ou de pesquisa documental. Na verdade, as experiências de pesquisas participantes que assessoriei forma todas realizadas através da aplicação de questionários, e de inevitáveis quantificações.

Em minha experiência posso recordar que lidei com pelos menos quatro dentre as seguintes alternativas de trabalho científico:

1º. *Pesquisas quanti/quanti* – aquelas em que todo o procedimento metodológico está fundado sobre modelos experimentais ou de observação sistemática de uma dimensão do real, através de procedimentos quantitativos e de processamentos estatísticos (descritivos e/ou inferenciais) dos dados;

2º. *Pesquisa quanti/quali* – aquelas em que os procedimentos quantitativos e os dados derivados são constitutivos das análises feitas, sendo complementados com dados de teor qualitativo;

3º. *Pesquisas quali-quanti* – aquelas em que, ao contrário, os procedimentos e os dados essenciais são francamente qualitativos e se complementam (não raro em anexos ao texto) de dados quantitativos;

4º. *Pesquisas quali-quali* – aquelas em que a totalidade dos procedimentos e dos dados de campo ou de documentos é de natureza qualitativa.

### ***Da ciência moderna à ciência pós-moderna e dela a um saber emancipador***

Tudo o que se classifica depende do alcance e da vocação do olhar de quem classifica. Podemos pensar isto através de ver a “olho nu”, com um microscópio, com um binóculo ou com um poderoso telescópio. Assim, ao invés de limitar o olhar ao ver o campo da pesquisa científica em qualquer área em que ela se aplica, busco considerar o campo das diferentes modalidades de pensamento e de ações criadoras de conhecimento, sentido e significado como formas ora diferenciadas, ora desigualmente legítimas de investigação.

De uma maneira semelhante, quero imaginar aqui uma classificação-de-oficina a respeito dos “novos paradigmas” ou dos “paradigmas emergentes”, com um olhar um tanto mais ousado e abrangente do que aquele que limita ao puro e simples campo das ciências a percepção do que está acontecendo de novo na aventura humana do pensar e do criar sistemas de compreensão sistemática da realidade. Faço isto para busca através de um diálogo com Boaventura de Souza Santos, que nos espera algumas linhas abaixo.

Reconheço uma tendência de teoria e de prática de pesquisa dos paradigmas emergentes no interior de um campo definitivamente científico e, de maneira mais

especializada, no interior da esfera das ciências da natureza, de que a Física e a Biologia seriam os exemplos mais visíveis. Ilya Prigogine, cujos livros são citados com frequência entre nós, seria um bom porta-voz desta tendência.

Reconheço depois talvez a tendência mais divulgada e mais discutida. Ela tem um pé na tradição inovadora das ciências da natureza e, o outro no intervalo da interação entre a ciência ocidental e as tradições de ciência, filosofia e espiritualidade orientais. De maneira algo diversa do que acontece no caso da primeira tendência, existe aqui o reconhecimento de que não é apenas desde dentro da longa crise dos sistemas ocidentais de pensamento científico e dos desafios de integração entre campos de ciências, ao lado de uma reconstrução epistemológica radical, que um surto inovador dos novos paradigmas deveria ser buscado. Ele estaria também em uma inevitável abertura centrada entre os modelos oficiais-ocidentais ao diálogo com sistemas de imaginário e de pensamento das tradições orientais e, no limite, de povos autóctones-indígenas. Fritjof Capra é o difusor mais reconhecido desta tendência. Mais próximo dos estudos sobre a pessoa humana, a vertente californiana da psicologia transpessoal deve ser lembrada<sup>17</sup>.

Uma terceira tendência é a que nos toca de mais perto aqui. Paulo Freire estaria situado nela. Edgar Morin seria um seu representante mais moderado e situado na fronteira. Boaventura de Souza Santos seria na atualidade o seu representante lido e debatido, e talvez o mais assumidamente crítico e participante. Esta vertente se diferencia das duas antecedentes por estar mais associada a uma compreensão totalizante do mundo, da vida, da pessoa, da sociedade e, nela, da educação, a partir das ciências sociais. Veremos logo adiante Boaventura de Souza Santos invertendo o eixo clássico das relações, e defendendo a ideia de que no acontecer do advento dos paradigmas emergentes, são as ciências da natureza que tomam das sociais os fundamentos de sua lógica e de suas futuras orientações de pesquisa. De outra parte, sobretudo em *A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência*, e em *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*, Boaventura irá pensar a novidade nos modelos de prática da ciência em direção a uma humanização de teor político da atividade do pensamento científico<sup>18</sup>. Esta é a vertente “século XXI”

---

17. Alguns dos seus livros, inclusive com artigos de Capra estão traduzidos para o Português. Assim, recomendo a leitura de duas coletâneas organizadas por Roger Walsh e Frances Vaughan, ambas editadas pela Cultrix, de São Paulo. Um dos livros é: *Caminhos além do Ego – dimensões transpessoais em Psicologia*, de 1997. O outro é: *Caminhos além do Ego – uma visão transpessoal*, de 1999. Um dos mais conhecidos interlocutores desta linha é Stanislav Groff. Ele tem em Português o livro: *O Jogo Cósmico – explorações das fronteiras da consciência humana*, publicado pela Editora Atheneu, de São Paulo, em 1999. Existe também uma “linha francesa”, ou “franco-brasileira” (os termos são meus) representada no Brasil pelo pessoal reunido na UNIPAZ – Universidade da Paz, de Brasília, com Pierre Weill e Roberto Crema.

18. Ambos os livros foram publicados pela Cortez Editora, de São Paulo. O primeiro em 1995 e, o segundo, em 2001.

mais acercada à das pedagogias críticas de vocação freireana e da pesquisa-ação-participativa.

Finalmente, e ainda que isto possa causar estranhamento a algumas pessoas, podemos reconhecer uma tendência situada na fronteira entre as ciências acadêmicas (como a Astronomia), os sistemas reconhecidos pelos seus praticantes como alternativas ou científico-filosóficas (como a Astrologia), e sistemas religiosos e/ou espirituais de compreensão da realidade, de significação da vida e de orientação ética do das ações humanas.

O que teríamos a dizer e a inovar, sobretudo entre as duas tendências centrais dos paradigmas emergentes? Em que as suas ideias de crítica aos sistemas “tradicionais” de pensamento e as suas propostas poderiam aportar algo ao trabalho do educador que também investiga<sup>19</sup>?

Começo com um pequeno recuo ao passado próximo. Outros virão. Algum tempo antes de começarem a ser tão difundidas palavras como *holismo* e *transdisciplinaridade*, com todo o conjunto das diferentes ideias e dos diferentes paradigmas científicos emergentes, Pierre Teilhard de Chardin um sacerdote jesuíta e também um eminente paleontólogo francês, colocava-se ao lado dos físicos e de outros cientistas de seu tempo, para pensar a singularidade da subjetividade humana na construção do conhecimento. Eis uma passagem de seu pensamento.

*Subjetivamente, para começar, somos inevitavelmente centro de perspectiva em relação a nós mesmos. Terá sido ingenuidade, provavelmente necessária, da ciência nascente, imaginar que podia observar os fenômenos em si, como se eles se desenrolassem independentemente de nós mesmos. Instintivamente físicos e naturalistas operaram de início como se o seu olhar mergulhasse do alto sobre um Mundo que a sua consciência podia penetrar sem por ele ser marcada ou sem modifica-lo.*

*Começam agora a se dar conta de que as suas mais objetivas observações estão todas impregnadas de convenções escolhidas de partida e também de formas ou hábitos de pensamento desenvolvidos no decorrer da evolução histórica da Pesquisa. Tendo chegado ao ponto extremo de suas análises, eles já não sabem se a estrutura que atingiram é a essência da Matéria que estudam ou, antes, o reflexo do seu próprio pensamento.*

*E, presos na própria armadilha, simultaneamente se dão conta de que, por contragolpe de suas descobertas, eles mesmos se encontram envolvidos, corpo e alma, na rede de relações que pretendiam lançar de*

---

19. Um dos trabalhos mais completos e mais oportunos sobre este tema, com o seu foco sobre a educação, é o livro de Maria Cândida Moraes: *O paradigma educacional emergente*, publicado pela Papyrus de Campinas em 1997. Tenho comigo a 6ª edição, de 2000. Sugiro que se preste atenção à maneira como ela trás o pensamento de Paulo Freire para um tipo de discussão onde outros vários autores o deixam na sombra do esquecimento.

*fora sobre as coisas. Metamorfismo e endomorfismo, diria um geólogo. Objeto e sujeito se unem e se transformam mutuamente no ato do conhecimento. Quer queira, quer não, a partir de então o Homem se reencontra e se olha a si mesmo em tudo o que vê*<sup>20</sup>

Isto com relação às ciências da natureza; aos campos do saber científico dirigidos às estrelas, aos átomos e às florestas<sup>21</sup>. O que pensar das ciências da pessoa humana e das sociedades e culturas que criamos para viver uma experiência única de espécie de ser-vivo? Penso que o que deverá nos espantar entre as linhas e páginas que nos esperam adiante é a ideia de que a tal ponto a subjetividade singular da mente humana é fundadora de toda a compreensão sobre todas as coisas, que talvez estejamos vivendo um momento de mudança radical em todos os planos do saber: as ciências humanas e as sociais tendem daqui em diante a tornarem-se um, ou o modelo de teorias e pesquisas das ciências naturais. Avancemos um pouco mais nisto.

Um dos cientistas mais lembrados quando se fala sobre os *paradigmas emergentes* é Ilya Prigogine, um bioquímico. Com o peso de toda a sua longa experiência consagrada como um rigoroso investigador da vida no laboratório, Prigogine veio a somar-se à teia de pensadores e cientistas de todo o mundo animados em colocar sob o olhar crítico as motivações, os caminhos, os propósitos, os métodos de trabalho e as aplicações práticas dos experimentos e das acuradas observações controladas da ciência ocidental hegemônica, aquela mesma a que Boaventura de Souza Santos chamará de “ciência moderna”. Em um dos momentos mais fortes de seus estudos, escrevendo junto com Isabelle Stengers, Ilya Prigogine diz estas palavras:

*A ciência clássica, a ciência mítica de um mundo simples e passivo, está prestes a morrer, liquidada não pela crítica filosófica nem pela resignação empirista, mas sim por seu próprio desenvolvimento (...) julgamos que a ciência hodierna escapa ao mito newtoniano por haver concluído teoricamente pela impossibilidade de reduzir a natureza à simplicidade oculta de uma realidade governada por leis universais. A ciência de hoje não pode mais dar-se ao direito de negar a pertinência e o interesse de outros pontos de vista e, em particular, de recusar compreender os das ciências humanas, da filosofia e da arte*<sup>22</sup>.

---

20. Está na página 26 de *O fenômeno humano*, o livro mais traduzido e mais conhecido de Teilhard de Chardin. Em Português a melhor tradução é a de José Luiz Archanjo, que acrescentou ao texto uma série enorme e muito proveitosa de notas e observações. O livro é da Cultrix, de São Paulo e a edição que tenho em mãos é a de 1995.

21. Não sei onde, porque me foi dito “de orelha”, em um Encontro, Leon Bloy lembraria mais ou menos a mesma coisa, mas de uma maneira mais poética: *se podemos ver a Via Láctea, é porque de alguma maneira nós a temos dentro de nós*.

22. Está na página 41 do livro: *A nova aliança – metamorfose da ciência*, publicado em 1984 pela Editora da Universidade de Brasília.

Por toda a parte, para onde quer que nos voltemos, nós nos vemos de um momento para outro cercados entre palavras e brados de alerta a respeito do esgotamento dos padrões de pensamentos e de criação científica através da pesquisa subordinada aos modelos cientificistas/quantitativistas que nos haviam acompanhado até então. Desde o começo dos anos sessenta aprendemos com pessoas do Brasil, de toda a América Latina, e de outros quadrantes do mundo, a estabelecer uma severa crítica a respeito dos fundamentos de teoria e empiria dos estilos dominantes de criação de conhecimentos por meio da investigação científica usual. Não desejávamos mais nos enganar. Sabíamos bem da boa inocência ou da má consciência contidas nos princípios de neutralidade-objetividade de ciências afinal orientadas segundo interesses não-revelados muitas vezes. E padrões de ciências em boa medida destinadas a criar, incrementar ou favorecer destinações utilitariamente econômicas, políticas e de outros circuitos sociais distantes de um valor humano e humanizador.

Em Ilya Prigogine e em outros críticos da “ciência moderna”, encontramos alguns fundamentos de análise que nos impeliram a rever o nosso próprio olhar, e a partir em busca de outras orientações para nossos estudos e as nossas pesquisas. No entanto, entre vários “teóricos do novo” faltava uma espécie de “crítica da crítica da ciência”. Isto é, toda uma avaliação do esgotamento de modelos consagrados, vigentes e hegemônicos de nossas ciências limitava-se a uma crítica epistemológica, como uma apenas crítica severa dos fundamentos lógicos do pensamento científico em si mesmo.

Descobríamos que o surgimento de novos modelos de “educação do olhar” e de elaboração de análises a respeito da realidade convocavam quem investigava o mundo humano-social a um compromisso efetivo com a seriedade da destinação de suas ações, e com um novo e radical rigor das suas estratégias e das vocações de seu pensamento científico.

Considerávamos que se nós desvelávamos a presença inevitável de sujeitos e de intersubjetividades de um lado e do outro do trabalho de construção de novos saberes, através do envolvimento de alguma ciência, ou da uma interconexão entre várias delas, nós nos veríamos também obrigados a estabelecer critérios de uma pluri-confiabilidade em todo o procedimento de investigação. O limite do conhecimento humano é ilimitado, e as possibilidades de “fazer ciência” não estão no se alcançar ilusórias verdades absolutas, definitivas e não transformáveis. Estão bem mais no abrirem portas e janelas a novas perguntas. E estão também em colocar perguntas-e-respostas não apenas ao saber das pessoas, mas à reais pessoas entre os seus diferentes saberes. Estamos reprimendo que não apenas a psicologia, mas a astronomia, em última análise devem servir não apenas ao conhecimento das estrelas, mas aos seres que sonham um dia chegar a elas.

---

Os propósitos de uma ciência-participante devem ser os de compreender melhora mais criticamente as integrações da realidade em todos os seus planos, de modo a podermos formular mais a fundo, e de maneira mais interativa e complexa os seus próprios problemas. E os seus desafios frente ao real-social, através da realidade subjetiva de mentes e corações humanos em diálogo com o mundo e com as diferentes dimensões da própria vida. O mesmo Karl Popper, que em algum dos seus escritos lembra que “a ciência avança quando erra”, e quando se volta com um sentido mais e mais aguçado e crítico sobre si mesma, movida com humildade e perseverança e através do reconhecimento de suas falhas, de seus “buracos brancos”, em uma outra passagem, lembrará também isto.

*A ciência jamais persegue o objetivo ilusório de tornar finais ou mesmo prováveis suas respostas. Ela avança, antes, rumo a um objetivo remoto e, não obstante, atingível: o de sempre descobrir problemas novos, mais profundos e mais gerais, e de sujeitar suas respostas, sempre provisórias, a testes sempre renovados e sempre mais rigorosos<sup>23</sup>.*

Voltemos ao lugar de onde saímos. Também no campo do humano-social estamos empenhados agora em realizarmos a nossa outra “revolução de Copérnico”. Um exemplo bem próximo é quando através de experiências inovadoras de cultura popular, constituímos este “popular” não apenas como o “objeto de nossos estudos”, mas como o “sujeito do destino de estudos que devem ser “deles”, para poderem ser também “nossos”.

Então este é o momento em que começamos a aprender a praticar a crítica política da crítica epistemológica. Descobrimos, com maior empenho do que nos parágrafos antecedentes, que não basta corrigir desvios teóricos da ciência para que ela reencontre a sua vocação. É também necessário recolocar o todo do conhecimento criado por mentes humanas através da ciência e de várias outras modalidades de pensamento e compreensão de nós-mesmos, da vida e do mundo em que vivemos, no interior do campo da vida social e das relações de interesse e de poder que a constituem, que a legitimam e que, portanto, estabelecem os critérios de verdade e de utilidade do próprio conhecimento científico.

Boaventura de Souza Santos - com quem dialoguei em inesquecível uma mesa-redonda em um Encontro Internacional de Pesquisa Participante em Cartagena de Índias, na Colômbia, e com quem participei ali também de reuniões ao redor da criação e da difusão de uma “universidade dos movimentos populares”, nos tem ajudado a clarear bastante as nossas atuais escolhas entre a teoria acadêmica e a política dos movimentos populares. Ao lado da crítica científica da ciência, ele procede a uma crítica social da crítica, o que representa um avanço muito grande. Deixemos que ele nos fale.

---

23. Está na página 308 do livro: *Conhecimento Objetivo*, publicado em 1975, Itatiaia/EDUSP, de São Paulo.

*A situação de bifurcação, ou seja, o ponto crítico em que a mínima flutuação de energia pode conduzir a um novo estado, representa a potencialidade do sistema em ser atraído para um novo estado de menor entropia. Deste modo a irreversibilidade nos sistemas abertos significa que estes são produtos da sua história.*

*A importância desta teoria está na nova concepção da matéria e da natureza que propõe, uma concepção dificilmente compaginável com a que herdamos da física clássica. Em vez da eternidade, história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade e a auto-organização; em vez da reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez, a criatividade e o acidente<sup>24</sup>.*

Nas páginas de onde recolhi o parágrafo acima, Boaventura de Souza Santos relaciona alguns pontos de crítica à “ciência clássica”, e prepara o terreno para falar a respeito de um “paradigma emergente”. Ele apresenta ideias trazidas de Ilya Prigogine, e é a respeito das ciências naturais que reflete. Se o acompanho neste voo de viagem que nos parece afastar por um momento de nossas questões, imagino possuir algumas boas razões. Uma delas pode parecer surpreendente para quem não esteja ainda familiarizado com Boaventura e com outros pensadores e militantes sociais e políticos da Europa e das três Américas. Pessoas que se avizinham dele na construção de ideias sobre a vocação das ciências e de suas pesquisas.

Ao contrário do que se acreditou durante muito tempo, nos dias de agora, relembro com ele que não são as ciências sociais as que procuram reproduzir as teorias “duras” e supostamente inabaláveis das ciências naturais de vocação cientificista, assim como os métodos dirigidos à criação objetiva de certezas, hoje cada vez mais reconhecidas como incertas e igualmente efêmeras.

A tendência das relações será agora oposta. Desde o reconhecimento de que não há “coisa alguma objetivamente vista” que não tenha sido de um modo ou de outro subjetivamente experimentada, as ciências do universo e da vida aprendem a pensar e a pensar-se cada vez mais como as da pessoa, da sociedade e da cultura. Pois não existe experiência que ao ser realizada por um ou uma equipe de sujeitos humanos não contenha a sua própria subjetividade, não como um princípio científico não fortuito e inoportuno, mas como um fator fundador e criador da própria possibilidade do conhecimento objetivo.

Eis que em uma passagem de *O Tao da Física*, Fritjof Capra cita a John Wheeler afirmando que o envolvimento pessoal do sujeito observador no experimento que realiza é o dado de maior importância na teoria quântica. E isto o levou a sugerir a

---

24. Boaventura de Souza Santos, *Um discurso sobre a ciência*, 2001 (12ª edição) Edições Afrontamento, Porto, página 28.

substituição da palavra “observador”, no contexto do trabalho científico do físico, pela palavra: “participante”<sup>25</sup>.

Não seria estranho lembrar que ao correr por fora dos cânones cientificistas, nas ciências sociais os pesquisadores de campo e criadores da moderna antropologia social cunharam muito antes a expressão: “observação participante”. Alguns anos mais tarde, entre educadores, antropólogos e outros cientistas sociais, homens e mulheres envolvidas com o estarem participando de maneira ativa e direta nos processos sociais de teor político dos acontecimentos de que eram também investigadores, assumiram que a passagem do “observador” ao “participante” não poderia deixar de ser feita.

E muitos anos antes de Boaventura de Souza Santos desembarca pela primeira vez na Colômbia, já o sociólogo colombiano Orlando Fals-Borda reclamava dos cientistas sociais latino-americanos uma “sociologia da libertação”. E foi no seu horizonte que ele pensou a pesquisa-ação-participativa. E seria bom lembrar que antes de haver surgido entre nós a *pesquisa participante*, já algumas e alguns de nós estávamos às voltas com vários estilos de “participações pesquisantes”, aqui e do outro lado do Atlântico. Boaventura de Souza Santos tem mais a nos dizer.

*Em resumo, à medida que as ciências naturais se aproximam das ciências sociais estas aproximam-se das humanidades. O sujeito que a ciência moderna lançara na diáspora do conhecimento irracional, regressa investido da tarefa de fazer erguer sobre si uma nova ordem científica*<sup>26</sup>.

Entre os anos 70/90, enquanto difundem-se na Europa vertentes de crítica da ciência com uma vocação fortemente “desconstrutivista”, aqui na América Latina gerávamos por toda a parte, dialogávamos entre nós e difundíamos de Sul a Norte do Continente as mais diversas vocações não tanto pedagogicamente “construtivistas”, mas insurgentemente construtoras do novo, do “inédito viável” de Paulo Freire e, mais ainda de “libertação de nossas ciências sociais, de nossas filosofias, de nossas teologias.

“Uma nova ordem científica”, mas também uma nova ordem mundial, diríamos nós. E essas seriam duas outras razões irmãs-gêmeas. Pois acreditamos que não se pode pensar “de outra maneira”, sem se conceber também algo a transformar e construir, para afinal vivermos em “um outro mundo possível”.

Quero crer que desde os primeiros parágrafos do que escrevo aqui, a suposição fundamentada de Boaventura de Souza Santos recorde os termos de ideias e

---

25. Devo esta lembrança a uma de minhas alunas de um curso de Leituras da Natureza, no Mestrado em Antropologia Social no segundo semestre de 2001. Foi Maria Claudia Nogueira quem lembrou a citação de Capra.

26. Boaventura de Souza Santos, *Um discurso sobre a ciência*, Página 43.

propostas anos antes estabelecidas por pessoas como Paulo Freire e Orlando Fals-Borda, em nome de uma pesquisa que sirva a uma nova ciência que se abra a um presente e permanente diálogo.

Uma construção conjunta e diferenciadamente partilhada de palavras geradoras de ações que venham a servir ao encontro entre pessoas humanas que se encontrem através de suas diferenças para criarem saberes que façam definir e desaparecer de seus mundos as desigualdades que até agora tornam suspeitamente legítimo chamar a algumas pessoas “povo” e, a outras: “intelectual”.

### ***Entre o final da história e uma história a construir***

Entre nós ativistas sociais e militantes políticos dos anos sessenta-setenta, duas palavras ganharam uma renovada energia. Uma, a “cultura”, que deixou de ser algo a ser estudado ou colocado em prateleiras de museus, e passou a ser algo que os seres humanos criam e algo através do que eles aprendem a sentir, a pensar, a agir e a dar sentido. Aproximamos Antônio Gramsci de Leslie White e os “movimentos de cultura popular” criados no Brasil desde o começo dos anos sessenta foram apenas uma das invenções de então.

A outra, a “história”. E eu recordo que em Paulo Freire, na sequência dos motivos e dos destinos da alfabetização de adultos e do que ele chamava de “educação libertadoras”, estava o aprender a “dizer a sua palavra” e o saber “transformar o seu mundo” e “escrever a sua história”.

Anos mais tarde reaprendemos, entre outras pessoas, uma vez mais com Boaventura de Souza Santos, que à distância dos que defendem a presença da história como fato, como feito e como fala entre pessoas e entre grupos humanos, ele e outros pensadores sociais trazem depoimentos dos próprios cientistas da natureza, quando eles dizem aos cientistas da sociedade globalizada que entre a física e a biologia a face mais crítica dos novos paradigmas aos poucos desvelam uma real história presente até mesmo nos mistérios da vida e do universo. Pois do átomo e seus componentes, ao universo e os seus seres, o que se passa em uma mínima partícula infinitesimal é um “conhecimento” não inteiramente previsível e que, quando se explica, é por causa e através de uma história própria. Uma mínima e instantânea história em muitas ocasiões. Mas uma história, enfim.

Ora, se isto acontece com o curso de um elétron e com a partícula de uma célula, porque imaginar que conosco não haveria de ser e seguir sendo assim? Até mesmo porque, como seres senhores de gestos reflexivos e não apenas reflexos, somos provavelmente bem mais imprevisíveis do que os átomos e as formigas. E onde há liberdade e imprevisão há acontecimentos e, logo, há história. Há pluri-histórias entrelaçadas (como a de sua vida e a da minha); há multi-histórias entrecruzadas, como a de povos e de classes sociais. E por toda a parte há também histórias. João Guimarães Rosa que os diga. E que as narre.

Boaventura recorda ainda como acabam sendo as próprias ciências da natureza as hoje completam e invertem as regras com que Emile Durkheim nos obrigava a considerar os fatos sociais como coisas. Pois agora, dizem os físicos e os biólogos, não há “coisa” que exista ou que se conheça, a não ser como algo situado no interior e através de campos de relações em que elas estão, integram e se transformam. E, assim, inventam as suas próprias razões de ser.

Entre a física atômica, a ecologia, a psicologia e a antropologia, tudo o que há para ser experimentado e compreendido são interações, integrações e indeterminações. E bem mais entre nós do que entre os físicos, ali onde há coisas, há causas; onde há causas há relações; onde há relações há sentidos; onde há sentidos há finalidades; onde há finalidades há uma... ou múltiplas histórias.

Assim, pela porta da frente dos laboratórios a “causa final” de Aristóteles retorna às ciências com mais força de esclarecimento do que as “causas materiais” do mecanicismo. Os budistas também sabiam disso alguns séculos antes de Sócrates e de Cristo. Eis um universo de novo todo invertido, isto é, recolocado afinal em uma posição mais compreensível ao olhar e ao pensamento de pessoas tal como seres humanos são agora.

E, uma vez mais, se assim acontece com as ciências da vida e da matéria, o que dizer das ciências que a cada dia recriamos para nos pensar a nós mesmos e aos mundos sociais que geramos?

*Não virá longe o dia em que a física das partículas nos fale do jogo entre as partículas, ou a biologia nos fale do teatro molecular ou a astrofísica do texto celestial, ou ainda a química da biografia das reações químicas. Cada uma destas analogias desvela uma ponta do mundo. A nudez total, que será sempre a de quem se vê no que vê, resultará das configurações de analogias que soubermos imaginar: afinal, o jogo pressupõe um palco, um palco exercita-se como um texto e o texto é a autobiografia do seu autor. Jogo, palco, texto ou biografia, o mundo é comunicação e por isso a lógica existencial da ciência pós-moderna é promover a “situação comunicativa”, tal como Habermas a concebe<sup>27</sup>.*

Quero terminar este capítulo recordando uma questão que poderia ser aparentemente de mera nomenclatura. Mas que a meu ver vai muito além dela. De Com uma escolha diversa de quem prefere dar aos paradigmas emergentes nomes mais pós-modernos, entre “holísticos” e “transdisciplinares”, Boaventura de Souza Santos escolhe: “paradigma de um conhecimento prudente par uma vida decente”<sup>28</sup>.

---

27. Boaventura dos Santos, *Um discurso sobre a ciência*, na página 45

28. Está na página 37 de *um discurso sobre as ciências*. As minhas reflexões seguintes tomam as de Boaventura entre as páginas 37 e 58.

O longo nome escolhido por ele pretende traduzir as duas dimensões de todas as vocações do saber científico originadas de qualquer modalidade de investigação sobre qualquer dimensão do real.

Qualquer que seja o seu “objeto de estudo” (se é que ainda há objetos) e a sua vocação pesquisa, que ela seja uma forma de conhecimento que atribua um forte sentido humano à revolução científica que bate às nossas portas. Pois qualquer que seja, ela será o complexo de saberes de uma transformação de modelos e sistemas de pensamento bem diferente da que ocorreu no século XVI com as “ciências naturais” e, com as “ciências sociais” no século XIX. Pois ele acontece no bojo de uma sociedade universal já revolucionada através das diferentes descobertas e dos diversos conhecimentos da própria ciência. Assim sendo, não se trata mais de uma “revolução científica”, mas de uma escala de transformações também sociais, através do que se transforma também no universo das ciências.

A responsabilidade social de teor político do paradigma emergente faz com que um conhecimento “prudente”, passo a passo aprenda a se reconhecer como responsável por uma compartilhada qualidade de vocação social do estar no mundo. Uma compartilhada vocação humana e perenemente humanizada, regida por uma vida decente entre todas as pessoas e todos os povos, no interior de novos sistemas de integração solidária entre ciências situadas nos mais diversos campos do saber. Sistemas de novas interações entre as ciências e outros campos humanos do conhecimento, inclusive os das tradições orientais, as dos povos tribais e as do senso comum. Ciências abertas à indeterminação e ao reconhecimento da fragilidade e do efêmero de qualquer construção de sistemas também científicos de compreensão do real.



## 5. ***Seis ideias sobre o diálogo com o outro na experiência da pesquisa***

### ***primeira***

Podemos acreditar que a razão de ser do pensamento não é o gerar e consolidar, como uma prioridade e como uma propriedade, conhecimentos tão especiais e tão restritos a pequenas confrarias de interlocutores, através de experiências de alta competência, ilusória objetividade e crescente especialização, que aspirem ou não logrem estabelecer redes de partilha e de participação de suas descobertas sequer com campos vizinhos do saber.

Podemos crer que a pesquisa serve à criação do saber, e o saber serve a interação entre saberes. Serve à intercomunicação aberta e tão livre e inclusiva quanto possível entre campos, planos e sistemas de conhecimentos. E, assim, destina-se ao adensamento e ao alargamento da compreensão de e entre pessoas humanas a respeito do que importa: nós-mesmos; os círculos de vida social e de cultura que nos enlaçam de maneira inevitável na vida que compartimos umas com as outras e com todos os seres da vida; o mundo e os infinitos círculos de realização do cosmos de que somos uma parte e uma vocação de partilha, em nossa pessoa individual, entre nossas comunidades, no estofo da vida, e em nosso mundo comum,

Compreendemos não apenas quando nos apropriamos de algo que nos é agora descoberto, sabido, conhecido e decifrado. Compreendemos algo quando passamos a fazer parte dos círculos de diálogos em que “aquilo que compreendemos” é compreendido. Todo o conhecimento competente não vocacionado ao diálogo entre saberes e entre diferentes criadores de saberes – inclusive os situados fora do campo das ciências acadêmicas e dos saberes autoproclamados como cultos e/ou eruditos – não tem outro destino e outro valor a não ser a própria solidão.

### ***Segunda***

Podemos acreditar em um criativo intervalo de comunicação entre os defensores dos modelos de objetivação da ciência - os herdeiros da tradição epistemológica da “física social” entre os cientistas da pessoa e da sociedade - e os defensores dos modelos de subjetividade do cientista - os herdeiros da tradição epistemológica das ciências do espírito, para quem o fundamento da sociedade é a ação humana, e o fundamento da ação humana é a sua subjetividade.

Podemos crer que qualquer que seja o seu campo de realização e, mais ainda, de integração com outros territórios de/entre ciências, e de interação com outros domínios de criação de conhecimento-valor, a pesquisa científica e o cientista devem lutar por preservar critérios de rigor, de objetividade e de uma honesta competência em seu trabalho.

Mas isto não deve representar um contraposto à evidência de que, da mesma maneira como é tão una, totalizante, múltipla, complexa, diferenciada, imprevisível, incerta e conectiva quanto venha a ser qualquer dimensão do que chamamos de “realidade”, assim também deveriam ser as nossas diferentes alternativas para percebê-la, investigá-la, criar teorias de interpretação sobre ela e buscar compreensões integrativas entre seus vários eixos de conexão.

Qualquer teoria científica é uma interpretação da realidade a que se dirige. É uma leitura e uma narrativa do real entre outras. E ela vale pela sua vocação de diálogo, bem mais do que pelo seu acúmulo de supostas certezas. Todo o modelo de ciência fechado em si-mesmo é uma experiência de pensamento fundamentalista, tal como o de qualquer religião ou qualquer outro sistema de sentido fanático.

### **Terceira**

Podemos acreditar que o fosso de desigualdades e de uso de “maus espelhos” entre as ciências “naturais” e as “sociais” deve tender a ser um intervalo aberto e francamente dialógico entre umas e outras. A prática do ambientalismo e as convergências de conhecimentos sobre as “novas ecologias” (da mais “científica” à “profunda” e à “da mente”) podem ser um bom caminho a seguirmos aqui.

Podemos acreditar que ao contrário do que temos visto acontecer ao longo dos últimos séculos, o modelo das *ciências sociais* não deve ser uma cópia de práticas da tradição originada das *ciências naturais*. Hoje em dia e cada vez mais as ciências da natureza tendem a aprender a relativizar achados, a pluralizar compreensões, a subjetivar métodos e a descobrir e compreender os seus “objetos de estudo” como sistemas de comunicação. E elas cada vez mais se apresentam como teorias abertas ao diálogo, entre leituras diversas do real e, não, através de monólogos de certezas.

Elas tendem a tomar como modelos de suas teorias e práticas os próprios caminhos e os dilemas das ciências humanas. Isto não significa uma inversão de domínios, pois o sentido de “domínio” deve deixar de existir entre nós. Significa que de um lado e do outro o avanço da compreensão entre cientistas está relacionado a um progressivo e irreversível abandono das variantes do positivismo científico e lógico devotado à redução da compreensão, à experimentação e à manipulação de sujeitos sobre objetos.

E este caminhar direcionado à construção lenta, diferenciada e progressiva de uma transdisciplinaridade em nada significa o sonho (um pesadelo, na verdade) de uma ciência única e ilusoriamente pan-unificadora. Não converge sequer para a criação de uma “pan-teoria geral do saber”. Ao contrário, abre-se ao que de maneira afortunada Boaventura de Souza Santos chamou de “um conjunto de galerias temáticas onde convergem linhas d’água que até agora concebemos como objetos estanques”.

Esta convergência retoma o valor e o sentido de outras diversas alternativas culturais de construção de saber e de criação de sentido e valor, incluídas aí as diferentes tradições populares e de povos testemunho.

#### **Quarta**

Podemos acreditar que a finalidade do conhecimento é também, ou essencialmente, a de produzir respostas às necessidades humanas. Podemos lembrar a ideia de Bertold Brecht, partilhada por tantas outras pessoas: “a finalidade da ciência é aliviar a miséria da condição humana”. Isto não significa que a ciência deva ser originalmente utilitária. Se existe uma utilidade fundamental na ciência, ela ainda está na criação e ampliação da compreensão humana a respeito das integrações entre os mistérios da própria pessoa, assim como os do mundo em que ela vive, e os da vida em que ela e outros seres se realizam, entre domínios de totalizações diferenciadas em que tudo e todos existimos e convergimos.

Uma abertura do valor-ciência a uma compreensão bem mais totalizadora, à decifração maravilhada de mistério e ao aporte infinito de saberes-valores a todas as aventuras do diálogo entre pessoas e entre grupos de pessoas, povos e culturas, não deve ocultar o fato de que hoje, mais do que nunca, a sobrevivência e a felicidade cotidiana de pessoas, de grupos humanos, de povos e de nações, de toda a humanidade, no limite, geram e impõem exigências urgentes formuladas aos saberes da ciência.

#### **Quinta**

Podemos acreditar que todo pensamento que imagina saber algo, e que enuncia o que alguém descobriu, desvelou ou pensou a outras pessoas, “fala” sempre *desde e para* um lugar social. Portanto, podemos defender a ideia de que assim como todas as outras práticas sociais, a ciência e a educação que sonhamos praticar devem estar falando desde o lugar social de uma comunidade concreta e cotidiana, através das quais desejamos descobrir e ampliar *ad infinitum* sujeitos e campos sociais de diálogo criador e emancipatório.

A escolha dominante e crescentemente dominadora do saber que se cria segundo os interesses do lugar social “mercado de bens e capitais”, e que fala em seu nome e se dirige não apenas a ele, mas a subordinar todos os outros campos de realização da vida e da criação da história a ele, deverá ser confrontado como um plano oposto ao de nossos projetos e diálogos.

Pois todo o domínio colonizador sobre os outros está situado fora de, e frente ao nosso desejo de diálogo a partir do “lado da vida”. Oposto ao território de sentido desde o qual pensamos, dialogamos e agimos, situa-se todo e qualquer projeto regido por interesses utilitários sobre o pensamento, sobre a ciência e sobre a educação, sempre que possua e imponha a intensão, clara ou implícita, de reduzir pessoas a

mercadorias, e criações livres de pensamentos à reprodução robotizada de ordens de serviço.

### **Sexta**

Podemos lembrar aqui palavras de Jean-Paul Sartre. Em algum lugar de seu livro *A questão do método* ele nos lembra isto:

*O essencial não é o que foi feito do homem, mas o que ele faz daquilo que fizeram dele. O que foi feito dele são as estruturas, os conjuntos significantes estudados pelas ciências humanas. O que ele faz é a sua própria história, a superação real destas estruturas numa práxis totalizadora.*

Lembremos que em Paulo Freire sempre foi cara a ideia de *práxis*: um pensar dialógico e crítico a respeito de uma realidade que uma ação reflexiva - ela própria um pensamento tornado uma atividade coletiva e subversivamente consequente - trata de transformar *como e através* de um processo inacabado, mas sempre mais humano e mais humanizador.

Um processo que se realiza no fluxo da história humana. Também em Boaventura de Souza Santos o momento da superação da dicotomia e da hierarquia forçada entre conhecimento científico (o dos outros sobre nós) e o conhecimento vulgar (o nosso sobre os outros) deverá desaguar em uma experiência em que “a prática será o fazer e o dizer da filosofia da prática”<sup>29</sup>.

Todo o trabalho consequente de investigação deve objetivar ser um passo a mais no caminho da realização da felicidade humana, para além da realização dos planos intelectuais de um sujeito de conhecimento – um filósofo, um cientista, um investigador, um educador – e para além da utilização e dos benefícios dirigidos a quem foi antes um “objeto de conhecimento através de uma pesquisa”,

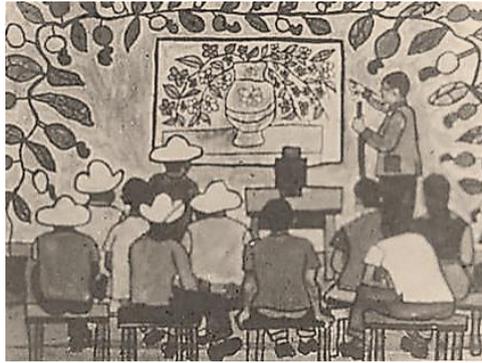
Ele se obriga a e ser alguma forma de compreensão mais alargada e mais densamente profunda a respeito de algo-não-conhecido, de algo-imperfeitamente-conhecido, ou algo passível-de-ser-um-conhecimento-confiável, dialogável e interativamente incorporável a um “todo de compreensão” mais humanamente feliz e fecundo. Mais fecundo como conhecimento integrado “a respeito de”, e também como possibilidade de realização do conhecimento como um projeto de transformação de algo em alguma coisa melhor.

---

29. Boaventura de Souza Santos, *Um discurso sobre a ciência*, Página 10.

Todo o bom saber transforma o que há, no que pode haver. Todo o conhecimento de qualquer ciência vocacionada ao alargamento do diálogo e à criação de estruturas sociais e de processos interativos - econômicos, políticos, científicos, tecnológicos ou o que seja - sempre mais humanizados e humanizadores, integra pessoas e grupos humanos em projetos de mudança em direção ao bem, ao belo e ao verdadeiro.

A vocação da pesquisa não é a criação do saber. É a criação de felicidade humana através, também, do conhecimento.



## 6. ***O Pensado e o vivido perguntas sobre o dizer da vida e a vida que se vive***<sup>30</sup>

### ***Pesquisa, partilha***

Pensemos territórios entre a educação, a escola e a pesquisa.

A prática da pesquisa como eixo do trabalho na escola em todas as suas etapas, dentro e fora do contexto exclusivo da sala-de-aulas, é um passo importante na transformação de uma turma-de-alunos-com-seus-professores desiguais quanto ao saber que acumulam, em equipes-de-alunos-e-professores diferenciados de acordo com a maneira como participam de e contribuem para um exercício coletivo de busca e de criação de saberes co-construídos e partilhados.

Lembro que “construção de saberes” não tem nada de etéreo ou exagerado aqui. Não tem nada a ver com deixar de lado todo o conhecimento culturalmente acumulado e “partir do zero” em busca de outros conhecimentos. Tem a ver com a ideia de que toda a atividade por meio da qual professores e alunos se lançam a fazer perguntas e a buscar juntos as respostas, ao saírem da transferência de conhecimentos-conhecidos para uma procura ativa e recíproca de conhecimentos-a-conhecer, representa uma vivência de construtiva, e desagua em uma partilhada criação de saberes.

No interior desta compreensão está a ideia de que a experiência de algumas pesquisas na docência também não precisam ser algo olímpico e impraticável. Ao contrário, sendo algo múltiplo e diferenciado, envolvem planos, níveis, propósitos e dificuldades muito variados, e deveriam fazer parte da experiência cotidiana de todas as pessoas, dentro e fora da escola.

A passagem progressiva de um ensino centrado no dizer-a-palavra-sabida, em direção a uma aprendizagem fundada no buscarmos-juntos-a-palavra-que-nos-diga-algo, através de uma qualquer alternativa de investigação partilhada, transforma uma turma passiva de alunos em uma comunidade ativa de criação de aprendizados. Ela funda uma *comunidade aprendente*, não tanto por causa dos conteúdos disciplinares que articula, mas através dos processos interativos por meio dos quais o “ensino de”

---

30. Este capítulo é uma releitura de um outro, anterior, presente em meu livro: *A pergunta a várias mãos*, publicado pela Editora Cortez, de São Paulo. Ele está bastante associado a trabalhos de assessoria que então eu vivia junto a coletivos de educação no Rio Grande do Sul e, especialmente, em Porto Alegre. Eu o coloco neste momento desse livro porque é um bom exemplo de uma pesquisa coletiva realizada no intervalos entre escolas públicas e comunidades populares em que elas se localizam. Não eram ainda consideradas modelos de “pesquisa participante”, mas são uma boa indicação de seu próximo surgimento entre nós.

se funde na “aprendizagem através de”, e gera, passo a passo, experiências de vivências dialógicas da aventura pedagógica do aprender a saber.

Há um princípio ético, ecológico e político, mais do que apenas pedagógico aqui. Ele é ético porque acredita que a razão de ser do aprender não é saber coisas úteis, mas compreender gestos e feitos de valor humano. É ecológico no mais original sentido da palavra, porque acredita que aprender algo é integrar sentimentos e saberes orientados ao “cuidado da casa”, a começar pelo “lar interior” da pessoa-de-cada-uma-de-nós, e estende-se até todos espaços-tempos-da-vida que compartilhamos no Planeta Terra, por agora única morada comum disponível à vida e à espécie humana. É política também no sentido mais original do termo, porque acredita que a experiência da cidadania antecede em cada pessoa o dever corresponsável de recriar e gerir a *polis* em que vive, para, estão, reconhecer-se como um sujeito de direitos na e através da comunidade de vida que comparte.

Nos termos dos relacionamentos entre a escola-na-comunidade e a comunidade-de-acolhida-da-escola, uma pesquisa inserida no trabalho docente não deveria ser entendida como um puro recurso metodológico da escola. Ao contrário, a proposta de uma pesquisa social originada na escola e dirigida ao conhecimento partilhado da comunidade onde ela se insere, deveria ser compreendida e praticada como uma ponte entre mútuos e diferenciados conhecimentos. Ela é um instrumento ágil, frágil e também aprimorável de ida-e-volta. Um caminho de mão dupla no desejo de estender a escola à comunidade onde a escola existe. E, também, abrir escola à comunidade que territorial, social e culturalmente a acolhe.

Entre quem pergunta e quem responde, é importante dissolver cada vez mais a relação de poder que dá a quem pesquisa o direito de saber-para-si-e-para-os-seus-usos-próprios, aquilo que tem a ver com frações de intimidades da vida e dos imaginários sobre a vida de pessoas que nem por “não estarem na escola”, deveriam ficar à margem do que ela elabora, propõe e partilha. Toda a pessoa que responde a um questionário, torna-se uma coautora do trabalho de investigação social que o gerou.

Pensem que dimensões de uma pesquisa social podem ser também a experiência de uma pesquisa com uma vocação ou um horizonte “participante”. Como através de uma pesquisa a comicidade de acolhida pode constituir-se como uma participação do “senso comum” nos diálogos da-e-desde a escola e a cultura escolar. O meio pelo qual poderíamos incorporar a discussão a respeito de pesquisas na/da comunidade em reuniões de pais-e-mestres e em coletivos escolares. E assim nos abrimos à “escuta do outro”. Na mesma medida em que estaríamos criando meios para que pessoas motivadas da comunidade de acolhida tenham acesso à leitura e a intervenções oportunas no processo e nos produtos de uma pesquisa afinal realizada nela, e sobre ela. O que nos levaria a produzir relatórios destinados não apenas a um círculo restrito de pessoas da escola, mas a pessoas e grupos de pessoas situados fora do círculo da cultura escolar, e fazê-los circular entre instituições comunitárias.

Um procedimento semelhante a ser aprendido entre estudos e práticas, e a ser realizado aos poucos, semestre após semestre e ao longo da própria história das ações curriculares da escola, tem a ver com o trabalho de integração entre as pesquisas. Alguns exemplos anteriores sugerem que outros tipos de investigação na e através da comunidade podem estar sendo continuamente realizados em diferentes situações e por diversas equipes, algumas delas constituídas por alunas e alunos; outras envolvendo também professoras.

Um cuidado especial deve ser tomado, para que de um momento para o outro as pessoas da escola não invadam as da comunidade com uma verdadeira “chuva de pesquisas”. Assim, se “o conhecimento do mundo” deve começar por um conhecimento do “mundo da comunidade de acolhida” de uma escola, o planejamento semestral ou anual de atividades escolares poderá envolver uma programação integrada de investigações nela e sobre ela.

De uma maneira adequada e viável, um “arquivo dinâmico de pesquisas e levantamentos sobre a comunidade e a região” poderia começar a ser criado e enriquecido de ano para ano. Tudo o que se levantou e arquivou, desde notícias esparsas de jornal, a pesquisas socioantropológicas anteriores, iria aos poucos compondo um arquivo-vivo, disponível a todos, desde professores da escola até pessoas da comunidade.

Uma pesquisa de 2020 poderá vir a se apoiar em dados e em experiências de pesquisas sociais e de outros estilos, realizadas entre os anos anteriores. Não é raro que algumas comunidades tenham sido objeto de boas investigações patrocinadas por instituições locais ou de fora. Pesquisar “o que existe sobre aqui” em diversos lugares de ação e de investigação social, e conseguir cópias deste material para incorporá-lo ao “acervo de conhecimentos sobre a comunidade e a região”, multiplica os recursos a serem utilizados individual ou coletivamente em vários momentos.

Fazer com que diferentes pesquisas arquivadas na escola possam interagir inteligentemente, quando consultadas e “cruzadas” nos momentos prévios à realização de uma outra investigação é um procedimento muito adequado. Isto vale em cinco dimensões: a dos “tempos cruzados”; a dos “espaços cruzados”; a dos “temas cruzados”; a dos “tempos e temas cruzados”; a dos “espaços, tempos e temas cruzados”.

*Tempos cruzados:* Novos “achados” poderão ser incorporados se antes de realizar em 2020 o projeto de uma nova pesquisa socioambiental a equipe se dispuser a consultar com cuidado os dados originais e os documentos pedagógicos das pesquisas de anos anteriores. Para a elaboração de um novo complexo temático a equipe poderá “ler” não apenas os dados “daquela pesquisa naquele ano”, mas os dados cruzados de pesquisas de anos anteriores, confrontados com a “pesquisa atual”.

O que mudou? Em que direção? Como as pessoas do lugar avaliam o que mudou e o que não mudou? Em que a escola teve ou não algum papel aí? Guardadas as proporções, isto é mais ou menos o que acontece quando elaboramos um curriculum

vitae. Acaso “esquecemos” ao escrevê-lo em 2019, tudo o que nos aconteceu de importante nos outros anos? O nosso currículo não nos “diz algo” justamente porque ordena a cronologia de uma trajetória de eventos em uma “trajetória de vida”? Porque então não fazer o mesmo com pesquisas coletivas na escola? Deveriam as anteriores ser descartáveis depois de servirem ao “planejamento daquele ano”?

*Espaços cruzados:* Como será que as equipes de escolas de comunidades vizinhas estão realizando as suas pesquisas? Por quais experiências e processos de trabalho e de aprendizagem estão passando? A que resultados estarão chegando, e como os empregam na programação curricular? O que aprender com elas, e o que ensinar a elas? De que maneira, integrando relatórios de/entre investigações participativas de várias comunidades, seria possível estender nossa interpretação de “realidade social” a um âmbito maior do que “cada comunidade?”

*Temas cruzados:* há uma dissertação de mestrado sobre a “história do povoamento nosso bairro”? Há um TCC de estudantes de Serviço Social a respeito de “problemas de qualidade de vida e a ação de movimentos de moradores dele? Há um repertório acumulado de “dados distritais” do IBGE? Há uma bem realizada investigação sobre “ecologia e povoamento do lugar onde está a escola”, realizada por duas turmas da escola, coordenadas por professoras de História e de Ciências Naturais, com a assessoria voluntária de uma geógrafa e um militante ambientalista? Existe algum trabalho de coleta e arquivamento de “notícias sobre o nosso bairro” entre jornais, revistas, boletins e outros? Existe algum manuscrito “inédito” de um “velho morador de quase cem anos”, intitulado: “lembranças e saudades de Belém Velho”? Existe algum registro de trinta anos de história visual de “nosso bairro”, feito e se fazendo, ano a ano, por um criativo farmacêutico e fotógrafo amador do lugar?

Uma atividade escolar destinada a recontar a “história de Belém Velho”, ou uma nova pesquisa pedagógico-social ganhariam muito se comesçassem e se seguissem o seu curso através da leitura atenta e cruzada de todo “esse material acumulado”. Um exercício constante de ver-e-ler não tanto um “material de pesquisa ou de levantamento” de cada vez, mas os momentos e os eixos convergentes de todas as pesquisas, uns pelos outros, uns através dos outros.

Ganha-se com isto muito em compreensão densa “da realidade”, e os estudantes aprendem desde cedo como se procede em uma pesquisa científica. Por outro lado, em um plano de dimensão mais humana e mais criadoramente social, ao invés de se ter, ano após anos, um repertório descartável de entrevistas e de “falas significativas” que a memória esquece após o seu uso pedagógico, o que se pode fazer crescer e interagir é todo um “laboratório de memória e história de Belém Velho”. O seu preço é irrisório e o seu valor é inestimável.

*Tempos e temas cruzados:* o mesmo procedimento pode ser estendido a algo mais do que “a comunidade da escola”. A sua história mais remota e mais próxima é um momento de histórias e estórias circunvizinhas no tempo e no espaço. É possível estender o olhar das perguntas a temas-tempos cruzados e interativos. Se há um

interesse em se conhecer mais a fundo algo da “história natural de nosso bairro”, um enorme acervo de estudos sobre regiões próximas, entre o “nosso município” e outros, vizinhos poderia adensar bastante o valor de nossa compreensão socioambiental.

*Tempos-espacos-temas cruzados:* Se eu fosse motivar os meus estudantes a uma investigação sobre “as lutas passadas para a conquista do território onde uma comunidade popular foi criada”, começaria por um intrigante estudo de memória social com as pessoas mais velhas da comunidade. Como eles imaginam o que houve? Como contam sobre como contaram o eles o que houve? Quem são os seus heróis? São os nossos? Velhos não são velhos. São pessoas que ficaram sábias por haverem ficado velhas.

Depois iríamos procurar nos escritos dos documentos do passado, nos velhos livros de memórias locais e regionais, na literatura oral e nos quase esquecidos livros com os quais os avós das professoras de agora aprenderam a história e as estórias do lugar. Não tanto em busca da “verdade dos fatos”, mas das diferentes versões e dos diversos sentidos de verdade dadas aos fatos e feitos

### ***A parte e o todo, a fala e contexto da fala***

Lembro um livro de Roberto Da Matta, com este estranho nome: *Relativizando*. Nele se verá que “relativizar” é um termo comum entre antropólogos. Ele não é empregado para sugerir que “tudo é relativo”. Ele ajuda a lembrar que cada fração cultural de qualquer expressão da vida cotidiana só faz sentido pleno quando lida e compreendida “de dentro para fora”; do centro para a periferia e dela para o exterior do todo de vida e de cultura de que é e faz parte. Antes de ser interpretada ou analisada por quem veio investigá-la, qualquer dimensão da vida cotidiana de uma comunidade somente faz mais sentido se for “lida” nos e entre os eixos e planos de interações do complexo sistema de relações socioculturais de que cada dimensão daquilo que se investiga configura uma dimensão; uma “parte”, entre o pensado e o vivido.

Assim, podemos destacar e “focar” setores sociais de valor sociológico e também pedagógico nas “falas” das entrevistas: os da vida comunitária, da educação, da saúde, do trabalho, da segurança e da violência, da religião, da etnia, etc. Mas não se deve perder de vista que no correr da vida cotidiana das “pessoas do lugar”, assim como na maneira como elas pensam-e-dizem algo sobre esta “vida” e o seu mundo, todos esses setores sociais estão interligados. Eles são estruturais, imaginária e historicamente interconectados. Eles interagem uns com os outros e uns através dos outros.

Isto não quer dizer que em cada pesquisa realizada ao longo de um ano por educadores, ou por turmas-e-equipes de docentes e discentes de uma escola, as pessoas tenham que se envolver com uma “análise do todo”. Uma complicadíssima investigação artificialmente holística, onde cada aspecto escolhido para ser conhecido e compreendido através de um estudo mais ou menos específico, tenha que estar referenciado a todos os outros.

Estou sugerindo apenas que uma atenção especial deve ser dada a este aspecto, de modo a que não venhamos a realizar no trabalho de pesquisa aquilo que estamos aprendendo superar no trabalho docente de sala de aula: não fragmentar, não separar, uns dos outros, saberes e interações de-e-entre saberes das áreas didáticas do conhecimento científico, filosófico e artístico.

Sabemos que isto é bem desafiador, e os novos paradigmas emergentes que batem à porta das ciências e abrem as janelas da educação estão chegando para nos acordar para a ideia de que cada conhecimento só atualiza o seu pleno significado quando conectado com campos e planos mais e mais integrados de compreensão.

Uma “pesquisa na e da comunidade” representa e consolida uma conquista importante no campo da educação. Acreditamos cada vez mais no valor da experiência do investigar no/com o trabalho docente, assim como na passagem de uma pedagogia tradicional de transferência e acumulação de conteúdos prontos, em direção a uma pedagogia dos processos de mútuas aprendizagens através da construção e trocas de saberes solidariamente construídos.

Acredito cada vez mais que a experiência de “fazer isto” com um sentido crítico e destinado a criar pessoas que aprendam saberes aprendendo a fazer com os saberes a construção de sua própria vida, através da sua participação na gestão coletiva da transformação de seu mundo, desafia a atividade da pesquisa a um salto e um alcance valor ainda mais complexos e mais renovadores. “Renovador” tomado aqui como algo mais aberto à criação de novos olhares e de novas compreensões entre alunos e professores, bem mais do que à reduplicação daquilo que já é conhecido e consagrado.

Atenção! “Complexo” tem aqui o sentido de algo mais densamente interativo e integrado entre os seus eixos de relações, do que poderia aparecer a uma primeira vista. Em alguns momentos costumo associar as palavras “complexo” e “diferenciado”. Faço isto para sugerir que a “visão de mundo de um pai e operário entrevistado; os dados obtidos em uma pesquisa sócioantropológica; assim como a redação de uma aluna de 9ª série, em geral possuem e articulam mais símbolos, mas idéias e imagens, mais sentimentos e mais inteligência criativa do que um olhar apressado e “simplificador” poderia descobrir “ali”. No seu todo eles integram interiormente – como a própria vida, como a própria cultura, qualquer que ela seja – mais elementos, mais significados, mais interações entre um domínio de relações naturais, ambientais, sociais e culturais do que imaginamos. Criam eixos de sentidos mais ricos e bem mais densos do que, na pressa dos dias e dos fatos, nos dispomos a ver. 31

---

31. A leitura de alguns trabalhos de Edgar Morin poderia ajudar a compreender estas idéias, através do que ele vai chamar de “pensamento complexo”. A Editora Sulina, de Porto Alegre publicou em Português dois dos quatro volumes de seu: *O Método*. O número 3: *o conhecimento do conhecimento* e o número 4: *as idéias*

Uma das observações que poderiam ser feitas a respeito de pesquisas-na-e-com-a-comunidade, é que elas talvez reduzam demais as suas próprias descobertas. Pois podemos desconfiar que deveria resultar em uma simplificação algo empobrecedora o resumir entrevistas completas em “falas destacadas”, assim como o sintetizar inúmeras falas escolhidas em um pequeno conjunto de modelos de falas inseridas no complexo temático, e tematizadas de imediato no contraponto com a perspectiva dos educadores-pesquisadores, para serem remetidas a uma problematização de que se extraem alguns conceitos, como um conjunto de palavras significativas e “geradoras”.

Afinal, os trabalhos de preparação prévia de uma pesquisa através da observação sistemática de dados e aspectos da comunidade, assim como das entrevistas de campo, devem ser sempre criteriosamente cuidadosos e completos. Uma entrevista de trinta minutos com uma mãe-de-família em sua casa contém um mundo de vivências compartilhadas. Um repertório único e compartilhado de pensamentos e de palavras vividas antes, para serem depois ditas e enunciadas em um diálogo, correm o risco de que o seu sentido integral em boa medida se perca. E isto pode acontecer quando de um todo de sentimentos e de pensamentos pronunciados a uma outra pessoa separam-se, primeiro, os períodos, e a seguir destacam-se deles apenas algumas frases escolhidas pelo que antecipadamente foi pré-determinado como os padrões de enunciados que importam, e que deveriam ser “destacados”, selecionados e dispostos como uma tabela ou uma escala de idéias. Idéias-matrizes ou de temas-geradores, segundo um esquema antecipado pela equipe, mais do que de acordo com uma provável lógica cultural de sentidos e de sentimentos da cultura da comunidade e dos tipos de pessoas que interagem com os professores durante as entrevistas. Poderia ser de outra maneira?

### ***A prática de pesquisas da escola com a comunidade***

Tomando como ponto de partida de minha reflexão algumas experiências de “pesquisas socioantropológicas” realizadas entre escolas da periferia de Porto Alegre durante os anos em que intensamente estive trabalhando junto a elas, desejo sugerir que ao lado dos “usos normativos” emprestados aos resultados da pesquisa de campo na criação de “complexos temáticos”, deveriam ser ousados alguns processamentos mais abrangentes e mais integrados.

**1<sup>a</sup>.** Substituir aos poucos as breves “falas selecionadas” por “idéias significativas”. Criar um universo imaginário, mais aberto e mais profundo do que o restritamente “temático”. Estas “idéias” envolveriam parágrafos completos de “falas”, em que o pensamento de alguém reconhecido como bastante significativo seria escrito na sua íntegra, e com todo o conjunto de frases e de falas que ele envolve para “dizer algo”. Assim, na busca do que é de fato gerador-como-um-tema, estaríamos saindo da “fala-slogan” para a “frase-ideia”, na construção das redes temáticas. A maneira como a “visão dos educadores” seria escrita, também poderia ser bastante mais completa.

Poderia cuidar de ser menos reducionista e mais condutora de uma interpretação, ou de um “contraponto dialógico” mais compreensível. Assim, lidas de maneira mais generosa, cada entrevista e as passagens convergentes de várias entrevistas transcritas haveriam de gerar complexos significativos de visões e de idéias. Apenas em um momento seguinte tais complexos seriam desdobrados em frases geradoras, a partir de onde seria possível obter palavras-chave e conceitos-eixo essenciais para o desdobramento de “redes temáticas”. Que esta proposta não represente algo complicado e sim algo mais complexo, e bem mais amplo e integrado do que algumas sequências de listas de conceitos pré-escolhidos.

**2<sup>a</sup>.** Realizar um trabalho de processamento da pesquisa que aos poucos venha a ser intermediário entre a transcrição de entrevistas e a escolha de “falas significativas”, cujo valor acumulado poderia ser bastante proveitoso. Um exemplo. Em uma grande folha de papel, ou até mesmo em algum programa de computador adequado ao caso devem ser traçados quadros (caselas) de tamanho suficiente para conterem um período de pelo menos dez linhas.

Na direção das colunas seriam escritos, nos quadros de cima, títulos ou sínteses dos complexos significativos de visões e de idéias. Exemplos: “relações sociais e vida comunitária”; “a educação e a escola”; “crítica da qualidade de vida”; “questões relacionadas ao cuidado dos filhos”; “avaliação crítica de mudanças na vida comunitária”; “percepção do outro” (gênero, etnia, origem cultural, etc.); “motivação e pré-disposição para a participação na vida social”. Nos primeiros quadros das linhas são escritos os nomes (ou as simples iniciais) e dados mínimos das pessoas entrevistadas. Tomando cada entrevista transcrita, as passagens relevantes correspondentes a cada complexo seriam escritas, se possível, através de períodos complexos significativos.

Um bom modelo disto pode ser encontrado no modo como são transcritos pequenos “trechos de falas” em bons livros e em boas teses e dissertações resultantes de pesquisas qualitativas, quando é importante a transcrição de passagens integrais de momentos de um discurso.

Feito isto, teremos um mapa-de-síntese do todo das entrevistas. Lidas as caselas na vertical pode-se rever o que todas as pessoas entrevistadas disseram de mais relevante sobre cada tema da entrevista, transformado agora em um tema da rede e do complexo significativo de visões e de idéias. Mais do que apenas frases fragmentadas, obtêm-se um conjunto de falas mais completas e em interações com outras, tema após tema. Lidas as caselas na horizontal, preserva-se uma visão sintética do que disse cada pessoa entrevistada a respeito de cada tema.

**3<sup>a</sup>.** pensar em uma leitura das entrevistas mais sensível às pessoas e à cultura de onde elas provêm. Uma pré-leitura de teor político, ou de valor –crítico-pedagógico pré-estabelece categorias antecipadas de visões e de versões do “outro”. Assim, deixa de ser a coerência interna do seu pensamento, a beleza ingênua de suas palavras, a criatividade pessoal de visão de mundo o que mais importa. Porque o mais relevante

pode então restringir-se à correspondência entre algumas falas e todo um esquema de palavras-e-frases, tidas como falas de teor crítico diretamente utilizáveis em um complexo temático integrado de um planejamento de um currículo escolar mais sociopoliticamente crítico menos culturalmente criativo. Quando o que vale é a interação entre “um lado e o outro”.

A simples ideia de que existem visões e versões populares “mais críticas” e “menos críticas” pode justificar uma opção de escolhas pedagogicamente aceitáveis e oportunas desde um ponto de vista político-pedagógico. Mas elas correm o risco de serem escolhas pré-demarcadas e, por isto, humanamente incompletas e imperfeitas.

Este procedimento pode reduzir muito as versões e visões de pessoas que “são-vivem-sentem-e-pensam assim”, e que, para além do que ideologicamente desejamos que elas “pensem-e-falem”, acumulam todo um lastro de vida, de sofrimento entre sofridas opções de vida. Algo ao mesmo tempo tão comum, pois acontece com tantas pessoas e famílias. Tão originalmente pessoal, pois em cada uma “isto” contém uma sofrida e aguerrida história pessoal e irrepetível, como o terem migrado de Bagé para Porto Alegre; o haverem resolvido “vir viver aqui”; o terem ingressado há dois anos na Renovação Carismática Católica; o haverem optado por votar “no Tarso Genro”; o optarem por um trabalho autônomo clandestino, já que “não tem emprego mesmo”; o resolverem se mobilizar de todas as maneiras possíveis para que os três filhos estudem “apesar de precisar dos mais velhos pra ajudar no trabalho”; o escolherem a religião, através de uma igreja, e não a política direta ou um movimento social, como forma ativa de participação.

O olhar de pesquisador apressado e com idéias sobre o “outro” algo pré-estabelecidas, poderá deixar na penumbra todo um fecundo complexo de imposições sociais sobre a vida, e também de corajosas decisões pessoais de vida, em nome de um esquema de valores da/sobre a pessoa em que algo pré-identificado como “consciência social”, ou como “visão crítica da realidade” torna-se uma espécie de orientador e ordenador de tudo o mais. Pois mesmo que este critério deva ser foco de outros, é preciso lembrar que até mesmo ele é, em cada pessoa, em cada grupo humano, em cada cultura, uma complexa construção de vivências. Uma elaboração mais do que apenas ideológica de relações, de significações da realidade, de opções de orientação da vida cotidiana, e de uma história de vida bastante mais complexa e bem mais interligada do que “eles” e também “nós” em geral imaginamos e acreditamos.

Penso que devemos reconhecer que em uma investigação de e com “comunidades de acolhida de uma escola”, importa “o que eles – seus sujeitos, suas pessoas, seus grupos humanos, quaisquer que sejam – têm a nos dizer”, mas do que nós desejamos antecipadamente que eles nos digam. Desde um ideário pedagógico em que o diálogo funda e define a didática em todos os seus planos e em todos os seus momentos, e levando em conta que todo o trabalho de pesquisa nem se opõe e nem antecede ou sucede a prática docente, mas deseja ser uma sequência de seus momentos dentro e fora da sala de aulas, tanto nos momentos antecedentes da

pesquisa quando durante a sua vivência no campo, e durante os trabalhos de “tradução” de seus resultados em um planejamento escolar, uma sequência mais sensível de perguntas poderia ser pensada mais ou menos deste modo:

\* O que é que os depoimentos e o que é que os testemunhos “falados” nessas entrevistas estão querendo nos dizer?

\* O que é que, dentro e a partir da lógica, da simbólica e das sensibilidades das pessoas e desde as suas culturas, a partir das quais elas pensam o que pensam e nos dizem o que dizem, aquilo que foi “falado” na entrevista significa algo?

\* Antes de estabelecer graus de “consciência crítica” nas falas, o que é que elas querem significar em suas convergências, e nas suas diferenças de pessoa a pessoa, de grupo social a grupo social, dentro de uma mesma comunidade?

\* Como é que no seu todo e em suas relações culturais, categorias muito importantes para “pensar a realidade” - comunidade, trabalho, participação, família, violência, educação - significam algo peculiar a cada autor-ator de falas das entrevistas (Dona Maria do Rosário); a categorias de autores (uma mulher pobre, migrante, esposa e mãe de filhos na escola), antes de significarem alguma coisa para nós, em nossas análises e interpretações?

\* Como é que repertórios de palavras e de idéias se entrelaçam para “dizer algo” aos entrevistados e a nós, através deles? Exemplos: pessoa + direitos humanos + família + educação + trabalho + participação + felicidade.

**4<sup>a</sup>.** realizar a todo o momento, na pesquisa e em outras atividades pedagógicas um desejável entrelaçamento entre os tempos e os espaços das relações.

Conheci faz muitos anos um professor de ensino médio de uma escola em Recife. Ele dava as suas aulas utilizando no começo delas apenas o “jornal do dia”. Os “livros de História” eram utilizados para aprofundamentos e para leituras complementares. A caminho da escola ele passava na banca e comprava um jornal. Diante de seus alunos ele escolhia uma notícia qualquer – no Brasil, na América Latina, no Oriente Médio, no Vietnã – e reconstruía com os seus alunos uma compreensão de história-de-vinda-e-ida... ou, ao contrário. Uma viagem de ida-e-volta, quando a notícia escolhida era local. Um acontecimento importante na Ásia Menor levava a reflexão com os alunos à história da região, ao jogo recente das ações imperialistas no mundo e na região; à questão do colonialismo, e como ele aconteceu e continua acontecendo, em outros termos, aqui na América Latina.

Como o Brasil viveu e vive isto ainda hoje. Como algum momento especial da “História de Pernambuco” revela este fenômeno sociopolítico; como isto provoca tais e quais questões no Recife de agora; como, em quê e por que algo cuja análise começou na Ásia apenas se explica através de uma análise de jogos de poder em

âmbito mais e mais aberto e interativo, entre o local e continental, até o internacional. E, em outra direção, como “tudo isto” afeta de maneira concreta e cotidiana “a vida de todos nós”.

Mesmo antes de se falar em “globalização”, o professor Sílvio sabia que ensinar história é fazer com que sejam compreendidas as relações e as determinações entre planos e esferas de gestos, de atos, de palavras, de poderes, de motivos que vão desde o que acontece “em minha rua”, até que está acontecendo em Brasília, em Nova York ou em Jerusalém. E, afinal, como se tudo se interliga e como interage “tudo isto”.

Uma pesquisa sócioantropológica pode ser um instrumento de grande valia para uma educação não apenas de diálogo entre pessoas-que-constroem-o-saber-de-que-aprendem, mas entre planos de relações, significados e saberes que são aprendidos. Seria um empobrecimento muito grande se a “descoberta da comunidade pela escola” representasse um fechamento progressivo a outras esferas da vida humana.

Podemos imaginar uma tal escolha através da imagem de uma praça de e nossas cidades, até onde se chega e de onde se sai por várias ruas e avenidas. Os segredos do que acontece na praça estão nela, em boa medida. Mas para estarem nela – nos diferentes relacionamentos entre as diferentes pessoas, os grupos humanos e as instituições sociais da ou na comunidade - eles precisam ser compreendidos nos e entre os intervalos de conexão entre a comunidade (ou a “praça”) e o bairro. E entre eles e a região, e a cidade, e a “grande-cidade” das cidades à volta, e o Rio Grande do Sul e o Brasil de antes e de agora. E mais o Mercosul e o Continente, incluindo a presença e o poder dos Estados Unidos da América, o G-8, a Organização das Nações Unidas e as desigualdades Norte-Sul.

Como tornar uma “realidade da comunidade” não um lugar redutor, mas um ponto de partida e um primeiro eixo de compreensão dos jogos e das tramas, dos acordos e conflitos em todos os planos e esferas que abarcam e redesenham o que vivem e dizem as pessoas de Belém Velho, em um mesmo tecido comum de história humana?

Em um dos seus escritos de a interpretação das culturas, Clifford Geertz lembra uma coisa muito sugestiva quando se pensa ao mesmo tempo o cotidiano e a história<sup>32</sup>.

Cada um de nós convive em todos os dias e ao longo da vida com as seguintes categorias de outras pessoas:

a) Aqueles com quem dividimos um tempo e um espaço de vida, como nossos “consócios”, aqueles que compartilham círculos geográficos e sociais do mundo durante pelo menos parte de um tempo de vida e de história comum, em que nós também estamos “ali” (nossos familiares, vizinhos, amigos, companheiros, conhecidos, pessoas do mesmo bairro, do mesmo circuito próximo da mesma cidade, etc.);

---

32 Está no capítulo 1 de *A interpretação das culturas*, editado pela Zahar, do Rio de Janeiro, em 1978.

b) Aquelas com que dividimos um mesmo tempo, mas não necessariamente um mesmo espaço, como nossos “contemporâneos”. As pessoas do mesmo tempo de vida que o nosso, mas que vivem em uma outra cidade, longe, em um outro país, em outros círculos sociais, mesmo que alguns deles possam ser ou possam ter sido tão importantes em nossas vidas, como um estadista, um pensador, uma artista de cinema, uma educadora;

c) Aqueles com quem partilhamos um mesmo espaço, mas não um mesmo tempo, como os nossos “antecedentes” (os que viveram “aqui” antes de nós), ou os nossos “sucessores” (aquelas que estarão “aqui” quando já houvermos ido embora; aquelas e aqueles que de uma ou outra maneiras deixaram algo “para nós”, e aqueles e aquelas para quem haveremos de deixar algo em alguma dimensão de uma cultura comum que partilhamos em tempos diferentes;

d) finalmente, aqueles com quem não compartilhamos nem um tempo e nem um espaço, e para os quais as palavras “antecedentes” e “sucessores” somente se aplicam em um sentido humano muito amplo.

Talvez seja mais simples lembrar que uma reflexão crítica das “histórias da História” que estamos continuamente aprendendo e ensinando aos nossos alunos são um entrelaçamento de círculos e de planos espaciais e temporais que enlaçam “consócios”, como as pessoas da escola e da comunidade de acolhida com quem convivemos e a quem, com quem ou para quem investigamos, com “contemporâneos”, tão mais presentes e importantes nos ensinamentos de história de hoje do que no passado, e também com “antecedentes”. Isto poderia ajudar a estabelecer os enlaces entre os diferentes círculos: os da vida, os da sociedade e o da história.

Pois a mesma coisa que vale para um estudo e uma pesquisa de campo sobre o meio ambiente da comunidade, vale também para uma pesquisa sócioantropológica. Tudo o que investigamos e descobrimos faz algum sentido quando pode ser relacionado a outros planos e círculos de relações menos abrangentes (um pequeno “nicho ecológico” do todo da natureza do bairro, ou uma família na comunidade) e mais abrangentes (a “ecologia da região de Porto Alegre próxima à Lagoa dos Patos; a região social da e ao redor da Restinga, de Belém Novo, de Porto Alegre, e do Rio Grande do Sul”).

Compreender algo em sua dimensão própria ganha um valor bastante maior quando clareia e torna compreensíveis os eixos-e-feixes críticos de relações que situam a dimensão de mundo natural ou social investigado em contextos relacionais mais amplos. Como compreender a “história da Escola Municipal Aramy Silva fora da história da educação em Porto Alegre” e no Rio Grande do Sul?

Recordo aqui que um dos fundamentos das abordagens qualitativas está na convicção de que nós próprios, pessoas humanas, sujeitos interativos de uma pesquisa, situados de um lado e do outro do gravador na hora de uma entrevista, somos confiáveis. Podemos confiar em nossa personalidade-na-pesquisa. Podemos confiar em nossos saberes e valores, em nossos sentimentos, e em nosso modo de ser

e de sentir-e-pensar, desde que intencionalmente sinceros e teórico-metodologicamente nós estejamos preparados para nos relacionarmos com o outro “na pesquisa”.

Para interagir de maneira ao mesmo tempo pessoal e objetiva com pessoas, com famílias e com outros grupos humanos em uma comunidade local de sujeitos sociais, de sentidos, de símbolos, de sentimentos, de significados e de socialibilidades em busca não de verdades absolutas. E na procura solidária da partilha de interações de suas vivências e saberes (as dos diferentes atores culturais da comunidade) estaremos interagindo com os nossos saberes vividos (os de professoras-co-investigadoras) para chegarmos juntos a compreensões e a interpretações confiáveis a respeito do não apenas “sócio-antropológico” de suas vidas e de seus cenários sociais de vida, mas da maneira como eles vivem “isto” e sentem e refletem sobre “isto” entre eles e, quando possível, para nós.

Relembro aqui também que um outro fundamento dos estilos qualitativos quase o aproxima das abordagens “participativas”, ou “participantes”. É que se a invenção do “qualitativo” na prática da pesquisa científica nos devolve a confiança em nós mesmos, como uma pessoa atenta e confiadamente em busca do saber da ciência, a extensão da *observação participante* à *pesquisa participante* nos obrigará a estender a confiança “ao outro”.

Agora aquela com quem eu falo; a mãe-de-aluna com quem converso na entrevista é tão confiável quanto eu, a seu modo, em seu mundo cotidiano. Tenho os meus saberes e ela os dela. São diferentes, mas não desiguais. Muito pouco eu posso conhecer de sua vida e de seu mundo social se não puder contar com ela. Se eu puder confiar nela, como espero, de algum modo ela deverá também confiar em mim. E uma boa porção dos fundamentos de todas as abordagens participativas está na possibilidade real de construção de uns “nós confiável”. E é mais este processo de construção solidária de um enlace de confiança entre as pessoas do sistema de educação através de uma escola, e as pessoas da comunidade de acolhida da escola, o que torna possível um embrião de pesquisa *social participante*.

E este será um passo inicial em toda uma compreensão de que, dentro e fora da sala-de-aulas, e da escola à dimensão da comunidade de acolhida e dela ao bairro, à cidade e a círculos de vida mais e mais amplos, somos agora um entre-nós, e lidamos através-de-nós mais com interações abertas entre pessoas totais, do que com relações previsíveis entre sujeitos e objetos de estudo. Lidamos bem mais com relações vividas entre feixes e teias de acontecimentos socioculturais, do que com “coisas sociais”, entre estruturas formais e fatores socioeconômicos determinantes.

Pois uma coisa são estruturas estruturadas de Pierre Bourdieu, que conformam e consolidam as dimensões do mundo social da vida cotidiana. Uma coisa são os “fatores determinantes” do que acontece a cada dia na Restinga e ao longo da história de Porto Alegre ou do Rio Grande do Sul. E outra coisa somos nós, pessoas situadas de um lado e do outro dos muros e fossos de sociedades ainda excludentes, injustas e

desiguais. E “elas” são pessoas interativamente dotadas de reflexão, e capazes de descobrirem que são elas as que a cada dia constroem a Restinga, Porto Alegre e o Rio Grande do Sul.

Se pensarmos os nossos temas de estudo na escola em termos de uma compreensão antropológica, sociológica e histórica, essas interconexões ganham mais razão de ser ainda. Pouco a pouco aprenderemos a relativizar as histórias de longos ciclos, centradas em grandes feitos, grandes momentos e grandes heróis, para nos voltarmos às múltiplas histórias culturais de antecedentes, contemporâneos e consócios como nós mesmos.

Nós, ao lado das tantas pessoas “sem nome em placa de rua”, mas desde um passado remoto os verdadeiros criadores e “heróis de nossas histórias”. Porque somos as gerações de mulheres e de homens construtores cotidianos do que esteve e do que está aí como uma cultura. A nossa cultura. Habitantes de carne-e-osso da criação de cotidianos que vão de uma comunidade de Belém Velho a Porto Alegre, e de Porto Alegre ao Rio Grande do Sul, ao Brasil, a outros amplos círculos de nosso Mundo, antes e agora, criadores de sociedades, de culturas e de histórias. E tanto ou mais do que os nossos velhos heróis montados a cavalo.

E então poderemos descobrir, junto com as inumeráveis pessoas das muitas comunidades populares, que aqueles heróis esporadicamente aparecem em momentos de uma história cujo dia-a-dia é construído por nós, as pessoas comuns. E se somos nós quem constrói o nosso mundo de cotidiano, seremos nós também quem poderá dar sentido ao eu vivemos e ao que nos toca transformar.

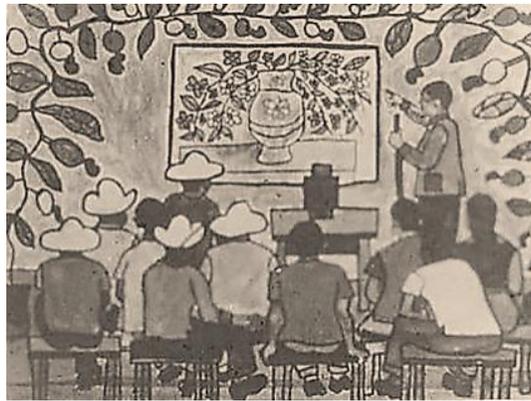
Não só Caetano Veloso, mas também as pessoas do dia-a-dia da educação deveriam estar clamando por uma “história mátria”. E ela começa em qualquer comunidade popular e se estende, através de todas e de todos nós, a todo o mundo.

Sobre isto um dia um poeta e professor meu amigo, João-Francisco Regis de Moraes escreveu estas palavras com que eu quero terminar este item e chegar às crianças e seus mundos.

*Um projeto de futuro que seja nítido e efetivo só pode nascer da recuperação do que o passado significou e da constatação do presente ao qual este passado nos trouxe. Necessário conhecer nossas histórias e esgotar, sem medo, o reconhecimento das nossas condições presentes. Mas, quando lograrmos visualizar nitidamente como gostaríamos de ser e de viver, quando colocarmos para nós um projeto de futuro, nesse momento nosso presente começará a mudar. Afinal, a caminhada para o que virá se faz agora, na negação de um estado-de-coisas vivenciando como inaceitável (experiência) e em nome de um desejo de futuro feito em necessidade (esperança)<sup>33</sup>.*

---

33 Está na página 149 de *Cultura Brasileira e Educação*, publicado em 1989 pela Papyrus, de Campinas



## 7.

***E as crianças: onde? quando? como?***

Dos anos sessenta para cá quase sempre a pesquisa social em territórios próximos à educação popular foi um assunto de adultos, entre adultos e para adultos. A mesma coisa aconteceu com as muitas experiências de pesquisas participantes. No momento em que algumas propostas com o mesmo sentido são estendidas a todos os níveis e esferas da educação, como deveriam ser pensados o lugar e a participação de crianças, de adolescentes e de jovens em atividades que vão desde as “pesquisas prévias” até os “planejamentos curriculares?”

Tudo sugere que as destinatárias do trabalho docentes que começa ou recomeça a cada ano entre levantamento e planejamentos, são crianças-e-adolescentes de uma escola de educação infantil e de ensino fundamental. Mas são justamente elas as que acabam ficando do lado de fora, ou no meio do caminho dos trabalhos de realização de pesquisa prévias, do tratamento de seus dados e até mesmo da criação do complexo temático e de construção do planejamento escolar. Afinal, entre investigações, planejamentos e avaliações perguntamos tudo a “todo mundo”... menos às próprias crianças.

Por outro lado, pelo menos em teoria, observamos entre nós o crescimento da ideia de que cada vez mais as alunas e os alunos de uma escola deveriam ser coparticipantes de tais atividades. Deveriam estar incorporados de uma maneira mais ativa e mais criativa nas negociações realizadas durante os momentos decisivos de um planejamento de atividades pedagógicas. Afinal, elas não se realizam “sobre eles” ou “para eles”, mas também e essencialmente “com eles”. De maneira afortunada constatamos que em alguns casos tem havido aqui e ali um começo de experiências de partilha de momentos do processo da pesquisa, com os estudantes-destinatários dos produtos da própria pesquisa.

O que eu quero propor aqui é algo ainda antecedente aos esforços por integrar também as alunas e os alunos na realização de alguma pesquisa originada na escola,

no correr dos momentos de seu desdobramento. Tem, portanto, a ver com o desafio de uma abertura do diálogo entre todas as pessoas da escola nos momentos reais de tomada de decisões.

Quando se observa todo o acontecer de uma pesquisa da escola junto à sua “comunidade de acolhida”, tema do capítulo anterior, quando tomei o exemplo das *pesquisas socioantropológicas* das escolas municipais de Porto Alegre, descobrimos que crianças e adolescentes estão ausentes na maior parte das ocasiões. Estão ausentes, ou estão na penumbra do que acontece, quando aqui e ali aparecem através das falas das mães sobre a vida de seus filhos, e as preocupações delas para com eles.

O trabalho de uma investigação desde a escola é sempre decidido entre adultos, educadores. O processamento da pesquisa é realizado através de conversas entre duas (professora e uma mulher da comunidade), ou mais de duas pessoas adultas (um professor e um casal). O tratamento da pesquisa é um assunto entre professores; entre adultos. Finalmente, o “mundo da comunidade” é descrito, é avaliado e é analisado não apenas por adultos, mas desde vivências e desde testemunhos e pontos de vista de pessoas adultas. Assim, tendo como destinatárias preferenciais as crianças, os adolescentes e os jovens da comunidade e da escola, praticamente toda a pesquisa acaba sendo um assunto de adultos, entre adultos, sobre adultos e para adultos. Crianças e adolescentes não são pessoas que contam. São pessoas sobre quem se conta algo.

Ora, não será estranha a elaboração de alternativas de trabalho escolar através de leituras críticas da realidade vivida, pensada e falada de uma comunidade, através de vários intercâmbios entre pessoas adultas, ali, onde as pessoas com quem se vai depois estar trabalhando pedagogicamente estão ausentes como participantes, como protagonistas e até mesmo como os sujeitos essenciais dos temas tratados?

Até aqui temos convivido com uma contribuição muito desigual e muito contraditória das ciências humanas neste campo do conhecimento. Há um excesso de pesquisas provenientes da psicologia em todo um vasto campo de intercâmbios de experiências de teor terapêutico e/ou pedagógico com crianças e com adolescentes. E há até hoje há uma notável parcimônia de estudos correspondentes desde o ponto de vista das ciências sociais, a começar pela área de fronteira entre um campo e o outro: a psicologia social.

Nem a sociologia, nem a história (menos Phillipe Ariés) e, menos ainda, nem mesmo a antropologia acostumaram-se a olhar a criança com um interesse genuíno e consistente, em seus mundos e em seus ciclos de vida. As exceções do passado em meu campo de estudos, a antropologia, são raras e notáveis. E os poucos trabalhos em que as crianças aparecem com destaque são quase sempre dedicados ao estudo de povos tribais e de alguma dimensão de culturas indígenas. Felizmente, de alguns anos para cá temos visto estar sendo publicado um número crescente de artigos e de livros em que crianças e adolescentes de nossas sociedades aparecem como protagonistas.

É provável que o domínio da psicologia no que toca a atenção da ciência às crianças e ao adolescente, ao lado das enormes e indispensáveis contribuições passadas e presentes deixou como herança pelo menos dois limites que agora toca superarmos juntos, educadoras psicólogos e cientistas sociais.

O primeiro é o fato de que a criança e o adolescente investigados são foco de atenção justamente pelo que têm de “problemático”, de “psico”, “antropo” ou socialmente “fora da regra”, ou “à margem” de alguma dimensão da “normalidade”. Crianças indígenas e mesmo meninas e meninos das comunidades camponesas do País aqui e ali são objeto de estudo na inteireza de suas vidas e de seu modo cultural-infantil de ser. Não posso afirmar isto com segurança, pois não tenho um conhecimento objetivo a respeito. Mas acredito que haja mais estudos sobre “meninos de rua” e sobre a “violência nas escolas”, do que a respeito do correr da vida cotidiana das crianças em suas comunidades, e também sobre estratégias infantis e adolescentes para a criação de relações mais presentes e cotidianas na escola.

Assim também procedeu a Psicologia na maior parte de seus estudos. E é provável que se assim foi até agora, é porque assim deva ser. Mas não tanto e nem sempre. Lembro-me, entre outros, de Abraham Maslow. Antecipando-se em alguns anos à própria psicologia humanista e, mais ainda, às correntes da psicologia transpessoal, ele reclamava uma atenção da pesquisa dirigida também ao estudo de como são e vivem as pessoas afinal realizadas e felizes. Pessoas resolvidas o bastante para poderem deslocar de si-mesmas para os outros uma parte importante dos motivos de suas vidas.

Ora, se nos estudos psicológicos a respeito da aprendizagem aprendemos tanto investigando “crianças com dificuldades para aprender”, quanto crianças “sem problemas” ou mesmo “superdotadas”, então porque, quando se trata de uma compreensão mais abrangente e mais totalizante a respeito do ser-da-pessoa- humana e, de maneira mais direta, da criança e do adolescente, há mais estudos fundados em casos clínicos, através da análise de “desvios”, “problemas”, “carências”, do que estabelecidos desde pesquisas junto a pessoas criativas e plenas de um sentimento de auto-realização?

É também algo semelhante ao que acontece sobretudo na mídia, quando as favelas do Rio de Janeiro, os loteamentos clandestinos de São Paulo ou as periferias populares de Porto Alegre são apresentados como “antros da bandidagem e de violência”. Algumas dezenas, centenas talvez de “foras da lei” convivem com milhares de pessoas e de famílias devotadas ao trabalho e à busca de uma vida digna para pais e filhos, agora e no futuro. E é quase sempre um olhar rotulante, focado sobre os “fora da lei”, entre a violência, o medo e o preconceito, o que esquece o que mostram alguns documentários bem mais sensíveis, assim como alguns estudos menos apressados sobre os morros do Rio ou os mocambos do Recife. Por debaixo da aparência perversa de um mundo entregue ao desmando e à violência, o que “ali” na verdade existe de fato é uma comunidade bastante mais solidária e participativa do que a de qualquer

“condomínio fechado” entre as beiras ricas das grandes cidades. As “escolas de samba” no Rio de Janeiro, criadoras do milagre de colocar nas ruas do Rio de Janeiro durante três noites de arte e deslumbramento muito raras em todo o mundo, nasceram nas favelas dos morros da cidade, ou nos seus “bairros suburbanos”. Nunca nos “da Zona Sul” (onde eu vivi vinte e cinco anos).

E algo de tudo isto nos remete a um segundo limite. Até hoje uma parte importante dos estudos sobre o todo, ou sobre dimensões da vida e do psiquismo de crianças e de adolescentes ainda os mantém quase confinados a experimentos realizados em momentos especiais de trabalho em salas de aulas ou, pior ainda, em laboratórios ou cenários equivalentes.

Não conheço outro escritor brasileiro que escreva sobre as crianças com tanto carinho e tanto conhecimento quanto João Guimarães Rosa. Dificilmente haverá um canto de ternura pela infância igual ao conto em que Miguilim, um menininho dos sertões é o personagem central<sup>34</sup>. Mas é de outro escrito de Guimarães Rosa que quero falar aqui. Um dos pequenos contos do *Primeiras Estórias* acontece dentro de uma escola, algo raro em Rosa e raro na literatura brasileira.

No conto, tal como acontecia nos anos anteriores, uma equipe de estudantes de um colégio de cidade do interior foi selecionada para preparar a apresentação de uma peça de teatro durante a festa de formatura de mais uma turma. Os escolhidos entre todos viviam o seu momento de glória durante todo o tempo dos ensaios. Foi exigido pelo professor-diretor da peça um segredo absoluto sobre o drama a ser apresentado. O menino herói da estória deveria ser o “ponto”. Um dos alunos, Zé Boné, fora excluído da equipe de atores-estudantes por parecer parvo e atrapalhado da cabeça. Posto do lado de fora da felicidade efêmera, eis que ele foi inventando uma “sua peça”, que contava e recontava aos outros colegas. Desdenhavam dele, mas querendo ou não o ouviam, escutavam e riam.

Chegou então afinal o dia esperado. O teatro da escola cheio de gente, com uma maioria de pais e mães dos alunos, e a peça iria começar. Mas eis que o estudante-ator principal precisou viajar às pressas por problemas de família. Quem o poderia substituir senão o “ponto” que, escondido, “daria a deixa” aos que por desventura esquecessem o começo de suas falas. Assustado, ele subiu ao palco, passando de “ponto” a “ator principal”. Abriram-se as cortinas, e quando o ator de emergência deveria dizer a primeira fala, o que aconteceu? Ele a esqueceu; ou melhor, ele não havia aprendido o começo da peça, constituído de umas quadras de versos dedicadas à Virgem Maria.

---

34 *Miguilim* é uma das novelas de *Manuelzão e Miguilim*, editado originalmente e durante anos de reimpressões pela José Olympio, do Rio de Janeiro, com belas ilustrações de Poty. As edições mais recentes são da Nova Fronteira. *Pirlimpsiquice* está de *Primeiras Estórias* cuja história editorial é a mesma de *Manuelzão e Miguilim*.

Não sabendo lembrar o começo da peça “oficial”, e sem saber o que fazer na urgência de dizer algo diante de todos, o que ele de repente recordou foi o começo da “peça” que o colega “bobo” havia inventado. Um susto enorme entre todos os estudantes-artistas, e o pânico no diretor. Pois aconteceu que os outros atores-alunos “entraram na dele”, e se representou o que não era para ser. Professores e padres gritavam: “abaixem os panos”, mas nem os panos obedeceram. Enguiçaram nas roldanas. Gritavam os alunos da plateia por Zé Boné. E então...

*A vaia recomeçou. Aguentávamos. – “Zé Boné! Zé Boné! ” – aqueles gritavam também, depois de durante, dessa vaia, ou nos intervalos. – “Zé Boné!”... Foi a conta.*

*Zé Boné pulou para diante, Zé Boné pulou de lado. Mas não era de faroeste, nem em estouvamento de estripulias. Zé Boné começou a representar!*

*A vaia parou total<sup>35</sup>.*

E então juntos, todos recomeçaram a encenar a outra peça e a representar o outro drama. E tudo terminou entre estrondosos aplausos. Assim foi. E o que aconteceu? Ora, aconteceu o que sempre acontece, e no breve conto de Guimarães Rosa acontece de uma maneira exagerada e, por isso mesmo, exemplar, inesquecível. O menino excluído disse aos outros de sua turma o que era de todos. O pequeno drama “maluco” era uma fração do que eles, entre eles, jovens do mundo na escola, estão sempre fazendo. Falando entre eles, criando as suas pequenas e, às vezes, fortes e terríveis regras de vida. Estão inventando e tornando comuns os seus mitos, as suas histórias, os seus “aquilo em que crer enquanto se é como nós, entre nós”. Estão tomando as palavras, as “coisas” e os símbolos de um mundo que partilham conosco, os adultos, para criarem a parte de vida e de cultura que é própria e apropriadamente “deles”: crianças, adolescentes, jovens. A peça proposta pela escola invade e, ao mesmo tempo, dialoga com este outro pequeno e consagrado mundo de partilha de sentimentos, de sentidos de vida, de significados de um “nós”, em meio a saberes de que cada turma de alunos, entre uma sala de aulas ou toda uma escola se nutre para viver a experiência de quem é, e do que cria para ser assim como é.

Se eu trouxe aqui a lembrança de pequeno notável conto de João Guimarães Rosa, foi por considerá-lo uma boa metáfora dos “dois mundos de vidas e de culturas” que continuamente se cruzam, se encontram e se entrecrocaram na sala de aulas, na escola e nos territórios sociais de fronteira entre ela e a comunidade de acolhida.

Há uma cultura própria. Há sistemas de viver e pensar que não são apenas das crianças, mas que pertencem aos pequenos mundos-de-intervalo que elas logram criar e recriar, submetidas, mas nunca inteiramente colonizadas pelo universo de símbolos, sentidos e poderes dos adultos a que são convocadas a viverem. Convivemos

---

35 Uso aqui a edição das obras completas de João Guimarães Rosa, publicada em dois volumes pela Nova Aguilar, do Rio de Janeiro, em 1995. A passagem de *Pirlimpisiquice* está na página 420.

com as crianças e os adolescentes quase sem perceber isto. E, no entanto, “isto” é o mais importante de cada ciclo da vida delas e deles. Pois é o que eles criam para viverem frações de suas próprias vidas, nas brechas dos ensinamentos dos adultos dirigidos a enunciar de diferentes formas quem eles são, como devem ser, como devem pensar, o que devem falar, o que devem calar, e como devem viver. Isso a que cientificamente damos o nome de “socialização”.

Estejamos atentas ao fato de que a relação de ensino-aprendizagem não se passa apenas dentro dos esquemas simples entre a mente, o sentimento, o mundo e o saber, pensados por Piaget e estendidos por Vygotsky. Ela transita também como um maravilhoso e difícil trabalho de negociação de poderes de dizer e de pensar, entre a “cultura da escola” representada por uma professora-diante-de-uma-turma-de-alunos, ou pela equipe docente responsável pelo ensino desta turma, e as variantes culturais criadas e recriadas dia-a-dia por uma múltipla, complexa, e em geral conflituada, equipe social de criação de formas próprias de viver, a que a escola dá o nome de: “turma de alunos”.

Cometemos uma grande limitação quando consideramos como uma “cultura escolar” aquela delimitada pelos termos, saberes e poderes da “face pedagogicamente oficial” de uma escola. À margem da “estrutura escolar” existe e se “agita” criativamente uma dimensão de “vida escolar” que a desafia e transcende. Quando recordo com afeto os meus “anos de estudante” minhas lembranças estão bem mais situadas do lado da “vida na escola” do que na dimensão da “estrutura formal da escola”.

Em qualquer território escolar de encontros entre docentes e discentes, palavras de um lado e do outro estão sendo a todo o momento ditas, negociadas, acordadas e postas em comum. E, não raro, impostas. Em cada aula encontram-se e se confrontam os termos do falar correto a língua erudita da professora, e os falares da criação adolescente local, em geral tidos como “errados” ou imperfeitos. No entanto, uma outra “fala da língua” como e assumida para ser dita e partilhada entre eles... apesar de nós.

Junto com a fala e através dela estão situados, entre professora e os seus alunos, os outros gestos da voz e do corpo, junto com os saberes e significados cuja aquisição de sentido, a que chamamos aprendizado, estabelece a diferença entre a criança educada (e promovida) e a que “não aprendeu” (reprovada). E neste intervalo está o que professoras e diretores de escola começaram a descobrir, e os professores e padres da escola do Zé do Boné ignoraram. Algumas formas musicais adotadas por adolescentes e jovens das periferias contém algo mais do que ritmo e emoção para noites de festas<sup>36</sup>. Contém a estética de uma ética do menino e da menina daqueles

---

36. Entre pensadores da educação de agora, lembro que Marília Spósito tem artigos notáveis sobre este tema: *hip-hop* e outras formas musicais-culturais entre jovens de periferias de São Paulo.

lugares. É uma rude fala sobre eles, com eles e através deles. Raul Seixas é, para o bem e para o mal, um educador da juventude brasileira cujo poder de convencimento e de diálogo devemos compreender.

Quando é permitido a crianças e a adolescentes o aportarem uma fração de suas músicas, de seus gestos, de suas experiências de partilha de um modo de vida que se traduz entre o que é aprendido com outros e o que é criação artística própria, o diálogo entre “elas “ e as professoras abre portas e janelas até então desconhecidas, ou mesmo desconfiadas. Ora, se nós abrimos os nossos congressos municipais e estaduais colocando no palco, antes da “fala do palestrante”, as “pessoas do lugar” e a mostra de suas culturas populares, inclusive as criadas e apresentadas por crianças, adolescentes e jovens, porque não fazer também isto como uma prática de sala-de-aulas?

E não como uma apropriação domesticadora da cultura escolar sobre uma experiência cultural das “crianças da escola e da comunidade”, mas como um princípio de um aberto diálogo. Um colocar-em-comum o que nós criamos e temos para viver e para dizer quem somos, para então pensarmos juntas e juntos o como criar na escola e através dela os saberes e os sentidos de vida. Tudo aquilo que por haver sido antes partilhado com um mínimo de poder, podem agora ser acreditado e vivido em comum, nas e através das diferenças com que nós os aprendemos, acreditamos neles. E os tornamos uma parte daquilo com que nos comunicamos conosco mesmos, com nossos outros e com a própria vida.

Parece estranho, mas acontece que até hoje temos dificuldades para conviver com as crianças como os etólogos e biólogos aprenderam a fazer com os macacos. Depois de anos e anos pesquisando animais “enjaulados”, algumas biólogas e etólogos aprenderam a soltá-los da jaula, livrá-los do laboratório, e ir ver como eles são e como vivem “lá” nos lugares “naturais” do ambiente de natureza e de cultura de que são parte.

Sabemos que as crianças com quem lidamos no dia-a-dia da escola vivem o cotidiano das/nas suas comunidades de maneiras próprias e criativamente muito originais. Mesmo quando os seus lugares de vida sejam muito pobres e violentos. Mesmo quando obrigadas a se tornarem trabalhadores precoces que também estudam. Ou que já “abandonaram a escola”.

Subordinadas à autoridade social, jurídica e familiarmente afetiva de seus pais e de outras pessoas adultas, elas vivem boa parte do que nós chamamos de “infância-e-adolescência” às voltas com a questão de como negociar os termos de uma sujeição imposta, e tida como necessária e até mesmo inevitável à harmonia da vida social e ao aprendizado socializador da infância.

Uma questão mais do que importante na vida das crianças e dos adolescentes não é tanto o aprender e o “crescer e desenvolver-se”. É o saber como conviver com outras pessoas iguais a elas em cada ciclo social de suas vidas. Como interagir com os outros da mesma geração e dos mesmos circuitos das escolhas da vida cotidiana.

Como criar tempos-espacos próprios ou apropriados no interior de um mundo de relacionamentos, de símbolos, afetos e significados que vai da volta da mesa do jantar até os limites dos lugares e cenários onde uma criança pode se aventurar a ir ... ou a sonhar.

### ***A experiência de uma pesquisa em uma comunidade camponesa***

Do meio para o final dos anos oitenta, fiz uma longa pesquisa em uma pequena comunidade rural da Serra do Mar, no município de São Luís do Paraitinga, em São Paulo. O estudo de campo era sobre as relações entre a cultura camponesa e a escola rural. Ao contrário de outros estudos de campo sobre o tema, em minha pesquisa quem menos aparecia eram a escola e os seus professores<sup>37</sup>. E quem mais aparecia eram crianças, jovens e seus tempos e lugares da vida.

Descobri então o que todas sabemos. Quando olhadas com cuidado e fora dos tempos e dos espaços formais, como a família, a igreja ou a escola, onde crianças e adolescentes convivem entre elas e conosco, submetidos a regras de códigos sociais-socializadores impostos como as gramáticas-da-vida-do-menino e as gramáticas-da-vida-da-menina, vemos que elas estão permanentemente empenhadas em criar os seus próprios mundos nos mundos em que são de fato recriadas.

A um olhar mais “oficial”, parece que a vida de uma criança se desenvolve passo-a-passo no interior dos círculos do grupo doméstico, do grupo escolar e do grupo religioso. Claro, essas são agências culturais de socialização da maior importância. Mas a um olhar mais livre e mais cúmplice com as crianças do que com mães e professoras, descobrimos ao menos duas coisas.

A primeira: ao lado dos lugares domésticos e institucionais em que as crianças têm que viver, ou devem viver cada ciclo de suas vidas, existem - e elas os recriam continuamente - outros círculos apropriados de relacionamentos criados por elas para serem vividos entre elas. Ao longo da vida das crianças e dos adolescentes os *círculos de idade* (como os grupos de meninos por-volta-dos-nove-anos) e os *círculos de interesse* (como um time infantil de futebol ou um grupo estável de meninas-e-meninos ao tempo em que o desejo pelo “outro gênero” começa a ser significativo) são tão ou mais importantes do que o círculo sócio afetivo da família, e provavelmente mais significativos do que o círculo sócio produtivo da escola.

A segunda. Quando um aluno diz que “as melhores horas numa escola são a da merenda, a do recreio e a da saída”, ele está confessando de maneira sincera uma

---

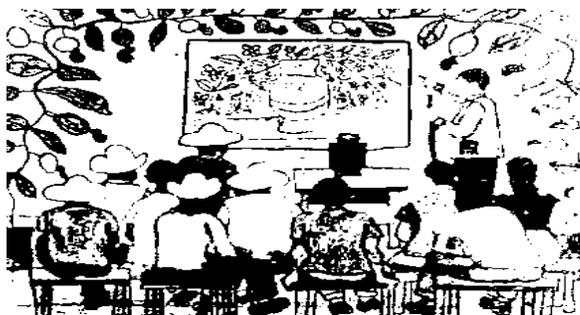
<sup>37</sup> Dois livros de meus relatórios de pesquisa foram editados. O primeiro se chama *A partilha da vida*, foi editado pela Cabral, de Taubaté e é uma antropologia da vida e dos símbolos do cotidiano em uma comunidade camponesa. O segundo em uma versão resumida publicada pela FTD, de São Paulo e uma edição recente e completa, da Sulina, de Porto Alegre. Chama-se: *O trabalho de saber – cultura camponesa e educação rural*.

outra verdade cultural. Boa parte do tempo de vida das crianças e dos adolescentes está dedicada a encontrar maneiras de “escapar de”. Criativas estratégias destinadas a sair fora do controle dos âmbitos formais do poder dos adultos sobre eles, para os momentos e lugares de uma relativa livre criação de vivências e culturas propriamente infantis no difícil “mundo dos adultos”. Quando alguns educadores descobriram esta evidência universal, algumas pedagogias tradicionais começaram a se abrir a um esforço no sentido de aproximar os tempos-espacos-e-relacionamentos escolares das vivências socioculturais de criação infantil.

Agora podemos perguntar: quais os motivos pelos quais uma pesquisa de campo na comunidade de acolhida da escola, cujas crianças deverão ser os destinatários diretos de seus resultados e efeitos, não se abre à presença da experiência infantil de uma comunidade e de uma cultura investigadas? Porque as visões de realidade, as suas interpretações e as sugestões de possíveis superações em esfera comunitária não partem da existência, dos modos de vida e de como os problemas da comunidade afetam as crianças e são vividos por elas? Porque as crianças não falam a quem, depois de haver falado *sobre* elas, nas entrevistas da pesquisa, irá falar a elas nas aulas?

Podemos pensar que uma pesquisa situada entre a escola e a comunidade, e realizada por professoras de crianças e de adolescentes, poderia, entre um ano e outro, reeducar a olhar do mundo sociocultural da comunidade de acolhida - e também as suas extensões - chegando a uma atenção especial dada aos tempos e aos espaços das vivências de criação original das surpreendentes subculturas infantis. Se isto for possível, ao invés de se falar entre adultos sobre as crianças, poderíamos falar entre adultos e crianças a respeito de crianças e de adultos. E, então, mais do que elas, nós teríamos muito que aprender.

Porque não convidar as alunas e os alunos da escola a que sejam coparticipantes em momentos criativos de uma pesquisa comunitária? Uma pesquisa onde a própria ideia de “comunidade”, ao invés de estar situada na oposição convergente: escola X comunidade, estaria desdobrada entre os diversos círculos conectivos e interativos de relações: a sala de aulas, os outros lugares de vivência da/na escola, a escola tomada no seu todo, os diversos lugares da vida entre a escola e a comunidade, ou outros locais de vida e trabalho na comunidade, os feixes de extensão da comunidade em direção de campos de intercomunicação mais amplos.



## **SEGUNDA PARTE**

### ***Quem participa do que é participante?***

#### **8.**

#### ***Entre a observação participante dos antropólogos e a pesquisa participante dos educadores populares***

*O poeta não faz, mas faz com que façam fazer.*  
*Novalis*<sup>38</sup>

Se soubermos trocar na pequena epígrafe acima a palavra “poeta”, pela palavra: “pesquisador”, talvez estejamos perto de como eu imagino que, em um limite ideal, estaria situada a pessoa que investiga outras pessoas, sobretudo quando ela pensa a sua investigação como um diálogo. E imagina o seu diálogo como uma “pedagogia de mão-dupla”.

Entre as diferentes modalidades de pesquisas acadêmicas – mesmo as mais qualitativas e interativas – o acontecer do diálogo tende a ser apenas uma estratégia. É uma atitude derivada de uma metodologia de pesquisa realizada através de *observação participante*, de questionários, de narrativas de histórias de vida, da escuta atenta de alguma “memória social” destinada a fazer de um outro, um sujeito narrador ou performático, um informante, um confidente-para-mim e não – ou parcial e raramente – para ele-mesmo.

Em suas diferentes modalidades e ao longo de sua breve história – sobretudo na América Latina – a *investigação-ação-participativa* busca estabelecer uma interação eu-outro através da qual este outro-que-não-eu participe do todo ou, pelo menos, de momentos do acontecer da pesquisa entre o projeto que se escreve e o relatório que se edita. É uma modalidade de desejo de partilhas diferenciadas do projeto, do processo e do produto do acontecer de uma pesquisa. Há em quase todas um propósito no sentido de que, tanto quanto possível, compreensíveis e interpretáveis por mim e pelo outro, desde o ponto de vista e da vivência das culturas de cada um dos “lados”.

---

<sup>38</sup> Na mesma páginas 173 de *O arco e a lira*, de Octávio Paz.

Entre as suas diferentes variantes de finalidades, abordagens e destinações, supõe-se na *investigação-ação-participativa* que o acontecer do diálogo, como uma intertroca entre sujeitos diferentes-igualados, é um valor-fundador da relação que se estabelece. Em princípio não se utiliza o diálogo como uma metodologia, ou como uma prática objetiva de trabalho de pesquisa. Almeja-se estabelecer uma relação dialógica como um princípio gerador da relação entre *eu-e-o-outro*, autores, atores e emissores de saberes inevitavelmente diferentes, mas fatalmente não desiguais. O outro não sabe menos do que eu. Ele sabe diferente.

Sendo o princípio fundador da relação, o diálogo entre diferentes-igualados é também o guia do processo do acontecer da relação de pesquisa, e é ainda a sua destinação final. Eu não dialogo com um *outro* para “extrair” dele os seus saberes, destinados a se tornarem uma narrativa científica minha, desde os seus sentidos de vida, os seus significados de mundo, as suas sensibilidades e as suas sociabilidades, compreendidas como as suas escolhas de habitar os seus mundos, compartilhar a sua vida social, e criar as formas de um existir coletivo.

Eu estabeleço um diálogo como intertrocas de saberes diversos e equivalentes como valor em e entre as suas diferenças, para em um primeiro momento partilhar com ele um com-saber no interior de um ensinar-aprendendo e de um aprender-ensinando. Algo que em termos de uma *educação popular* extrapola a própria pesquisa. Algo que deveria ser continuado no fluxo de outras relações contemporâneas e posteriores à nossa investigação. Este é o sentido em que de modo geral consideramos a *pesquisa-ação-participativa* não uma meta-em-si-mesma, mas um trabalho de dupla-mão integrado em programas de *educação popular* ou de outras modalidades de *ação social emancipadora*.

O processo e o “produto final” - se é que neste caso ele existe - de uma *pesquisa participante* não resultam de e nem um *para-eles*, e nem um *para-nós*. Resultam em algo fluido e diferenciadamente partilhável: um *entre-nós*.

Mesmo quando imperfeita e incompletamente realizada, uma tal investigação interativa, reversa e dialógica almeja realizar alguma dimensão de empoderamento de saberes-e-poderes de vocação insurgente e emancipatória, diante da colonização de ações colonizadoras desde poderes hegemônicos. Ela almeja ao longo do tempo participar de processos de transformações descolonizadoras de mentes, de imaginários, de ideologias, de símbolos e de saberes a respeito dos complexos de vidas pessoais e coletivas.

Neste sentido, investigações deste tipo têm sido sempre ainda imperfeitamente praticadas junto a comunidades bastante tradicionais e não “mobilizadas” - segundo os nossos termos, mas nem sempre segundo os “deles” – como também e através de movimentos sociais populares, frentes de lutas populares, suas organizações locais, regionais, ou mesmo nacionais, como as de camponeses, dos povos da floresta, de quilombolas, e de povos e nações indígenas. Enfim instâncias de mobilização “desde

as bases”, propulsoras de práticas contra-hegemônicas dirigidas a algum campo e/ou dimensão de emancipação social.

Antes de pensarmos algo talvez mais radical, como não raro sugere o ser “participante” uma pesquisa, pensemos algo situado mais próximo a nós.

Existe entre outras uma questão que sempre me chamou a atenção ao longo de minha vida de professor universitário e de educador popular, é uma persistente ausência de educadores, pesquisadores e pensadores acadêmicos em encontros com professoras de redes públicas de educação, a “gente do chão da escola. E tem sido também a ausência de pessoas do mundo universitário de fato ocupadas em dividir os seus saberes derivados de estudos e pesquisas com pessoas e grupos profissionais situados fora das esferas científico-docentes da academia.

Trago um exemplo. Em todo o Brasil existe por toda a parte um sem número de revistas dirigidas diretamente a professoras/es de escolas, desde a educação infantil até o ensino médio. Ora, sabemos que há uma enorme quantidade de diversas e interativas investigações acadêmicas dedicadas a essas mesmas esferas e áreas da educação escolar. Muitas delas envolvem dimensões confidentes de “vidas de professoras”. Com o advento tardio de teorias e práticas de “memória social”, de “histórias de vida” e, enfim, de diferentes modalidades de pesquisas “abertas” focadas em narrativas de vidas de professoras, é grande hoje o número de artigos e de livros em que não apenas a “função”, mas a “pessoa” de um profissional da educação constitui o foco da pesquisa.

No entanto, ao ler revistas nunca indexadas pela CAPES entre um “a” e um “b”, e dirigidas diretamente a profissionais de ensino de crianças e de jovens, observo que é bastante raro que trabalhos de pesquisa acadêmica direta apareçam entre as suas páginas. E quanto mais teórica e metodologicamente “elevados e rigorosos”, menos presentes em círculos próximos à multidão de “profissionais do chão da escola”.

Ao longo de décadas participei de inúmeros encontros, congressos e semelhantes sobre a educação. Uma vertente deles era organizada e realizada por pessoas do mundo universitário e, não raro, com foco em pós-graduandos. A ausência de professoras e professores da rede pública da própria cidade onde se realizava o evento era muito notável. Em direção oposta, nos incontáveis encontros, congressos e semelhantes organizados por secretarias estaduais ou municipais de educação e dirigidas ao corpo docente das escolas públicas, a ausência de pesquisadoras vindas da universidade e, mais ainda, de programas de pós-graduação era ainda mais notável. De então para cá reconheço que “muita coisa mudou” e os diálogos entre “o chão da escola e a pós-graduação” têm sido cada vez mais frequente e interativos. E a criação unidades de Educação do Campo e de Pedagogia da Terra tem tido aí um lugar essencial.

De outra parte, sobretudo nos últimos vinte anos, quase todas as dissertações de mestrado e as teses de doutorado que tenho examinado, nas mais diferentes universidades do Brasil, e sobretudo em faculdades de educação, no tópico a respeito

da metodologia empregada, a expressão “pesquisa participante” está presente em algo ao redor de 80% das ocasiões. Veremos em capítulos mais à frente que estarei preferindo utilizar outros nomes para qualificar a metodologia e as técnicas de análise da maior parte delas. Antecipo que muito raramente a expressão “investigação-ação-participativa”, aparece escrita. Ela é bastante mais frequente em contextos latino-americanos de língua Espanhola.

### ***A pesquisa, quando ela de algum modo é... participante***

Embora tenham ocorrido experiências de criação de saberes através de alguma modalidade de investigação com uma vocação mais aberta e interativa entre quem projeta e realiza pesquisa e quem, situado do outro lado, participa dela como um interlocutor com variadas alternativas de partilha, quando se trata da modalidade que veio a receber adiante o nome de *investigação-ação-participante* tendemos a situar o seu surgimento e a sua difusão, sobretudo entre nós, na América Latina, em um período que vai do final dos nos sessenta e meados dos anos oitenta. Veremos bem mais adiante que os europeus dizem o mesmo a respeito deles.

De um lado e do outro do Oceano Atlântico e acima e abaixo do Equador, algumas visões entre a ciência e a ideologia parecem esquecer fatos relevantes. Penso que apenas a convergência entre eles nos ajudaria a compreender o que houve e o que segue acontecendo. Anos antes de associarmos os adjetivos “participativa” ou “participante” aos substantivos “investigação” e “investigação-ação”, surgiram e foram em pouco tempo divulgadas modalidades de pesquisas “aplicadas” junto sobretudo a diversas comunidades populares. Investigações que mesmo quando buscavam evitar a palavra “aplicada” – que sempre pareceu ser algo menor do que a “pesquisa pura” - de fato realizavam na prática alguns de seus princípios.

Recordo os longos e cansativos questionários dos “levantamentos de condições de vida” em comunidades populares, onde a seguir deveria ser iniciado algum projeto de “desenvolvimento e organização de comunidades”, tal como preconizados sobretudo através da ONU entre os anos cinquenta e setenta. Tais investigações pretendiam “levantar” indicadores de qualidade de vida, entre a educação, a saúde, a alimentação, a comunicação, o lazer e outros mais, junto a comunidades urbanas e rurais, como uma atividade prévia a um trabalho de “desenvolvimento local”. O “estudo de área” praticado pelo Movimento de Educação de Base, do Brasil dos anos sessenta, é também um bom exemplo. Eu mesmo participei de mais de um “levantamento de condições de vida”, aplicando de casa em casa algum dos seus longos e detalhados questionários.

Na mesma ocasião não devemos esquecer que chegavam à América Latina propostas e experiências de intervenções junto a pessoas, grupos ou comunidades, entre a terapia, a pedagogia e a ação social. Todas elas tinham em comum uma variada vocação. E qual seria ela? Ela tendia a estender-se a algumas aberturas a uma

ativa participação horizontalizada entre os seus participantes-praticantes, situados de um lado ou de outro de um sofá, de uma mesa de professor, ou da cadeira de um coordenador de reuniões em alguma paróquia católica, ou ainda a sede de uma “associação de moradores”, ou um “sindicato do trabalhador rural”.

Lembro-me de que ao longo da América Latina os cursos universitários de Serviço Social faziam interagir estudos de formação de profissionais em: “caso”, “grupo” e “comunidade”. A “terapia centrada no cliente” e a “educação centrada no aluno”, originadas em Carl Rogers, mas não apenas nele, são outros bons exemplos. Não esqueçamos que Paulo Freire viveu os seus primeiros contatos com o que veio a ser logo adiante o “círculo de cultura”, em meio a trabalhos e aprendizados de “dinâmica de grupo” no Serviço Social da Indústria, no Recife, onde ele trabalhou durante alguns anos.

Entre a dinâmica de grupos, as pedagogias humanístico-dialógicas e as ações sociais de vocação interativa, ao longo dos anos foi sendo pouco a pouco gerado todo um campo de ideias e de práticas pedagógico-sociais que quando passaram a demandar investigações prévias a alguma modalidade de ação, incentivaram a passagem da “pesquisa pura” para a “pesquisa aplicada”. E ousavam sugerir o trânsito da “pesquisa aplicada”, realizada por nós junto a eles, em direção a alguma “pesquisa participada entre nós e eles”.

Uma diferença que desde os começos marcaria desigualdades de estilos e vocações entre “o Norte e o Sul”, está situada em um território de diferenças, ou mesmo de divergências que não deve ser esquecido. Com diversificada predominância, entre os Estados Unidos da América e boa parte da Europa, a ideia de “participante” associou-se à de “social” – como em “social research” – enquanto do México à Argentina o mesmo “participante” vinculou-se a “político”, como na pesquisa participante e a pesquisa militante. Sobre aproximações e silêncios entre a América Latina e a Europa estarei discorrendo com mais vagar adiante.

O que não deve ser esquecido é que entre nós a *pesquisa participante* em diferentes momentos e situações surge como uma modalidade de prática política e pedagógica que desde Paulo Freire, ou mesmo algo antes, veio sempre acompanhada de qualificadores como: “conscientizadora”, “problematizadora”, “questionadora”, “emancipadora”, “insurgente”, “decolonizadora”, “participante”, “popular”, “militante”.

Desde as suas remotas origens ela se divide e volta e meia opõe entre um espaço de *práticas sociais de consenso*, e um outro fundado em práticas políticas do conflito. O que nos remete ao que lembrei logo acima, na diferença entre “o Norte e o Sul do Mundo”. Relembro que entre nós, aqui na América Latina as primeiras ideias fundadoras e as práticas pioneiras de variantes dos “estilos participantes”, trazidas dos EUA ou da Europa, ou nativas do continente sul-americano, surgiram entre momentos de instauração de diferentes propostas e ações entre horizontalizantes, democratizantes, modernizadoras e insurgentes, transformadoras e emancipadoras,

entre a educação popular, a teologia da libertação, os movimentos sociais populares, a arte política de protesto, o teatro do oprimido, os projetos derivados de releituras latino-americanas do marxismo, e outros ideários vocacionados à transformações sociais entre o insurgente e o revolucionário. No entanto, de um lado e de outro as palavras: “partilha”, “participante”, “participação” era habituais. Assim, o que entre a ONU e os EUA foi e segue sendo: “comunidade”, “desenvolvimento”, “organização”, “promoção”, entre nós tendeu a ser e ainda é: “classe”, “movimento”, “transformação”, “mobilização”, “emancipação”.

Qualquer que seja o nome originalmente atribuído às diversas propostas de alternativas participativas na investigação social com vocação insurgente e popular, existem evidentes sinais e rumos convergentes entre nós. Elenco daqui em diante algumas dentre as assinaturas que me parecem mais essenciais, quando pensamos a origem e a atualidade dos diferentes estilos da investigação-ação-participativa. Para isto terei que retomar palavras e parágrafos já escritos aqui linhas acima.

Em uma esfera mundial, a ONU e suas agências especializadas patrocinam, divulgam e incentivam alternativas fundadas em novas alianças e enlaces para a criação de formas renovadoras de ação social, cuja fronteira mais limitada é a de um “programa de melhoria setorial de condições comunitárias de saúde”, e cuja fronteira mais aberta deveria estar situada em projetos de um desenvolvimento socioeconômico multi-setorial no interior de uma escala regional ou mesmo nacional. O curso do CREFAL de que participei no México durante o ano de 1966 era todo ele centrado em tais preceitos e métodos de “ação comunitária para o desenvolvimento”.

Um traço comum situado entre intervalos à direita e à esquerda das inúmeras iniciativas de associação entre pesquisa e ação social, constitui-se em uma motivação a tornar as investigações em comunidades populares algo mais do que um mero instrumento de coleta de dados. Apostou-se então em tornar o trabalho científico de pesquisa de dados uma atividade também e cada vez mais também pedagógica. E nas variantes associadas à educação popular, algo com uma clara vocação assumidamente política. Sendo mais ativa e mais participativa, a investigação social deveria fazer-se mais sensível a ouvir as vozes dos destinatários pessoais ou coletivos dos “programas de ação social”. Deveria fazer-se capaz de “dar a voz” e deixar que de fato “falem” com as suas palavras as mulheres e os homens que em repetidas investigações anteriores acabavam reduzidos à norma dos números e ao anonimato do padrão impessoal das tabelas.

As variantes das investigações de vocação participativa foram e seguem sendo geradas e praticadas no interior, ou em regiões de fronteira entre diferentes unidades de ação social que atuam de preferência junto a grupos, comunidades, movimentos e outras unidades sociais de vida e de ação popular. Relembremos que a associação com a educação popular está presente na imensa maioria dos casos. E não foram poucos os que defenderam que sendo a educação popular, em usa plenitude, algo mais assumido pelos movimentos populares, e mais durador, como uma “prática de classe social” a

pesquisa participante deveria ser um seu instrumento de trabalho. A *educação popular* é o que permanece. A *pesquisa participante* é o que acontece.

Desde a sua plural origem, as pesquisas participantes herdaram e recriaram diferentes fundamentos teóricos e diversos estilos de construção de modelos de conhecimento social através da pesquisa científica. Não existe na realidade um modelo único, ou uma metodologia científica própria a todas as abordagens da *pesquisa-ação-participativa*. E esta é, ao mesmo tempo, uma de suas virtudes, e também um de seus dilemas. E eles estão na unidade de sua vocação insurgente e transformadora, aliada a uma pluralidade de enfoques e de metodologias específicas.

No âmbito da América Latina e de outras regiões do “Terceiro Mundo” a expansão dos movimentos sociais populares atribuiu às diferentes alternativas de ação social transformadora uma nova e, às vezes, radical conotação. Uma múltipla releitura de teorias e de procedimentos de ação social popular desenhará o rosto da identidade dos estilos participativos de investigação social.

Reconhecendo-se como alternativas de projetos de enlace e mútuo compromisso com ações sociais de vocação popular, envolvendo pessoas e agências sociais “eruditas”, elas se abrem a diferentes possibilidades de relacionamentos entre os dois polos de atores sociais envolvidos, interativos e participantes.

Trago aqui um exemplo entre tantos, bastante atual, em um momento de seu trabalho acadêmico de pós-graduação através de uma investigação junto a comunidades indígenas tupiniquins, do Espírito Santo, Arlete Schubert relacionou entre as leituras teóricas e de trabalhos de campo tanto artigos e livros de investigadores acadêmicos, antropólogos em maioria, quanto livros e artigos de investigadores ou autores indígenas de textos.

Ela e nós nos defrontamos com líderes operários e camponeses, com negros quilombolas, com jovens e adultos de comunidades indígenas que saem de seus mundos, que vem aos nossos, que ingressam em universidades e, em alguns crescentes casos se fazem mestres e doutores, e que agora respondem à uma pergunta há anos atrás feita por ninguém menos do que Claude Lévi-Strauss: “quando será que os índios escreverão sobre os índios?”.

As pesquisas de vocação participante atribuem aos agentes-populares diferentes posições na gestão de esferas de poder ao longo do processo da pesquisa. E isto acontece também na cogestão dos processos de ação social no interior da qual elas tendem a ser concebidas como um instrumento, um método de ação científica, ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa.

A *pesquisa-ação-participativa* surgiu no bojo de acontecimentos já lembrados aqui. E ela quase sempre aconteceu em territórios situados não raro nas margens das universidades e de seu universo científico, embora parte de seus principais teóricos e praticantes provenham delas e nelas trabalhem. Apenas alguns anos mais tarde algumas teorias e práticas da *pesquisa participante* ingressaram no mundo

universitário latino-americano e, de modo geral, bem mais através do trabalho de alguns estudantes e professores, também ativistas de causas sociais, do que por meio de docentes e pesquisadores cientificamente competentes e mais zelosos de suas carreiras.

Na maioria das ocasiões, as diferentes experiências latino-americanas de *pesquisa-ação-participativa* aconteceram no interior e a serviços de diferentes modalidades de movimentos sociais, étnicos e/ou culturais populares. Entre momentos dos anos setenta até agora a IAP foi e segue sendo praticada como um instrumento de ação de trabalhos de educação popular e suas variantes. Seus autores dos primeiros tempos foram, e muitos deles seguem sendo hoje, o que até o presente denominamos de “militantes da educação popular”.

Ontem como agora, vários pensadores e praticantes das investigações de vocação militante foram e seguem sendo ativistas sociais de orientação marxista, ou “engajados cristãos” inseridos em comunidades eclesiais de base, e difusores da teologia da libertação. No caso brasileiro, a pesquisa participante está associada de forma indireta aos processos de ação política e pedagógica que deram origem, por exemplo, ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja proximidade constante com a educação popular e com as comunidades eclesiais de base originadas da teologia da libertação, é bastante reconhecida.

### ***Mas, quando uma pesquisa é participante?***

Ora, reconheçamos que no limite, uma alternativa de investigação social é também participante não apenas porque algumas pessoas de uma comunidade popular dela participam. Ela é de fato participante porque ela própria participada de um fluxo de ações sociais populares, que em um dado momento – ou em momentos seguintes – reclama uma pesquisa. De algum modo sempre nos vimos como se em uma estrada de mão dupla. De um lado a participação de pessoas do povo em uma investigação. De outro, a participação da própria pesquisa no correr de ações populares. Assim, eis-nos frente a uma vocação da “participação” compreendida e posta em prática em um duplo sentido. Em uma dupla e não divergente, mas diversa direção. Pois sempre se entendeu que como um momento de realização de uma prática de ações sociais emancipadoras, a pesquisa dela participa como um momento pessoal e coletivo de teor e valor pedagógico e político.

Isto acontece na medida em que sempre algo novo e essencial se aprende através de experiências práticas de diálogo e de reciprocidade na construção do conhecimento. E como uma forma de educação com um valor também político, na medida em que desde a esfera de um pequeno grupo até a de uma comunidade, e delas a de uma ampla e corporada ação popular, espera-se que, também através de uma pesquisa de vocação participante algo se transforme em termos de humanização das estruturas tanto da mente de seus participantes, quanto de dimensões de todo um

viver social. Em suas origens, este seria o sentido mais propriamente “freireano” da pesquisa junto a pessoas e a coletivos populares.

Não se pesquisa apenas para através dela sociologicamente se vir a saber de algo relevante. Pesquisa-se de modo participantes também para que através da pesquisa se aprenda algo para além dela. Em uma dimensão uma pesquisa desvela, esclarece, aponta, estabelece dados e fatos. Em uma outra, ela ensina, ela acrescenta não apenas conhecimentos a respeito de, mas a capacidade aumentada de compreender crítica e criativamente o que se desvela com a pesquisa. Algo que aprendi a inserir em meu trabalho docente na universidade e junto a movimentos sociais, muito antes de ser introduzido no universo da IAP.

Retomo então a minha crença em que uma pesquisa torna-se “participante” não apenas porque uma fração de sujeitos populares é envolvida e participa de seu momento de seu processo. A pesquisa é “participante” também porque, como uma alternativa solidária de criação de conhecimento-social-crítico-e-emancipador, ela se inscreve e participa de processos relevantes no bojo de uma ação social transformadora de vocação popular emancipatória. E é também pedagogicamente participante porque ao longo de todas as suas etapas, ela ensina. Ela educa crítica e criativamente. E eu vi mais de uma vez no rosto de mulheres e de homens que participaram de pesquisas participantes “do começo ao fim”, o brilho nos olhos de quem descobriu que compreendeu algo não porque alguém que sabia ensinou. Mas porque algumas pessoas se ensinaram-aprendendo ao longo de um trabalho diferenciadamente compartilhado de criação de conhecimentos.

E este será o caminho pelo qual podemos levar em conta o fato de que a pesquisa-ação-participativa deverá ser pensada como uma experiência de ação social com um valor político-pedagógico em si-mesmo. Recordemos, que um de seus princípios será o de que ela, ademais de produzir resultados e conhecimentos na porta dos fundos, é chamada a constituir-se como um campo de diálogos e de interrogantes que represente uma trilha de mútuos aprendizados realizados mais ao longo de seus processos do que no momento de seus produtos, desde a porta dos fundos.

### ***O solidário, entre o aplicado e o participante***

Tenho repetido aqui algumas vezes que de em suas formas mais originais, pesquisas-ação-participativa estão associadas em alguma dimensão própria à educação popular. Quando compreendida em sua vocação mais abrangente, a educação popular tem sido pensada e praticada como uma ação dialógica e emancipadora de que, ente várias outras, ações de pesquisa constituem momentos, instrumentos, realizações. No processo de não apenas produzir “dados e conhecimentos sobre”, mas de também tornar-se uma estratégia de aprendizado-nação, podemos pensar que em suas diferentes modalidades e ao longo de sua breve história, a investigação-ação-participativa busca estabelecer uma interação eu-outro através da qual este outro-que-não-eu participe do todo, ou de momentos do

acontecer da pesquisa, entre o projeto que se escreve e o relatório que se edita. Ela resulta ser uma interação através da qual tanto o “processo” quanto o “produto” da pesquisa devam ser partilhadamente projetados, produzidos, dados-a-ver (e a ler), como escrituras compreensíveis e interpretáveis por mim e pelo outro, desde o ponto de vista e da experiência cultural de cada um.

Quando observo, entre os “mundos” pelos quais transito, o que de fato vejo estar acontecendo, compreendo que é necessário estabelecer e pensar alternativas de investigação que Imagino situadas um passo além de tradicionais *pesquisas aplicadas*. E um tanto na retaguarda da *pesquisa participante*. Irei chamá-las, sem rigor ainda e em seu conjunto, de *investigações solidárias*. E deverei reservar para capítulos adiante um tratamento mais completo desta e de outras modalidades correlatas de investigações sociais. E estabeleço esta diferença com base na evidência de que a maior parte dos trabalhos acadêmicos que envolveram investigações de campo junto a comunidades populares e que se apresentaram como “de pesquisa participante”, na verdade foram alguma modalidade de alguma “investigação solidária”.

Uma “pesquisa de vocação solitária” deve ser pensada como um trabalho destinado a ser posto “em volta da mesa”; a ser partilhado. A servir a algo mais do que um novo título ou um novo artigo dirigido ao círculo restrito dos que “são como eu e pensam como eu”. Sabemos já que entre as ciências humana e sociais, mesmo o que de modo geral (e a meu ver imperfeito) é rotulado como “pesquisa pura”, pode e deveria ser variadamente passível de se tornar também... “aplicada”. E a primeira abertura do sentido social de sua “aplicabilidade” deveria ser medida pela ampliação do círculo de pessoas convocadas a dialogarem entre elas, através do que o escrito da pesquisa tem a dizer. Como no caso já lembrado aqui, da preocupação em estender o que se escreve a partir de artigos, livros, dissertações e teses sobre a educação e, especificamente, sobre “problemas e dilemas da educação e da escola no Brasil”, a pessoas que no dia-a-dia de suas vidas vivem a experiência concreta do que inúmeras pesquisas acadêmicas investigam e inúmeros escritos são depois destinados a revistas altamente especializadas. Se possível em Inglês (eu também tenho escritos publicados em Inglês).

A não ser em raros e justificáveis casos de exceção, toda a pesquisa que gera conhecimentos intencionalmente dirigidos a confrarias muito restritas de interlocutores, é uma atividade científica negadora de uma humana razão-de-ser da própria ciência.

Tendo hoje a acreditar, e com base mais no que vivi ao longo de anos e anos, do que no que li em livros sobre o assunto, que o horizonte da “pesquisa solitária” (eu sozinho e para mim) é a “pesquisa solidária” (nós, em equipe, e para nós e para os outros) E penso que o horizonte da “pesquisa solidária” e vivida em equipes sempre

ampliáveis, é alguma variante de “pesquisa participante”<sup>39</sup>. E a investigação estendida do grupo pesquisador a uma comunidade, através de uma aberta e mutuamente comprometida entre “o grupo e a comunidade”.

Assim, podemos pensar que o sentido de valor de uma investigação social não está somente no envolvimento parte-a-parte de seus realizadores. Está no sentido de serviço e proveito atribuídos ao processo do trabalho e aos seus produtos. Uma modalidade de uma investigação participante reside em quem-como-porque-para quem-para o que... participa dela. Uma outra modalidade dela está na resposta a como uma dada pesquisa participa da vida e das possibilidades de transformação social da vida e do mundo dos que dela participam como investigados, ou como pesquisados-pesquisadores.

Entre Paulo Freire, Orlando Fals-Borda, e uma coletividade grande e muito próxima de pessoas, quero acreditar que a palavra “transformação” não é aqui uma metáfora e nem uma ilusão. No campo da educação popular e de ações nossas estendida a pessoas e coletivos populares e com elas e eles envolvidos, pesquisa alguma é neutra, pura, ou academicamente diletante, embora muitas possam e devam ser prazerosas e gratificantes.

Pensemos que tal como a própria educação, a pesquisa associada a ela existe porque é sempre possível pensar que pessoas, grupos humanos, corpus de ideias, culturas, comunidades, sociedades, nações, povos e a própria humanidade podem ir até além de onde estão agora. Sempre podemos ser melhores, mais justos, mais fraternos, e menos perversos e excludentes do que somos. Podemos, de dentro para fora, e devemos ser e nos realizar como diferentes dimensões transformadoras e emancipadoras da realidade social em direção ao mais-humano.

Todo conhecimento autenticamente novo é renovador. Todo o conhecimento renovador é contestador. Todo o conhecimento contestador é uma porta aberta à transformação. E isto vale para a pesquisa que procura criar um meio de melhor de ensinar crianças não-videntes a aprenderem a ler e escrever. Vale para a investigação que pretende criticar “tudo que já se pensou sobre a educação até hoje”, e propor um novo sistema de ideias. Vale quando pessoas e grupos humanos se lançam em frentes de luta para transformar suas vidas e o mundo em que as vivem.

---

39. Sem poder citar os dados completos de origem, lembro que encontrei uma vez em um pôster de um simpósio sobre pesquisa em educação esta sentença atribuída a Jean Piaget: “*eu não creio na pesquisa solitária, acredito na pesquisa solitária*”.

### ***Por uma abertura do saber da ciência a outros saberes***

O pensamento lógico e crítico é uma modalidade fecunda entre outras de criação do que gosto de chamar “os “esses” da experiência humana”: *símbolos, saberes, sensações, sentidos, significados, sensibilidades e sociabilidades*. Entendo por sociabilidade aqui não apenas o aprender a viver de maneira ajustada em um mundo social, mas o vir a saber como partilhar dos processos ativos e críticos de criação de mundos sociais.

O pensamento cientificamente lógico e crítico é uma forma excelente e criar e de compartilhar conhecimentos. Mas não é a única. A imaginação, o sonho, o devaneio são outras. E o que chamamos de “ciência”, ou de “ciência ocidental”, é tão somente uma modalidade entre incontáveis outras de culturalmente ser praticada a ciência. Outras ciências. Podemos imaginar que em nosso campo de trabalho o pensamento derivado de teorias e de pesquisas de vocação científica é uma expressão essencial. Mas desde que situada entre outras alternativas de produção de conhecimento confiável e transformador/transformável das diferentes dimensões da realidade.

Não esqueçamos que na Grécia Clássica, de quem herdamos as ideias e as experiências originais de democracia e de ciência, a filosofia começou como mito. E a primeira *paidéia* (educação) foi *poésis* (poesia), e mais adiante, dramaturgia (a tragédia e a comédia no teatro) para apenas séculos mais tarde, com os sofistas e com Sócrates, tornar-se lentamente pedagogia.

Existem outras formas investigação confiável do mistério do humano, da vida natural, da vida social e do universo. As diferentes artes recobrem outras dimensões. E elas são igualmente essenciais. As diversas filosofias também e assim outros modos de pensar derivados. E é urgente recolocá-las no seu lugar como co-fundadoras de pluri-sistemas de compreensão do real, de crítica do conhecimento e de orientação do destino humano. Vale o mesmo para as diversas espiritualidades, as religiões e os outros sistemas culturais de sentido. Vale também para o caso das incontáveis tradições populares que são bem mais do que “o nosso folclore do mês de agosto”.

Tem sido sempre um empobrecimento muito grande e indevido a recusa em pensar a ciência e a pesquisa como um alargamento crescente, inclusive para “fora dela”, de nossos olhares e de nossos sistemas de conhecimento e de compreensão.

Ao lado e em consonância com a sua vocação político-pedagógica-emancipadora, a dimensão “participante” da pluri-modalidade de investigação social que defendemos, nos obriga inevitavelmente a uma abertura a novas e integrações mais do que apenas academicamente transdisciplinares entre ciências e campos diversos de uma mesma ciência. Ela nos convida a uma abertura a antigas e novas interações entre o conhecimento científico e os saberes dos outros sistemas de sentido lembrados aqui.

E, por estranho que isto possa parecer, uma assumida abertura a novas indeterminações, a partir da compreensão de que não há mais uma matemática, mas matemáticas; de que não há uma “física definitiva”, mas diferentes olhares dialógicos

e transitórios entre diferentes compreensões “físicas” do universo. E se assim é com as “ciências da natureza como não haverá de ser com as teorias sociológicas, psicológicas e pedagógicas? Nesse sentido, o valor de uma ciência não haverá de estar tanto na quantidade de saber exclusivo – e excludente - que ela produz e acumula, mas na qualidade dos saberes relativos que ela cria e coloca em um perene confronto-diálogo com outros saberes, igualmente relativos. Se algum, valor ou conhecimento saber se apresenta entre nós como único ou definitivo, ele não é uma boa forma de conhecimento.

Métodos são pontes, e não são fôrmas. São caminhos de dupla-mão que se encontram em uma mesma múltipla praça simbólica de convergências, de diferenças e de divergências. Não há teorias únicas e nem sequer “melhores”, muito embora haja provisoriamente uma teoria através da qual pessoas e equipes de pessoas possam ver e pensar melhor. O que é feito hoje do “construtivismo” que por longos anos pareceu a tantas pessoas tão definitivamente confiável e fecundo? Quem, dentre antropólogos ainda se apresenta como “estruturalista”? E o que será do materialismo dialético e do materialismo histórico, teorias excelentes do século XIX, se no século XXI não forem totalmente repensados, recriados e colocados ao lado e em diálogo tanto com outras teorias ocidentais, quanto com o pensamento dos budistas do Nepal e dos indígenas Aymaras dos Andes?<sup>40</sup>

Métodos e técnicas “quantitativos” ou “qualitativos” podem ser mais bem compreendidos através das palavras que tenho preferido usar aqui: estilos, estratégias, alternativas, vocações, escolhas. É o complexo conjunto das perguntas que vão do “o quê” ao “para que fins” aquilo que determina qual o “método” a ser utilizado aqui e agora, e em que circunstâncias. Pesquisas individuais podem ser francamente qualitativas e interativas, e pesquisas participantes podem ser totalmente quantitativas.

No caso das diferentes possibilidades de investigação no campo da educação, podemos partir do princípio de que “muita coisa importante” sobre o que desejamos saber está não apenas na “realidade objetiva do real de suas vidas”. Está também contido (e não raro escondido) nos imaginários, nos devaneios, em outras representações sociais, assim como no fluxo nas práticas culturais com que pessoas, famílias, redes comunitárias, grupos sociais, comunidades, classes, etnias e sociedades constroem e transformam sem cessar o seu: “quem somos”, “como nos imaginamos ser”, “quem desejamos ser”, “como vivemos”, “como queremos viver”,

---

<sup>40</sup> Releituras radicais e corajosas, como em István Mészáros, por exemplo em seu recente livro *A montanha que devemos conquistar*. Trata-se de uma releitura marxista do Estado publicada em seu original em 2013 e, em Português, em 2015, pela Editora Boitempo, de São Paulo

“em que mundo estamos situados”, “em qual mundo queremos estar”, e assim por diante.

Assim, as diferentes abordagens de pesquisas “intersubjetivas”, “qualitativas”, “participantes” são modalidades de abertura a uma escuta sensível a também essas dimensões do pensado e do vivido no acontecer cotidiano. E da história. Mesmo entre as pesquisas mais assumida e ativamente participantes não devem existir: uma teoria única, uma metodologia única, uma estratégia única de realização, enfim, um modelo único e carimbável como: “pesquisa participante”.

Inúmeras vezes, quando alguma estudante cuja pesquisa em algum momento eu orientava, carimbava a sua metodologia como “pesquisa participante”, eu sugeria a ela, bem ao estilo da antropologia, que por um momento esquecesse rótulos. Que deixasse “títulos de” e formas pré-determinadas de ação de lado, e simplesmente narrasse o que pretendia conhecer através de sua pesquisa, e como, passo a passo, pensava proceder para chegar ao conhecimento desejado e inscrito no projeto. E, claro, que ela descrevesse com detalhes a maneira como, entre a sua teoria e a sua pessoa, ela pensava estabelecer interações com as diferentes pessoas com quem inevitavelmente estaria contracenando em sua investigação.

Não foram poucas as vezes em que eu sugeria que antes de “bolar um projeto de pesquisa” ela pensasse o que pretendia realizar como uma “peça de teatro”. E então eu sugeria desenhos (em tempos antes do computador, ou quando ele era muito limitado). Que ela se colocasse diante de uma folha de cartolina branca. Que com canetas hidrográficas fosse desenhando, antes de escrever, o que imaginava não apenas “pesquisar”, mas viver durante e através da pesquisa.

E então sugeria uma série de procedimentos em geral ausentes dos “manuais de pesquisa”. Como em um filme, um romance ou uma peça de teatro, qual a “vivência dos tempos”. Seria um trabalho etnográfico centrado em um presente absoluto? Uma certa reconstrução do passado próximo seria importante? Aveia alguma projeção para o futuro?

E o “cenário da pesquisa? E os seus “atores”? Uma cidade”; uma periferia pobre da “Zona Leste” da cidade? Uma comunidade tradicional? A fração de pessoas da comunidade envolvida em uma ação social de teor político? Apenas as mulheres-mães? Apenas os homens adultos e as suas práticas de trabalho cotidiano? As crianças da comunidade? As crianças no completo correr do “dia-a-dia”? A escola no seu todo e com todos os seus atores sociais, da faxineira à diretora?

E qual a dimensão e a qualidade (aquém e além dos meros “objetivos da pesquisa”): a “realidade objetiva do lugar e dos fatos ali ocorridos”? A versão pessoalizada que as mulheres do lugar possuem a respeito destes fatos? A diferença de versão entre pessoas confessionalmente católicas e as evangélicas? Etc.

E assim, passo a passo, linha a linha e cor a cor, um “projeto de pesquisa” pode ser desenhado, criado com liberdade, antes de ser submetido à inevitável fôrma de um “projeto de pesquisa”... tanto melhor quanto mais “enxuto”.

A integração, tanto mais coletiva e coparticipada quanto possível, dessas e de outras variantes associa-se e de algum modo subordina-se a perguntas já conhecidas aqui: qual a finalidade não apenas científica, mas social e política da pesquisa? Quais os seus destinatários? A quem ela irá servir, e como? Desde onde partiu a sua demanda mais essencial? Etc.

E haverá de ser da integração das respostas a essas e a outras perguntas que finalmente poderemos, em um momento quase final de um projeto, colocar ou não o qualificador “participante”, em algum lugar da escrita de seu projeto. Pois das questões mais desafiadoras da relação pesquisa-docência em direção a uma investigação *solidária* e, no horizonte, *participante*, está nas respostas a esta pergunta: “como transformar o trabalho de criar saberes através da pesquisa, em uma atividade de partilha ativa e solidária do processo de criação de saberes, ao longo de todos os momentos de seu acontecer? Como densificar e ampliar a dimensão pedagógica de uma pesquisa, de tal sorte que ela venha a ser também uma sequente e diferenciada aventura do aprender?”

### ***Por uma atividade de pesquisa que seja também dialogicamente pedagógica***

Descobrimos na aurora dos anos sessenta primeiro o Outro, o sujeito e a subjetividade na educação. Descobrimos pessoas, ali onde antes víamos apenas um nome impessoal, um número de matrícula, um “caso a trabalhar”, um alguém classificável como “bom” ou “mau” aluno e, daí em diante, tratado através de seu rótulo.

Estamos aprendendo pouco a pouco a lidar com a inteireza do sujeito em sua única e irrepitível subjetividade. Estamos aprendendo a perder o temor de sermos menos confiáveis por estarmos sendo mais pessoais no modo como trabalhamos, inclusive quando nos colocamos ativamente ao lado de nossos outros. E então partilhamos com eles o que, no correr do tempo deveria matizar e fazer interagirem as nossas diferenças, e minimizar as nossas desigualdades.

Sabemos que a *educação popular* e a *investigação-ação-participativa* irmanam-se e interagem em uma mesma pluri e convergente vocação: reinventar o saber, o ensinar e o aprender; recriar o conhecer e o compreender, partilhar o conhecido e o compreendido entre diálogos desde um mesmo lugar social: o povo, o outro posto à margem, os oprimidos, as classes populares.

Entre uma e outra existe e se realiza a mesma busca do inserir educação-e-pesquisa em seus colonizados campos de culturas, e pensar tais culturas como política. E pensar a política no sentido de partilha na criação insurgente e emancipadora dos mundos sociais em que vivemos, em direção à sociedade de mundo em que desejamos viver.

Assim, mesmo com o risco de repetir o já tantas vezes tem sido debatido entre nós, desejo pensar a pesquisa participante como um diálogo ao redor do conhecimento e da consciência. Um compartilhar o já conhecido e o ainda desconhecido através do que o sujeito-social-povo, e também nós aprendemos a dizer a nossa palavra. Aprendemos a pensar com a nossa mente. Aprendemos a partilhar com outros o nosso agir. Aprendemos a compreender crítica e criticamente as nossas vidas, o sentido de nossos destinos e destinações, e a realidade do mundo em que vivemos. E, ainda, aprendemos a compartilhar ações destinadas a transformar nossos mundos de vida na mesma medida em que ao invés de apenas lê-las escritas por outro, nós aprendemos a escrever as nossas próprias histórias.

Como um esforço de repensar as minhas próprias práticas e o que aprendi e sigo aprendendo, escrevo aqui o que penso ser uma entre outras possíveis sínteses do que concebemos como uma entre outras modalidades de pesquisa com vocação a ser ao mesmo ativa e participante.

*A investigação-ação-participante – IAP* - a não ser em momentos e situações especiais, não existe em-si-mesma como uma prática social isolada. Ela se realiza como um momento de processos de ações de vocação transformadora e emancipadora. Assim, o seu acontecer, entre projetos, processos e produtos, destina-se a produzir conhecimentos dirigidos a qualificar tais ações.

A IAP deve ser pensada e definida por meio de critérios de vocação pedagógico-política, mais do que por critérios apenas científicos e/ou metodológicos. Ela não é uma alternativa de investigação que se diferencia das outras porque convoca “objetos de pesquisa” a se converterem em “sujeitos de pesquisa”, e sujeitos de pesquisa em coautores e coatores de todo o acontecer da investigação. Além de ser “isto”, a *investigação-ação-participativa* se assume como uma ação política através da criação solidária e motivada de saberes, sentidos e significados. E esta assinatura deverá estabelecer a diferença entre uma *pesquisa solidária* ou *consorciada*, em que pessoas do povo participam adjetivamente de algo que do projeto ao processo está situado fora de seu universo de pensamento e de ação, e uma efetiva *pesquisa participante*, quando as relações se invertem: é a investigação quem se integra e participa de um momento de um processo popular e contra-hegemônico de saberes e de ações diretas.

A dimensão pedagógica da IAP parte de que as pessoas que dela participam não apenas pesquisam, investigam e criam conhecimentos. Além disto ela pretende ser um acontecer essencialmente dialógico-pedagógico, em que quem participa aprende, educa-se, ‘toma consciência’. Ela é uma pedagogia igualitária entre diferenças, e é francamente interativa, através de uma investigação social entre autores-atores dialogantes.

A dimensão política da IAP está em que entre todas as direções possíveis, ela opta por uma clara vocação: ser uma ação popular, insurgente, anti-colonizadora e transformadora. Ela não se dirige a ser um instrumento a mais no processo cultural destinado a aprimorar pessoas, grupos e comunidades populares para as ajustarem “com mais ilustração e de forma mais adequada” aos mundos sociais em que elas e nós vivemos, sob a colonização hegemônica do capital. Em direção oposta, a IAP aspira transformar pessoas que aprendam a transformar o mundo em que vivem.

Em sua adesão mais completa e fecunda, as pessoas do povo não “participam” apenas de um momento de uma IAP. Elas fazem com que a investigação venha participar de um momento de suas ações sócio pedagógicas contra-hegemônicas. Ao participarem da IAP, elas devem dela se apropriar para torná-la uma alternativa a mais entre as suas ações coletivas de resistência, insurgência, luta e transformação.

Se pensarmos através de ideias de Boaventura de Souza Santos, poderemos imaginar que a IAP é participante porque ela participa ativamente, através da ação de seus sujeitos, de processos de *emancipação do sistema* e, não, de processos de mera *regulação do sistema*. Em nome da construção de um “outro mundo possível” a IAP está mais para uma contestadora sociologia do conflito do que para uma apaziguadora sociologia do consenso.

Ao pensar questões algo mais práticas e operativas, penso que:

No exercício de uma investigação-ação-participativa, devemos partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, entre as suas diferentes dimensões e interações. A vida real, as experiências reais, as interpretações dadas a estas vidas e experiências, tais como são vividas e pensadas pelas pessoas com quem interagimos são a sua matéria prima. Na IAP as pessoas do povo não nos oferecem “dados” que em seguida submetemos às nossas “considerações científicas”. Elas compartilham conosco uma mesma e diferenciada construção de saberes partilhados entre autores-atores vocacionalmente iguais e culturalmente diferenciados.

Neste sentido a IAP parte do suposto de que eu não dialogo com uma outra pessoa quando nós entramos e saímos de nosso diálogo com os mesmos saberes e as mesmas ideias de antes. Dialogamos quando criamos juntos

novos saberes que, sendo “nossos” como uma partilha, não são nem “meus” e nem “deles”, como uma posse.

Os processos e as estruturas, as organizações e os diferentes sujeitos sociais participantes devem ser contextualizados em sua dimensão histórica, e nos termos de uma “história que seja sua” e, não, a “história de outros sobre eles”. Pois é o acontecer de momentos da vida, vividos no fluxo de uma história concreta, real e sempre presentificada, que se realiza a integração orgânica de acontecimentos entre aquilo que se investiga, descreve, interpreta e socializa como compreensões a partir e a respeito das dimensões e interações daquilo que chamamos: “uma realidade social”<sup>41</sup>.

A relação tradicional e padrão do tipo: sujeito-objeto, entre investigador-educador e os grupos populares, deve ser progressivamente convertida em uma relação do tipo sujeito-sujeito, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber. Deve partir, também, da consciência de que é desde a interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social poderá ser construída através que possível do exercício de uma IAP. O conhecimento científico e o popular articulam-se criticamente em um outro conhecimento compartilhado, novo, inovador e transformador.

Devemos partir sempre da busca de unidade entre a teoria e a prática, e devemos procurar construir e reconstruir uma teoria a partir de uma sequência de práticas refletidas criticamente, e emancipadoramente realizadas como momento de uma conseqüente ação social. A IAP deve ser pensada como um momento dinâmico de um processo de práticas comunitárias de vocação politicamente emancipadora. Ela se insere no fluxo de tais ações, e deve ser exercida como algo integrado e, também, dinâmico em seu interior.

As questões e os desafios surgidos ao longo de ações sociais são o que estabelece a necessidade e o estilo de procedimentos de uma pesquisa participante. O processo e os resultados de uma tal pesquisa interferem nas

---

41. Nesta direção, recomendo com ênfase a leitura atenta do livro de Alfonso Torres Carrillo, *Hacer historia desde Abajo y desde el Sur*. O livro foi publicado pela Ediciones Desde Abajo, de Bogotá, em 2014. Sob a aparência de um “manual de uso”, o livro de Alfonso Torres é um excelente estudo sobre a tradição da história popular no mundo e, de maneira especial, da América Latina, acompanhado de fecundas proposições metodológicas de uma *Reconstrução coletiva da história*.

práticas sociais e, de novo, o seu curso levanta a necessidade e o momento da realização de novas investigações participativas.

A participação popular comunitária deve se dar preferencialmente através de todo um processo de investigação-educação-ação. De uma maneira crescente, de uma para outras experiências, as equipes responsáveis pela realização de pesquisas participativas devem incorporar e integrar agentes assessores e agentes populares.

O ideal será que em momentos posteriores exista uma participação culturalmente diferenciada, mas social e politicamente equivalente e igualada, mesmo quando realizada do começo ao fim entre pessoas e grupos provenientes de tradições culturais diferentes quanto aos conteúdos e aos processos de criação social de conhecimentos.

O compromisso social, político e ideológico do praticante da IAP é com a comunidade; com movimentos sociais de vocação popular; com pessoas e grupos humanos populares, e com as suas causas e frentes insurgentes de resistências ativas e de lutas sociais. Mesmo em uma investigação ligada a um trabalho setorial e provisório, o propósito de uma ação social de vocação popular tem em seu horizonte o alcançar situações e posições de uma crescente autonomia entre os seus sujeitos, na gestão do conhecimento e das ações sociais dele derivadas. É, também, a progressiva integração de dimensões de conhecimento parcelar da vida social, em planos mais dialeticamente interligados e interdependentes.

Não existe neutralidade científica em pesquisa alguma e, menos ainda, em investigações vinculadas a projetos de ação social. No entanto, realizar um trabalho de partilha na produção social de conhecimentos não significa o direito a pré-ideologizar partidariamente os pressupostos da investigação e a aplicação de seus resultados.

No que nos toca de mais perto, a *investigação-ação-participativa* pode ser compreendida como um momento de uma ação de educação popular. Uma ação realizada junto com e a serviço de comunidades, grupos e movimentos sociais populares. É através do constante diálogo de parte a parte que um consenso sempre dinâmico e modificável deve ir sendo também construído. Uma verdadeira pesquisa participante cria solidariamente conhecimentos e valores. Mas nunca os deve impor partidariamente.

Lembro que este arrazoadado de princípios e preceitos de ação através da IAP foram escritos no “calor da hora”, quando em uma dimensão latino-americana estava-se lançando uma proposta para além da IAP, com o nome de “investigação militante”.

Há mesmo hoje um movimento latino-americano ao redor desta modalidade que, em alguma medida, tenta retomar a IAP à radicalidade política de suas origens

Apesar do teor também algo radical de meus apontamentos neste capítulo, observo que sou dos que defendem que, dentro do espírito original de seus propósitos e preceitos de operação, o que hoje chamamos de pesquisa participante, pesquisa-ação-participativa e mesmo de pesquisa militante, nunca deverá centrar-se em propósitos radicalmente exclusivos e em linhas e pautas de atuação fechadas e excludentes. Defendo que tudo o que vem a ser “participante” existe em um gradiente de opções. E desde que não deixe de servir aos seus destinatários de origem e às suas finalidades de destino, a possibilidade de escolhas diferenciadas prevalece sobre propostas de “modelos únicos”.

### ***Adendo quando a pesquisa vira poesia***

Em alguns momentos, ao longo do processo de criação de alternativas de pesquisas participantes junto a camponeses, as atividades compartilhadas entre “nós” e “eles” costumavam ser acompanhadas de iniciativas populares de que não éramos capazes.

Assim, mais de uma vez camponeses-poetas de Goiás criavam poemas populares a respeito da pesquisa. Alguns eram a seguir eram musicadas por violeiros também participantes da pesquisa. E eram cantadas por todas e todos nós.

As que trago aqui vêm da região rural do “Mato Grosso Goiano”, entre os 13 municípios que compunham Diocese de Goiás. Uma comunidade católica fortemente aguerrida e muito vigiada e perseguida durante a ditadura militar no Brasil.

As poesias que trago aqui foram compostas durante os trabalhos da pesquisa que tomou este nome: *O Meio Grito*, e também durante a longa *Pesquisa sobre o Povo de Goiás*, de 1985.

### ***MONTAGEM DE UMA PESQUISA***

*Certa vez uma pesquisa  
Que inquietou muita gente  
Muitos jovens e adultos  
e todos muitos inteligentes*

*Sáíram de seus municípios*

*Com grande ansiedade  
de ver a situação do povo  
e de descobrir a verdade*

*Chegando em Goiás Velho  
com muita disposição*

*cantando cantos alegres  
saídos do coração*

*Ao iniciar o trabalho  
alguns tiveram muita dificuldade  
com muitas dúvidas sobre a pesquisa  
e qual sua finalidade*

*Continuando o trabalho*

***Goiás, 19 de fevereiro de 1985  
Jerônimo Nunes Rezende***

### ***POESIA DE ANTÔNIO***

*Certa vez uma pesquisa  
Que foi muito bem planejada  
para ser feita em Goiás  
para ser bem aplicada*

*Quando chegou a hora  
do treinamento na comunidade  
o povo todo gostou  
mas sentia dificuldade*

*As perguntas são profundas  
Mexem com a vida do povo  
É disso que precisamos  
pra vermos claramente no novo*

*A equipe coordenadora  
ainda tinha confusão*

*foram esclarecendo as idéias  
de como trabalhar com o povo  
e qual o sentido da Assembleia.*

*Ajudados pelos coordenadores  
as dúvidas foram clareando  
O povo ficou contente  
com a pesquisa montada .*

*mas a vida é mesmo assim  
nunca é perfeita a visão*

*Na preparação nós fizemos  
Entre nós esta fizemos  
Entre nós esta pesquisa  
descobrimos que é difícil  
pra aprender o que precisa*

*A pesquisa foi montada  
pra vermos nossos problemas  
e tentarmos trabalhar  
de acordo com esse tema.*

*Depois desta pesquisa feita  
tudo será levantado  
então poderemos ver,  
se nosso trabalho é bem realizado*

*Só espero que o povo  
Compreenda a nossa vontade  
que é saber nossos problemas  
pra trabalhar com a sociedade*

***Fazenda Nova, 17/03/1985***

## **A PESQUISA**

*Quantas coisas encontramos  
Dá até pra gente pensar  
Pessoas que sofrem tanto  
E não sabe reclamar.  
Acha que, pra quem sofre,  
Não adianta lutar  
Que é preciso ter os pobres  
Pros ricos não trabalhar.”*

*“Mas também nós encontramos  
Pessoas que deu pra nos ajudar  
Eles enxerga a realidade  
Mas tava com medo de falar  
E através da Pesquisa  
Começou a alertar.”*

*Teve gente que dizia:  
“Mas quanto nós era tapado  
Nós pensava que da doença  
Nós é que era os culpado  
Não sabia que nós era  
Dos grandes explorado  
São 80% os que sofrem  
E 20 % os que vive folgado.”*

*O maior problema que vimos  
Foi o CLAMOR DO POVO SEM TERRA  
E o trabalhador sem ter roça  
A sua felicidade encerra  
E, enquanto o boi do rico urra,  
O pobre do lavrador  
Já com fome e doente ele berra.*

*E O CAPIM VAI TOMANDO CONTA  
ATÉ NOS PIQUE DE SERRA.*

*Nessa Pesquisa enxergamos  
Muita coisa de admiração  
Vimos que o Brasil é mesmo*

*Cheio da maior exploração  
Pondo o pequeno cego  
E levando na conversa  
Até o Presidente da Nação.*

*Mas através dessa luta,  
A gente viu que a UNIÃO É A SAÍDA  
E descobrimos o que nos machuca  
E que até já forma ferida  
Se a gente vê o Povo alegre  
Sabe que é alegria fingida  
As mulher já fala trêmula  
Com uma voz tão sentida.*

*Com isso tudo que vimos  
Nasce em nós uma esperança  
Que essa luta pela Saúde  
Ajude numa mudança.”  
Se a gente luta com  
essa fé, o objetivo,  
lá mais adiante, nós alcança.*



**9.**  
***Vinte a alguns anos depois***  
***Memórias e reflexões***  
***sobre a Investigação-Ação-Participativa***<sup>42</sup>

*Há alguma relação entre a ciência e a virtude? Há alguma razão de peso para substituírmos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres de nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, pó saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática?*

***De um diálogo entre Jean-Jacques Rousseau e Boaventura de Souza Santos***

***Outros e eu, vindos de tão longe no tempo***

Acredito ser o mais velho dentre os participantes desta Conferência reunida aqui em Cartagena de Índias. Se não for, estarei entre os mais velhos e serei, com eles, alguém que terá vivido a experiência de presenciar e de participar de boa parte daquilo que aqui nos reúne neste junho de 2017. Faz uns dez anos acostumei-me a participar de eventos como este, quando as pessoas que me ouvem esperam de mim mais as minhas memórias do que houve, do que as minhas ideias sobre o que há agora.

Já era um jovem a caminho da Universidade quando Fidel Castro e seus companheiros reinventaram Cuba. Poderia ter sido um colega de estudos de Che Guevara, ou um professor de Antropologia do jovem Camilo Torres. Atravessei, primeiro como um estudante, e depois como um professor e um militante da educação popular os 22 anos da ditadura militar do Brasil. Sofri com companheiros de meu País, da Argentina, do Chile e do Uruguai os governos militares de suas nações.

Quando depois de uma revolução sangrenta e gloriosa, os sandinistas tomaram na Nicarágua, o poder, estive em Managua com Paulo Freire e outras companheiras e companheiros, em um inesquecível encontro de presença e apoio aos sandinistas.

Em 1985 participei com Paulo Freire e outras pessoas do Conselho Latino-americano de Educação de Adultos, a grande Conferência Internacional de Educação de Adultos, em Buenos Aires. Na ocasião vivi em Buenos Aires um

---

42 Este capítulo é a revisão de um artigo preparado para servir de base (mas não para ser lido) no *Encontro Internacional de Pesquisa Participante* (Conferências ARNA) realizado em Cartagena de Índias, na Colômbia, em 2017.

longo diálogo com Orlando Fals-Borda a respeito da investigação-ação-participativa, de que resultou um livro editado no Uruguai.

Relembro que anos mais tarde participei aqui mesmo, nesta cidade inesquecível, de uma Conferência como esta. Entre Buenos Aires, Punta de Tralca em um Chile ainda sob a ditadura militar, Fusagasugá, aqui na Colômbia, Guanajuato, no México e Alajuela, na Costa Rica, perdi a conta das ocasiões em que vindos de muitos recantos da América Latina e de alguns lugares de outros continentes, nós nos reuníamos para pensarmos juntos algo de que não nos sentíamos apenas participantes, mas co-criadores: a *educação popular* e a *pesquisa-ação-participativa*.

Entre meio e final dos anos 60, eu aprendia e depois ensinava outras pessoas a passarem dos inocentes “diagnósticos de comunidades”, - as pesquisas prévias de projetos de Desenvolvimento e Organização de Comunidades, aos “Estudos de Área”, do Movimento de Educação de Base, do Brasil. Um esquecido precursor do que anos mais tarde começamos a chamar de: autodiagnóstico, pesquisa participantes, pesquisa-ação-participativa.

Entre finais dos nos 70 e começos dos anos 80 participei da edição de livros coletivos e dos esforços coligados para formarmos pessoas mais jovens do que nós devotadas a aprenderem a lidar com os embriões daquilo que hoje, tantos anos depois, nos reúne aqui.

Além de Paulo Freire e de Orlando Fals-Borda, quero lembrar aqui pessoas como Marcela Gajardo, Maria Teresa Sirvent, Ricardo Cetrulo, Ivandro da Costa Sales, Guy le Botterf, Pedro Demo, Beatriz Bebiano Costa, Victor Bonilla, Felix Cadena, Adriana Puigrós, Lola Cendales, Tom de Wit, Pablo Latapi, Fancisco Vio Grossi, Budd Hall, Marcos Arruda, João Francisco de Souza, Osmar Fávero, Oscar Jara, Michel Tiollent, Danilo Streck, Vera Giannoten. Citando-os, desejo trazer aqui a lembrança de tantas outras pessoas “daqueles primeiros anos”, e também os que vieram anos mais tarde somar conosco as linhas de frente de nossas esperanças, lutas, ações e horizontes.

Alguns anos mais tarde fomos felizes em acolher educadores-militantes bem mais jovens e que viriam aportar – como se verá bem nesta conferência – novas palavras, ideais e esperanças ao que começamos a desenhar há uns cinquenta anos atrás. Creio que dentre todos os “jovens, pelo menos três estarão presentes aqui. Lembrando os seus nomes quero recordar todos os outros: Lola Cendales, Alfonso Torres Carillo e Marco Raúl Mejia. Éramos então e somos até hoje uma pequena comunidade latino-americana de praticantes da *educação popular* e de iniciantes do que veio a ser a *pesquisa-ação-participativa*.

Devo chamar a atenção para o fato de que, na maioria dos casos, em muito pouco dialogávamos com as “tradições europeias” e a norte-americanas dedicadas de algum modo também à alguma modalidade de pesquisa participante. Eles evitavam a expressão que sobretudo em Espanhol foi consagrada entre nós: *investigación-acción-participativa*.

Chama a atenção que na mesma época em que cientistas sociais acadêmicos estreitavam laços, entre o diálogo e a subserviência, com seus pares

do “Norte do Mundo”, a partir do próprio exemplo de Orlando Fals-Borda, nós, educadores populares e praticantes da IAP emergíamos juntas e juntos. E mutuamente nos descobríamos, nos ouvíamos e nos líamos. E começamos então uma nova e fecunda experiência de “descoberta (aí sim!) da América”.

A simples ortografia dos nomes lembrados linhas acima revela as pessoas que vindas “do Norte do Mundo” somaram-se a nós desde os anos 60. E provém deles, ao meu juízo, uma contribuição teórica e proposicional bastante fecunda.

Assim é que decidi trazer para este evento não mais uma longa e sinuosa reflexão sobre as relações entre a *educação popular* e a *pesquisa-ação-comunicativa*, com foco sobre questões entre a epistemologia e uma sociologia da participação insurgente. Mais do que em outras ocasiões, estarei fundamentando o que aqui escrevi e leio a vocês na memória do que vivi, dialoguei e aprendi ao longo desses anos todos, mais do que em ideias provenientes de livros e artigos.

### ***Entre o Norte e o Sul do Mundo: vocações convergentes, diferentes ou divergentes?***

Voltemos entre três e cinco décadas no tempo. Se por um momento ousarmos ver e compreender o que houve ao redor do que nos reúne aqui, poderemos lembrar que entre a aurora dos anos sessenta e a meia-vida dos oitenta, a América Latina e a África geraram boa parte do que até hoje ecoa em nossas memórias, em nossos escritos e em nossas ações.

Entre Moçambique, Angola, Cuba, Nicarágua, o Nordeste do Brasil e as terras altas do Peru e da Colômbia – para recordarmos apenas um pouco de nossa cartografia insurgente – geramos como ideias e ideologias e colocamos em prática: a descolonização de nações africanas; uma primeira revolução de vocação socialista na América Latina, em Cuba; as seguidas frentes de levantes dos movimentos populares no campo e na cidade, como o MST, no Brasil; a criação de uma notável insurgência étnica e popular entre os zapatistas de Chiapas, no México; o crescimento de organizações de vocação étnica e as frentes de luta de povos indígenas de todo o Continente; as novas constituições pluriétnicas e culturais, como no Equador no Peru e na Bolívia; a visibilidade e a expansão entre nós de novos modos arcaicos de ser, viver, pensar e compartilhar a vida, como na vocação de Sumak Kamsay. E, no que nos toca aqui de mais perto: a educação popular, o teatro do oprimido, a teologia da libertação, a política da libertação, a investigação-ação-participativa.

Se das ideias-ações lembradas linhas acima destacarmos dentre todas as duas vocações que nos são mais próximas, veremos que a *educação popular* e a *investigação-ação-participativa* irmanam-se e interagem em uma mesma pluri e convergente vocação: reinventar o saber, o ensinar e o aprender; recriar o conhecer e o compreender, partilhar o conhecido e o compreendido entre diálogos desde um mesmo lugar social: o povo, o outro posto à margem, os oprimidos, as classes populares.

Em uma e outra, a mesma busca de inserir educação-e-pesquisa em seus colonizados campos de culturas. Pensar tais culturas como política, no sentido de partilha na criação insurgente e emancipadora dos mundos sociais em que vivemos.

E, para lembrarmos uma outra vez tanto Paulo quanto Orlando, eu gostaria de definir a IAP como um diálogo ao redor do conhecimento, assim como de um crescendo de consciência através do qual o sujeito social povo “aprende a dizer a sua palavra”, na mesma medida em que aprende e nos ensina a repensar com ele quem nós somos. Aprende, ainda, a tomar em suas mãos a sua pessoa e o seu destino, e a transformar sua mente, sua vida e sua sociedade, através de progressivas ações insurgentes, transformadoras e emancipadoras.

Entre o passado de onde venho e o presente em que estamos aqui, se algo houve entre a insurgência e a esperança, talvez em boa medida tenha a ver com a criação de imaginários e ações coletivas de vocação insubmissa, insurgente e inovadora como a que nos reúne aqui: *a investigação-ação-participativa*.

E é sobre ela que uma primeira interrogação deverá nos ocupar. Em territórios do saber e da ação vizinhos e interativos, como a educação popular, o teatro do oprimido, a teologia da libertação (e suas derivadas) ocorre algo que não acontece de igual maneira com a IAP. Elas tendem a ser universalmente reconhecidas como originárias da América Latina. Sabemos que o mesmo não ocorre, pelo menos de uma maneira tão próxima e dialógica, com respeito à investigação-ação-participativa.

Desde os primeiros anos até agora uma vertente originalmente europeia quase não dialoga com a vertente latino-americana. E em alguns escritos relevantes sequer é reconhecida a existência de uma “pesquisa participante” latino-americana. Lembro aqui de passagem esta estranha omissão de parte a parte, porque acredito haver entre um lado e outro do Oceano Atlântico um “desconhecimento do outro”, justamente ali onde o “outro” deveria ser toda a razão do meu saber, de minha ciência e de minha pesquisa.

Que me seja permitido neste breve exercício de estranhamento retomar a alguns escritos essenciais de anos passados para recordar fatos que nos deveriam levar a pensar se uma postura francamente dialógica e acolhedora do outro não estaria ausente entre nós e os nossos “outros próximos”.

Quando Marcela Gajardo escreveu o seu livro: *Pesquisa participante na América Latina*, editado em 1986, entre os trinta e nove títulos citados na bibliografia apenas dois estão em francês (Suíça e Canadá) e dois em Inglês, sendo um deles escrito originalmente em Português por Paulo Freire. Outros autores de origem europeia ou norte-americana citados pertencem à tradição latino-americana, ou estão em constante contato com ela.

Há um número bastante maior de citações bibliográficas em *Refletindo a Pesquisa participante*, de Maria Ozanira da Silva e Silva, editado o Brasil em 1991. Ora, entre as suas cento e sete citações de livros e artigos, apenas duas delas aparecem, uma em inglês, e uma outra em francês. Outros autores da

Índia, da Europa ou da América do Norte comparecem com textos em Espanhol ou em Português, apresentados em simpósios e congressos latino-americanos.

Do outro lado do oceano Atlântico, lembro que a bibliografia dos doze artigos de *Participatory Research and Evaluation - experiences in research as a process of liberation*, coordenado por Walter Fernandes e Rajesh Tandon, e publicado em Nova Delhi em 1981, consta de cinquenta e um títulos. Todos eles estão em Inglês, inclusive os de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. Embora seja a publicação de um país de Terceiro Mundo, e o seu subtítulo junto com a abordagem da maioria dos autores sugira a convergência com um ponto de vista bastante familiar à tradição latino-americana, um diálogo entre ela e a Índia parece realizado ainda apenas em uma mínima porção. À exceção de Orlando Fals-Borda e de Paulo Freire, somente Francisco Vio-Grossi comparece, representando a tradição latino-americana, entre todos os artigos do livro.

Entre livros mais recentes e traduzidos para o Português e, imagino, o Espanhol, ressalto *A pesquisa-ação*, de René Barbier, editado no Brasil em 2002. Nele nenhum educador ou investigador latino-americano é lembrado, inclusive no primeiro capítulo do livro: *a história da pesquisa-ação*<sup>43</sup>.

Apenas na página 35 há uma referência de passagem à tradição latino-americana.

*Na América Latina, a sociologia radical uniu-se ao militantismo revolucionário com Camilo Torres, Luís Costa Pinto, Florestan Fernandes, Orlando Fals Borda, e, do mesmo modo, com a "pedagogia dos oprimidos" de Paulo Freire, em Educação Popular*<sup>44</sup>.

Dos sessenta e sete livros e artigos relacionados na bibliografia o final, não há referências a educadores e cientistas latino-americanos citados na página 35. E apenas Nelly Stromquist recorda, com um artigo em Francês, a presença de nossa tradição.

Em um livro que aparece no Brasil em 2005 com este nome: *As microssociologias*, George Lapassade exagera o apagamento vindo de René Barbier, ao ignorar por completo a existência de uma consolidada e aguerrida tradição latino-americana de pesquisa participante. No Capítulo VI. *Pesquisa Ação*, este título é atribuído ao antropólogo J. Colier, de 1946, e nenhuma referência é feita a qualquer iniciativa latino-americana. Na bibliografia do livro nenhum escrito de origem latino-americana comparece; sequer os que foram traduzidos para o Inglês e o Francês.

Estou com a esperança de que uma conferência pan-americana como esta contribua para a correção deste desconhecimento de parte a parte, e estabeleça

---

43. René Barbier, *A pesquisa ação*, página 31.

44. Está na página 51 do livro citado

entre nós um diálogo que por certo seria de imenso proveito acima e abaixo de um “Equador cultural” que nos separa<sup>45</sup>.

E acredito que desde um ponto de vista latino-americano, quatro palavras do título desta conferência devem ser aceitas apenas depois de situadas fora de uma tradição colonizadora. Se tomarmos a proposta: *La participación y la democratización del conocimiento: nuevas convergências para la reconciliación*, saibamos estabelecer que “participação” entre nós implica uma ativa ação emancipadora, a partir das raízes dos povos das Américas.

Concordemos que “democratização” somente deverá valer se em termos propostos em escritos recentes de Boaventura de Souza Santos: “democracia de alta-intensidade, isto é, uma democracia criada, como dizem os hispano-hablantes: “desde la periferia hacia el centro, y desde abajo hacia arriba”. Por outro lado, “convergência” vale apenas enquanto uma interação que parta do direito a todas as diferenças plausíveis, ao lado de nenhuma desigualdade social ou cultural. Finalmente “reconciliação” – uma perigosa palavra não rara apropriada e difundida justamente pelos que mais nos colonizam - valerá apenas quando significar um encontro entre colonizados livres do jugo da colonização, e colonizadores liberados do poder de colonizar.

Lembro aqui Paulo Freire, quando em uma de suas lições mais sábias lembrava que caberá ao oprimido, ao libertar-se de sua condição de dominado, libertar também o opressor de sua condição de dominador. Qualquer outra ação de reconciliação apenas aprimora a vocação perversa de regulação-do-sistema-mundo, sob regência do capital; e não a vocação de uma emancipação humanizadora.

Pessoas e coletividades desiguais mutuamente se conflitam e se enfrentam. Apenas podem se reconciliar as coletividades e as pessoas socialmente iguais em seus direitos e deveres, em nome da construção de vidas e sociedades igualitárias, inclusivas, livres e justas. A reconciliação não é uma dádiva de quem oprime e coloniza. É uma oferta de quem se livra de ser subalterno, a quem foi por ele libertado de ser opressor.

Uma coisa é a “reconciliação” que seguidamente nossos governos latino-americanos oferecem a nossos povos indígenas, negros e camponeses. Outra coisa é a reconciliação que através de Nelson Mandela os negros libertadores da África do Sul ofereceram aos brancos, libertados por eles do seu poder de desigualar e colonizar.

---

45 . Ao falar em “equador cultural” e pensar a oposição consagrada Norte/Sul, lembro Paulo Freire. Mais em conversas do que em escritos, ele gostava de nos dizer que estava na hora de aprendermos a “sulear”, ao invés de repetidamente “nortear”. E recordo o mapa-múndi de um artista uruguaio, em que a Antártida está no topo do desenho e o mundo está “de cabeça para baixo”. Ou “para cima”. Ou mesmo para posição alguma.

### ***Diferenças, divergências, convergências***

Eu sou um antropólogo, e desde mais tempo ainda, um militante da educação popular. Fui e continuo sendo um praticante da *observação participante* dos antropólogos, assim como da *pesquisa participante* dos educadores populares.

Acredito que meu conhecimento de um “estado das artes” a respeito da universalidade da IAP seja bastante imperfeito. Nunca me preocupei em realizar qualquer tipo de investigação neste campo. No entanto, quero sugerir aqui que um mutuo desconhecimento provavelmente deve-se também ao fato de que entre uma tradição cultural e a outra existem não apenas silêncios e desconhecimentos, mas substantivas diferenças que quase em alguns pontos aproximam-se de divergências ou mesmo de oposições.

Assim, lembrando Karl Marx e Kurt Lewin, recordamos entre esses ancestrais fundadores do que veio ser a IAP, que uma tradição europeia pendeu mais para Kurt Lewin, enquanto a tradição latino-americana pendeu bem mais para Karl Marx<sup>46</sup>. Se nos voltarmos para o que fundamenta e, creio eu, segue pretendendo realizar a IAP na América Latina, entre as suas origens e o momento presente, podemos elencar o seguinte:

A IAP ao longo dos anos tem sido substantivamente definida através de critérios de vocação pedagógico-política, bem mais do que por critérios apenas científicos e/ou metodológicos. Ela não é uma outra alternativa de investigação que se diferencia de outras porque convoca “objetos de pesquisa” a se converterem em “sujeitos de pesquisa”, e sujeitos de pesquisa em “co-autores” e “co-atores” de todo o acontecer da investigação.

Além de ser “isto”, a *investigação-ação-participativa* se assume como uma ação política através da criação solidária e motivada de saberes, sentidos e significados. E isto deve estabelecer a diferença entre uma “pesquisa consorciada”, em que a pessoa-do-povo participa adjetivamente de algo que do projeto ao processo está situado fora de seu universo de pensamento e ação, e uma efetiva “pesquisa participativa”, em que as relações se invertem: é a investigação aquela que participa de um

---

46. Esta interpretação não é apenas minha. Em alguns de seus escritos Orlando Fals-Borda critica a teoria e a prática de Kurt Lewin, socialmente aceitáveis, mas politicamente ineficazes. Assim, em um momento de seu artigo *Aspectos teóricos da pesquisa participante*, ele afirma: “O que se entende por pesquisa participante? Antes de tudo, não se trata do tipo conservador de pesquisa planejado por Kurt Lewin, ou as propostas respeitadas de reforma social e a campanha contra a pobreza nos anos 60. Refere-se a uma “pesquisa da ação voltadas para as necessidades básicas do indivíduo” (Huynh, 1979). Está na página 43 do livro *Pesquisa Participante*”. Os grifos são de Fals-Borda.

momento de todo um processo popular e contra-hegemônico de saberes e de ações.

A dimensão pedagógica da IAP está fundada em que as pessoas que dela participam não apenas pesquisam, investigam e criam conhecimentos. Ela pretende ser um acontecer essencialmente dialógico, em que quem participa aprende, educa-se, toma consciência. Ela é uma pedagogia igualitária entre diferenças, e francamente dialógica, através de uma investigação social entre sujeitos-atores dialogantes.

A dimensão política da IAP está em que entre todas as direções possível ela opta por uma clara vocação: é uma ação popular, emancipadora e anti-colonizadora. Ela não se propõe ser um instrumento a mais no processo cultural de aprimorar pessoas, grupos e comunidades populares para as ajustarem melhor aos mundos sociais em que elas e nós vivemos, sob a colonização hegemônica do capital. Em direção oposta a IAP aspira transformar pessoas que aprendam a transformar o mundo em que vivem.

Em sua realização mais completa e fecunda, as pessoas do povo não “participam” apenas de um momento de uma IAP. Elas fazem com que a investigação venha participar de um momento de suas ações sócio pedagógicas de vocação transformadora. Ao participarem da IAP elas devem dela se apropriar para torná-la uma alternativa a mais entre as suas ações coletivas de resistência, insurgência, luta e transformação.

Alguns estudiosos do humano e do social costumam opor um “lado da vida” a um “lado do mercado”. Quero me filiar a este modo de compreender as coisas. Uma das vocações mais essenciais de nossas culturas patrimoniais e das mais diversas tradições científicas de povos indígenas, quilombolas, camponeses e outros, é o vínculo de seus saberes, sentidos e significados com a vida. Com o correr cotidiano da vida de pessoas, famílias, comunidades, povos, e com um “sentido de elos entre as diferentes escalas da Vida no Planeta Terra”.

Não é ao acaso que em dias de agora nós nos voltamos a sabedorias que tanto nos vem do Oriente quanto a Amazônia ou dos Andes, para aprendermos com “eles” algo que nos ajude a destruir menos as fontes de nossas vidas e da existência de todos os seres que conosco compartilham este mesmo Planeta. Nós, acadêmicos ocidentais, produzimos teorias sobre a vida. Eles produzem sabedorias sobre como viver a vida.

Saibamos aprender a nos calar, a ouvi-los e, então, saibamos estender a eles e a nós um fraterno diálogo entre saberes, sentidos de vida e sentimentos de partilha. E eu penso que assim como as novas e renovadoras abordagens da antropologia e de outras ciências do social e do humano, a investigação-ação-participativa deve aprender a voltar-se com uma extrema sensibilidade, ao que

existe de mais interno e peculiar nas pessoas e nas culturas patrimoniais com quem em geral trabalhamos.

Um dos perigos da IAP é deixar que sua vocação político-emancipadora a faça atentar com acerto, mas com um perigoso exagero, em alguns momentos, para as dimensões de conflito e de lutas populares, deixando de lado dimensões culturais do cotidiano que nem por serem tão ativamente políticas, deixam de ser humanamente secundárias.

Assim, como um antropólogo estreitamente vinculado a estudos de religião e ritual, não posso deixar de acentuar o “fator religioso” na vida cotidiana tanto de operários de Bogotá quanto de indígenas do Cauca. Inclusive, estejamos atentas à dimensão espiritual-religiosa que em boa medida permeia até mesmo as ações mais ativamente políticas de pessoas e de coletivos de pessoas em suas mobilizações sociais.

### ***Instituição e movimento - estrutura e communitas***

Uma pequena aventura antropológica creio que me autoriza a trazer aqui algumas ideias de um antropólogo muito lido e dialogado em tempos de minha formação. Victor Turner é o seu-nome. Turner nos propõe algo que sob outros olhares – inclusive os de qualquer sociologia ou pedagogia crítica – não aporta novidade alguma. Mas é em nome do sabor de suas palavras que o lembro aqui.

Ele sugere que em qualquer dimensão da vida e da cultura de uma formação social, toda a instituição constituída e consagrada como uma “estrutura”, quanto mais se consolida e coloniza, mais tende a confrontar-se com aquilo a que ele preferiu dar o seu nome em Latim: “communitas”.

Entre a religião do passado e a música e outras ações “de protesto” de poucas décadas atrás, Victor Turner lembra como exemplos de communitas a “Ordem Menor” dos frades franciscanos, e o “Movimento Hippie”. E ele sugere ainda outros exemplos. E se nos conhecesse poderia arrolar as alternativas insurgentes de pensamento, teoria, proposta e ação latino-americanas que lembrei acima, como bons exemplos de *communitas*.

Pois, a seu ver uma *communitas* é isto: algo que uma vez criado e partilhado, conduzido e mobilizado por pessoas como nós em momentos de uma história e de uma sociedade, irrompe e apresenta-se como uma frente insurgente, inovadora e contestadora do que existe como uma *estrutura* estruturada em uma sociedade. E toda a *communitas* enfrenta uma *estrutura consolidada*, como um paradigma científico; como uma tendência musical; uma universidade antiga e consagrada; uma política oficial de educação; uma forma imposta e colonizadora de governo.

O que desde o seu ponto de vista o que faz interagirem entre elas vocações de pensamento e ação insurgentes, como a educação popular, a teologia da libertação e a pesquisa-ação-participativa, é justamente o haverem sido instauradas e se constituírem na vida social como uma *communitas*, como um uma frente, como um movimento, diante de uma *instituição*.

Assim sendo, tomando o exemplo do meu país, afirmo que o Ministério de Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, e as recentes decisões oficiais sobre a “educação rural no Brasil” são instituições, ou são políticas institucionais que configuram *estruturas*, e articulam “pedagogias do consagrado”. De outra parte, a educação popular, assim como as recentes propostas de uma “educação do campo”, criadas e difundidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra configuram *communitas*, e socialmente se constituem como “pedagogias em/de movimento”.

Movimentos sociais de vocação política e popular, frentes insurgentes de protesto e luta, a educação popular, o teatro do oprimido e a investigação-ação-participativa podem ser também compreendidos como alternativas insurgentes de *communitas*, diante das *estruturas* e instituições sociais consagradas a que se opõem e que, em boa medida, representam o motivo de seu acontecer.

Assim, e para enlaçar o passado-presente cuja memória estamos celebrando aqui, com o presente-futuro em nome do qual nos reunimos em Cartagena de Índias, compreendo teorias, ideias, propostas e metodologias de construção solidária de conhecimento e de partilha em ações insurgentes - tal como ditas e escritas por Boaventura de Souza Santos - como uma legítima e inovadora interação entre modalidades de *novas-communitas* de nossos tempos. Assim, fazendo dialogarem Paulo Freire e Orlando Fals-Borda com Boaventura de Souza Santos, ousarei associar a educação popular e a investigação-ação-participativa com palavras e propostas como: “uma nova cultura emancipatória”, a “ecologia dos saberes”, as “cartografias do Sul”, etc. em direção ao horizonte de uma “democracia de alta intensidade”.

Quando alguma pessoa me interroga sobre os motivos pelos quais tanto a *educação popular* quanto a *investigação-ação-participativa* não costumam ocupar lugares devidos e relevantes em faculdades de educação de nossas universidades, e na maior parte de seus programas e suas temáticas, eu costumo responder: “porque a academia nunca foi, ou não é até agora, o seu lugar”.

Elas não se configuram como teorias clássicas, ou pelo menos institucionalmente legítimas e apropriadas pelo “saber competente”. Portanto, como existem “m estado de movimento”, não se apresentam para ocuparem algum lugar proeminente entre os “departamentos” e as “disciplinas” curriculares oficiais”.

Elas configuram territórios e domínios situados à margem de uma “pedagogia de competências” apregoada pelos poderes do mercado, e crescentemente integrada em nossas políticas oficiais de educação. Não fazem parte, também, da história central e oficial da educação e/ou das ciências sociais, assim como de suas teorias e metodologias “consagradas”, isto é, existentes como estrutura, ou participantes de uma estrutura.

Elas não se situam como alguma “corrente” legítima entre outras. Elas se apresentam justamente como uma contracorrente neo-legitimadora. Elas deveriam ocupar algum lugar em um curso sobre “movimentos sociais no Brasil”, ou “na América Latina”. Mas dificilmente poderiam estar contidas no

interior de territórios demarcados pela regularidade colonizada das estruturas de pensamento e ação do mundo universitário. Isto embora mais de 70% das dissertações e teses acadêmicas que eu leio no Brasil, quando vindas do campo da educação, declarem que a metodologia de trabalho está fundada em alguma vertente ou variação de “pesquisa participante”.

No Brasil de anos recentes alguns governos estaduais e alguns governos municipais declararam que as suas “políticas públicas” estariam fundadas na *educação popular*. Em alguns casos a *investigação-ação-participativa* tornou-se uma ferramenta oficial de trabalho. Quase sempre foram iniciativas oficiais com data marcada para o começo e o fim. E o que se viveu, entre esperanças e desencantos, foi a difícil missão de justamente incorporar em uma *estrutura* governamental uma experiência que se pensa e partilha como uma *communitas*.

### ***Um apanhado de ideias vindas do passado para hoje***

Dialogo agora com Boaventura de Souza Santos. Podemos imaginar que mais do que em décadas passadas, vivemos hoje tempos em que duas vertentes de “gestão do presente” se aproximam e enfrentam em nossos territórios e horizontes. Uma, a das ideias e ações de vocação reguladora do sistema-mundo atual.

Ela comporta e faz interagirem pessoas, grupos e instituições diferenciadamente empenhadas em gerir, aperfeiçoar, regular, recriar, reciclar a hegemonia de poder de estado + mundo do mercado que nos submete e coloniza. Políticas públicas de cultura e educação de nossas nações representam variada e moderadamente esta vertente. Um livro de marketing do estilo: “seja empreendedor e vença na vida”, retrata o padrão mais extremo e difundido desta vertente.

Em uma direção entre divergente e oposta, está situada a vertente de pensamento e ação vocacionada a práticas contra-hegemônicas de insurgência e de emancipação do sistema-mundo,

Este deverá ser o momento de lembrarmos aqui que em pouco mais de meio século o “Terceiro Mundo” gerou e expandiu propostas e práticas de mobilização popular que iriam configurar os contextos dos diferentes modelos de conhecimento e de ação social, de que as diversas modalidades da IAP serão uma criação em meio a outras tantas.

O potencial de mobilização ativa e participativa de uma estratégia de descolonização da África do Sul e de outras nações africanas, inaugura um procedimento social de resistência política cujo poder de transformação de pessoas, grupos humanos e nações, merece uma lembrança bem maior do que as inocentes e formais propostas de investigação e gestão de ações sociais ao estilo de Kurt Lewin, e outras de vocação e valor semelhantes.

Entre os anos 60 e 70 diversos grupos étnicos e populares de libertação política recriaram diferentes estratégias de guerra de guerrilhas, como uma outra resposta à colonização europeia. Experiências de ação política

descolonizadora deste tipo, em uma certa medida realizam o oposto dos sonhos de Gandhi. Mas elas resultaram em libertação política, e não devemos esquecer que, em seu bojo, pela primeira vez a África elaborou e exportou à Europa uma “sociologia da descolonização”, cuja influência no pensamento social de nossa atualidade não é pequena.

Ao longo deste mesmo tempo e um pouco mais tarde, também a América Latina criou, consolidou e difundiu ao longo de todo o Continente e, depois, em direção ao Norte e a Leste, as primeiras ideias e propostas de ações sociais de vocação emancipatória que fundamentam e instrumentalizam a educação popular, a teologia da libertação, os movimentos sociais populares e, mais adiante, a própria *pesquisa participante*.

Lembremos que é na esteira do pensamento e da ação de pessoas como o Mahatma Gandhi, Franz Fanon, Paulo Freire, Camilo Torres, Gustavo Gutierrez, João Bosco Pinto, Leonardo Boff e Orlando Fals-Borda, que em pelo menos três continentes o “Terceiro Mundo” difundiu algumas alternativas práticas de participação popular como formas originais e contestatórias, diante das diferentes propostas de “desenvolvimento social” agenciadas desde a Europa e desde os Estados Unidos da América do Norte. Na verdade. Muitas delas chegaram à América Latina como novas versões de antigas práticas sociais de vocação neo-colonizadora. O seu exemplo de um passado próximo mais evidente é a “Aliança para o Progresso”, criada nos EUA e desembarcada aqui entre nós desde os anos 60 e 70.

Um olhar preso demais ao que acontece no interior do mundo científico-pedagógico-acadêmico, e menos sensível ao que estava e está se passando entre as suas margens ou fronteiras, em amplas áreas da Ásia e da Oceania, da África e da América Latina, nos conduz a relativizar alguns fatos que foram e seguem sendo os mais relevantes, e até mesmo decisivos, na criação de momentos e de contextos que tornaram inevitável o surgimento da pesquisa-ação-participativa.

Qualquer que seja o nome originalmente dado às diversas propostas de alternativas participativas na investigação social com vocação insurgente e popular, existem evidentes sinais convergentes entre nós. Lembro uma vez mais que as diferentes propostas e experiências que nos aproximam aqui surgem mais ou menos ao mesmo tempo entre as décadas dos anos 60 e 80 em poucos lugares do Continente, mas em pouco tempo elas se difundem por toda a parte.

Elas são geradas no interior, ou em regiões de fronteira de/entre diferentes unidades de ação social que atuam de preferencialmente junto a grupos, comunidades, movimentos e outras unidades sociais de vida e de ação popular. A associação com a educação popular estará presente na imensa maioria dos casos.

Elas herdam e reelaboram diferentes fundamentos teóricos e diversos estilos de construção de modelos de conhecimento social através da pesquisa científica. Não existe na realidade um modelo único ou uma metodologia científica própria a todas as abordagens da *pesquisa-ação-participativa*. Uma

de suas virtudes é a unidade de sua vocação insurgente e transformadora, aliada a uma pluralidade de enfoques e metodologias específicas.

Reconhecendo-se como alternativas de projetos de enlace e mútuo compromisso de ações sociais de vocação popular, envolvendo sempre pessoas e agências sociais “eruditas” (como um sociólogo, um educador de carreira ou uma ONG de direitos humanos), e “populares” (como um indígena tarasco, um operário sindicalizado argentino, um camponês semialfabetizado do Centro-Oeste do Brasil, ou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) elas se abrem a diferentes possibilidades de relacionamentos entre os dois polos de atores sociais envolvidos, interativos e participantes.

As *investigações-ação-participativas* atribuem aos agentes-populares diferentes posições na gestão de esferas de poder ao longo do processo da pesquisa, assim como na gestão dos processos de ação social no interior da qual a IAP tende a ser concebida como um instrumento, um método de ação científica, ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa.

Via de regra, as diferentes alternativas da *pesquisa participante* surgem em intervalos entre a contribuição teórica e metodológica vinda da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte, e a criação ou recriação original de sistemas africanos, asiáticos e latino-americanos de pensamentos e de práticas sociais. Não é raro que uma abordagem que se auto-identifica como “dialética” empregue na prática procedimentos formais e quantitativos próprios a abordagens metodológicas de cunho neopositivista.

No âmbito da América Latina e de outras regiões do Terceiro Mundo, a expansão de movimentos sociais populares dará às diferentes alternativas de ação social transformadora uma nova e, às vezes, radical conotação. Uma múltipla releitura de teorias e de procedimentos de ação social popular desenhará o rosto da identidade dos estilos participativos de investigação social.

Um traço comum situado entre intervalos à direita e à esquerda das inúmeras iniciativas de associação entre pesquisa e ação social, constitui-se em uma motivação a tornar as investigações em comunidades populares algo mais do que um mero instrumento de coleta de dados. Aposta-se em tornar o trabalho científico de pesquisa de dados uma atividade também pedagógica e, no limite, também assumidamente política.

Sendo mais ativa e mais participativa, a investigação social deveria fazer-se mais sensível a ouvir as vozes dos destinatários pessoais ou coletivos dos programas de ação social. Deveria fazer-se capaz, também, de “dar a voz” e deixar que de fato “falem” com as suas vozes as mulheres e os homens que em repetidas investigações anteriores acabavam reduzidos à norma dos números e ao anonimato do silêncio das tabelas.

Penso que a *pesquisa-ação-participativa* surge no bojo desses acontecimentos, e quase sempre acontece a margem das universidades e de seu universo científico, embora parte de seus principais teóricos e praticantes

provenha delas e nelas trabalhem. Apenas alguns anos mais tarde, e entre conhecidas resistências, algumas teorias e práticas da pesquisa participante ingressaram no mundo universitário latino-americano e, de modo geral, bem mais através do trabalho de alguns estudantes e professores, também ativistas de causas sociais, do que pelo de docentes e pesquisadores cientificamente competentes e zelosos de suas carreiras. Em algumas de nossas universidades foi mais em setores de “extensão universitária” do que nos de “pesquisa científica” que experiências alternativas surgiram e se desenvolveram.

Na maioria dos casos as diferentes experiências latino-americanas de *pesquisa-ação-participativa* surgem no interior e a serviços de diferentes modalidades de movimentos sociais, étnicos e/ou culturais populares. Em vários momentos, dos anos 70 até agora, a *investigação-ação-participativa* é praticada no âmbito, e como um instrumento de ação de trabalhos de educação popular. Seus autores dos primeiros tempos foram, e muitos deles seguem sendo hoje, o que até o presente denominamos de “militantes da educação popular”.

Ontem como agora vários pensadores e praticantes da IAP foram e seguem sendo ativistas sociais de orientação marxista, ou militantes cristãos inseridos em comunidades eclesiais de base e difusores da teologia da libertação. No caso brasileiro, a pesquisa participante está associada de forma indireta aos processos de ação política e pedagógica que deram origem, por exemplo, ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja proximidade constante com a educação popular e com as comunidades eclesiais de base originadas da teologia da libertação é bastante reconhecida.

Assim, a *pesquisa participante* apresenta-se como uma alternativa de “ação participante” em pelo menos duas dimensões.

A *primeira*: agentes sociais populares são considerados mais do que apenas beneficiários passivos dos efeitos diretos e indiretos da pesquisa e da promoção social dela decorrente ou a ela associada. Homens e mulheres de comunidades populares são vistos como sujeitos cuja presença ativa e crítica atribui sentido à pesquisa-ação-participativa. Ou seja, uma pesquisa é “participante” não porque atores sociais populares participam como coadjuvantes dela, mais porque ela se projeta, realiza desdobra através da participação ativa e crescente de tais atores.

A *segunda*: em outra direção, a própria investigação social realizada como uma IAP deve estar integrada em trajetórias de organização popular e, assim, deverá participar de amplos processos de ação social com uma crescente e irreversível vocação popular. Uma articulação de ações de que a pesquisa-ação-participativa é um entre outros instrumentos dirigidos a ações emancipatórias. Um instrumento científico, político e pedagógico de produção partilhada de conhecimento social e, também, um múltiplo e importante momento da própria ação popular.

Uma alternativa de investigação social é “participante” porque ela própria se inscreve no fluxo das ações sociais populares. Estamos em uma estrada de mão dupla: de um lado a participação popular no processo da investigação. De outro, a participação da pesquisa no correr das ações populares.

E uma participação compreendida em um duplo sentido. Pois sempre se entendeu que, como um meio de realização da educação popular, a pesquisa participa da ação social também como uma prática pessoal e coletiva de valor pedagógico.

Isto acontece na medida em que sempre algo novo e essencial é aprendido através de experiências práticas de diálogo e de reciprocidade na construção do conhecimento. E, como uma forma de educação com uma vocação também política, na medida em que entre a esfera de um pequeno grupo até a de uma ampla comunidade, a de uma esfera corporada de trabalho popular ou mesmo a de toda uma nação, espera-se que sempre alguma coisa se transforme em termos de humanização das estruturas e dos processos de gestão da vida social.

Assim - reitero o que lembrei acima - a pesquisa é “participante” não apenas porque uma proporção crescente de sujeitos populares participa de seu processo. A pesquisa é “participante” porque, como uma alternativa solidária de criação de conhecimento social, ela se inscreve e participa de processos relevantes de uma ação social transformadora de vocação popular e emancipatória.

Este será o caminho pelo qual deveremos levar em conta que a *pesquisa-ação-participativa* deverá ser pensada como uma experiência de ação social com um valor em si-mesma, ou como uma atuação interativa, e com um teor apenas instrumental e dirigido a resolver algum “problema comunitário”. Acredito que hoje ela pode recobrir as duas dimensões.

Desde os seus tempos de origem na tradição latino-americana, a *pesquisa participante* raramente foi compreendida como algo destinado a apenas realizar alguma melhoria setorial das condições locais ou regionais de comunidades populares. Em quase todas as suas formas mais difundidas ela foi e, em boa medida, segue sendo pensada como um instrumento de trabalho a serviço de práticas populares de valor político e de uma múltipla e variada vocação transformadora.

No plano mais amplo em que uma IAP se insere, não se pretende melhorar ou desenvolver alguns aspectos precários da vida social, embora este possa ser o motivo de sua realização em um primeiro momento. O que se pretende é o criar alternativas populares de transformação das estruturas sociais que tornam tal “vida” exigente de ser sempre “melhorada”.

No entanto, pensemos que desde os anos 80-90, com os sucessivos acontecimentos em escala mundial, continental e nacional que vieram a provocar, em uma escala próxima a nós, o que denominamos de “reconceptualização da educação popular”, algo também exigiu algumas revisões na “radicalidade original” da IAP. A Subida à cena das sociedades e das histórias, entre novos dilemas, novas questões e, sobretudo, a presença

crecente de novos atores sociais, étnicos, representantes de minorias e de maiorias – entre negros, índios, mulheres, e mais – tem levado todas as modalidades de ações sociais de vocação emancipatória a um alargamento de suas fronteiras de presença e suas frentes de luta. E este acontecer tão de nosso presente afeta também diretamente a investigação-ação-participativa.

Sem perder a virtude de sua radicalidade emancipatória e não-regulatória frente ao “sistema mundo”, ela se abre e se diferencia bem mais do que no passado, para acolher não apenas o modo de ser e de agir de outras categorias sociais em busca de justiça, inclusão, autonomia e liberdade, mas também a maneira como esta crescente diferenciação obriga a IAP a tornar-se também mais aberta a novas alternativas de seus próprios modos de realização.



**10.**  
***Pesquisa Participante, Ciência Popular  
e alguns dilemas de agora  
entre a antropologia e a educação popular***

Há uma cena do filme colombiano *O abraço da serpente*, em que o cientista branco, ao seguir a sua viagem pelo rio em companhia de dois índios, descobre que a sua bússola desapareceu na aldeia visitada. Ele insiste em recuperar a bússola. O sábio indígena que o acompanha tenta fazê-lo desistir de recuperar a sua bússola.

O homem branco reluta, mas, irado, acaba aceitando. Questionado pelo índio ele diz: “esses índios se orientam pelas estrelas; se aprenderem a usar a bússola o seu conhecimento vai desaparecer”. Ao que o índio retruca: “Você não pode impedi-los de aprender”. E completa: “O conhecimento é de todos”.

Quero associar a esta fórmula dita em um filme latino-americano por um indígena, a uma sucessão de palavras que nos vêm de dois dos pensadores, professores, educadores e militantes mais recordados aqui. Orlando Fals-Borda fez a sua proposta de uma IAP desaguar em uma “ciência popular”. Até onde acredito haver compreendido Fals-Borda, a ciência popular é, em sua porta de entrada, todo o sistema de saber científico de pessoas, sociedades e povos patrimoniais, assim como de camponeses e outras categorias de autores-atores do saber popular, até então pouco categorizados e levados em conta pela “ciência oficial” como modalidades de saberes que seriam pré ou não-científicas. Sabemos que desde as suas primeiras investigações na Colômbia, Orlando Fals-Borda colocou-se contra uma tal compreensão restritamente cientificista, fundamentalista, reducionista e desqualificadora.

Na porta de saída, uma vindoura ciência popular seria a criação conjunta e dialógica entre tradições culturais que até aqui se estranharam, dialogaram ou desconhecaram, como a substância da criação de sistemas de saber que deveriam ter justamente o território simbólico de sua realização na interação construtiva entre as suas diferenças.

Paulo Freire defendeu desde *Pedagogia do Oprimido* a construção de saberes oriundos de diálogos entre diferentes culturais, social e pedagogicamente igualados. Toda a sua pedagogia parte do suposto de qualquer pessoa é uma fonte original e insubstituível de seu próprio saber. Assim, saberes podem ser inter-partilhados, reciprocizados, mais não hierarquizados. E o mesmo que vale para pessoas individualmente vale mais ainda para as culturas em cujo interior e entre cujas “teias e tramas” pessoas e saberes se coletivizam. Tal como em Orlando Fals-Borda, haverá de ser através de um crescendo no exercício do diálogo entre pessoas e culturas que os novos saberes destinados à transformação de pessoas, culturas e sociedades deverá ser continuamente gerado.

Anos mais tarde Boaventura de Souza Santos defende não apenas o valor do senso comum como um domínio legítimo do conhecimento não-indolente, como prenuncia que a ciência liberada de um futuro a construir se realizará como e através do senso comum.

Ao ver de alguns sérios filósofos, cientistas sociais e outros pensadores do fenômeno humano e das sociedades que nós habitamos, de um lado e do outro do Oceano Atlântico, somos arcaicos e utópicos criadores de teorias que desaguam em fantasias e em propostas de ação social cuja ineficácia se comprova a cada era. Seríamos senhores de gestos e de palavras de outros tempos, possivelmente eficazes em outros séculos, mas hoje tão vazias de sentido e poder que mal merecem a atenção de alguns estudiosos de nossos passados.

Recordarei aqui momento de *El surgimento de la antropología posmoderna*. Na “presentación” do livro, ao comentar o pensamento de alguns cientistas pós-modernos, Reynoso traz entre eles alguns momentos das ideias de Lyotard. Seria o caso de pensarmos, no “Sul do Mundo” se o que o seu pensamento aporta cabe com de igual assertividade para nós, pois Reynoso apresenta Lyotard e as suas ideias a respeito da “condição pós-moderna lembrando que:

*La condición posmoderna es la condición del saber en las sociedades más desarrolladas. En la cultura de estas sociedades han ocurrido enormes transformaciones, y la que analiza Lyotard es en concreto la crisis de los relatos, el descrédito que ha caído sobre ellos*<sup>47</sup>.

E aqui nos confrontamos, como habitantes de territórios acima e abaixo do Equador, com um mesmo estranho acontecimento. Na mesma medida em que praticantes da “antropologia central” (a dos EUA, da França e da Inglaterra, predominantemente) questionam o sentido e o valor científico de seus micro-relatos advindos de investigações sobretudo junto a povos e culturas entre “primitivos” e “patrimoniais”, os sociólogos e outros pensadores das “grandes sociedades” colocam em questão o valor e o sentido de macro-relatos.

Na esteira da menos-valia crescente dos meta-relatos, desaparecem do “mundo real” e das sociedades que o povoam, a pessoa humana, a própria sociedade, a cultura, a história. Isto acontece em uma já envelhecida pós-modernidade de um mundo globalizado, não através das ações de uma humanidade afinal unificada em uma era sem desigualdades e aberta a todas as essenciais diferenças, mas por efeito de poderes de mercado, em que um bom manual de marketing parece ser mais útil do que a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Por consequência, desaparece também a ancestral crença de que, como seres humanos, não deveríamos ser passivamente conduzidos por acontecimentos alheios à nossa vontade, e até mesmo externos à nossa

---

47. Está na página 24 da *presentación*, escrita por Carlos Reynoso.

compreensão, mas sim os atores ativos e os autores críticos e criativos de nossas próprias histórias. Tanto a história que rege a nossa pessoal biografia quanto a que escrevemos como as nossas mentes e as nossas mãos, a respeito de uma sociedade, de um povo, de toda a humanidade.

Tendem a desaparecer com os meta-relatos também a razão e, logo, a “consciência de classe. E, no seu bojo, desaparece povo, como sujeito-de-si, como classe social, como um coletivo do trabalho e um agente de transformação social. E como ele desaparece do processo social da história o horizonte realisticamente utópico de “um outro mundo possível”. Retorno a Reynoso que retorna a Lyotard.

*En lo político, la pos-modernidad es también el fin del “pueblo” como rey y héroe de las historias. Si no se puede creer ya en los relatos – dice Lyotard – menos se puede creer en los protagonistas. El pueblo (y ya no solamente el proletariado) ha desaparecido del imaginario pos-moderno como protagonista de la historia, la cual también se ha esfumado como proceso mas o menos lineal, tendente hacia algún fin; no se sabe aún quien será el protagonista que lo suceda y el contexto temporal en que se situarán los acontecimientos, si es que se siente alguna vez la necesidad de postular alguno<sup>48</sup>.*

Assim, a crer em um tal tipo de pensamento sobre o presente e o futuro, desaparecem de uma vez para sempre não apenas os protagonistas, como os cenários, as cenas, os dramas e os atores sociais de algo a que insistimos em dar o nome de “história de um povo” ou mesmo “história da humanidade”. E, como lembrei acima, esvaecem-se como fatos e como imaginários de feitos, tanto os projetos de ações transformadoras quando os horizontes de uma outra humanidade habitante de uma outra sociedade plural. Desaparece de um horizonte tão imprevisível quanto o “mercado” que aspira tornar um único horizonte acreditável, junto com tudo o que Lyotard e outros chamarão de meta-relatos. E meta-relatos vão do Apocalipse de João Batista à sociedade pós-comunista de Carlos Marx, e também à democracia de alta intensidade de Boaventura de Souza Santos.

De igual maneira, em um mundo que depressa multiplica desigualdades e extingue diferenças, desaparecem também os camponeses e operários a quem dirigimos a *educação popular* e a *investigação-ação-participativa*, e as minorias e maiorias étnicas e culturais de nossas comunidades tradicionais latino-americanas, destinadas a depressa serem absorvidas e domesticadas pelo poderes do mercado, ou destinadas a se tornarem pequenos falsos grupos humanos à espera de turistas para as suas encenações de um passado esquecido pela memória, e artificialmente “reconstruído” pela mídia.

---

48. Na mesma página 24 do mesmo livro.

Houvesse um lema para o livro e ele poderia ser este: “chegamos até aqui; não podemos continuar assim!” No entanto é estranho que entre pesquisadores de campo acostumados a um diálogo com “o outro” - a começar por outros de outras diversas culturas, como pessoas e povos indígenas - não tenha sido convidado a escrever um capítulo do livro sequer um pesquisador fora do que os praticantes de uma “antropologia central” (Estados Unidos, Inglaterra e França) chamam de “antropologia periférica”. Um estranho algo que começa na Espanha e se estende à Índia, à Jamaica e à Colômbia.

E mais estranho isto me parece, quando lembramos que boa parte da atual “crise da antropologia” provem de releituras e críticas provenientes de antropólogos “não-centrais”, como, por exemplo, pesquisadores da Índia, do Brasil e da Jamaica. E, mais ainda e com maiores ênfases em suas críticas, das releituras realizadas de alguns anos para cá de pessoas dos “mundos dos investigados”, quando eles se transformam em também antropólogos e investigadores não apenas de seus “mundos de cultura”, mas também dos “nossos”.

### ***Entre dilemas e buscas de novas alternativas de pesquisas***

Boa parte dos dilemas que desde um passado próximo até o difícil presente antropólogos e outros cientistas sociais enfrentam, está em que entre eles – e eu falo por mim também - em meio às diferentes modalidades de pesquisas acadêmicas, mesmo as mais qualitativas e interativas, o acontecer do diálogo é quase sempre uma estratégia. É uma atitude derivada de uma metodologia de pesquisa, realizada através de “observação participante”, de questionários, de entrevistas “abertas” ou “fechadas”, de narrativas de histórias de vida, de escutas atentas de “memória social”, destinadas a fazer de um outro um sujeito performático, um informante, um narrador, um confidente-para-mim, e não, ou bem menos, para ele-mesmo.

Ele age e eu vejo, percebo e registro. Ele me oferta a sua narrativa e eu a transformo em uma minha-narrativa. Isto é, em um discurso-outro que agrega valor acadêmico e científico justamente por causa de uma alquimia em que o saber de quem é a fonte de meu saber, torna-se traduzível e compreensível pelos meus outros – os que me lerão e, em nossos termos, dialogarão comigo - e não mais pelo outro, o autor de uma sua-narrativa que eu transformei em minha. Mesmo quando o meu texto final está carregado de passagens de suas “falas naturais”, que em meu texto somente ganham valor quando a seguir reinterpretadas por mim.

Entre as suas muitas diferenças, o propósito de uma investigação científica no campo das “humanas e sociais” é transformar diversas narrativas em um discurso único (minha escrita, meu artigo, minha dissertação, meu livro, minha tese e, se possível, a “minha descoberta”). Enfim, em um discurso competente desde o ponto de vista “dos que partilham comigo o meu conhecimento”, e algo tão mais academicamente considerado e avaliado positivamente quanto mais distante

do alcance de saberes daquelas/es que aportaram as suas narrativas e/ou performances, como “dados de campo”, para a sua realização.

Em outra direção, mesmo quando imperfeita e incompletamente realizada, supomos que uma *investigação-ação-participativa* almeja, realizar alguma dimensão de empoderamento de suas forças de emancipação, diante da colonização de poderes hegemônicos. E, em consequência, visa-se a efetivação de transformações. Transformações decolonizadoras de suas mentes, de seus imaginários, suas ideologias e de seus saberes. Algo que utopicamente desague e, transformações humanizadoras de suas vidas pessoais e coletivas, de seus destinos, suas comunidades e/ou de suas sociedades abrangentes. Enfim, de suas histórias vividas e lembradas.

Neste sentido, investigações deste tipo têm sido praticadas tanto junto a comunidades bastante tradicionais e “não-mobilizadas” - segundo os nossos termos, mas nem sempre segundo o “deles” - quanto junto a movimentos sociais populares, frentes de lutas políticas, organizações locais, regionais ou mesmo nacionais de camponeses, de povos da floresta, de quilombolas, de indígenas. Instâncias de mobilização “desde as bases” de práticas contra-hegemônicas dirigidas a algum campo e/ou dimensão de emancipação social.

Temos visto ao longo das páginas deste livro como alguns dilemas de maneira diferenciada acompanham tanto as pesquisas sociais acadêmicas, quanto as que se apresentam como “comprometidas”, “políticas”, “participantes”.

Em boa medida esses dilemas tendem cada vez mais a se relacionarem com a qualidade da relação interativa entre pessoas, do que com questões objetivamente metodológicas no encaminhamento de uma investigação.

Tal como diante de um psicólogo cada pessoa é criadora e senhora única de seus sentimentos, de seus saberes, de seus mistérios e segredos, assim também, e em um plano mais amplo, diversificado e complexo, quando atravessamos fronteiras entre culturas, estamos colocados diante do fato de que em sua devida originalidade, cada cultura é um território próprio, complexo e intraduzível por outro qualquer sistema de saberes. Culturas podem dialogar, mas sem nunca se reduzirem a outros sistemas de conhecimentos. E elas resistem a poderem ser, a não ser “de dentro para fora”, conhecidas, compreendidas e interpretadas. A “tua ciência” sabe algo de mim. No entanto mal me conhece e em muito pouco me desvela e compreende.

Esta é uma questão pouco importante quando uma investigação reduz à camada superficial do que pode ser coletado e conhecido através de dados exteriores. Mas é uma questão central quando uma pesquisa mergulha seja na interioridade da vida cotidiana, seja em seus sistemas de ritos, de crenças, de mitos e assim por diante.

E isto nos conduz a pensarmos aqui o que estou chamando de “quatro dilemas e as suas perguntas”.

### *O dilema epistemológico*

Reitero que não devendo ser consideradas como hierarquicamente desiguais, as diversas culturas são e devem permanecer originalmente diferentes. E não apenas em suas previsíveis superfícies. São diferentes umas das outras porque são criadas, consagradas e partilhadas através de vivências e lógicas próprias. E justamente porque não são redutíveis umas às outras, elas podem ser dialógicas. É através do que nelas não se transforma na minha cultura, na minha teoria, na minha narrativa, no seu todo ou em suas partes, que elas podem dialogar comigo.

A não ser como resultado de uma má política que embase uma ilusória pedagogia, culturas outras podem ser efêmera e superficialmente “convertidas”, “civilizadas”, “transformadas”. Sequer os seus autores/atores podem ser “conscientizados” por mim de fora para dentro, de cima para baixo e de um centro para uma periferia. De dentro para fora e de acordo com suas estruturas, lógicas, símbolos, saberes e afetos é que tanto uma pessoa quanto uma comunidade e a sua cultura podem se compreender, e podem se auto-criticar e se transformar. Na verdade, se auto-transformar.

### *O dilema ético*

A pergunta-base que a cada dia mais nós nos fazemos é esta: “que direito temos nós de irmos aos outros; investigá-los a partir de nossos parâmetros e interesses; apropriarmo-nos de seus saberes, sentidos e significados, para antes, durante e depois traduzir o que deles nos veio em nossa linguagem, segundo códigos de nossos saberes de ciência, e para utilizá-los em nosso proveito pessoal ou coletivo?”

O que nos desafia é que tomamos consciência de que não se trata de apenas fazer do “outro a meu lado” um parceiro de estudos e investigações, cujos proveitos e produtos seguem sendo total ou predominantemente... meus. Qual o sentido humano de praticarmos algo que mesmo quando “participado por eles” em alguns momentos, ainda é pensado, projetado, processado e interpretado por nós e para nós? Na busca de respostas a este milenar dilema, eis que estamos na fronteira de algo em que nos desafia a converter os sujeitos emissários de uma investigação não mais “sobre” ou “para, mas “com”. E tendo-os a todo tempo como os co-destinatários de tudo o que se projeta, processa e partilha.

Quando saberemos criar saberes de partilha que “eles”, tanto ou melhor do que “nós”, saibam ler, conhecer, compreender, interpretar. E também utilizar em seu proveito o resultado do que, juntos e através de nossas diferenças, vivemos como uma investigação científica?

### *O dilema estético*

Ele poderá a alguns olhares parecer o menos relevante. E, no entanto, como os outros, ele me parece essencial. Um dos maiores desqualificadores de algumas pesquisas que pretendem “ir a fundo” em algo, é que ao traduzirem em um “documento escrito” momentos do que é vivo, expressivo, dramático e artístico, o que fazemos é empobrecer de maneira extrema o que vemos e ouvimos. É o que

acontece quando nos obrigamos a escrever sobre algo que diante de nós foi dramaticamente vivido com e como poesia, canto, dança, atuações expressivamente performáticas carregadas de efervescente entusiasmo, ou sentido de devoção. E “transcrevemos” tudo o que vivenciamos em e entre palavras e esquemas.

Não raro, quando buscamos conhecer algo da “alma do povo”, tratamos de criar procedimentos através dos quais um “velho sábio camponês” é obrigado a traduzir-se segundo os nossos termos, para fazer-se compreensível para nós. Para nós, bem mais do que para ele mesmo. E ele nos obedece e fala. E também, até mesmo por deferência a quem está diante dele, ele pode buscar o mais possível “fazer-se como nós”. Vivi isto seguidas vezes.

E então tudo o que obtemos de um sábio indígena, de um supremo poeta camponês, de uma misteriosa e eficiente parteira de uma comunidade quilombola, de um criador magistral de literatura de cordel, são pálidos fragmentos empobrecidos diante de nós, para poderem virar “dados” ou “falas” úteis como respostas a nossas perguntas.

Algumas vezes acreditamos que uma das tarefas mais importantes para quem não apenas “pesquisa do povo”, mas pretende ser um militante envolvido em suas causas, é a de: “dar voz ao povo”. Pode até ser. Mas em dimensões que nos escapam quando partilhamos apenas a capa exterior de suas vidas e culturas, há por toda a parte uma criatividade de “vozes” entre as artes populares, as ciências patrimoniais e as ações de resistência e de insurgência que ainda não aprendemos a escutar a fundo e compreender em sua preciosa inteireza.

### *O dilema político*

Todo o saber oculta ou desvela uma dimensão de poder.

Desde um ponto de vista ético questionamos o nos apropriarmos, em nosso proveito, de algo que nos é revelado por quem sequer conhece os termos e o destino daquilo de que participou em um momento de uma pesquisa. Para além de um dilema ético há um outro. E ele reside no fato de que em alguma dimensão o que resulta de uma investigação pode ser devolvido à sua comunidade de origem como um saber apropriado; pode ser devolvido a ela como uma ação derivada e a seu favor; pode ser algo neutro e distante; e pode também ser usado contra ela.

Praticamente todas as investigações de vocação social de que participei, ou a respeito das quais tomei conhecimento, dividiam-se entre o desejo de um serviço direto ao repertório legítimo de saberes de uma ciência, *versus* uma essencial ou derivada vocação de “serviço ao povo”, “à comunidade investigada”, “a um movimento social-popular” e assim por diante.

Em cenários muito presentes, quando as próprias universidades latino-americanas se vêm invadidas de uma colonização mercadológica crescente, a escolha de “de qual lado estou” em nome dos estudos que realizo, das aulas que partilho e das pesquisas que coordeno, deixa de ser uma opção derivada e adjetiva e passa a ser uma atitude ética e política.

### ***Ao redor da mesa, quem? como?***

Tomo aqui o exemplo de encontros, simpósios e congressos de que tenho participado no Brasil e em outros países da América Latina. Passo a passo estamos aprendendo a deixarmos de gerar simpósios e participar de encontros “entre nós” e “sobre eles”, entre reuniões de cientistas, de pensadores do social e de praticantes de políticas emancipadoras. Superamos aos poucos as mesas redondas em que quando um líder de uma comunidade camponesa, quilombola ou indígena é convocado, a ele se destinava a “ponta da mesa”... e a última fala. Após os intérpretes credenciados de uma “realidade” a ser pensada para constituir-se como a base de uma ação a ser destinada, ao “outro”, costumava-se dar a palavra para que um camponês, um líder sindical, um xamã indígena, uma mulher quilombola nos oferecessem um depoimento cuja recepção entusiástica de parte de quem depois de pé aplaudia, na maior parte das vezes apenas ocultava a diferença entre o que ao final do “evento” iria para os anais como reflexões e depoimentos, e quem seria lembrado como a face “popular e pitoresca” do que se viveu “ali”.

Compreendemos agora que não deve e nem pode continuar sendo assim. Tanto em reuniões “no mundo deles” quanto naquelas em que os trazemos para “os nossos mundos”, cada vez mais aprendemos a passar de eventos entre-nós-sobre-eles, para encontros-entre-nós-e-eles. No seu limite utópico, elas profeticamente poderão tender a serem reuniões-entre-eles-e-nós, tendentes a virem a ser reuniões-entre-eles-conosco. Vivi e tenho vivido, sobretudo em regiões do Nordeste, do Centro-Oeste e da Amazônia no Brasil dos últimos anos, pequenas reuniões, e também grandes simpósios com uma clara presença ativa e progressivamente igualitária “deles” e “entre-eles-e-nós”.

Encontros crescentemente paritários com representantes dos movimentos populares e das “comunidades tradicionais” que progressivamente se assumem agora como “comunidades-em-movimento”. Os documentos finais ou são a partilha de saberes e projetos entre-nós-e-eles, ou são manifestos deles, com o nosso aval solidário e comprometido.

E se no começo “eles” se dedicavam timidamente a procurar investigar, compreender e interpretar para eles, entre eles e sobre eles, o que antes vinha “deles-para-nós”, agora juntam-se aos pensadores críticos de “nós-mesmos” e de nossos mundos. E, em um novo, fecundo e inesperado diálogo, eis que nos chegam do campo, das periferias das cidades e das florestas para nos ajudarem a, afinal, também pensarmos quem são “eles”... e quem somos “nós”

No passado de forma vertical, consagrada e imposta, “civilizado” era um bom qualificador, e “primitivo” ou “selvagem” eram expressões desqualificadoras. Agora as relações simbólicas e identitárias se invertem. Desconfiamos de nós mesmos, e tememos as nossas ciências, as nossas pedagogias, os nossos tecnológicos meios de comunicação. E os olhamos como os outros antes ocultos e silenciados “sábios de outros saberes”, junto aos quais talvez devamos nos debruçar para aprender o como passar da competição à cooperação; da agricultura devastadora da monocultura às agroecologias tradicionais e comunitárias; das economias da posse e da ganância às do dom e da partilha. Enfim, de tudo aquilo

que desiguala pessoas, oprime povos e devasta o Planeta, em direção àquilo que o poderia reverdecer, ao mesmo tempo em que renovaria os nossos próprios e ameaçadores modos de vida.

### ***Um certo encontro no Norte de Minas Gerais***

Convocado pela Universidade Estadual de Montes Claros e por uma universidade alemã em convênio com a UNIMONTES, na verdade o sentido de “internacional” do colóquio de que participei poderia ser pensado de uma outra maneira.

Raros, bem raros eram os alemães e os suíços presentes. Por outro lado, em um evento tradicionalmente acadêmico em que pessoas entre “graduandas” e “pós-doutoras” se reúnem para falar sobre “os outros” - no nosso caso os viventes habitantes das diversas comunidades tradicionais sertanejas - foram eles e elas, mulheres e homens vindos de aldeias indígenas, de comunidades quilombolas e camponesas, de franjas de barranqueiros-pescadores de beira-rio, ou mesmo de praias do litoral do Brasil que vieram de seus lugares de origem a Montes Claros.

E entre-nós eles tomavam a palavra e nos diziam, entre as suas maneiras próprias de pensar e de falar, tudo o que por séculos lhes foi imposto silenciar. E aqueles homens e as mulheres “das comunidades tradicionais” não vieram a Montes Claros apenas para nos ouvir. Não vieram sequer como os representantes “de nossas culturas tradicionais ou indígenas”, a quem cabe a última fala em algumas mesas redondas.

Vieram no falar e também nos ouvir, face a face. Nos intervalos nem sempre fáceis que separam “quem compreende, mas não sente, e quem sente, mas não compreende”, alguns indígenas Xacriabá e de outras etnias, ao lado de quilombolas e camponeses dos sertões e outros cantos do País vieram dialogar “de igual para igual” conosco, alargando os limites em que “tudo isto é possível”. E mesmo quando possível, ainda é uma interação quase sempre difícil, desafiadora.

E até mesmo os horários previstos no programa, assim como os tempos de fala dados a cada quem tiveram que ser alterados durante o simpósio. Pois para um índio ou um camponês “dar a palavra” e dizer que a pessoa “tem dez minutos para falar”, oscila entre o incompreensível e o ofensivo. Em minha mesa redonda a moça indígena que me antecedeu pintou de vermelho os nossos rostos, estendeu a nós e a todos as bênçãos da Terra e dos bons espíritos, e nos falou por mais de uma hora, concluindo a sua fala entre uma prece, um protesto e um poema.

Vivemos agora a experiência de em um mesmo lugar e em momentos sequentes estabelecermos um diálogo vivo e nem sempre fácil entre “nós” e “eles”. Desarmados de nossas teorias, entre “dialéticas” e “interpretativas”, e armados de suas duras vidas, “eles” chegam não apenas para serem secundária, e não raro “pitorescamente” ouvidos, mas para nos dizerem que a respeito “deles” é a partir das palavras deles que a essência do que se dialoga deve ser levada em adiante.

## **Adendo - carta manifesto das mulheres e homens vazanteiros do Rio São Francisco manifesto dos homens e das mulheres vazanteiras do Rio São Francisco**

### **À sociedade brasileira**

*Quem lhes dirige esta Carta somos nós Vazanteiros.*

*Chamam-nos de Vazanteiros porque a nossa agricultura está associada aos ciclos de enchente, cheia, vazante e seca do rio São Francisco. Somos um povo que vive em suas ilhas e barrancas, manejando suas “terras crescentes”, tirando o sustento da pesca, da agricultura, do extrativismo e da criação de animais.*

*A nossa origem se perde nos tempos, anteriores à chegada dos primeiros europeus, que se atreveram a subir o “Opará” – o “rio mar” ou “sem rumo definido”, na língua Tupi – batizado pelos colonizadores como rio São Francisco. Dos índios, hábeis remadores e pescadores, herdamos o ofício de transportar pessoas, cargas e de buscar nas águas e vazantes do São Francisco o nosso alimento e o alimento daqueles que subiam o rio, fincando suas posses e fazendas de gado. Uma história muito bem documentada dos primeiros anos de nosso país, mas cujos registros se referem apenas ao povo “graúdo”, os que foram denominados “desbravadores”. Nós, o povo “miúdo”, apenas agora estamos dando conta da importância de recontar a nossa própria história.*

*Se pudessem nos ver todos juntos, perguntariam por que tempos em comum a pele escura, da cor de nossos irmãos e irmãs africanos. Responderíamos que não esta cor, mas a nossa origem africana nos permitiu habitar as margens deste rio, resistindo à malária. É que o Velho Chico em seus tempos de revolta, quando anualmente as chuvas o faziam estender suas margens, transformando-o em “rio mar”, enchia seus braços e “lagoas criadeiras”, abastecendo-as com peixes, cobria os seus barrancos com o lameiro, mas também criava condições para que a malária infestasse os alagadiços, afastando temporariamente nossos irmãos índios, e também os brancos europeus.*

*Assim, pelo fato de podermos conviver com a malária, desenvolvemos esse outro ofício: o de conviver com o rio nas enchentes como nos períodos de calma, transportando, pescando e plantando nas primeiras vazantes o milho, arroz, feijão, mandioca, abóboras, batata doce e tudo mais que os brancos precisavam em sua aventura de conquistar e habitar a nação brasileira.*

*Foi um aprendizado de mais de quatro séculos, de convivência com as terras altas, com os barrancos moldados pelos lameiros fertilizados e com as “terras crescentes”, com suas ilhas em permanente mobilidade. Pois é assim, uma ilha nunca é a mesma no ano seguinte. Assim como ela aqui se forma, ela também desaparece e ressurge acolá, dependente que é da cheia. Se o rio toma uma terra aqui, ali ele a devolve, e ela cresce renovada, por isso “crescente”.*

*Assim, tirando peixe, cereais, legumes, frutos e outros alimentos que sustentavam e ainda sustentam muitos de nossos irmãos brasileiros, nós pudemos viver, durante todo este tempo, entre as terras altas, margens e “terras crescentes”, subindo ou descendo o rio, recantilados, como um “grande quilombo”, invisível às elites que dirigiam o nosso país. Crescemos também com nossos irmãos e irmãs nordestinos vitimados pelas grandes secas. Enquanto estas mesmas elites ignoravam o drama desta gente, nós os acolhíamos, como chegantes, enriquecendo nossa tradição cultural. Vivemos todo este tempo com muitas dificuldades, explorados pelos*

latifundiários, mas eles também precisavam de nós, do nosso trabalho, dos alimentos que produzíamos.

Talvez tenha sido esta nossa mobilidade, esta nossa adaptabilidade, essa necessidade de não sermos vistos, que nos permitiram sobreviver. Por muitos anos vivemos no silêncio, mesmo em tempos de sofrimentos, como aconteceu quando os fazendeiros, já livre do perigo da malária, estenderam suas posses em cima das nossas.

A partir do ano de 1950, eles nos expulsaram das terras altas, das margens dos rios, assassinando muitos de nós, dispensando nossos serviços, e diziam que os tempos eram outros, era a vez de um outro Brasil, do Brasil moderno, dos empresários, das máquinas, da grande produção. A esta violência, a este sofrimento, respondemos tomando rumo em direção às ilhas, último recanto ainda não cobiçado pelos brancos. As ilhas são do rio e ele, “generoso” com os “vazanteiros”, nos garantiu lugar, peixes, terra fértil para trabalhar, para quem não tinha mais para onde ir.

Por incrível que possa parecer, agora, depois de mais de 400 anos, querem nos expulsar, o povo vazanteiro, das margens e terras altas que nos sobraram, das ilhas, das “terras crescentes”. Depois que destruíram milhares de “lagoas criadeiras”; poluíram com esgotos, agrotóxicos e metais pesados o nosso rio (vejam o que acontece em Três Marias MG, onde os rejeitos da Votorantim Metais já mataram cerca de 200 toneladas de peixes, conforme investigação do Ministério Público Estadual); degradaram os Cerrados, berço de nossas águas, com as grandes monoculturas de soja, eucalipto, café e cana; transformaram nossas matas em carvão, enfim, inundaram grandes extensões de nossas melhores terras para construção de barragens para geração de energia, as quais alteraram irremediavelmente os ciclos naturais do rio; depois de tudo o que fizeram vêm nos dizer que os territórios onde habitamos: terras altas, ilhas e margens – de onde tiramos o nosso sustento e ajudamos, ainda hoje, tantos a se alimentar, é área de “preservação ambiental”, e que devemos sair daqui.

- Queremos ser reconhecidos, termos os nossos direitos garantidos, direito ao uso de nosso território, às terras altas, margens, ilhas e às “terras crescentes”;

- Queremos a concessão de uso das terras da União nas margens do São Francisco, que estão sendo hoje usadas ilegalmente por fazendeiros, que com violência nos expulsam e nos proíbem do acesso; devemos ter prioridade na concessão destas terras;

- Queremos que o INCRA priorize de imediato a desapropriação das áreas de fazendeiros que estão em conflito com os Vazanteiros, e implante um modelo de reforma agrária que respeite nossa forma de viver e de produzir.

- Queremos que cessem a degradação do rio, de seus afluentes, de suas cabeceiras, nascentes e áreas de recarga;

- Queremos que o Cerrado e a Caatinga sejam preservados e aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 131/2003) que os torna “Biomás Nacionais”; que os povos dos Gerais e da Caatinga sejam apoiados em suas diversas iniciativas de acesso e uso da terra, que preservam os ecossistemas;

- Queremos que as carvoarias sejam submetidas a rígido controle, quando não reprimidas e coibidas;

- Queremos a intensificação das investigações, seguida de punição e medidas imediatas de controle, correção e impedimento da poluição por metais pesados, como a provocada pela empresa Votorantim Metais, em Três Marias – MG;
  - Queremos dar a nossa contribuição na recuperação dos peixes, das “lagoas criadeiras”, na recomposição de sua vegetação, de acordo com o nosso jeito de produzir e viver. Por isso, precisamos de uma legislação ambiental e de políticas públicas apropriadas;
  - Queremos a multiplicação de Reservas Extrativistas em toda a bacia do rio São Francisco, para preservação, controle e uso sustentável das comunidades ribeirinhas e vazanteiras, geraizeiras e caatingueiras;
  - Queremos que sejam multiplicados em comunidades de toda a bacia do São Francisco os Agentes Ambientais Voluntários, capacitados pelo IBAMA e investidos de autoridade para o controle e coibição de danos ao meio ambiente e promoção de sua preservação;
  - Queremos ter respeitado o nosso direito à educação em todos os níveis, e que o ensino reconheça e estimule o nosso jeito de viver, de produzir, de conviver com o rio;
  - Queremos ter respeitado o nosso direito à saúde, a estradas, a transporte até as sedes dos municípios;
  - Queremos acesso à eletricidade, que se faça investimentos em formas alternativas de produção de energia, suspendendo a construção de novas barragens que expulsam famílias e degradam ainda mais o rio e o povo do rio.
- O rio São Francisco não pode ser recuperado, revitalizado, como vocês agora estão dizendo, sem nós, o povo Vazanteiro. A história conta, é nosso dever, nosso direito e obrigação dos senhores.

***Ilha da Ingazeira, Manga-MG, 27 de maio de 2006***

## 11.

***Eles - Nós - Entre-Nós******Uma viagem entre alguns quadrantes para tentar compreender o que as teorias nem sempre dizem***

Terei que recordar de novo uma vivência minha já descrita com brevidade muitas páginas acima, e que foi a experiência do “treinamento de sensibilidade” que eu vivenciei quando estudante de psicologia. Eu a descrevi muitas páginas acima, e agora basta relembrar o desenho do quadro-negro, recordando as quatro dimensões do “eu” propostas pelo coordenador do “treinamento”.

***EU CLARO******EU SECRETO******EU OCULTO******EU PÚBLICO***

Quando depois de deixar a psicologia comecei em 1972 a minha formação como antropólogo, voltei a me lembrar do quadro de nosso “treinamento de sensibilidade”. Foi quando aprendi que era com a minha “pessoa inteira” que diante de outras “inteiras pessoas” eu me colocava como um professor frente a meus alunos, e como um pesquisador diante de... quem?

E foi quando aprendi que aquele “quadro dos quatro eus” de anos atrás poderia com valor ser também aplicável a situações de um encontro entre pessoas a que damos o nome de “pesquisa”, ou de “investigação”. E a que nos acostumamos a completar com qualificadores como: “pura”, “acadêmica”, “científica”, “empírica”, “quantitativa”, “qualitativa”, “de campo”, “social”, “aplicada”, “participante”, “ação-participativa”, “militante”, etc.

***Eu, nós, eles, para nós, para eles, para eles-e-nós, entre-nós, entre nós-e-eles, entre eles-e-nós***

Na atividade de uma investigação social em que uma pessoa, ou uma equipe “acadêmica-científica-erudita”, estabelecem um encontro ao redor da criação de saberes, os quadrantes de nosso grupo de estudantes de psicologia poderiam ser redesenhados de uma maneira muito próxima.

Procuremos trabalhar agora com conjunto simples de palavras, e para além (ou aquém) da teoria ou da metodologia tradicionais, que buscam fundamentar e ordenar atividades centradas na criação e partilha de saberes através de alguma modalidade de investigação, busquemos responder passo a passo esta pergunta desdobrável: quem conhece o que, sobre quem, para quem, através de quem e com a presença de quem?

Reconheçamos que em uma versão mais rigorosamente epistemológica a mesma pergunta poderia ser formulada assim: de que maneiras, por meio de quais procedimentos, com fundamentos em que, junto a quem, em nome do que, a serviço de quem... quem pode conhecer o que sobre quem?

Ora, em sua vocação mais ética, ou mesmo mais política, a síntese de nossas perguntas poderia ser pensada desta maneira: em nome do quê e para que fins e

utilizações, através de que procedimentos, quem tem o direito de saber o que sobre quem?

Para surpresa e alegria minhas, certa feita encontrei algo no começo de um artigo sobre métodos de “pesquisa participante no campo da saúde”, que me lembrou o mesmo quadrante de alternativas do conhecimento e do desconhecimento de si-mesmo, tal como foi escrito e ensinado pelo nosso professor de dinâmica de grupos dos anos sessenta. Mas agora o quadrante possuía outros nomes e sentidos. Pois no texto em que o li ele seria aplicável não mais à terapia e à dinâmica de grupos, mas ao trabalho da investigação científica aplicada em favor de uma ação social.

Assim, eis que Elizabeth E. Tolley e Margareth E. Bentley procuram estabelecer diferenças entre a *pesquisa participante* entre as suas diversas alternativas, frente a modalidades mais tradicionais de investigação social, através de um quadro de situações *eu-eles* na construção do conhecimento.

O quadro de quatro quadrantes estava representado desta maneira<sup>49</sup>:

***NÓS SABEMOS  
(OU CONHECEMOS)  
ELES SABEM***

***NÓS NÃO SABEMOS  
(OU NÃO CONHECEMOS)  
ELES SABEM***

***NÓS SABEMOS  
ELES NÃO SABEM***

***NÓS NÃO SABEMOS  
ELES NÃO SABEM***

Para pensar algo que nos aproxime da lógica das investigações sociais com vocação popular-participante-emancipadora, coloquei os verbos e sujeitos no singular, e redesenhei o quadro acima assim:

***EU SEI  
ELE SABE***

***EU SEI  
ELE NÃO SABE***

***EU NÃO SEI  
ELE NÃO SABE***

***EU NÃO SEI  
ELE SABE***

Consideremos “eu” (desdobrável num “mim” ou em um “para mim”), como um sujeito individual ou coletivo, quase sempre com uma formação acadêmica e envolvido em uma atividade de pesquisa social junto a um “ele”. E um “ele” desdobrável em uns “nós”, ou em um “para eles”, e considerado aqui como uma pessoa, como um grupo de pessoas, como uma comunidade de pessoas, como uma rede de pessoas ou de associações de pessoas a quem associamos qualificadores sociais como: “o povo”, “as classes populares”, “o campesinato”, “o operariado”, “a

---

49. Está em *Training issues for the use of participatory research methods in health*, no livro: *Participatory Research in health - issues and experiences*, coordenado por Korrie de Koning e Marion Martin, e publicado na África do Sul e em Londres pela editora Zed Books, em 1996. Os “quatro quadrantes do conhecimento” estão na página 51.

comunidade tradicional” (ou “indígena”, ou “quilombola”, etc.), “os excluídos”, “o movimento popular”. E, em termos mais atuais, outras categorias de “eles” ou “ele”, originários de outras comunidades: geográficas, sociais, culturais, étnicas, vocacionais, de gênero, etc. ou de outros diversos movimentos socioculturais.

Se quisermos pensar o mesmo padrão de quadrantes, tomado desde o ponto de vista da destinação de saberes construídos e partilhados (ou não), através de uma investigação social, poderemos desenhar um quadrante em que o “para” indica o agente criador e destinatário único ou preferencial dos “dados”, “produtos” ou “dos resultados de uma pesquisa”.

***PARA MIM***  
***PARA ELE***

***PARA MIM***  
***NÃO PARA ELE***

***NÃO PARA MIM***  
***NÃO PARA ELE***

***PARA ELE***  
***NÃO PARA MIM***

Consideremos que o primeiro quadrante configura o que estaremos chamando aqui de “pesquisa aplicada”, recuperando uma antiga e ainda útil expressão. “Aplicada” no sentido de que mesmo quando originária de uma instituição científico-acadêmica, ou de alguma outra instituição “erudita”, o destinatário do saber produzido, ou de alguma modalidade de aplicação do saber da pesquisa, tende a ser alguma categoria de “ele” ou “eles” que não “nós”, como agentes de um trabalho de investigação social.

O segundo quadrante configura a investigação social científico-acadêmica “pura”. Trabalhando junto a uma coletividade de “eles”, não raro ao longo de um largo tempo, como nas pesquisas de antropologia, entende-se que o destinatário único ou preferencial do “produto da pesquisa” é uma comunidade de “nós”, alheia ou distanciada “deles”, os “objetos”, ou mesmo eufemisticamente os “sujeitos” da investigação.

Não devemos esquecer que boa parte da ciência erudita que investiga alguma categoria popular de “eles”, dedica-se a traduzir o saber, a memória, o imaginário, os sentimentos, as palavras, os gestos, enfim os atos e os fatos “deles” em uma linguagem que para ser acreditadamente científica deve ser compreendida e partilhada entre confrarias eruditas de “nós”, tanto quanto ela pode ou mesmo deve permanecer distante, opaca ou incompreensível por “eles”.

Ora, o terceiro quadrante configura em alguma medida seu oposto. Aqui estão os saberes, etc. que pertencem a sistemas de sentido “deles”, de uma cultura camponesa ou indígena, e que se situam fora de meu campo de saberes e de sentidos. E, ademais, situam-se “fora de mim” e de meu círculo de pessoas porque configuram modalidades do que chamarei de *saber popular* ou, ainda, de *ciência popular*. Ou são sistemas de sentido que se situam fora de “mim” porque pertencem a esferas de saberes outros de que estou social e culturalmente excluído, seja por desinteresse meu, seja por alguma (sábria) estratégia de ocultamento do próprio, de parte “deles”.

Lembro-me de que quando investiguei “hábitos e crenças alimentares em Mossâmedes – Goiás” como a minha fração em um amplo estudo antropológico sobre “ideologias alimentares” precisei convidar uma estudante amiga para proceder às entrevistas com as mulheres da comunidade. Sobretudo as mulheres “casadas e mães-de-filhos”. De antemão eu sabia que se eu mesmo fosse “entrar em tal terreno com tais pessoas” além de correr riscos inerentes ao tamanho de minha indiscrição, por certo obteria de minhas “informantes” uma reduzidíssima parcela de respostas completas e convincentes. A minha “auxiliar-de-pesquisa, no entanto, sendo além de goiana, uma pessoa muito sensível saiu-se muito bem. Mas mesmo ela confessou que sobretudo em conversas com “as parteiras do lugar”, teria logrado apenas uma pequena porcentagem dos seus saberes e, menos ainda, “do seus segredos”<sup>50</sup>.

No último quadrante estão campos de saber e sentido que são desconhecidos tanto de parte “deles” quanto de “minha parte”. E, tal como entre físicos sobre o Universo, ou biólogos sobre a Vida, eles configuram muito mais zonas opacas, mal conhecidas ou desconhecidas do que “eles” e “nós” imaginamos. Recordemos, capítulos acima, as reflexões de Terry Eagleton com base em Zizek.

Existem ainda outras questões desdobradas desde as que escrevi linhas acima. Elas têm a ver com questões relativas à relação entre quem-pesquisa-quem, e a-quem-se-destinam-os-saberes-derivados.

Este será o momento para uma vez mais eu recordar falas e escritos de Boaventura de Souza Santos, em momentos em que ele compara a tradição das pesquisas sociológicas com as antropológicas. E eu me sinto a vontade em trabalhar o seu paralelo, porque durante anos estive envolvido com as primeiras e, depois e até agora, com as segundas. Boaventura lembra que usualmente a sociologia dedica-se a investigar “o próprio mundo do investigador”. Claro, sobretudo hoje em dia esta tradição tornou-se bastante mais flexível e aberta. E lembra Émile Durkheim, que entre o século XIX e o XX podia ser ora lido como um sociológico rigoroso (e autor das severas “regras do método sociológico”) ora como antropólogo (como nas *Formas elementares da vida religiosa*).

Lembra Boaventura de Souza Santos os sociólogos, que para usualmente investigarem o seu próprio mundo de vida e de pensamento, precisam armar-se de métodos rigorosos, quantificáveis, relacionalmente “neutros”, etc. Isto porque justamente porque “os seus “outros eram eles mesmos”, ou lhes eram muito próximos, sociólogos criaram preceitos relacionais e regras metodológicas mais objetivantes e de afastamento do “outro”.

De sua parte, a antropologia constituiu-se como uma “sociologia do estranho”. Uma ciência social em busca da alteridade, do “mundo dos outros”. E seus fundadores deixaram a Inglaterra, a França e os EUA e foram interagir com pessoas e povos de culturas e línguas não apenas distantes, mas também diversas,

---

50 O relatório de minha parte de uma ampla “pesquisa nacional” saiu afinal publicada como um livro: *Plantar, colher, comer – hábitos e ideologias alimentares em Mossâmedes, Goiás*. A parte de Terezinha, a auxiliar de pesquisa, redigida por ela e por mim, saiu como o último capítulo: “as regras da mulher”.

diferentes. Assim, em direção oposta, a antropologia gerou teorias e metodologias de pesquisa não apenas “qualitativas”, focadas na “observação participante, mas também francamente subjetivas, interativas e dialógicas. Como o “meu outro” me é distante e estranho, preciso estabelecer com ele não tanto o rigor de meus métodos e minhas técnicas de pesquisa, mas abordagens interativas que o tornem pessoalmente próximo.

Mais adiante deverei lembrar que a pesquisa participante realiza um segundo salto depois da pesquisa qualitativa. E ela não se obriga a ser interativa, dialógica e participativa apenas porque “eles” dela participam no seu todo ou em partes de seu acontecer. A participação passa a ser não apenas adequada, mas necessária ou mesmo essencial, porque agora eu estendo o valor-confiança que a pesquisa etnográfica depositava em-mim, ao outro que e com quem investigo. Tanto quanto eu, ele deve ser também confiável, desde os seus termos, desde os seus saberes, e através dos seus sistemas de saber e sentido.

Disto isto, sigamos com os nossos quadrantes. Na variedade dos campos de ciências sociais e na diversidade dos sentidos e utilizações atribuídas a uma pesquisa, em sua pluralidade ela pode se diferenciar da seguinte maneira:

***SOBRE NÓS  
PARA NÓS  
sociologia***

***SOBRE ELES  
PARA NÓS  
antropologia***

***SOBRE ELES  
PARA ELES  
pesquisa participante***

***SOBRE NÓS  
PARA ELES  
sociologia crítica***

Uma pesquisa social pode ser dirigida ao próprio universo de vida e pensamento do investigador. E pode ser pensada e realizada para produzir saberes devotados a ele e ao seu círculo de dialogantes profissionais. O que ele escreveu sobre o que pesquisou deve circular em seu restrito “mundo de cultura”.

No segundo quadrante nos vemos às voltas com uma investigação “sobre eles”, mas “para mim”, ou para o círculo restrito de um “entre-nós”. É quando o antropólogo investiga o sistema de parentesco de uma sociedade tribal, e em uma língua que não a dela transforma narrativas e sistemas de saber “deles” em uma escritura alheia a eles, ainda que toda ela “sobre eles”.

Vivi tais alternativas ao longo de vários anos. E chama a atenção o fato de que ao redor do mundo cientistas sociais podem sofrer uma “perda de prestígio acadêmico” quando por alguma razão tornam-se difusores de seus saberes para fora do círculo de seus pares. Entre antropólogos, é preciso ser um Darcy Ribeiro para escrever romances. E é preciso ser um Roberto da Matta para durante anos escrever periodicamente para “colunas de jornais diários”.

No terceiro quadrante estão as investigações sobre “nós”, o “nosso mundo”, a “nossa “nação”, as “contradições estruturais e históricas da América Latina”, ou “a expansão do agronegócio como processo orgânico da globalização capitalista”, etc.

É quando em nome, ou a serviço de um movimento popular de camponeses eu me dedico a investigar “desde e para além de seu mundo de vida e trabalho”, e me destino a pedagógica e politicamente “traduzir” os dados e achados de minha pesquisa “para eles”.

Aqui está uma parte daquilo que aqui na América Latina pendulou entre uma *sociologia crítica* (Florestan Fernandes) e uma *sociologia militante*, a mesma que anos antes de uma teologia da libertação Orlando Fals-Borda irá constituir como uma “sociologia de la liberación”. Uma ciência dialogante com a *ciência popular*, que em outros momentos ele constituirá como uma sociologia que, para além de ser teoricamente *crítica*, seja também ativa e interativamente militante.

Acredito que com o quarto quadrante chegamos enfim ao que entre seus vários qualificadores eu escolho o nome: *pesquisa-ação-participativa*. E relembro uma vez mais que ela não é “participativa” porque algumas “pessoas do povo” participam do todo ou de momentos de seu acontecer. Esta seria uma *investigação partilhada* ou a *pesquisa solidária*. Ela é *participante* porque através de uma interação dialógica “eles-nós”, uma investigação participa de um momento científico-pedagógico-político das frentes de luta de resistência e de re-existência de pessoas, grupos, comunidades e movimentos populares.

Em muito pouco o quarto quadrante importaria quando se trata de alguma investigação social segundo os moldes da pesquisa científica e acadêmica. No entanto, ele contem o elemento que funda todas as variantes das pesquisas de vocação participante. Ao responder à pergunta: “quem participa do processo da investigação?”, dois de seus quadrantes saltam para além da fronteira tradicional que opõe, de um lado “quem pensa, realiza e utiliza a pesquisa” e, do outro, quem é pensado, perguntado, pesquisado e, depois, afastado, posto fora do curso final de um trabalho científico, em boa medida realizado através dele – de sua vida, de seus atos, de suas obras, de suas narrativas, de suas respostas a um questionário, etc.

Eis um nosso último quadro. Acredito que investigação social pode ainda ser:

***SOBRE NÓS  
PARA NÓS  
SEM ELES***

***SOBRE ELES  
PARA NÓS  
SEM ELES***

***SOBRE ELES  
PARA ELES  
COM ELES***

***SOBRE NÓS  
PARA ELES  
COM ELES***

Às alternativas anteriores não fiz mais do que acrescentar uma última variável: quem são os sujeitos-ativos-e-participantes do processo da pesquisa, como um co-ator-autor de todo o seu acontecer, entre o projeto e um relatório final?

Recordo que quando me iniciei em atividades coletivas de investigação social, não mais através das “pesquisas experimentais” de meu curso de psicologia no Rio

de Janeiro, mas já como educador popular integrado ao “setor de animação cultural” do Movimento de Educação de Base, as pesquisas em comunidades camponesas que realizávamos possuíam este nome: “estudo de área”. Eram investigações propostas e divulgadas pela ONU, depois do final da segunda guerra mundial, através projetos de Desenvolvimento de Comunidades – DOC, e eram dirigidas a países e povos do Terceiro Mundo.

Nossos estudos de área eram então pesquisas não apenas “aplicadas”. Elas eram pensadas como algo a ser “devolvido á comunidade” através dos encontros entre nós-e-eles, como parte de nossos projetos de “educação de base”, o nome de dávamos à nossas práticas do que veio a ser a educação popular. Era então um trabalho destinado à comunidade pesquisada, e realizado em seu nome. Mas era ainda realizado sem a participação ativa e co-decisiva de suas mulheres e de seus homens. Sendo política e pedagogicamente “aplicada”, ela não era ainda participante.

Retornemos ao nosso quadro. No primeiro quadrante, em cima e à esquerda, uma vez mais estamos diante da pesquisa “pura”. Investigações em que o que se pesquisa somos nós e os nossos contextos, em dimensões que podem ir de “todo mundo ocidental globalizado”, à “ideologias e imaginários de professores universitários de pedagogia em Bogotá”. Tal como no quadro anterior, no quadrante superior à direita estamos frente a investigações sociais em que contexto e sujeitos já não mais “nós e nossos mundos”, mas diferentes categorias, territórios sociais e simbólicos e cenários de vida “deles”.

Nos dois quadrantes inferiores estaremos diante de uma variação “falsbordianamente” ousada. Pois em cada um deles, “eles”, os atores-autores diferenciadamente populares saltam de “aqueles-que-são-investigados-por-nós”, em direção a pesquisas dirigidas a nós-mesmos, ou mesmo a-eles, em direção a “aqueles-que-investigam-conosco”. Ou, em casos-limite e já vigentes... “sem nós”.

No quadrante inferior à direita estejamos atentos a uma modalidade de investigação anterior mesmo à IAP, e que segue sendo relevante. Ela se realiza quando um movimento, ou uma outra qualquer instância popular-mobilizada, encarrega pessoas e coletivos de formação científico-acadêmica para que realizem uma investigação para “eles”. Um trabalho científico que, por exemplo, ofereça dados e propostas para ajudar a definir estratégias de resistência e luta.

Finalmente, de forma plena o quadrante inferior à esquerda configura vocações tradicionalmente participativas de criação coletiva de saberes, com a assinatura da investigação-ação-participativa.

### ***Dos quadrantes a perguntas em busca de respostas... ou de outras perguntas***

Este é o momento de passarmos da lógica quase geométrica de nossos quadrantes, que entre suas proximidades e distâncias querem sugerir divergências, diferenças e convergências entre estilos de investigações sociais, em direção a algumas reflexões a respeito daquelas que nos são mais próximas.

Muito do que pensamos como sendo algo devido apenas a uma “metodologia” não raro envolve interativo e interconectados conjuntos de propósitos, de modalidades de interações, de compromissos ou de parcerias entre eu-e-o-outro.

Assim, algumas perguntas desdobram as que nos ajudaram a abrir este escrito. E elas devem ser pensadas e dialogadas antes de se estabelecer qual será a abordagem metodológica de uma pesquisa.

1<sup>a</sup>. Quem pode ou deve pensar, projetar, conduzir, sistematizar e escrever a investigação?

2<sup>a</sup>. Em nome de que intenção, e no interior de qual projeto, ou quais projetos?

3<sup>a</sup>. Quem irá interagir comigo (ou conosco) através dela... desde o seu “outro lado”?

4<sup>a</sup>. De que maneira ela lida com a diferença tradicional entre agentes criadores e ativos da investigação, e os seus “objetos” ou sujeitos da pesquisa? Ou: a quem cabe o direito de perguntar e a quem o dever de responder?

5<sup>a</sup>. A quem ela se destina com prioridade, e quem é o seu destinatário essencial de leitura e de utilização?

6<sup>a</sup>. A que modalidade de “campo de saber-fazer-poder” a investigação se destina?

7<sup>a</sup>. Em vista de como devem ser respondidas as perguntas acima, em que linguagem o seu resultado final deverá ser escrito? Ou: quem fará parte do círculo (ou dos circuitos) daqueles a quem é destinado lê-la, compreendê-la e dar a ela uma destinação?

8<sup>a</sup>. A que pessoas ou instituições (entre uma universidade e uma comunidade tradicional... ou ambas) nós afinal prestamos as nossas contas?

9. Se ela é uma investigação que pressupõe a “participação” de outros-que-não-nós em seu percurso, como se colocam a lógica e a política das interações ao longo de todo o seu percurso.

10<sup>a</sup>. Enfim, do que a investigação “participa”?

a) de uma atividade de interesse científico-acadêmico que começa e termina dentro dos limites de sua instituição de origem, através da aplicação de teorias e de análise de “dados de uma realidade local”?

b) de um projeto pessoal de investigação para a produção pessoal de um trabalho acadêmico (entre uma monografia de graduação e uma tese de doutorado)?

c) de um trabalho que, conduzido por pessoas e/ou instituições “de fora” da comunidade investigada, dialoga com ela, incorpora pessoas-

participantes dela em momentos de seu processo, e “devolve” a elas o todo ou parcelas dos seus resultados?

d) de um momento de uma ação pedagógico-política em nome de, e conduzida por grupos, movimentos ou comunidades populares, em que uma “investigação que participa” ali se insere.

Não tanto para responder a todas essas perguntas, mas para seguir com o desdobramento de alternativas de trabalhos de criação de saberes através da pesquisa social, busquemos retomar agora uma listagem por certo incompleta e imperfeita de modalidades.

Sabemos já que uma investigação teórica, documental, empírica, quantitativa, qualitativa, quali-quantitativa, etc. pode ser: *nossa-sobre nós-para nós*, como um trabalho de professoras de uma escola sobre as aspirações e motivações de professores daquela escola, destinada à leitura crítica e à formação de professoras daquela mesma escola.

Ela pode ser: *nossa-sobre nós-para nós-e- para outros*, como uma pesquisa de uma estudante de mestrado em pedagogia envolvendo estudantes de pedagogia em busca de qualificar as suas afiliações ideológicas e/ou religiosas, como um trabalho destinado inicialmente a uma banca de exame de mestrado e, depois, a uma eventual publicação em uma revista de pedagogia.

Ela pode ainda ser *nossa-sobre nós-para outros*, como uma investigação realizada por uma equipe de educadores sobre aspirações profissionais de educadores, destinada a uma instituição internacional dedicada à qualificação de educadores, ao Ministério da Educação, ou mesmo para uma “empresa de educação à distância”.

Ela pode ser *nossa-sobre outros-para-nós*, como uma pesquisa pensada e realizada por uma equipe de uma escola junto a pessoas adultas (pais de alunos ou não) da comunidade onde a escola existe, para ser uma fonte de dados destinados a um projeto de ampliação e melhoria das relações escola-comunidade.

Ela pode ser *nossa-sobre outros que não nós-para nós e para outros*, como o exemplo da mesma pesquisa acima, agora destinada a ser apresentada, conhecida e dialogada com as pessoas da comunidade que dela participaram como integrantes de momentos da investigação, depois de concluída e escrita,

Ela pode ser *nossa e de outros-sobre outros-para nós e outros-conosco e com outros*. Assim seria a mesma investigação acima, mas agora com a sua proposta original derivada de uma reunião de pais-e-mestres, e com o seu projeto elaborado como o trabalho interativo de uma equipe constituída por professoras e pessoas da comunidade. Uma pesquisa destinada a ser colocada ao redor da mesa para gerar propostas de ações pedagógicas e culturais entre profissionais da escola e mulheres e homens da comunidade.

Ela pode ainda ser: *de outros e nossa-sobre outros-para outros/nós*, como o modelo de uma investigação originada de um movimento social, em um momento de seu projeto de ações em nome de seus enfrentamentos, de suas lutas por direitos. Uma “investigação que participa”, e que, desde a proposta original do

projeto, dele ao seu percurso empírico e desde o seu processamento até sua realização final e a sua destinação, realiza-se como uma atividade inserida no campo das ações *deles*, assim como o campo de partilha e diálogos entre eles (os da comunidade, os do movimento, etc.) e *nós*, na qualidade de participantes-assessores.

Ela pode ser uma investigação *nossa-sobre outros-para outros*, como uma pesquisa de campo sobre a história e a memória social de uma comunidade, e cuja proposta, cujo financiamento, cujos termos básicos são trazidos a nós desde uma agência externa, ou desde uma empresa governamental, como um “serviço encomendado”.

Saibamos reconhecer que além dessas oito alternativas outras podem e devem existir, seja no intervalo entre duas delas, seja mesmo como uma modalidade outra, diversa de todas as sugeridas aqui como exemplos.

### ***Um exercício de desdobramento de modalidades e alternativas de investigação social***

Devo retomar aqui antigos e nem tão antigos nomes que procuram qualificar estilos de investigação. Este poderia ser um exercício dispensado. Mas se insisto em desenhá-lo agora, é porque no que toca as investigações com vocação e/ou projetos participativos creio ser importante estabelecer algumas diferenças relevantes.

Acredito que formalmente a “assinatura” de estilos e pesquisas, entre “participantes” e “militantes” nem sempre é o mais importante. No entanto podemos acreditar que um breve e precário inventário poderia de algum modo nos ser útil. Assim, recorrendo a alguns nomes-qualificadores consagrados, e a outros menos conhecidos - e deixando de lado complexas teorias (ou ideologias) sobre cada uma, busco lidar com pequenos exemplos. E penso distribuir as diferentes modalidades de investigações sociais de acordo com a sua origem e a sua destinação. Observo que a distribuição abaixo não segue padrões de confiável pesquisa teórica sobre o assunto. Isto porque não estou buscando respostas a uma pergunta como: de um ponto de vista teórico-epistemológico quais são as alternativas viáveis e presentes entre as possíveis vocações de investigações?

Estou buscando respostas a esta pergunta: o que eu observo quando olho ao meu redor, e para territórios algo mais amplos em que percebo pessoas e coletivos de pessoas realizando algo que elas próprias denominam de “pesquisa”, ou de “investigação”?

E eis que eu encontro esta sequência em “estado de rascunho”.

***Pesquisa pura*** - a investigação de origem e destinação acadêmica, dirigida a testar teorias e a coletar dados a respeito, por exemplo, das diferentes artes e dos diversos artistas populares em uma comunidade rural.

***Pesquisa aplicada*** - uma investigação que mesmo originada do mundo da academia e submetida aos seus termos e padrões, está também

intencionalmente motivada a gerar saberes que orientem ações sociais relacionadas aos temas e/ou sujeitos investigados.

***Pesquisa social partilhada*** - uma pesquisa “pura” e/ou “aplicada”, que mesmo quando originada do mundo científico-acadêmico busca fugir de seus padrões costumeiros, regidos por um crescente individualismo produtivista e competitivo, e desloca do investigador solitário para grupos e equipes solidariamente corporadas e cooperativas o processo coletivo de realização da investigação, com o propósito de torná-la mais uma ação social “a serviço de”, do que um “relato científico” destinado a círculos restritos e especializados de autores-leitores-usuários.

***Pesquisa consorciada*** - uma investigação pura ou aplicada, e em geral considerada por seus realizadores como “participante”, na qual algumas pessoas de uma comunidade escolhida participam complementarmente de alguns momentos de seu processo e, em seguida, em alguma escala partilham seus achados e resultados.

***Pesquisa participante*** - uma investigação de vocação popular não apenas por dirigir-se a sujeitos individuais e coletivos, mas porque é ela, a pesquisa, quem se insere em, e participa de momentos de ações pedagógicas, porque formam pessoas e quadros através de seu processo; e também políticas, porque visam criar saberes que empoderem os seus atores-autores, orientando e fortalecendo práticas insurgentes, contra-hegemônicas e emancipadoras “desde abajo y desde la periferia”. Cabem aqui o que chamamos também de *investigação-ação-participativa* e, segundo termos mais liminares e atuais: a *pesquisa militante*.

Estabelece esta nomenclatura classificatória um tanto contra a minha própria votante. Pois nunca considerei necessário e até mesmo oportuno pré-denominar estilos, alternativas ou métodos-e-técnicas de pesquisas.

Penso que uma investigação substantivamente *participativa* parte de um envolvimento dialógico entre diferentes-iguais, em que os “sujeitos pesquisados” são também substantivamente co-atores e co-autores de todo o seu acontecer. E, como co-criadores de saberes através de um diálogo eles-nós, são também os seus destinatários únicos ou prioritários.

Sem entrar na interminável discussão sobre as diferenças de termos e teorias, coloco aqui – desde que cumpram os requisitos acima - diversas alternativas e variantes, como: *autodiagnostico*, *pesquisa participante*, *pesquisa-ação*, *pesquisa-ação-participativa*, *pesquisa militante*, etc.

Saibamos reconhecer uma pequena diferença, no entanto relevante entre duas situações relativas ao que de modo genérico chamamos de *pesquisa participante*.

*Primeira situação:* uma ideia e uma proposta de investigação partem de uma pessoa ou de uma equipe “nossa”, e é levada para debate entre “eles-e-nós”. Uma vez aprovada a proposta, todo o processo envolve uma partilha eles-nós, mesmo quando (e isto muitas vezes é inevitável), alguns momentos teóricos, metodológicos e processuais da investigação “fiquem por nossa conta”.

*Segunda situação:* há já em curso uma ação pedagógica, social, política envolvendo nós (educadores, cientistas sociais, militantes, assessores. etc.) que participamos dela desde nossa posição “assessora”, quando no correr do seu processo surge a necessidade de uma busca coletiva de conhecimentos a serem construídos, desvelados ou aprofundados através de uma investigação coletiva. A necessidade de tal procedimento emerge das ações populares em curso. E ela nos é proposta como uma tarefa a ser participativamente realizada por “nós”, com “eles” e “a serviço deles”.

Nosso percurso ainda não terminou. Falta ainda uma última categoria. E ela é tão pouco reconhecida quanto fundadora de novos tempos e, por isso mesmo, essencial.

***Pesquisa popular*** – na falta de nomes mais adequados desenho aqui uma última alternativa há décadas atrás sugerida por Orlando Fals-Borda e em alguns momentos posteriores reforçada por Claude Lévi-Strauss, quando ele perguntava: afinal quando índios pesquisarão indígenas e negros investigarão negros?

Estejamos atentos a que na América Latina respostas ao apelo de Orlando Fals-Borda e à pergunta de Claude Lévi-Strauss já estão se realizando de forma afortunadamente crescente, e através de três - ou mesmo mais - modalidades de realização.

*A primeira:* sempre houve e seguirá sempre existindo em sua imensa e inesgotável pluralidade, aquilo a que chamamos de *cultura popular*, em suas hoje reconhecidas muitas variantes. Algo que Orlando Fals-Borda qualificou como possuindo a dimensão de uma verdadeira e plural *ciência popular*. Algo também crescentemente reconhecido pela antropologia de agora.

Antes mesmo do surgimento de áreas da antropologia como a etno-botânica, etno-astronomia e etno-música, aprendemos que entre indígenas da Amazônia e camponeses do Sul do Chile existem e se perpetuam inúmeras modalidades de saberes, sentidos, significados, sensibilidades e sociabilidades próprias e originadas das mais diferentes formações culturais. Diversos e, não raro, divergentes das nossas “ciências oficiais”, hoje reconhecemos que cada um dos plurais sistemas de saberes e de sentidos “outros-que-não-nossos” constituem formas e formações igualmente válidas de reconhecimento e conhecimento de diferentes dimensões “da realidade”. São sistemas de saber-agir que em diferentes situações podem e devem dialogar com os nossos. E não apenas para conhecê-los, segundo os termos de nossas ciências, mas para aprender com “as deles” as outras formas de

saber e modos de vida que nos ajudariam a nos abrimos a outros horizontes de mútua resiliência, resistência e re-existência.

*A segunda:* Povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades camponesas, movimentos populares insurgentes começam a fazer interagirem os seus saberes ancestrais com os nossos. Criam editoras ou outras modalidades de difusão de suas idéias. Escrevem, em suas línguas próprias, ou nas nossas; editam os seus folhetos, os seus livros, os seus discos de música.

Geram e estendem os seus próprios encontros e simpósios. Enfim, de uma maneira crescentemente crítica e criativa aprendem a partilhar os seus saberes, a dizer a sua palavra, a mudar as suas mentes, a transformar os seus mundos e a escrever as suas histórias.

E para tanto constituem-se e se apresentam a nós como sujeitos do que pensam e fazem, e assim como acontece na fronteira mais próxima entre tais procedimentos e a *pesquisa-ação-participativa*, eles nos reconhecem, nos chamam e nos convocam a criar com eles o que durante séculos nós criamos para nós, sobre eles, ou para eles, através de nossos saberes e significados.

*A terceira:* No ano de 2017 a Universidade de Brasília autorizou a que dois doutorandos indígenas redigissem e defendessem em suas próprias línguas as suas teses de doutorado. A mesma UNB possui um curso de “território e identidade indígena” em que metade dos estudantes são índios e metade brancos ou negros. O mesmo vale para o corpo de professores. Participei da mesa redonda de inauguração do curso, em Brasília. E a dividi com Davi Kopenawa, um índio ianomâmi e com Ailton Krenak, o nosso mediador.

De forma crescente, negros quilombolas, filhas de camponeses e indígenas de diversas etnias ingressam em cursos de pedagogia da terra, de direito, de ciências sociais e de outros mais. Crescentes exemplos de como mesmo em cenários dominados pela lógica e os poderes do capital, em um número crescente e irreversível, camponeses, indígenas, operários, negros quilombolas conquistam mais e mais lugares em nossas universidades.

E entre a graduação e o doutorado, novas gerações de povo-erudito - sem deixar de ser popular – afinal ocupa espaços de nosso mundo, e cenários de saberes que havendo sido durante séculos “nossos sobre eles e para os nossos usos e proveitos”, começam a ser agora “deles, sobre eles e nós, e para eles”. Ou para enfim aprendermos a saltar fronteiras e desde novos entre-lugares, dialogarmos de igual para igual... eles e nós. Dentro de poucos anos estaremos diante inúmeros “outros” divididos entre “doutores de suas próprias culturas” (como um sábio xamã guarani) e “doutores outros em nossas culturas”.

E isto tudo nos leva a reconhecer que “outros estão chegando” e, como nós durante tanto tempo, estão começando a pensar sobre eles próprios e, através

deles, sobre nós. A “chegada do Outro” talvez seja o acontecimento mais relevante em todo o nosso mundo de pensamento e ação.

## **Adendo**

### **Alguns momentos de Orlando Fals-Borda**

*No nos sorprenda que allí, en ese mundo rústico, elemental o anfibio (el del hombre caimán y el hombre hicotea) que ha atraído a los antropólogos, se haya configurado también el complejo literario del Macondo, hoy de reconocimiento universal.*

*Científicos e intelectuales del norte y del sur convergieron así creadoramente con novelistas y poetas para abrir surcos nuevos de comprensión del cosmos y retar versiones facilistas y parciales del conocimiento que provienen de la rutina académica.*

*Los macondos, junto con los bosques brujos de los yaquis, las selvas de los mundurucu y los ríos-anaconda de los tupis, son símbolos de la problemática tercermundista y de la esperanza euroamericana: reúnen lo que queremos preservar y lo que ansiamos renovar. Retan lo que cada uno cree que piensa de si mismo y de su entorno. En fin, lo macondiano universal combate, con sentimiento y corazón, el monopolio arrogante de la interpretación de la realidad que ha querido hacer la ciencia cartesiana.*

***Ciencia propia y colonialismo intelectual – los nuevos rumbos, página 158.***

*Noten que esta corriente “de abajo”, que se ha olvidado y despreciado, es la que habla siempre de la vida, del sentimiento, del goce, de la cotidianidad. No están preocupados de si son capaces de hacer volar un cohete a la luna o no; les importa más si hay agua, si hay salud, si hay comida, si hay paz: eso es lo que les preocupa. Observen, entonces, las diferencias en las prioridades que tiene el científico de “arriba” y el otro “de abajo”, el de la ciencia popular.*

*Por todo lo dicho, si con la IAP se logra que eventualmente haya un encuentro de esos dos conocimientos: el de la ciencia tecnológica que nos está llevando a destrucción mundial, y el de la ciencia del Pueblo, que enfatiza otros aspectos valorativos, allí, de ese encuentro puede surgir, efectivamente, un nuevo camino.*

***Investigación Participativa***, entrevista concedida por Fals-Borda a Ricardo Cetrullo em Buenos Aires, em julho de 1985. Está nas páginas 21 e 22.

*Por todo lo dicho, si con la IAP se logra que eventualmente haya un Encuentro de esos conocimientos: el de la ciencia tecnológica que está llevando a la destrucción mundial, y el de la ciencia del pueblo, que enfatiza otros aspectos valorativos, allí, de ese encuentro puede surgir efectivamente un nuevo camino.*

*Investigación participativa, páginas 21 e 22.*

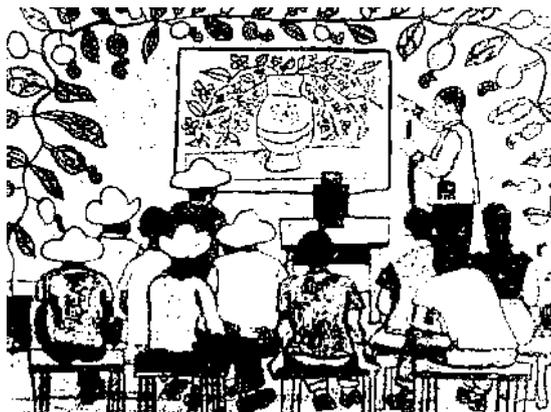
*O verdadeiro e ativo cientista de hoje coloca-se questões como: “Qual é o tipo de conhecimento que queremos e precisamos? A que se destina o conhecimento científico e quem dele se beneficiará?”*

*Portanto, este parece ser o momento apropriado para se examinar friamente os fatos e tentar melhor compreender a ciência emergente e a cultura subversiva. Pode ser compulsória uma reordenação da atuação científica fim de torna-la útil à sociedade como um todo. Com isto em mente, é inevitável levar em consideração as necessidades das grandes massas humanas que são vítimas do progresso desequilibrado da própria ciência.*

*Está na página 47, de seu artigo: **Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular**, capítulo do livro **Pesquisa Participante**. Noto que este artigo foi originalmente publicado em 1980.*

*La vía propia de acción, ciencia y cultura, incluye la formación de una ciencia nueva, subversiva y rebelde. comprometida con la reconstrucción social necesaria, autónoma frente a aquella que hemos aprendido en otras latitudes y que es la que hasta ahora ha fijado las reglas del juego científico, determinando los temas y dándoles prioridades, acumulando selectivamente los conceptos y desarrollando técnicas especiales, también selectivas, para fines particulares*

**Ciencia propia y colonialismo intelectual – los nuevos rumbos. No capítulo 1 – es posible una sociología de la liberación**



## **12.** ***Alguns passos em direção ao encontro com o Outro na pesquisa participante***

Em todos os campos, entre as ações mais práticas e as ideias mais abstratas, de nossas maneiras de lidar no cotidiano com pedras e plantas até a maneira como a descoberta dos “buracos negros” no universo nos fez repensar toda a astrofísica teórica, assim também em nossas relações com outras pessoas, com outras coletividades, com outras maneiras de ser no presente, de evocar o passado e de projetar, entre a fé religiosa, a ciência pós-moderna e uma reescrita do humanismo que foi o fundamento mais universal do pensamento e das ações das pessoas cujos depoimentos eu trouxe a este livro, podemos acreditar que estamos vivendo agora uma passagem, uma travessia, um trânsito entre modelos clássicos do conhecimento do mundo e da pessoa do Outro.

O “absoluto Outro”. Aquele sobre quem dois notáveis pensadores judeus que já nos visitaram aqui, escreveram palavras extremas. Pois Martin Buber nos veio lembrar que para ser a pessoa-de-mim-mesmo, um Eu (sempre com maiúsculas) eu só posso me relacionar com o meu outro (quem quer que seja) como um Tu. Se o reduzo, funcional e utilitariamente, a um Isso, Eu também em um Isso me transformo.

E Emmanuel Lévinas, ainda mais extremo, veio nos dizer que diante de um Outro, defronte do rosto do Outro eu não lhe devo apenas o meu reconhecimento, a minha deferência. Devo a Ele o dever ético de minha responsabilidade. Sou responsável por um Outro qualquer, quem quer que ele seja, pelo simples fato de ele existir. E de em um momento está aqui... diante de mim.

Palavras e desafios extremos, claro. Mas que nos convidam a pensar algumas formas novas de estabelecermos, também através da pesquisa e, possivelmente, mais ainda por causa dela, de seus propósitos, de seus efeitos, pelo menos ensaio progressivos de algumas novas relações.

Passo a passo, quais seriam elas?

**1º passo** – *uma nova relação da pessoa-que-conhece com ela própria.*

Estamos nos abrindo à adoção de alternativas qualitativas, de métodos fundados em escolhas intersubjetivas, de processos de pesquisa científica fundados na interação entre sujeitos, de que a *observação participante* é um bom espelho. Este trânsito não representa apenas o resultado acadêmico de inovações epistemológicas, ligadas a revisões e recriações de teorias e metodologias do conhecimento. Ele comparte uma extraordinária convergência de pontos de vista sobre afinal quem somos nós, os seres humanos. Quem somos e como pensamos, sentimos, nos relacionamos uns com os outros... e vivemos. Representa toda uma corajosa e tardia abertura co-existencial. E trabalha sobre um drama vivencial, relacional e afetivamente interpessoal, e não apenas sobre uma questão científica, teórica e metodológica.

Assim sendo, ele não representa somente um novo método fenomenológico, qualitativo, interativo-subjetivante. É algo que pretende instaurar uma outra compreensão a respeito de nós mesmos como seres da vida e como sujeitos do conhecimento. Algo que nos desafia a tornar afinal possível a emergência de outros métodos e de outras ferramentas de trabalho científico e pedagógico.

Somos pessoas e pensadores confiáveis, não porque sonhamos, imaginamos, devaneamos, pensamos, dialogamos, transgredimos e ultrapassamos limites. Somos confiáveis não apenas em nossas mentes racionais, e mentes também intimamente senscientes-pensantes de nós-mesmos. Somos racionais porque sentimos e pensamos, imaginamos, sonhamos e devaneamos. E por isto podemos também pensar racional e objetivamente. Somos, antes de tudo, seres “sentipensantes”.

Um método científico é uma seta entre outras apontando um caminho entre outros. As técnicas de pesquisa e os procedimentos experimentais são a bota que eu uso e o bastão que eu carrego ao caminhar. Mas quem caminha pelo conhecimento sou eu, uma pessoa. E o caminho por onde eu vou não é jamais um único. Há em qualquer domínio do real dimensões de fronteiras sempre abertas diante-de-mim. E ao pesquisarmos descobrimos sempre algo relevante, quando desconfiamos dos saberes consagrados, e quando dialogamos, os enfrentamos entre diálogos e, se assim dever ser, os transgredimos.

Todo o conhecimento objetivo é um saber que passa objetivamente entre e através de uma subjetividade; de subjetividades. Toda a neutralidade da ciência vive no interior do desejo de ser verdadeiro em uma pessoa, mais do que dentro da redoma do artifício de método interposto entre ela e o-que-ela-conhece e as conexões entre partes constitutivas. E, para além, entre elas e o todo que as constitui como algo sempre muito mais denso e mais profundo do que a mera “objetividade dos dados” pode alcançar.

E o que ela não alcança é justamente aquilo que a minha séria e dedicada imaginação deve ousar compreender. E devo recordar aqui um dos pensadores que mais leio e de quem mais aprendo. Gaston Bachelard foi um dos mais profundos, criativos e conhecidos pensadores da ciência. Foi um rigoroso epistemólogo e os seus livros são até hoje essenciais. E, claro, o “conceito” era então a sua categoria de análise fundamental.

Mas dentro de Gaston Bachelard havia um outro. Havia o “Bachelard Noturno”. Pois todos os dias, após as 18 horas ele abria uma garrafa de bom vinho. E esquecia o “conceito” dos seus dias. E anoitecia e avançava longas horas da noite dedicado à compreensão do “devaneio”. Sim, da imaginação criadora, da poesia que abundam em todos os maravilhosos livros do “Bachelard Noturno”. E ele dedicou um livro inteiro à contemplação da “chama de uma vela”. E escreveu sobre ninhos, nuvens, pássaros e jardins. Um de seus livros tem este título: *o*

*direito de sonhar*. Leio há anos os “dois Bachelard”. Um por obrigação, o “diurno”. O outro por vocação e devoção, o “noturno”<sup>51</sup>.

**2º. Passo:** *uma nova relação entre pessoas que conhecem.*

Devo lembrar aqui, e ainda de memória, aquela frase atribuída a Jean Piaget: “eu não acredito em pesquisa solitária; eu acredito em pesquisa solidária”. O que nos remete a um momento de uma música de Milton Nascimento, quando ele diz que: “o solitário não gosta da solidão”.

Relembro que fui inicialmente treinado em estilos de pesquisa muito rigorosos, assumidamente “experimentais” e muito solitários, como um estudante de psicologia. Cada um de nós andava enfronhado na sua “experiência de pesquisa”, por conta própria. De um lado eu-e-meu-orientador; de outro lado os meus “objetos de pesquisa”. Quando trabalhávamos em equipes, elas eram arranjos de pesquisadores solidários dentro de um amplo projeto com alguns temas e momentos comuns, ou envolviam grupos bem hierarquizados de investigadores.

Um pouco mais adiante, e bem mais nos “movimentos de cultura popular” do que no âmbito da universidade, comecei a aprender a conviver com equipes, em que as desigualdades objetivas de posições iam pouco a pouco sendo substituídas por diferenças interativas entre vocações. Estávamos ainda algo longe da *pesquisa participante*, mas já a caminho dela.

Mesmo quando havia (e quase sempre havia) um alguém mais qualificado, a figura de um “círculo de cultura” entre educadores-investigadores era nossa melhor fotografia. Começamos a constituir pequenas ou médias equipes de pessoas devotadas aos mesmos propósitos. Dissolvíamos as desigualdades de conhecimento e trabalhávamos buscando um máximo de “escuta do outro”, quem-quer que ele fosse. Dividíamos tarefas, mas procurávamos respeitar o princípio de que os momentos e as questões essenciais fossem partilhados por todas e todos da equipe.

Entre a dinâmica de grupo trazida a nós por educadores como Lauro de Oliveira Lima, e os círculos de cultura de Paulo Freire e do Movimento de Educação de Base, começamos a estabelecer entre nós unidades de aprendizagem solidária e de co-criação de conhecimentos, que um pouco mais tarde estenderíamos aos limites de um “outro ampliado”, através da *pesquisa participante*. O princípio desta passagem da *pesquisa solitária* ou de grupos hierarquizados, para a *pesquisa solidária* de equipes entre diferentes vocações pessoais frente aos objetivos comuns, configurava também uma espécie de extensão das idéias sugeridas por Carl Rogers, que estarei trazendo ao adendo deste capítulo.

---

<sup>51</sup> Afelizmente os livros “noturnos” de Gaston Bachelard estão traduzidos para o Português. A maior parte compõe uma coleção de livros de capa vermelha, editados pela Livraria e Editora Martins Fontes, de São Paulo.

Vivíamos então o alvorecer do tempo em que entre a física e a filosofia descobríamos que a ciência estava deixando de ser uma experiência objetivamente controlável e analítica em busca de regularidades únicas e leis definitivas, para se tornar uma aventura motivada e multi-cênica do espírito humano, em busca de múltiplos significados de compreensão das interações e integrações de campos interconectados do real.

Principalmente no caso das ciências humanas e sociais, tudo o que temos a colocar à volta da mesa de um diálogo inacabável, são diferentes e dialogantes “leituras-de-leituras” de frações menores ou maiores de alguma dimensão do “todo do real”. Sabemos que várias leituras e várias interpretações pessoais ou de grupos de pessoas de uma mesma equipe de educadoras são possíveis, até mesmo diante dos mesmos dados objetivos derivados de uma quantificação bem realizada a respeito de um tema bastante restrito como, por exemplo: “a relação entre nível econômico da família e o rendimento de meninas e meninos de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série nas escolas de uma rede pública municipal”.

Em *A interpretação das culturas*, possivelmente o livro de antropologia mais lido e comentado nas últimas décadas, em um momento final do primeiro capítulo: *Uma descrição densa – por uma teoria interpretativa da cultura*, Clifford Geertz escreve algo que que transcrever aqui.

*O que o etnógrafo enfrenta, de fato – a não ser quando (como deve fazer naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares, e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. E isto é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar linhas de propriedade, fazer o censo doméstico, escrever seu diário. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado<sup>52</sup>.*

Algo que pensado desde nossas motivações poderia ser traduzido assim: “nada do que parece simples é simples assim”. E em qualquer momento diante de um Outro, em uma situação de pesquisa, tanto ele, o Outro-diante-de-Mim quanto o que nós dialogamos e ele “me fornece” entre dados, falas, gestos, etc. tudo é extremamente mais imprevisível, complexo e humana e culturalmente mais denso e profundo do que em um primeiro momento me é dado perceber. Podemos

---

52. *A interpretação das culturas*, página 7.

imaginar que diante da pessoa de um Outro estamos frente a um pequeno lago de jardim, quando na verdade estamos na beira de um imenso rio que veio de onde não sabemos, e que flui para onde não imaginamos. E, como no conto de Guimarães Rosa, talvez o que buscamos esteja em uma sempre desconhecida e desconhecível... “terceira margem”.

Seja devido a uma escolha pessoal de uma teoria pedagógica ou de antropologia social, seja (e sempre é) por causa de uma maneira individualizada de se compreender e interpretar o que e o como “se lê do real”, o que temos para viver como conhecimento científico em qualquer campo do saber são visões, são percepções, são interpretações, são compreensões e são atribuições pessoais/coletivas de significados. “Narrativas de narrativas...” Não nos assustemos, os que investigam as estrelas estão se defrontando com os mesmos dilemas.

E o que torna interessante viver uma pesquisa e partilhá-la com e entre outras, é a diferença nelas e entre elas. Diferença que pode mesmo ser a divergência de pontos de vista e de posições de leitura crítica, mesmo quando haja um forte desejo de se chegar a “pontos e conclusões comuns”.

Se estas idéias são confiáveis, pelo menos como um ponto de partida, então a experiência do trabalho científico através de equipes solidárias de criação partilhada do conhecimento tenderá cada vez mais a ser a regra e menos a exceção. E do ponto de vista da composição social de pesquisas, isto vale também para os cenários mais acadêmicos. No Brasil e em outros países as instituições financiadoras de projetos de pesquisa cada vez mais privilegiam os “projetos integrados” e as “pesquisas temáticas”, em que equipes de pessoas com vários níveis acadêmicos partilham um diferenciado trabalho comum de investigação.

Estou defendendo o fato de que cada modalidade de prática de criação partilhada de conhecimentos através da pesquisa no trabalho docente realiza uma dimensão de trabalho ao mesmo tempo científico e pedagógico com um valor em si mesmo. Não acredito na radicalidade que o modelo mais acabado e mais consequente, desde um ponto de vista científico e/ou político, seja a única alternativa de uma *pesquisa participante*. Prefiro acreditar que em um horizonte mais amplo e generoso, ela dialoga com outras alternativas de partilhas na criação de conhecimentos.

**3º. passo:** *uma nova relação entre pessoas que conhecem, pessoas através de quem conhecem o que conhecem, e a realidade que umas e outras aprendem a conhecer e reconhecer.*

Este bem poderia ser um outro nome, mais descritivo e complicado para aquilo a que temos chamado aqui e ali de: *autodiagnóstico, pesquisa participante, pesquisa-ação, investigação-ação-participativa, pesquisa-ação-participante.*

Acredito que a *pesquisa participante* surge do reconhecimento de um absurdo. Ou de um “inédito viável”, diria Paulo Freire. Ora, porque não quebrar de uma vez a barreira que separa a pessoa e/ou a equipe erudita de pesquisadores de uma realidade social *versus* as pessoas e grupos humanos que vivem e criam com as suas interações sociais uma realidade a ser conhecida?

Porque não chegar a uma última ruptura frente à oposição sujeito-objeto na pesquisa social, se até mesmo os físicos se descobrem como uma subjetividade por detrás dos seus aparatos científicos, e se abrem a um diálogo em direção a uma crescente intercomunicação entre subjetividades diferentes em busca da comunicação possível com os planetas, com as estrelas, com os buracos negros, e com a ordem cósmica do universo?

Se com a *pesquisa qualitativa* aprendemos que nós próprios, pessoas humanas que investigam, somos confiáveis e não precisamos nos armar de falsos artifícios metodológicos, com a *pesquisa participante* aprendemos a acreditar que o outro, aquele a quem dirigimos a “nossa pesquisa” é, por igual, também confiável. Assim, mais do que “aquele que investigamos” porque não assumirmos que podemos interagir com “aquele que conosco se investiga”... e nos pesquisa?

O que nos leva a pensar a pesquisa como um momento da educação. Ou vice-versa.

### ***A educação como pesquisa... participante***

O que o ser humano pode fazer e criar com o seu conhecimento começa a ser em nossa era algo compreendido como de um alcance inacabável, imprevisível e inimaginável. Se houver tempo de vida humana no planeta Terra por séculos e mesmo por milênios ainda, este alcance poderá tomar a direção de uma compreensão de profunda harmonia entre todas as coisas – pessoas e sociedades humanas incluídas – e o Todo de que elas são parte. Este seria o caminho da realização do saber como plena humanização, e de consagração da experiência humana como uma fecunda e assumida partilha do mistério da Vida.

O que o ser humano pode fazer com o bom uso de seu conhecimento é nada menos do que a construção do primado da compreensão, da solidariedade, da justiça, da igualdade e do seu desaguadouro: a partilha da felicidade entre todas as pessoas e todos os povos da Terra.

Por menor e mais limitado que seja qualquer trabalho de interação entre pessoas através do saber e da atividade social que, como sentido e significado, ele deve orientar, um tal ofício do conhecimento não deve aspirar a menos do que somar-se a todo o fluxo de estabelecimento do bem e da paz através, também, do saber da ciência.

Acredito que seja finito e perversamente provisório tudo o que o ser humano tem podido criar e fazer, quando o pensamento que poderia gerar o dom da partilha e a compreensão da paz, gera o poder, a cobiça e o primado da lógica do interesse instrumental e do valor-mercado sobre a vocação de uma ética da comunicação amorosa entre pessoas e povos.

Devemos crer nisto, porque é muito difícil ser educador sem acreditar profundamente neste valor-da-Vida e da ação social em nome da felicidade humana e da plenitude da Vida no Planeta Terra. Todo o saber gerador do mal que, após haver extinguido o direito humano à compreensão e à felicidade, pretenderá

extinguir também as condições de reprodução da vida na Terra, precisa ter como contraparte uma vocação de pesquisa e de saber que seja o seu exato oposto.

Não há saber neutro; não há ciência neutra e não há pesquisa neutra. De perto ou de longe, direta ou indiretamente, elas são emancipatórias e realizam a vocação da experiência humana, ou são apenas reguladoras do “sistema mundo” conspiram contra o humano e a vida. Numa direção e na outra chegamos a um momento da história humana em que, mais do que nunca, o lugar da ciência e o das tecnologias de ação social e de socialização da natureza são centrais e cruciais.

Mais do que em todas as épocas anteriores, nesta era de nosso tempo, acertada ou ilusoriamente pensada como a “era do conhecimento”, ou a “era da consciência”, o lugar da educação é tão nuclear e crucial quanto o da ciência. Mais do que nunca somos e serão os outros aquilo que soubermos fazer conosco e entre nós, através da educação que nos fez, que nos faz, e a eles e elas.

Assim, podemos pensar que a razão de ser da educação não é apenas o ato de capacitar instrumentalmente produtores humanos através da transferência de conhecimentos consagrados e em nome de habilidades aproveitáveis. Antes disto e para muito além disto, ela é o gesto de formar pessoas na inteireza de seu ser e de sua vocação de criar-se a si mesma e partilhar com outros a construção livre e responsável de seu próprio mundo social de vida cotidiana.

Destinada a pessoas humanas no singular e no plural e, não, ao mercado de bens e de serviços ou mesmo a um poder de Estado, a educação não é uma atividade provisória e antecipadamente calculável segundo princípios de uma utilidade instrumental. Uma utilidade pragmática, cujo lugar de destino é apenas o trabalho produtivo, principalmente quando o exercício deste trabalho serve ao poder e aos interesses do mundo dos negócios. Não nascemos para nos reduzirmos a “empreendedores” no mercado, mas para sermos desbravadores de horizontes da vida e da sociedade.

A educação é uma experiência socialmente perene e pessoalmente permanente, destinada ousar criar o novo e o renovador, no singular e no plural, em e entre cada um de seus sujeitos: pessoas e povos. Assim sendo, o seu sentido é mais o de recriar continuamente “comunidades aprendentes” geradoras de saberes e, de maneira crescente e sem limites, abertas ao diálogo e à intercomunicação.

A educação não gera habilidades, ela cria criativas conectividades. E o que há de instrumental e utilitário nelas será apenas a sua dimensão mais elementar. Um alicerce; um chão sobre o qual se pisa ao andar, e acima do qual resta construir toda a Casa-do-Ser.

Ainda que represente uma escolha de saberes, de sentidos, de significados, de sensibilidades e de sociabilidades entre outras, a educação não pode pré-estabelecer de maneira restrita “modelos de pessoas”. Não pode pre-criar “padrões de sujeitos” como atores sociais antecipados e treinados para realizarem individual e coletivamente um estilo – ou “padrão” - social de ser-humano. Só é humano o que é imprevisível. E toda a educação que humaniza trabalha sobre as suas incertezas a respeito não tanto dos seus princípios, mas do destino daqueles a quem educa.

Considerada como uma prática social destinada a gerar interações de criação do saber através de aprendizagens, ali onde o diálogo livre e solidário é a origem e o destino do que se vive e do que se aprende, a educação deve começar por tornar os educandos progressivamente co-autores dos fundamentos e das intercomunicações dos e entre os processos pedagógicos.

Pela mesma razão, a educação deve formar pessoas livres e criativas o bastante para se reconhecerem corresponsáveis pelas suas próprias escolhas. Inclusive aquelas que, fruto do diálogo com os educadores, sejam diversas ou mesmo opostas às deles.

A razão de ser do ofício das ciências e, de maneira especial, das ciências da pessoa, da cultura e da sociedade e, mais ainda, da educação não é estabelecer certezas irremovíveis, e explicar dimensões da realidade através de leis e teorias inquestionáveis. Todas as ciências – pedagogia incluída - devem estar francamente abertas a campos conectivos, interativos e transformáveis de busca e de criação de significados.

Não cabe à ciência dizer o que há e como é o que existe, segundo versões únicas e autoproclamadas como definitivas, mesmo quando aperfeiçoáveis. Cabe a ela estabelecer diálogos de fertilidade e complexidade crescentes entre nós e o que existe. Entre nós e as diferentes formas e alternativas de compreensão do que existe. E entre nós mesmos, como seres da natureza, e criadores e habitantes da cultura e da sociedade, através dos múltiplos tipos de conhecimentos sobre o que existe e sobre aquilo que precariamente construímos para realizar uma entre as várias possíveis compreensões humanas do que existe. Do que existe e do que imaginamos, múltipla e diversamente, que existe dentro de nós, entre nós, e entre nós e as várias dimensões da vida e do cosmos.

Renovo aqui a idéia de qualquer que seja o campo preferencial em que opere, nenhuma ciência é neutra ou “pura” em si-mesma. Ela fala através de pessoas que são sujeitos de escolhas e de preferências. Pessoas e grupos de pessoas alter e auto-identificadas como atores culturais socialmente revestidos de algum poder de falar em seu nome, através dos princípios, processos e produtos de alguma de suas versões. Ela fala em nome de. Portanto, fala sempre desde um lugar social como: uma confraria de especialistas, uma comunidade relativamente autônoma, um poder político de um estado, o mercado de bens ou a interação entre pelo menos dois destes lugares sociais de construção e de destino do saber.

Não existe a possibilidade de uma ciência isenta e objetivamente neutra e imparcial em sociedades regidas pela desigualdade, pelo arbítrio, e pelo controle ilegítimo da liberdade, pela exclusão dos “outros-que-não-nós” e pela submissão do saber e do trabalho humano a fontes de poder e de interesse situados fora dos direitos essenciais da pessoa.

Fazer-se ou pensar-se neutro em um tal mundo de vida cotidiana quase sempre significa tomar o partido daqueles que, por boa consciência ou por má fé, creem ou fazem com que se acredite que entre o conhecimento científico e os direitos humanos à felicidade existe uma separação legítima. E que neste intervalo

a ciência serve a si mesma e ao puro e desinteressado incremento do saber legítimo e consagrado.

Fazem-nos crer que intenções e os usos do conhecimento transformado em interesse de posse ou de poder social estão situados fora do âmbito do ofício do cientista, e não lhe cabe decidir o destino de suas descobertas. Esta é a ilusão fundadora de algumas outras. Uma ciência de pesquisas críticas, ao mesmo tempo em que desvela dimensões da realidade, desvenda a falácia de uma suposta neutralidade do pensar científico.

Devemos reconhecer os vínculos de partilha ou de submissão da ciência e, em seu interior, da pesquisa científica, com respeito ao lugar social que a abriga. O círculo de cultura que define no todo ou em parte a sua vocação e que se apresenta como seu beneficiário exclusivo ou preferencial.

Devemos compreender que se o saber existe, é também ou é essencialmente ele o que nos torna humanos. O saber, a emoção e a busca sem limites de sentidos e de significados para nós-mesmos, para os mundos que criamos, para a vida e o universo, eis o que nos torna pessoas humanas e sempre mais humanizáveis. Eis o que as aperfeiçoa a serem sempre mais seres-do diálogo-e-da-reciprocidade. Eis os termos em que o próprio conhecimento e todas as alternativas culturais de sua recriação, para além de critérios apenas epistemológicos, só fazem sentido quando representam alguma forma de trabalho dialógico e destinado ao compartilhar crescendos de compreensão da vida e de felicidade na vida.

Apenas por uma doença cultural do espírito, de que penso que ainda não nos conseguimos curar, e que de tempos em tempos, aqui e ali, parece ampliar o seu poder sobre nós, pode-se aceitar que o trabalho da pesquisa científica deva ser submetido a interesses em que a individualidade se perverte em individualismo, e se apropria do conhecimento como uma forma de posse, de poder ou de prestígio de uma pessoa ou de uma confraria fechada de pessoas.

Devolvidas a comunidades humanas regidas pelo direito à diferença, à escolha livre e à reciprocidade responsável, a ciência, a pesquisa e a educação aspiram serem plurais. Aspiram multiplicar atores e autores. E sonham ampliar cenários de circulação criativa do saber entre círculos do dom e da troca. O que é o exato oposto dos circuitos sociais do ganho, da posse e do poder. Elas projetam uma multiplicidade convergente das-e-entre as diferenças. E sonham tempos de novas integrações entre os diversos campos e domínios das ciências (as da natureza, da vida, da pessoa e da sociedade) e novas (ou a redescoberta das antigas) interações entre o saber científico e outras esferas de conhecimento e de sensibilidade. Esferas do saber como as das artes, das espiritualidades, da filosofia e das tradições populares. Aquelas que podemos chamar também com o nome de “conhecimentos do senso comum”.

As idéias aqui expostas partem de uma escolha. Eles pretendem ser um entre tantos aportes à criação de modalidades de empoderamento das pequenas e múltiplas comunidades de pensamento crítico e de criação de conhecimentos compartilhados. Eles partem de que a investigação científica, associada a alguma

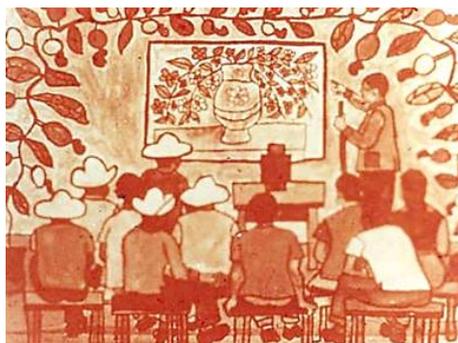
dimensão de trabalho do educador, deverá servir em primeiro lugar à sua razão de ser propriamente pedagógica.

E ela reside no propiciar condições de um aprendizado mais complexo e ativo, mais participativo, mais crítico e mais criativo a um número crescente e aberto em direção a e “todas as pessoas”. Ela deve ser um instrumento a mais na difícil passagem do conhecimento consolidado que se acumula, em direção ao saber que se aprende enquanto se vive a experiência de criá-lo em situações de diálogo.

E uma outra razão de ser da *pesquisa na educação* deve ser acrescentada à primeira. Ela é francamente social porque é ser também essencialmente pedagógica. Pois ela deve servir à multiplicação de equipes, de grupos, de comunidades sociais e de suas redes cada vez mais alargadas e abrangentes, de pessoas reflexivas dentro, à volta e até mesmo “fora da escola”. Unidades culturais de criação de saberes responsáveis por pensar o seu mundo e agir sobre ele através do aprendizado que se vive quando se participa da construção social e solidária do que se pensa.

Vivemos um momento de redescoberta da reciprocidade, da formação de cooperativas de trabalho e de troca de bens e de sentidos. Vivemos um difícil tempo de fortalecimento e da dispersão dos movimentos sociais resistentes aos e contestadores ativos dos interesses do mercado e do poder do Estado a ele subordinado.

Este deve ser o momento de nos perguntarmos se não estamos maduros o bastante para incorporarmos o saber, a ciência, a tecnologia e a educação a essas redes de vida comunitária cujos sujeitos e elos entre sujeitos são nada menos do que “nós mesmos”. E do que ousamos saber ser, quando criamos afetuosos e dialógicos espaços de vida ENTRE-NÓS.



### **13.**

## ***Algumas modalidades atuais de investigações e ações pedagógicas em alguma dimensão... participantes***

Afortunadamente hoje em dia são muitas, são múltiplas e muito diferenciadas as alternativas de investigações que de um modo ou de outro, mesmo sem usarem qualificadores como: “participante”, “participativa”, “militante”, representam uma entre várias aberturas ao “inédito-viável” também nas atividades de investigação social.

Dentre as que eu pratico e as que conheço por vivência própria, por docência ou por leitura, escolhi quatro. E de cada uma trago aqui uma breve síntese, indicando os livros onde elas são propostas e descritas com mais detalhes. Elas são: *a reconstrução coletiva da história*; *a cartografia social*; *a educação como investigação* e *a pesquisa social solidária*.

### ***Reconstrução Coletiva da História***

Desde muitos anos atrás e desde os esboços de seu surgimento, o que veio a ser a IAP esteve dividida entre três campo de atuação: 1º. a reconstrução coletiva e popular de histórias locais ou regionais de um povo, um movimento, uma comunidade patrimonial, com foco sobre a história oral e a memória social; 2º. o levantamento crítico e quase sempre realizado através de indicadores quantitativos de situações e condições específicas o gerais de vida de uma comunidade ou uma população mais ampliada; 3º. o estudo críticos das condições político-econômicas de toda uma região, de uma nação ou mesmo de um continente, como base para o pensar-agir de frentes populares de resistência e luta. A contribuição originária de Orlando Fals-Borda recobre essas três dimensões. E foi com relatos de vida de comunidades populares da Colômbia que ele ensaiou suas primeiras investigações participantes.

Alfonso Torres Carrillo, historiador e educador popular colombiano, criou uma modalidade *dialógica*, mais do que apenas *participativa* de “reconstrução coletiva da história”. Neste sentido, ele retomou a primeira tendência da IAP, e todo o seu esforço esteve destinado a “devolver ao povo” o direito, o saber e o poder de, a partir de sua vida, sua memória e sua história popular e coletiva, recriar para-si-e-para-outros, uma original versão não apenas de “sua história”, mas do que poderia vir a ser uma “outra história”.

Uma história não menos real e verdadeira por não ser tão academicamente científica. Pois tal como nas Epistemologias do Sul reclamadas por Boaventura de Souza Santos, uma história “desde abajo y desde la periferia” é para os seus autores-atores tão verdadeira quanto as que se transformam em respeitáveis teses acadêmicas. E com a virtude de que agora uma “história-nossa, sobre-nós, entre-nós e para-nós” pode ser ao mesmo construída por quem a vive. E pode ser compreendida por quem a constrói.

Seu livro, *Hacer historia desde Abajo y desde el Sur*, pode ser dividido em dois momentos. Nos capítulos do primeiro momento ele busca reconstruir a trajetória teórica e prática de modalidades de pesquisas sociais não apenas aqui na América Latina, mas em todo o mundo.

Num segundo momento ele apresenta a teoria e a prática – crítica, concreta e aplicável – do que ele chama: *Reconstrução Coletiva da História*. A RCH (como Alfonso abrevia) possui um desafiador valor além dos lembrados linhas acima. Ao contrário do que se “ensina-e-aprende” nas escolas, não se trata de uma “história pronta a ser aprendida tal como parece ser”, mas uma história construída a várias mãos e mentes. Portanto, uma reconstrução coletiva da história que se aprende não depois de quando “outros a escreveram”, mas ao longo do próprio processo de recriá-la coletivamente, na medida em que ela é vivida e pensada. Assim, ela é também uma prática pedagógica ao longo de todo o seu próprio acontecer<sup>53</sup>.

Após sua longa e fecunda resenha da trajetória de investigações de história e memória social com foco em questões e em sujeitos populares, Alfonso Torres deixa em segundo plano um cenário acadêmico-teórico de origem da proposta da RCH, e associa a sua emergência a acontecimentos políticos que marcaram a América Latina, entre a resistência civil às ditaduras do “Cono Sur” e a Revolução Sandinista. Acontecimentos do correr da história que promovem inclusive novas reflexões teóricas e outras propostas de ação cultural de vocação popular.

*La RCH emerge en una conjuntura de ascenso de los movimientos populares y de proyectos políticos alternativos (resistencia a las dictaduras en el Cono Sur, Revolución Sandinista y procesos insurgentes en América Central y Colombia), em estrecho vínculo con la Educación popular y la investigación participativa, e influida por las elaboraciones y discusiones provenientes de la historiografía marxista inglesa y los estudios culturales*<sup>54</sup>.

Ao lado da urgência de uma tal linha de pesquisa, investigações entre grupos, comunidades e movimentos populares, emergiram não mais apenas como um “desejo de conhecimento-cultural-de-nós-mesmos, enquanto coletivos tradicionais, mas também como uma vontade coletiva e militante de “reconhecimento-social-militante-de-nós-mesmos”, enquanto uma comunidade mobilizada, ou um movimento popular.

E assim como no alvorecer dos anos sessenta no Brasil surgiram e se difundiram os *movimentos de cultura popular*, que abandonaram o “folclórico” em nome de uma “cultura do povo”. Povo enquanto sujeito político não apenas de uma “história feita”, mas de uma história popular a fazer, a conhecer em seus próprios termos, e a utilizar como um instrumento fecundo de insurgência.

---

53 Seu livro é um dos pequenos-grandes livros de uma Coleção *Primeros Pasos*, das *Ediciones Desde Abajo*, de Bogotá. Esta coleção é dirigida por outro educador popular colombiano, Marco Raul Mejia, de cujo livro estarei falando logo a seguir.

54. *Hacer historia desde Abajo y desde el Sur*, página 98.

Recordando períodos das histórias populares da América Latina Alfonso Torres relembra que a partir dos anos sessenta setenta, junto com a primavera de movimentos sociais e étnicos, entre frentes de operários, camponeses, povos indígenas e outros povos do continente, não são apenas focos de necessidade de conhecimento de uma realidade social-atual em áreas de expropriação e conflito, os motivos de um surgimento de práticas participativas de investigação e partilha de conhecimentos sobre “realidades sociais”.

Em seu livro Alfonso Torres dedicou o último capítulo a uma didática exposição de metodologia da RCH. Não a reproduzo aqui e sugiro a leitura atenta de todo o seu livro. Limito-me a reescrever com pequenos acréscimos meus os seus “critérios metodológicos da Reconstrução Coletiva da História”.

1º. A RCH participa da produção de conhecimentos articulados com e a serviço das lutas sociais alternativas.

2º. O presente, seus cenários, a vida que se vive, suas contradições, suas modalidades de ações de resistência e luta populares constituem o ponto de partida para a construção coletiva de um passado a reconstruir criticamente e, não, apenas a conhecer passivamente.

3º. A RCH parte de focos sobre temas e contextos, mas sem perder a sua visão e compreensão criticamente totalizante. Pequenos fatos podem clarear grandes feitos.

4º. A RCH realiza-se como uma produção coletiva e solidariamente partilhada de saberes. Diferente da pesquisa acadêmica tradicional em que a individualidade de autoria é um valor, a RCH vale pelo que logra realizar também em e através de uma dupla formação: a formação de equipes solidárias trabalhando em nome de uma causa comum; a formação de atores-autores críticos de suas vidas e, por extensão, de suas histórias.

5º. Vindo desde as ideias originais de Orlando Fals-Borda, a RCH promove um “diálogo de saberes” a partir do reconhecimento da pluralidade entre diferentes sistemas de saberes e de sentido, colocados a lado a lado como diferentes – e, por isso mesmo, francamente dialogáveis – mas nunca desiguais.

6º. A RCH gera e articula saberes práticos e transformadores. E “prático”, aqui, pode ser pensado desde a ideia frequente tanto em Orlando Fals-Borda quanto em Paulo Freire. A ideia de *práxis*, como uma prática que vale tanto como ação social de vocação transformadora e emancipadora, quanto como uma prática reflexiva, que faz pensar a partir do que se faz, e a realizar a partir do que critica e criativamente se pensa.

7º. A RCH é uma prática reflexiva e flexível, em que talvez valha mais o processo coletivo e criticamente pedagógico do que se realiza, do que o

próprio produto realizado. Por outro lado, nada nela deve ser “canônico e catequético”. Ela é uma proposta de ação coletiva através da busca coletiva de memórias e histórias. Não parte de supostos teóricos fixos e tidos como cientificamente imutáveis, mas se revê a si-própria no próprio curso de seu processo.

### ***A Cartografia Social***

Desde a escola primária aprendemos a “ler mapas”. Mapas físicos, mapas políticos. Mapas de nosso País, mapas do Continente Americano, mapas-múndi, etc. E depois conhecemos mapas especializados, alguns deles distribuídos em aeroportos e hotéis, como os mapas turísticos. Todos eles dizem alguma verdade. E todos eles mentem. Pois raros são os mapas que inscrevem e revelam não apenas as capitais, cidades, rios, montanhas, estradas, mas os locais onde vive e trabalha, em pequenas comunidades, uma grande parte das pessoas de um País como o Brasil e o Colômbia.

Fora alguns casos mais raros, quase sempre “mapas-sobre-nós” e sobre a verdadeira geografia de nossas vidas não existem. Ou são mapas muito especializados e feitos por cartógrafos profissionais. Assim, por exemplo, o “Mapa dos Povos Indígenas da Colômbia”.

No entanto, entre indígenas, povos da floresta, negros quilombolas, camponeses, etc. aos poucos estamos conquistando o direito de dizer a nossa palavra, de escrever a nossa própria história, como vimos com a *reconstrução coletiva da história*, no item anterior.

Em boa parte de toda a América Latina povos e nações indígenas aprendem a escrever em sua própria língua, e começam a editar os seus próprios livros. E, mais ainda, há projetos através dos quais índios e camponeses aprendem a lidar com “as máquinas dos brancos” e a criar e editar os seus próprios filmes.

Desde tempos remotos a geografia e a cartografia estiveram sempre associadas ao domínio; ao poder de alguns sobre todos os outros. A própria história da “conquista da América” em boa medida foi uma “guerra de mapas”. Primeiro entre as nações conquistadoras. Depois, entre elas e os povos indígenas, encontrados, dizimados, submetidos. Os índios com sabedoria sabiam “ler a floresta”, mas não possuíam mapas. E até hoje é com mapas e documentos cartográficos falsos que terras de camponeses, de índios e de quilombolas são “griladas”.

No Brasil desde alguns anos tem-se difundido a experiência de uma nova e emancipadora *Cartografia Social*. Ao lado de outras, ela representa uma insurgente e popular maneira de “reescrever a geografia”. Algo semelhante a como encontramos em Alfonso Torres uma forma popular e contra-hegemônica de o povo escrever “a sua própria história”, segundo a sua sensibilidade, os seus saberes e a sua memória.

Alfredo Wagner, um antropólogo brasileiro, é lembrado como um dos iniciadores e um dos mais ativos difusores de “nova cartografia”. Em uma

entrevista dada a uma revista ele relembra como mapas sempre foram usados como um dos mais efetivos instrumentos de “conhecer para dominar”.

*Esta importância do mapa se agigantou muito no caso brasileiro a partir da ditadura instituída a partir do golpe militar de 1964. Para o conhecimento cartográfico sistemático da Amazônia, o governo militar começou com o projeto RADAM, em 1972. Consistia numa expressão militar da forma de ocupação que o governo autoritário naquele momento imaginava que era possível. Privilegiava-se, então, o conhecimento do subsolo, dos recursos geológicos. A cartografia foi vista como uma ciência ligada a geógrafos, a geólogos e a engenheiros florestais. Foi sempre uma ciência pensada no âmbito das ciências naturais<sup>55</sup>.*

Tal como no caso de uma reescrita da história popular a partir do povo e destinada a ele, não apenas como uma fonte de saber próprio, mas como um recurso de poder diante de histórias eruditas quase sempre legitimadoras do poder estabelecido, a “Nova Cartografia Social” foi criada a partir de experiências pioneiras na Amazônia Brasileira, como um aprendizado de criação da imagem “nativa e popular” do mundo-em-que-se-vive. Uma cartografia que secundariza o que parece ser essencial nos “mapas oficiais” (o espaço político, as fontes de recursos minerais, etc.) e destaca os espaços de vida e as vias de comunicação de comunidades populares.

*A nova cartografia social revela-se consoante estes meios e condições de possibilidades do presente, que facultam a identificação do território e a história social a povos e comunidades tradicionais, considerados “sem história” e “sem lugar” no mapa oficial. Estes povos só recentemente, sobretudo com as mobilizações que resultaram na Constituição de 1988, conquistaram o direito à representação política emancipados dos mediadores históricos<sup>56</sup>.*

Tal como na *Reconstrução Coletiva da História*, a *Nova Cartografia Social* é uma modalidade ativa e atual de investigação-ação-participativa. No seu processo local são as pessoas da comunidade ou do movimento social as desafiadas a levantarem dados e a “desenharem” a cores os seus mapas. E eles tanto podem envolver um amplo território indígena ou camponês, como os limites urbanos de um centro ritual de tradição afro-cubana<sup>57</sup>.

Chamo a atenção que na experiência em Cuba uma cartografia social-popular é secundarizada, enquanto desenho de um mapa local, e o que é enfatizado é uma

---

55 Entrevista com o professor Alfredo Wagner de Almeida, Revista - *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 254-270, jul. /dez. 2013.

56. Alfredo Wagner, *Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras*. In: *Povos e Comunidades Tradicionais*. Manaus, pg. 167.

57 *Ikoko, el espíritu de lo sagrado – identidad de la Comunidad de la Ceiba, Balcón Arimao, La Habana*. Cartografia da Cartografia Social – uma síntese das experiências, boletim informativo, número 2, Manaus, outubro de 2016.

reconstrução histórica do local, a partir de depoimentos das pessoas envolvidas com o contexto ritual ao redor de *Iroko* (uma árvore tida como sagrada) e da *Comunidade de La Ceiba – Balcón Arimao* em Havana. Eis um trabalho que faz interagirem a cartografia social e a memória social. E este procedimento aponta para o ganho densidade crítica através de uma inter-relação entre a RCH e a NCSO.

Na NCSO não é tanto uma precisão cartográfico-científica o que importa, e nem existem meios técnicos para “dados de precisão”. Importa o registro de um outro olhar. De um “olhar nosso”, ou um “nosso olhar”, pesquisado e registrado “por nós e para nós”. Importa a realização de algo que, elaborado pela comunidade com o auxílio de pessoas assessoras, é também, entre o seu processo e o seu produto, algo da comunidade. Algo de fato compreensível por e para os seus integrantes.

*Ao mesmo tempo, cabe destacar que os mapas deixaram de ser instrumentos reservados principalmente aos doutores, aos sábios e aos “poderosos”, ou aos aparatos de Estado. O acesso aos seus meios de produção, mesmo requerendo o conhecimento de determinadas inovações tecnológicas, acha-se disposto ao alcance de um público amplo e difuso.*

*A vulgarização científica amplia significativamente as possibilidades de acesso ao conhecimento técnico antes restrito a especialistas e peritos. Com esta abordagem os mapas passam de uma construção privada, circunscrita a especialistas, para uma construção de sentido público ou aberta a um público amplo e difuso.*

*Nesta brecha na conhecida oposição binária, público/privado, e que se posicionam aqueles que estão à margem da cena política legítima, passando a ter papel relevante nos mapeamentos sociais, recolocando-se, enquanto força social nas relações de poder. Eis o corolário: mapear e mobilizar-se política e criticamente, seja no plano discursivo, seja no plano das práticas coletivas, consistindo numa descrição em movimento para além de qualquer abordagem que tome a descrição como uma “textualização”*

*Na contramão da cartografia tradicional, surge a cartografia social que, ao apresentar novos elementos de práticas cartográficas e ao construir um campo de possibilidades no qual o mapa é resultado de uma relação entre pesquisadores e agentes sociais, indaga a prática cartográfica legitimada pelas academias como oficial. A cartografia social envolve pesquisadores de diferentes formações e possui, como elemento fundamental, a participação dos agentes sociais no processo de feitura dos mapas<sup>58</sup>.*

---

<sup>58</sup> Alfredo Wagner, *Nova Cartografia Social da Amazônia, Povos e comunidades tradicionais - nova cartografia social*. Manaus: PNCSA-UFAM, 2013. pg. 61. Um amplo estudo sobre a Nova Cartografia Social foi escrito por Dorival dos Santos: *Cartografia Social - O estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia*. Na bibliografia ao final relaciono livros e artigos de Alfredo Wagner.

Eis como Alfredo Wagner narra uma ampla experiência coletiva e francamente participante com a Cartografia Social.

*Mais recentemente, quando nos anos 80 começamos a pensar numa forma de contestar, uma forma de você fazer o mapa do ponto de vista de quem estava sendo dominado, porque eles não tinham o poder de cartografar, e eclodiram conflitos.*

*O primeiro trabalho que nós concebemos, foi um trabalho que foi feito durante quatro anos, em mais de 150 comunidades, envolvendo múltiplas pessoas, por isso que eu falo no plural; não é uma proposição minha, a discussão e a execução envolveram muitos pesquisadores. Contribuí e aprendi muito.*

*Nós, da equipe de cientistas sociais, fizemos um mapeamento completo na “região do Carajás”, que era uma região que compreendia 90 milhões de hectares. Abrangia desde as minas, com incidência de minerais, ferro e ouro, as grandes plantações de eucalipto, as usinas de gusa. Até o porto, são 980 quilômetros desde as minas, até o porto de Itaquí.*

*O resultado deste amplo trabalho coletivo foi o livro que me coube redigir, narrando a experiência, intitulado A Guerra dos Mapas. Foi a primeira experiência de maior fôlego, pois até então só havia produzido mapas a partir de informações secundárias ou simplesmente assinalando pontos de observação direta realizado durante trabalho de campo<sup>59</sup>.*

Quando instituições como a própria universidade somam os seus esforços com os de outras instituições e movimento sociais, e com coletivos e comunidades populares, a experiência da cartografia social pode estender-se a grandes extensões geográficas e sociais. Um dos exemplos mais fecundos da *cartografia social* foi realizado por pessoas da Universidade Federal de Mato Grosso, coordenadas por Regina Silva e Michèle Sato, junto com grupos de pesquisa e de educação ambiental; e também com a participação de agentes de diferentes comunidades e movimentos populares, culturais e étnicos.

Através de um amplo e logo trabalho coletivo foi elaborado um mapa do Estado do Mato Grosso. Coletivamente foi elaborado um “mapa popular e comunitário”. Ele apagou boa parte dos dados “físicos e políticos” dos mapas oficiais – inclusive os escolares - e sobre-elevou os territórios dos povos indígenas, das comunidades negras quilombolas, e de outras inúmeras comunidades de povos tradicionais.

Eis um mapa destinado a ampla difusão, na medida em que revela como em um Estado brasileiro em geral visto como “dominado pelo agronegócio”, mais da metade do território é atualmente ocupado por parques e reservas naturais, por

---

59. Entrevista com o professor Alfredo Wagner de Almeida, Revista - *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 254-270, jul. /dez. 2013.

terras indígenas (elas somam um território quase equivalente ao do Uruguai), por territórios de comunidades quilombolas, pantaneiras, sertanejas e de outros povos tradicionais. Enfim, uma cartografia popular em que uma realidade nunca entrevista e mapeada finalmente se dá a ver<sup>60</sup>. Sonhemos com um grande mapa de “cartografia social da América Latina”.

### ***A investigação como pedagogia***

Em Paulo Freire toda a pedagogia é crítica. Ela é uma ação coletiva e francamente dialógica que parte de dois pequenos princípios essenciais. Primeiro: toda e qualquer pessoa é uma fonte única, original e irrepitível de seu próprio saber. Segundo: saberes, sensações, sentidos de vida, significados de mundo, sensibilidades e sociabilidades são diferentes em e entre pessoas, entre coletivos culturais de pessoas e entre comunidades sociais de pessoas. São diferentes, mas não são desiguais.

Esses dois princípios fundadores de uma “pedagogia liberadora” desdobram-se em outros dois. Primeiro: Justamente por serem diferentes entre eles e não desiguais uns sobre outros, eles podem ser intercambiados com liberdade. Não podem ser monologados, como quando eu-que-penso-possuir-o-saber, e eu o doo, ou o imponho a você-que-não-sabe-o-que-eu-sei.

Assim, toda a educação, em todas as suas formas, encontra no diálogo o seu ponto de partida e o de chegada. Segundo: O diálogo existe não quando, mesmo respeitando os saberes e sentimentos de um outro alguém, eu sutilmente imponho a ele as minhas idéias, e chamo isto de “ensinar”. O diálogo existe em sua forma plena – e dificilmente realizável, convenhamos – quando eu-e-ele criamos juntos entre-nós novos saberes que nós compartilhamos... cada um a sua maneira.

Eis os motivos pelos quais desde as primeiras experiências com o “Método Paulo Freire de Alfabetização” tudo se passava de uma maneira estranha e completamente diferente de todos os outros métodos com a mesma destinação. O grupo de alfabetizandos constituía de saída uma “equipe”. E a ela era dada uma tarefa: sair pela comunidade conversando com as pessoas sobre quaisquer assuntos do cotidiano. E dessas conversas livres, gravar na memória as palavras e os assuntos que apareciam com mais frequência. A isso foi dado o nome de “pesquisa das palavras e dos temas geradores”.

E seriam essas “palavras-e-temas a matriz do começo do “trabalho de alfabetização”. Antes de aprenderem a “ler palavras”, os alfabetizandos eram desafiados a dialogicamente aprenderem a “ler o mundo”. Em suas origens o trabalho da alfabetização começava com a apresentação de “fichas de cultura”.

---

17. O *Mapa do Estado do Mato Grosso* está disponível junto ao *Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte – GPEA* – da Universidade Federal do Mato Grosso (<http://gpeaufmt.blogspot.com.br>). Um livro ricamente ilustrado acompanha o mapa: *Mapeando os territórios e identidades do Estado de Mato Grosso – Brasil*, coordenado por Michèle Sato, Michelle Saber, Regina Silva, Imara Quadros e Maria Liette Alves (uma coordenação plenamente feminina, outra inovação importante), publicado pela Editora da Universidade Federal do Mato Grosso, em Cuiabá, no ano de 2103.

Imagens colocadas em meio a eles, sentados ao redor de um “círculo de cultura”. Eram imagens sequentes que sugeriam aos alfabetizados o serem eles “seres da cultura”.

Mulheres e homens criadores e usuários da cultura que nós, os humanos, sobrepomos com nossas mentes e mãos ao mundo da natureza. Lembro que em suas origens as primeiras experiências do que veio a ser a *educação popular* estavam inseridas e constituíam uma das dimensões das propostas emancipadoras originadas dos *movimentos de cultura popular*.

E depois, quando uma a uma, as palavras geradoras eram apresentadas à equipe de alfabetizados, o desafio era o de que ao mesmo tempo, diante da palavra “adobe”, ou da palavra “trabalho”, as mulheres e os homens do círculo de cultura aprendessem a decodificar e a criar palavras, e também a decodificar e criar ideias conscientizadoras sobre a realidade crítica do mundo em que viviam.

Marco Raul Mejía e Maria Helena Manjarrés começam o primeiro capítulo de seu livro *La investigación como estrategia pedagógica – una perspectiva desde el Sur* com um dos escritos mais conhecidos de Paulo Freire<sup>61</sup>.

*No hay enseñanza sin investigación ni investigación sin enseñanza. Esos quehaceres se encuentran cada uno en el cuerpo del otro. Mientras enseño continuo buscando, indagando. Enseño porque busco, porque indague, porque indago y me indago. Investigo para comprobar, comprobando, interviniendo educo y me educo. Investigo para conocer lo que aún no conozco y comunicar la novedad<sup>62</sup>.*

Assim como Alfonso sugere uma *RCH – Reconstrução Coletiva da História* desde “abajo” e desde “el sur”, e assim como Alfredo Wagner com a sua Nova Cartografia Social nos desafia a construirmos uma outra geografia, uma outra cartografia, enfim, uma outra visão e uma outra compreensão dos territórios de que somos e do mundo físico e social que habitamos, Marco Raul Mejia e Maria Elena Manjarréz, buscam atualizar antigas e novas ideias e proposta sobre ensino-e-pesquisa, e nos propõem uma *investigação como estratégia pedagógica – IEP*.

Tal como no livro de Alfonso Torres, o de Maria Elena e Marco Raul trazem uma fecunda (e pouco conhecida) resenha das tendências de pedagogias pensadas como também um exercício coletivo de construção de saberes através da pesquisa.

Eles então estabelecem os marcos de uma *pedagogia crítica* que não apenas incorpore momentos de pesquisa nas atividades de ensinar-e-aprender, mas que se realize em todo o seu acontecer como uma “pedagogia da pergunta” e da busca investigativa de respostas como procedimento essencial do ato de aprender. Logo, do ato de ensinar.

---

<sup>61</sup> *La investigación como estrategia pedagógica – una propuesta desde el sur* faz parte da mesma Colección Primeros Pasos, da Ediciones Desde Abajo, Bogotá, 2013.

<sup>62</sup> Paulo Freire, *Pedagogia de la autonomia – saberes necesarios para la práctica educativa*, Fundo de Cultura Economica, México, 1966.

Em um trabalho ainda inédito Marco Raul estabelece uma sequência de perguntas que criticamente fundamentam a proposta de uma “pedagogia da pergunta” e uma *investigação como estratégia pedagógica*.

*¿Cuál es la naturaleza de la práctica?*

*¿Es posible producir conocimiento desde la práctica de grupos sociales no académicos?*

*¿Cuál es el fundamento de un saber que se basa en la práctica?*

*¿Cuál es la reflexividad que hace posible que se produzca saber desde una o múltiples prácticas?*

*¿Cuál es el camino metodológico mediante el cual se producen saberes a partir de las prácticas?*

*¿Mediante qué procesos estos saberes de práctica estos saberes se hacen inteligibles y comunicables?*

*¿Cómo son las relaciones entre producción de saberes y producción de conocimientos?*

*¿Cómo son las relaciones entre conocimientos y ¿Qué tipo de reflexividad es necesaria?*

Poderia parecer algo redundante e mesmo “fora do tempo” a proposta de uma IEP. Pois a pergunta a ser feita seria: a partir dos começos da junção entre uma pedagogia crítica (e “do oprimido”) com a educação popular, não esteve sempre presente o suposto de que ensinar-e-aprender constitui um trabalho dialógico que contém em si-mesmo a tarefa de realizar-se como uma “investigação-pedagógica” ou como uma “pedagogia-pesquisa”, em todos os seus momentos?

Sim, isto é verdadeiro. No entanto, o que Marco Raul e Maria Elena nos propõem é algo que atualiza os termos da própria “refundação da educação popular”, e torna didaticamente operativa a interação entre ensino-e-pesquisa. Ou, melhor ainda: do ensinar-e-aprender-perguntando-e-pesquisando. Além disso, a proposta da IEP traz uma abordagem derivada da educação popular para o campo da educação escolar e de uma pedagogia dirigida docentes e a crianças e jovens, estudantes.

Esta atualização realizada pela IEP possui também a virtude de teórica e operativamente trazer para o círculo e o circuito dos saberes críticos algumas novas teorias e práticas. Assim, eis que os autores que com Paulo Freire dialogam em *Pedagogia do Oprimido* e em *Pedagogia da Autonomia* são convidados a colocar mais cadeiras em seu imaginário “círculo de cultura”, para dialogarem com pensadores e militantes que vão da Escola de Frankfurt a Edgar Morin.

E em boa medida isto se deve a que, pensado não apenas os voos emancipatórios da educação popular, mas o passo-a-passo da educação cotidiana de crianças e jovens na e através da escola...

*... En el ámbito educativo entró en crisis la versión del proceso-producto, que considera la enseñanza como causa del aprendizaje. Se propusieron enfoques holísticos orientados en las metodologías híbridas que combinan lo cuantitativo y lo cualitativo. resultando la*

*necesidad de desarrollar metodología que tengan en cuenta los contextos y la vida de los participantes de la actividad escolar. Esto conlleva a que algunas posiciones críticas no busquen, en la actividad escolar, procesos curriculares que trasladen la lógica de la disciplina científica a la escuela, sino que busquen integrar las diferentes dimensiones del desarrollo humano, en el proceso educativo, y no solo en el conceptual. Se sumaron grupos y personas que buscaban una correlación de las ciencias naturales con la cultura. lo que llevó algunos autores a hablar de una tercera cultura de la ciencia<sup>63</sup>.*

E a longa passagem acima termina citando Edgar Morin. E nas páginas dedicadas a la proposta concreta de uma IEP, Marco Raul e Maria Elena trataram de aproveitar toda a fecunda contribuição dos novos olhares e teorias pedagógicas, sem perder de vista a vocação popular e emancipatória da educação popular. Assim, após sintetizarem modalidades de associações ensino-investigação originárias da Europa e dos EUA, nossos autores ao sintetizarem o que deveria ser em termos “desde abajo, desde da periferia y desde el sur”, alguns propósitos raramente presentes nas experiências “del norte”.

*(La IEP) está comprometida con tres causas: la apropiación social del conocimiento, la formación de una cultura ciudadana (o democrática) en CT + I y (la construcción de un espíritu crítico y científico en las niñas, niños y jóvenes (...)) Busca edemas, construir capacidades regional es, por ello se entiende como una movilización social, la cual hace posible la incorporación de grupos que conforman dinámicas del conocimiento a partir de lógicas y saberes específicos produciendo un ejercicio educativo permanente, de negociación cultural e interculturalidad, entre variados grupos humanos y sociales.*

...

*Em esta manera de acercarse al conocimiento, (la IEP) funda su proceso desde la pedagogía crítica freireana, en el sentido en que todas y todos los participantes nos consideramos aprendices del conocimiento, dispuestos a aprender en un ejercicio colectivo, colaborativo y social de diálogos e saberes permanente<sup>64</sup>.*

---

63 *La investigación como estrategia pedagógica – una propuesta desde el sur*, página 19.

64 *La investigación como estrategia pedagógica – una propuesta desde el sur*, páginas 42 e 43.

Entre os fundamentos de base da IEP estão:

1º. o ponto de partida na reflexão crítica a respeito da desigualdade em todas as suas dimensões sociais, em um mundo globalizado.

2º. A sua ancoragem em uma pedagogia crítica centrada na “concepção da educação popular.

3º. Seu compromisso com uma abordagem liberadora.

4º. A sua interação com um enfoque sociocultural, o que remete a IEP a fundamentos e propostas originárias de Orlando Fals-Borda.

5º. Sua base centrada também em um “construtivismo social”

### ***A pesquisa social solidária***

Devo confessar que talvez não se enquadre de maneira completa e ajustada nos parâmetros da IAP, uma última experiência que quero trazer aqui, como proposta de alternativas viáveis de continuidade e de atualização de investigações de vocação popular-emancipadora-participativa. Se a trago a este escrito é porque ela de algum modo se aproxima da IAP, por ser uma atividade coletivamente partilhada; por ter o seu foco em comunidades e movimentos populares; e por dirigir-se também a ele. Isto embora a sua origem e o seu destino “oficial” sejam o mundo acadêmico. E levando em conta que ela não contempla em seu projeto e em seu processo a presença e a participação de atores-autores do contexto investigado.

Lembro com propriedade que desde antes do surgimento e da difusão das modalidades participativas de investigação existiam já em praticamente toda a América Latina investigações sociais que mesmo sendo “participativas” no sentido da presença ativa de pessoas do povo em seu acontecer, inscreviam-se como pesquisas destinadas direta ou indiretamente a agentes populares individuais ou coletivos.

Em uma primeira situação, reconhecemos a existência de grupos e mesmo instituições criadas e mantidas por sindicatos ou outras agremiações populares, como coletivos de investigação social entregues a pessoas quase sempre originadas da universidade, e colocados profissional e vocacionalmente a serviço das causas populares. Instituições que mesmo sem realizarem investigações com participação popular, propõem-se a produzir pesquisas com destinação político-popular.

Existem também instituições criadas por pessoas oriundas da universidade, e não dependentes em linha direta do aporte e do controle de algum movimento popular, mas colocadas a serviço direto da produção de conhecimentos destinado a alguma dimensão de empoderamento popular. Ainda como exemplos brasileiros posso citar, entre tantos, alguns que me são mais próximos: O *Instituto Socioambiental*, cujos destinatários preferenciais de suas investigações são povos e nações indígenas e/ou pessoas diretamente envolvidas com eles; o *Instituto Paulo*

*Freire* - em que o próprio Paulo trabalhou até poucos dias antes de sua morte - e a *Ação Educativa*.

A *pesquisa social solidária* é uma modalidade de trabalho coletivo de projeto, origem e processamento originados do mundo acadêmico. E desde o interior deste mundo compartimentado, cientificista, e supostamente crítico, mas nem sempre ativamente presente no mundo existente fora de seus muros, a proposta de uma *pesquisa social solidária* tenta aproximar-se da *investigação-ação-participante*.

E o que a caracteriza? Tento aqui uma pequena síntese a partir de minhas próprias experiências.

1º. A PSS é uma prática que busca romper com o individualismo competitivo que traz para o mundo da universidade, de forma crescente e ameaçadora, o espírito e a ordenação do mundo empresarial. Ela busca substituir o modelo do indivíduo competente-competitivo, pelo da pessoa consciente-cooperativa.

2º. Ela é uma atividade sempre e invariavelmente coletiva. E mais do que coletiva, ela encontra as suas bases em princípios regidos por uma solidária cooperação em duas dimensões: entre os seus participantes; entre os participantes das investigações e os sujeitos investigados.

3º. A PSS busca transformar um “grupo de pesquisa” rigidamente hierárquico e desigualado em termos de poder de gestão e em critérios de qualidade de “produção”, em uma diferenciada, mas não hierárquica “equipe de investigação”. Ela incorpora de preferência pessoas que vão de professores doutores a estudantes pós-graduandos e graduandos. Ela dissolve pela base as estruturas vigentes de hierarquia de poder-saber padronizadas no mundo acadêmico. Mesmo possuindo um coordenador, todas as decisões são colocadas “ao redor da mesa” e têm por igual o poder e o dever de “dizerem a sua palavra” e participarem com plena voz e voto da tomada de decisões.

4º. Seus cenários e sujeitos de investigação são sempre populares: pessoas; grupos de trabalho, ou de outra ação social; comunidades tradicionais (camponeses, quilombolas, indígenas); movimentos populares. Buscamos sempre em uma região geográfico-cultural única ou próxima, em nosso caso, os sertões do Norte de Minas Gerais e as regiões ao longo do Rio São Francisco, em seu longo trecho também em Minas Gerais<sup>65</sup>.

---

65 Depois de uma longa investigação quando ainda docente da Universidade Estadual de Campinas, dedicada a estudos de natureza socioambiental e envolvendo vinte e duas pessoas, entre docentes e estudantes pós-graduandos e graduandos, durante cerca de 10 anos estive envolvido com quatro longos projetos de “pesquisa de campo” através do *Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia* e do *Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Estadual de Montes Claros*, ambas situadas no Estado de Minas Gerais. Como resultado de nosso trabalho coletivo foram ao longo desse tempo elaborados mais de 60 relatórios de pesquisa, envolvendo também mais de 20 dissertações de mestrado e teses de doutorado.

5º A PSS abre-se a acolhida de diferentes escolhas de “temas e questões de pesquisa”, assim como a opções de abordagem. Em situação alguma existe a imposição de uma linha teórica única e uni-dirigida. Ao contrário, os participantes são incentivados a levantar, dentro de uma problemática coletivamente comum e referente sempre a questões e conflitos envolvendo segmentos socioculturais populares, o seu “locus de pesquisa”, os seus cenários e atores locais da pesquisa, as suas questões a responder através da pesquisa. E, enfim, os termos de seus projetos de pesquisa. E no interior de uma ampla e aberta “proposta comum” cada projeto individual (ou de pequenas equipes) é livremente definido. Visamos uma solidária convergência, mas nunca uma imposta uniformidade.

6º. Próxima ao ideário da *Reconstrução Coletiva da História*, da *Nova Cartografia Social* e da *Investigação como Prática Pedagógica*, a *Pesquisa Social Solidária* valoriza mais o seu próprio processo do que o produto final de seu trabalho. Assim, ela prioriza a formação não apenas científico-acadêmica de seus participantes, mas a associação entre esta formação e o aprendizado de como – respeitada a vocação pessoal de cada integrante da equipe – formar futuros docentes-investigadores críticos e comprometidos com as causas e as frentes de resistência e luta do povo. E este fator de formação política desde e através da pesquisa acadêmica ganha um sentido redobrado, pois trabalhamos em áreas “sertanejas” extremamente conflituadas, sobretudo porque atravessadas por uma invasão crescente – e não raro expropriadora e violenta – do agronegócio.

7º. Muito embora na quase totalidade dos projetos não tenha havido uma participação ativa de pessoas e grupos da comunidade estudada, foi sempre um propósito nosso o buscar que a pesquisa participasse da vida e dos enfrentamentos das comunidades, ou dos movimentos populares investigados. Desde os primeiros contatos os participantes eram incentivamos a dialogar com a comunidade, não apenas com o interesse de “realizar a minha pesquisa”, mas com o de esclarecer às pessoas o sentido de uma presença de pesquisador “aqui e agora”.

8º. Um dos objetivos da PSS é estender o saber-fazer das investigações locais às próprias pessoas das comunidades. Assim, um último projeto realizado no Norte de Minas Gerais tomou o nome de “Sujeito-e-Agente”. Através dele, em cinco comunidades escolhidas, entre camponesas e quilombolas, dedicamos a formar agentes locais (em maioria jovens estudantes) como investigadores de suas próprias realidades locais de vida. Dentro do possível

---

Cinco livros coletivos, todos eles, foram publicados, com a preocupação de serem, na medida do possível, devolvidos às comunidades. Na bibliografia ao final listo os livros publicados como resultado das investigações individuais-coletivas.

eles aprenderam princípios de pesquisas simples, e até mesmo o manuseio de aparatos eletrônicos, como máquinas fotográficas, gravadores e computadores. Como resultado do projeto foram elaborados e distribuídos nos locais auto-investigados pequenos livros-resumo das pesquisas realizadas por pessoas da própria comunidade<sup>66</sup>.

Como uma reflexão final a este capítulo, imagino o quanto seria fecundo estabelecer relações interativas entre essas e outras abordagens, de um modo ou de outro... participantes. A *Reconstrução Coletiva da História* poderia ser imensamente enriquecida quando acompanhada de exercícios geopolíticos da *Nova Cartografia Social*. A prática das duas, combinadas por certo fertilizaria bastante qualquer iniciativa destinada a criar, inclusive nas salas-de-aulas e nos círculos de cultura, experiências de investigação enquanto pedagogia - *IEP*.

Por outro lado, a aproximação da *Pesquisa Social Solidária* com qualquer uma das modalidades de atualização de vocações participativas através da pesquisa e em nome da educação popular, por certo realizaria um enlace ainda mais efetivo e fecundo entre a *pesquisa acadêmico-militante* e a *pesquisa-ação-participativa*.

### ***Entre o inédito viável de Paulo Freire a vocação sentipensante de Orlando Fals-Borda***

Desde os seus começos, com as primeiras investigações e os escritos pioneiros de Orlando Fals-Borda, estivemos sempre às voltas com algo que mesmo quando escrito no singular: *investigação-ação-participativa*, deveria ser lido, pensado e praticado no plural.

Tal como acontece com a *educação popular*, também entre os momentos inaugurais com Paulo Freire, até o livro de Alfonso Torres Carrillo, *La Educación Popular – trayectoria y actualidad*, sabemos que nunca houve uma teoria única, um ideário uniforme, uma proposta exclusiva e uma prática emancipadora unidirecionada.

O que vemos diante de nós, e bem mais nos dias de agora do que nos “tempos pioneiros” são diferentes modalidades de buscas coletivas e comprometidas com causas populares e sociais de construção de “um outro mundo possível” que, convergentes em seus princípios e vocações, apresentam-se como diferentes modalidades de realização de processos de procura, criação e partilha de saberes. Algo plural que através do que um propósito de *participação* se realize em pelo menos uma de suas dimensões e, se possível e viável, nas duas.

---

66. O *Projeto Sujeito-e-Agente* foi pensado como uma primeira experiência de uma longa e fecunda série de atividades de formação de investigadores comunitários locais. Chegamos a projetar um Museu da Pessoa do Sertão, com base em outros já existentes no Brasil e no Canadá. Tal como em outras ocasiões, entraves acadêmicos e a dissolução de nossa equipe-de-base tornaram inviável a sua continuidade.

Que em todo o seu processo e no emprego de seus resultados ela envolva uma substantiva participação de atores-autores dos contextos sociais-populares investigados.

Que, mesmo sem uma ativa presença de pessoas do universo investigado, a própria investigação participe, pedagógica e politicamente de momentos de vida, resistência e lutas contra-hegemônicas e emancipadoras das mulheres e dos homens investigados.

### **Adendo**

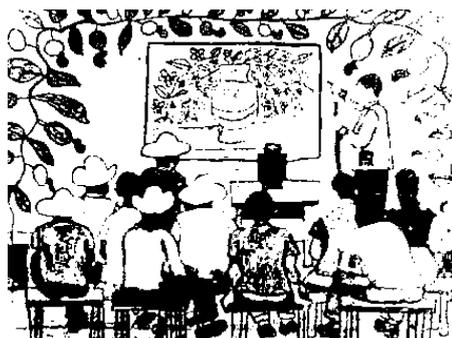
#### **João Guimarães Rosa**

*(...) Por isso também espero uma literatura tão ilógica como a minha, que transforme o cosmo num sertão no qual a única realidade seja o inacreditável. A lógica, prezado amigo, é a força com a qual o homem algum dia haverá de se matar. Apenas superando a lógica é que se pode pensar com justiça. Pense nisto: o amor é sempre ilógico, mas cada crime é cometido segundo as leis da lógica.*

João Guimarães Rosa em resposta à seguinte pergunta de Gunter W. Lorenz: *'Você está contra a lógica e defende o irracional. Entretanto, seu próprio processo de trabalho é uma coisa totalmente intelectual e lógica. Como é que você explica essa contradição, e como a explica para mim?'*

Arte em Revista, Ano 1, n.2, maio-agosto de 1979, página 16.

Entrevista concedida em Gênova, em janeiro de 1965.



## ***Livros lidos, consultados e indicados***

ADORNO, Theodor

***Educação e emancipação***

1975, Coleção Os Pensadores, da Editora Abril Cultural, São Paulo

ACSELRAD, Henri (Org.).

***Cartografia social, terra e território***

Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. 2013

ALBERT, Bruce

***A Queda do Céu***

2015, Companhia das Letras, São Paulo

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de

***Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras.***

***In: Povos e Comunidades Tradicionais***

Manaus: PNCSA/UEA, 2013. p.157-173

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de

***Cadernos de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia***

Manaus: PNCSA/UEA Edições, 2010

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de

***Nova Cartografia Social da Amazônia - Povos e comunidades tradicionais - nova cartografia social***

Manaus: PNCSA-UFAM, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de

***Terras de quilombos, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.***

Manaus: PGCSA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de

***Quilombos e as Novas Etnias***

Manaus: UEA Edições, 2011.

BACHELARD, Gaston

***O novo espírito científico***

1968, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro

BARBIER, René

***A pesquisa-ação***

2002, Editora Plano, Brasília

BARTHES, Roland

**Aula**

2013, Editora Cultrix, São Paulo

BONILLA, Victor; Castillo, Gonzalo; FALS-BORDA, Orlando e LIBREROS Augusto

**Causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação**

in: Brandão, Carlos Rodrigues

**Repensando a pesquisa participante**

1999, Editora Brasiliense, São Paulo

BRANDÃO, Carlos Rodrigues

**Somos as águas puras**

1994, Editora Papyrus, Campinas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues

**Pesquisa Participante**

1981, Brasiliense, São Paulo

BRANDÃO, Carlos Rodrigues

**A partilha da vida**

1995, CABRAL Editora, Taubaté

BRANDÃO, Carlos Rodrigues

**O trabalho de saber**

1999, SULINA, Porto Alegre

BRANDÃO, Carlos Rodrigues

**As crônicas de Ons**

não publicado

BRINGEL, Breno e MADONADO, Emiliano

**Pensamento crítico latino-americano e pesquisa militante em Orlando Fals-Borda; práxis, submersão e libertação**

Revista Direito & Práxis vol. 07, nº 13, 2016

BUBER, Martin

**Eu e Tu**

2000, Editora Centauro, São Paulo.

BUBER, Martin

**Do diálogo e do dialógico**

1982, Editora Perspectiva, São Paulo

BUBER, Martin

**Sobre a comunidade**

1986, Editora Perspectiva, São Paulo

BUBER, Martin

***Socialismo utópico***

1986, Editora Perspectiva, São Paulo

CALDART, Roseli et all (orgs)

***Dicionário da Educação do Campo***

2010, Editora Expressão Popular, São Paulo

CARNEIRO DE NOVAES, Marcos Bidart e GIL, Antônio Carlos

***A pesquisa-ação participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em administração de empresas***

RAM – Revista de Administração Mackenzie, v. 10, n. 1 - jan. /fev. 2009

CLIFFORD, James

***A Experiência Etnográfica***

In: José Reginaldo Santos Gonçalves (org)

***Antropologia e Literatura no século XX***

2002, Editora da UFRJ, Rio de Janeiro

D'AMBRÓSIO Ubiratan

***Transdisciplinaridade***

1997 pela Palas Atena, São Paulo

DE KONING, Korrie e MARTIN, Marion (orgs)

***Participatory Research in health - issues and experiences***

1996, editora Zed Books, Londres

DE SCHUTTER, Anton e YOPO Boris

***Desarrollo y perspectivas de la investigación participativa***

In: Verajano, Gilberto M (org)

La investigación participativa ***en América Latina***

1983, CREFAL, Pátzcuaro

DOS SANTOS, Dorival

***Cartografia social***

InterEspaço Grajaú Maranhão – Maio/ago. 2016 Págs. 273 A 293

DELIZOICOV, Demétrio

***Dinâmica da sala de aulas – momentos pedagógicos***

Documento elaborado para o Curso de Planejamento e Organização do Ensino na Escola Cidadã, realizado pela SMED da Prefeitura de Porto Alegre entre 16 e 18 de novembro de 2000, xerox

EAGLETON, Terry

***A ideia de Cultura***

2005, Editora da UNESP, São Paulo

FALS-BORDA, Orlando

***Ciencia própria y colonialismo intelectual – los nuevos rumbos***

1987, Carlos Valencia Editores, Bogotá

FALS-BORDA, Orlando e BRANDÃO, Carlos Rodrigues

***Investigación Participativa, diálogo entre Orlando Fals Borda e Carlos Rodrigues Brandão***

Ricardo Cetrullo, (org)

1985, Ediciones de la Banda Larga e Instituto del Hombre, Montevideo

FÁVERO, Osmar

***Cultura popular e educação popular – memoria dos anos sesenta***

1987, Edições GRAAL. Rio de Janeiro

FERNANDEZ, Walter e RAJESH Tandon (eds)

***Participatory research and evaluation***

1981, Indian Social Institute, Nova Delhi

FREIRE, Paulo

***Pedagogia de la autonomia – saberes necessários para la prática educativa***

1966, Fundo de Cultura Economica

FREIRE, Paulo

***Criando métodos de pesquisa alternativa***

In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org)

***Pesquisa participante***

1981, Editora Brasiliense, São Paulo

GABARRON, Luis Rodrigues e LANDA, Libertad Hernández

***Investigación participativa***

1984, Cadernos Metodológicos 10, Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid,

GAJARDO, Marcela

***Pesquisa Participante na América Latina***

1982, Editora Brasiliense, São Paulo

GEERTZ, Clifford

***A interpretação das culturas***

1978, Zahar, Rio de Janeiro

GROFF, Stanislav:

***O Jogo Cósmico – explorações das fronteiras da consciência humana***

1999, a Editora Atheneu, São Paulo

Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte – GPEA

***O Mapa do Estado do Mato Grosso***

Disponível em: (<http://gpeaufmt.blogspot.com.br>)

HABERMAS, Jurgen

***Técnica e ciência enquanto ideologia.***

1985, Editora Abril, São Paulo

HEISENBERG, L

***Physics and philosophy***

1963, Editora Allen & Unwin, Londres

JARA, Oscar

***Para sistematizar experiências***

1986, Editora da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa

JARA, Oscar

***Conocer la realidad para transformala***

1991, ALFORJA, San José

JARA, Oscar

***Investigación participativa: una dimensión integrante de la educación popular,***

1990, ALFORJA, San José

KOSIC, Karel

***Dialética do concreto***

1976, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro

LAPASSADE, Georges

***As microssociologias***

2005, Liber Livro, Brasília

LÉVINAS, Emmanuel

***Totalidade e infinito***

1988, Edições 70, Lisboa

LÉVINAS, Emmanuel

***Entre nós***

1987, Editora VOZES, Petrópolis

LÉVINAS, Emmanuel

***O humanismo do outro homem***

1993, Editora VOZES, Petrópolis

LÉVI-STRAUSS, Claude

***Tristes Trópicos***

1981, Edições Setenta, Lisboa

LIZPECTOR, Clarisse

***A Descoberta do Mundo.***

1984, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro

MALINOWSKI, Bronislaw

***Os Argonautas do Pacífico Ocidental***

1984, Editora Abril, São Paulo

MARTINS, José de Souza

***A sociabilidade do homem simples***

2000, HUCITEC, São Paulo

MASLOW, Abraham

***Uma teoria da motivação – raízes biológicas da vida de valores***

In: Walsh, Roger e Vaughan, Frances

***Além do Ego – dimensões transpessoais da psicologia***

1998, Cultrix/Pensamento, São Paulo

MEJIA, Marco Raul e MANJARRÉZ, Maria Elena

***La investigación como estratégia pedagógica – uma proposta desde el sur***

2013, Colección Primeros Pasos, Ediciones Desde Abajo, Bogotá

MOLL, Jaqueline.

***Histórias de vida, histórias de escola – elementos para uma pedagogia da cidade***

2000, VOZES, Petrópolis

MORAES, Maria Cândida

***O paradigma educacional emergente***

1997, Editora Papirus, Campinas

MORAES, João-Francisco Regis de

***Cultura Brasileira e educação***

1989, Papirus, Campinas

MORIN, Edgar

***O método, 3 - O conhecimento do conhecimento***

1999, Editora Sulina, Porto Alegre

MORIN, Edgar

***O Método 4 - as idéias***

1998, Editora Sulina, Porto Alegre

PAZ, Octávio

***O arco e a lira***

2002, Cossac Naify, São Paulo

REYNOSO, Carlos (org)

***El Surgimiento de la antropología posmoderna***

1998, Editorial Gedisa, Barcelona

ROSA, João Guimarães

***Ficção completa – volumes I e II***

1995, Nova Aguilar, Rio de Janeiro

ROGERS, Carl e COULSON, Willian (orgs)

***O homem e a ciência do homem***

1973, Editora Interlivros, Belo Horizonte.

SANTOS, Boaventura de Souza

***Um discurso sobre a ciência***

2001 (12ª edição) Edições Afrontamento, Porto

SANTOS, Boaventura de Souza

***A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência***

2002, Editora Cortez, São Paulo

SANTOS, Boaventura de Souza

***Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social***

2007, Editorial Boitempo, São Paulo

SANTOS, Boaventura de Souza

***Trece cartas a las izquierdas***

2017, Ediciones Desde Abajo, Bogotá

SATO, Michèle, JABER, Michele, SILVA, Regina et. All.

***Mapeando os territórios e identidades do Estado de Mato Grosso – Brasil***

2013, Editora da Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá

STENGERS, Isabele e PROGOGINE, Ilya Prigogine

***A nova aliança – metamorfose da ciência***

1984, Editora da Universidade de Brasília, Brasília

THIOLLENT, Michel

***Metodologia da pesquisa-ação***

2002, Editora Cortez, São Paulo

TEILHARD DE CHARDIN, Pierre

***O fenômeno humano***

1995, Editora Cultrix, São Paulo

TEDESCO. João Carlos Tedesco

***Paradigmas do cotidiano***

1999, EDUNISC, Santa Cruz do Sul

TEDLOCK, Dennis Tedlock

***Days from a Dream Almanac***

1990, Univ. of Illinois Press, Urbana and Chicago

TOLLEYM, Elizabeth E. e BENLEY, Margareth E  
***Participatory Research in health - issues and experiencies***  
 1966, Editora Zed Books, Londres

TORRES, Alfonso Carrilo  
***Hacer história desde Abajo y desde el Sur***  
 2014, Ediciones Desde Abajo, Bogotá

TORRES, Alfonso Carrilo  
***La Educación popular – trrayectoria y actualidad***  
 2016 (2ª edición) Editorial El Buho, Bogotá

WAGNER, Roy  
***A invenção da cultura***  
 2014, Cosac Naify, São Paulo

WALSH, Roger Walsh e VAUGAN, Frances Vaughan (orgs)  
***Além do Ego – dimensões transpessoais em Psicologia***  
 1997, Cultrix/Pensamento, São Paulo

WALSH, Roger Walsh e VAUGAN, Frances Vaughan  
***Caminhos além do Ego – uma visão transpessoal***  
 1999, Cultrix/Pensamento, São Paulo

WILBUR, Ken  
***O espectro da consciência***  
 1997, Editora Cultrix, São Paulo

ZIZEK, Slavoj  
***The abyss of Freedom/Ages of the World***  
 1997, Ann Arbor, New York

VÁRIOS AUTORES

***Ikoko, el espíritu de lo sagrado – identidade de la Comunidad de la Ceiba, Balcón Arimao, La Habana.***

IN: Cartografia da Cartografia Social – uma síntese das experiências, boletim informativo, número 2, Manaus, outubro de 2016

